



Desporto e Multiculturalismo: análise centrada em Instituições do Concelho da Maia

Dissertação apresentada às provas de Doutoramento em Ciências do Desporto nos termos do decreto-lei nº 74/2006 de 24 de março, orientada pelo Professor Doutor Rui Proença Garcia e pelo Professor Doutor Antonino Pereira

André Conceição

Porto 2013

FICHA DE CATALOGAÇÃO

Conceição, A. (2013). Desporto e Multiculturalismo: análise centrada em Instituições do Concelho da Maia. Porto: A. Conceição. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: Município da Maia, Multiculturalismo, Desporto, Escola, Movimento Associativo

*“A minha aldeia é todo o mundo.
Todo o mundo me pertence.
Aqui me encontro e confundo com gente de todo o mundo
que a todo mundo pertence”*

(António Gedeão, 1958)

AGRADECIMENTOS

*“Ter um destino é não caber no berço onde o
corpo nasceu, é transpor as fronteiras uma a uma
e morrer sem nenhuma”*

(Miguel Torga, 1999)

Nas palavras de Miguel Torga exprimo o meu agradecimento a todas aqueles que direta ou indiretamente me auxiliaram na transposição de mais este desafio....

....aos meus pais, Artur e Laurentina, e irmãos Cristina, Cláudia e Pedro o meu muito obrigado por todo o carinho e conforto....à minha irmã Alexandra um xi apertado pelo apoio sempre presente e incondicional.

...à Inês Gonçalves, ou seja, à minha Mi, que faz parte incondicional desta jornada... na viagem, na tarefa, na exigência, na determinação, nas alegrias e nas tristezas, somos um. Para ti amor... tudo. Beijinho e um xi muito apertado.

....ao Professor Doutor Rui Proença Garcia agradeço o generoso apoio científico e confiança, assim como os muitos serões de convívio e sobretudo da aprendizagem proporcionada ao longo destes anos.

....ao Professor Doutor Antonino Pereira agradeço a disponibilidade para a co-orientação deste trabalho, assim como os constantes desafios e incentivos alcançados após, as intensas caminhadas em “terras de Lamego”.

....às parceiras desta “aventura sociológica” e amigas Teresa Marinho e Helena Bento agradeço o apoio, e colaboração e a amizade.

....aos autarcas da Câmara Municipal da Maia, intervenientes neste trabalho, o meu respeito e agradecimento ao Eng. Bragança Fernandes, Hernâni Ribeiro, Dr. Nogueira dos Santos, Dr. Paulo Ramalho e à Dra. Ana Carvalho.

...aos Presidentes das Juntas de Freguesia, Presidentes das Coletividades e Associações Desportivas, Professores de Educação Física e Desporto e às pessoas dos diferentes grupos culturais entrevistados, o meu muito obrigado pela disponibilidade demonstrada.

...a todos os meus amigos e colegas do Departamento de Desporto da Câmara Municipal da Maia, Prof. José Pedrosa, Prof. Paulo Queirós, Prof^a. Mafalda Roriz, Dr. Nuno Reis, Prof. José Alberto, Dr. Hélder Pereira, Dr. Wilson Costa, Dr. Juan Couto, Dr. José Manuel, Dra. Carla Marques, Prof. Vítor Duarte, Daniel Teixeira, Ivo Leal e Fernanda Peixoto, o meu muito obrigado pelo apoio demonstrado ao longo deste período.

...ao Dr. Maia Marques, Dr. Tiago Valente, D. Maria do Carmo, Dra Adelaide Azevedo, Dra. Fernanda Branco, o meu muito obrigado pelo documentos oficiais facultados e pela ajuda logística nas entrevistas realizadas.

...aos professores da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em especial ao Professor Doutor Jorge Bento, Professor Doutor António Fonseca, Professor Doutor Nuno Corte-Real, Professor Doutor Pedro Sarmiento e Professora Doutora Maria José Carvalho o meu sincero agradecimento.

...aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em particular à Dr. Deolinda Ramos, Virgínia Pinheiro e Dr. Pedro Novais o meu profundo agradecimento pelo profissionalismo, paciência e simpatia com que sempre me receberam.

....aos meus amigos da Associação de Ginástica do Norte, José Eduardo, Adriano Castro, João Viana, Maria João Lagoa e António Alves, o meu muito obrigado pelo o apoio e amizade.

....o meu agradecimento ainda ao professor Fernando Charrua.

...à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, o meu profundo agradecimento com a certeza de ter correspondido às expectativas confiadas.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE GERAL	IX
RESUMO	XI
ABSTRACT	XIII
ÍNDICE DE SIGLAS	XV
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. OBJETIVOS	20
2. CAMPO TEÓRICO DE ANÁLISE	21
2.1. SOCIEDADE	21
2.2. MIGRAÇÕES	34
2.3. MULTICULTURALISMO	37
2.4. EDUCAÇÃO	55
2.4.1. EDUCAÇÃO E DESPORTO	67
2.5. DESPORTO	71
2.5.1. DESPORTO MULTICULTURAL	74
2.5.2. PROJECTOS DESPORTIVOS	76
2.6. POLÍTICA	81
2.6.1. POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO	87
2.6.2. POLÍTICA E DESPORTO	94
2.7. AUTARQUIAS E DESPORTO	97
2.7.1. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO	104
3. METODOLOGIA	107
3.1. DEFINIÇÃO DO INSTRUMENTO	108
3.1.1. PROCESSOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	108
3.1.1.1. ENTREVISTA	108
3.1.1.2. <i>FOCUS GROUP</i>	112

3.1.1.3. RECOLHA DOCUMENTAL	114
3.2. PROCESSO ANALÍTICO	116
3.2.1. ANÁLISE DO CONTEÚDO E DE DISCURSO	116
3.2.2. CATEGORIAS DEFINIDAS A <i>PRIORI</i>	118
3.3. ELEMENTOS DE ESTUDO	122
4. TAREFAS DESCRITIVA E INTERPRETATIVA	127
4.1. ENTREVISTAS AO EXECUTIVO POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA	131
4.2. ENTREVISTAS AOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DA MAIA	143
4.3. ENTREVISTAS AOS COORDENADORES DA ÁREA DISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS BÁSICAS COM 2º e 3º CICLO E SECUNDÁRIAS DA MAIA	164
4.4. ENTREVISTAS AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES DESPORTIVAS DO CONCELHO DA MAIA	178
4.5. ENTREVISTAS AOS GRUPOS CULTURAIS	238
5. CONCLUSÕES	243
6. BIBLIOGRAFIA	249
ANEXOS	CCLXI

RESUMO

A circulação e o contacto entre pessoas de diversas culturas intensifica-se pelo mundo. As sociedades, principalmente as mais avançadas ou modernas, apresentam, na sua estrutura de convivência diária, um mosaico de culturas sujeito às dinâmicas sociais de proximidade. Assim, viver na multiculturalidade exige relações que propiciem a estabilidade entre as diversas culturas em contacto, nem sempre possíveis. O choque entre culturas exige diálogo e estratégias para o encontro na diversidade.

O desporto poderá ser uma resposta, uma vez que permite a congregação das pessoas no respeito pela sua identidade (Kennett, 2007). Neste sentido foi objetivo deste trabalho perceber quais as possíveis estratégias políticas e técnicas para a promoção de um desporto multicultural no Concelho da Maia. Assim, procuramos conhecer a sensibilidade dos Autarcas da Câmara Municipal da Maia (Presidente, Vereador do Pelouro do Desporto, Vereador do Pelouro da Educação, Vereador do Pelouro da Ação Social e o Vereador do Pelouro das Relações Internacionais), dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dos Presidentes das Coletividades e Associações Desportivas, dos Professores de Educação Física e Desporto das Escolas Básicas com 2º e 3º Ciclo e Escolas Secundárias da Maia e dos três grupos de pessoas pertencentes a grupos minoritários do Concelho, (pessoas de Cabo-Verde, pessoas de São Tomé e Príncipe e pessoas pertencentes à comunidade Cigana), relativamente à importância do desporto para a sociedade e a possibilidade deste ser uma base para a congregação das diversas culturas existentes no Concelho da Maia. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), os instrumentos de investigação a que recorreremos foram a entrevista do tipo semi-estruturada, *focus group* e a análise documental. O conteúdo das entrevistas *focus group* foi submetido à análise de conteúdo do tipo confirmatório. Após a aplicação dos referidos instrumentos, sua transcrição e análise, segundo Bardin (2004) verificamos que na base do entendimento multicultural o desporto pode apresentar-se como uma resposta, uma vez que promove o entendimento, a coesão social, a tolerância e a solidariedade. O desporto

apresenta-se como um espaço pedagógico de amizade, de convívio, de festa e de alegria. Permite, ainda, a exaltação da vida.

Palavras-chave: Município da Maia, Multiculturalismo, Desporto, Escola, Movimento Associativo

ABSTRACT

The movement and contact among people from diverse cultural backgrounds grows all over the world. Societies, mainly the most developed or modern, show a cultural mosaic, in their daily life structure, due to the neighbourhood social dynamic. Therefore, living multiculturalism demands stability among diverse cultures, which is not always possible. The clash among cultures demands dialogue and strategy to meet in the diversity. Sport may be a response since it allows the togetherness of people, with the respect for their identity (Kennet, 2007). The aim of this work was understand the possible political and technical strategies to promote a multicultural sport in Maia. In this way, we tried to understand the feelings of Town Hall Authorities (Lord Mayor, Councillors of Sport, Education, Social Welfare and International Relations), Parish Officials, Sport Associations leaders, Physical Education teachers of basic and secondary schools and the representative individuals of minority groups in the city (Cape Vert, S.Tomé e Príncipe and Gipsy Community), about the importance of Sport as the basis for the togetherness of different cultures living in Maia. These information was collected through the semi-structured and *focus group interviews* and documental analysis, according Bogdan and Biklen (1994). The *focus group interviews* were subjected to the content analysis of confirmatory type.

After data collection, transcription and analysis, according to Bardin (2004), we observed that in multicultural understanding, sport may become a response, since it encourages the social understanding, tolerance and solidarity. Sport appear as a pedagogical area of friendship, social contact, celebration and happiness. Moreover, it allows the glorification of life.

Key words: Town Hall of Maia, Multiculturalism, Sport, School, Association Movement

ÍNDICE DE SIGLAS

CMM - Câmara Municipal da Maia

FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ONG - Organização não Governamental

(UNESCO) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(OCDE) - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

(CDCC) - Conselho da Cooperação Cultural

(UE) - União Europeia

(INE) - Instituto Nacional de Estatística

(CLAI) - Centro Local de Apoio ao Imigrante

1. INTRODUÇÃO

Conhecer a nossa sociedade é conhecer o complexo comportamento das redes de relações sociais (Ginsberg, 2000). O indivíduo apresenta-se como a unidade física da sociedade, do agregado e do grupo social. Assim, sociedade *“é o maior número de seres humanos que agem conjuntamente para satisfazer as suas necessidades sociais e que compartilham uma cultura comum”* (Fichter, 1973, p. 165-166). No atual mundo globalizado o número de pessoas “em movimento” é cada vez maior, onde os “estrangeiros” de vários países são parte fundamental da população. Assim a experiência multicultural torna-se permanente sendo vários os problemas de integração (Barreto, 2005, p. 20). De referir que o multiculturalismo revela-se pela coexistência num mesmo tempo e espaço de diferentes grupos culturais que partilham recursos e impõem os seus próprios códigos, valores, formas de organização coletiva, modos de cultura material e as suas formas de representação simbólica (Nicolás, 2006, p. 13). Os fenómenos migratórios de origem económica, responsáveis pela formação de muitas sociedades multiculturais, levam milhões de pessoas a deslocarem-se de zonas pobres para zonas ricas, levantando enormes problemas às sociedades de acolhimento. Apesar de terem um papel economicamente ativo, têm usualmente dificuldades de integração no plano social e cultural (Almeida, Machado, Capucha, & Torres, 1994). Na Europa é característico, de diferentes formas, a sua multiculturalidade, reconhecendo a necessidade de um relacionamento intercultural entre grupos de diferentes proveniências, como forma de combater o conflito interétnico, a intolerância xenófoba, a criação de mecanismos capazes de promover a inserção social e económica das comunidades imigradas e o combate à sua exclusão (Albuquerque, Ferreira, & Viegas, 2000). O desporto poderá ser uma resposta, uma vez que este aumenta o entendimento e a apreciação das diferenças culturais e contribui para a luta contra preconceitos. Ele limita a exclusão social dos imigrantes e grupos de minoritários (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004, p. 1). Ao nível individual e coletivo, o desporto apresenta uma interligação de valores

necessários à vida, o que aprofunda a sua importância humanista e favorece as relações humanas no quotidiano (Moreira, 2012, p. 164).

A educação dos povos deve apoiar-se na capacidade de reconhecer a diversidade como uma fonte de riqueza. A educação neste contexto deve preservar a diversidade cultural, através de um ensino mais democrático com uma atenção especial à diversidade nas escolas. Não é uma situação fácil de operacionalizar pelo facto de muitas instituições de ensino apresentarem uma linha de ação apoiada na homogeneização e no monoculturalismo. É fundamental que o sistema de educação permita uma abertura à pluralidade de línguas e culturas; à libertação de preconceitos herdados; um reforço dos laços e sentimentos; à liberdade de explorar outras culturas e projetos; à capacidade da pessoa escolher com conhecimento profundo as alternativas; banir o etnocentrismo através de um aprofundamento da existência de outras culturas, sociedades, modos de vida, pensamentos e assim libertar as pessoas de preconceitos e explorar a diversidade. A Europa apresenta-se como um híbrido cultural, no entanto, parece desenvolver-se contra este *"hibridismo"*, constituindo-se na base de um discurso de unidade sem diversidade. Discurso antigo assente numa visão unitária do mundo promovida pelos estados-nações que a compõem. É fundamental uma visão tendente para a unidade na diversidade e pela noção de uma identidade híbrida. A Europa ao nível da educação deve assumir esta filosofia se quiser ser mais do que um *"enigma"*. A educação intercultural é a *"proposta operativa"* (Stoer & Cortesão, 2000, p. 269). A multicultural e a relação intercultural evidenciam-se mesmo nas sociedades mais homogêneas. A emergência da diversidade surge como um direito essencial da nossa contemporaneidade e um novo dever democrático, o dever de cooperar na construção da coesão e a obrigação cívica de contribuir para a edificação de comunidades sólidas, sem perda de pluralismo. As novas aprendizagens são indissociáveis do empreendedorismo social e das competências de criação de capital social. Aprender e educar com respeito pelo pluralismo das pessoas, instituições, culturas e convicções estará na primeira linha das prioridades educativas da atualidade (Carneiro, 2003, pp. 23-24). De acordo com o referido desiderato, compete ao poder político estar enquadrado

com a realidade social, no sentido de antecipar as ações necessárias ao bem-estar das populações e responder prontamente às emergentes vontades e necessidades. Neste papel os Municípios têm tido um papel fundamental. O Município, em Portugal, não é a Autarquia local de base. As Autarquias locais de base, as que estão mais próximas dos cidadãos, são as Freguesias. Contudo, as Autarquias locais que têm mais atribuições e competências, mais meios financeiros e mais pessoal são claramente os Municípios (Mota, Novo, Infante, & Andrade, 2008, p. 4). Estes, pelas suas competências legais, proximidade e facilidade de compreensão das necessidades e vontades dos munícipes, têm um papel fundamental no incremento, na generalização e no desenvolvimento desportivo das populações locais. Atualmente continuamos a verificar que grande parte do desenvolvimento desportivo verificado no país passa pelas Autarquias e, sem a sua ação tal não seria possível (Constantino, 1990, p. 3). Aos municípios compete, para além de outros pontos de ação, através de estratégias devidamente planificadas, responder às necessidades desportivas da população em geral. Uma das garantias do cumprimento do referido direito passa, inequivocamente, pelo apoio e cooperação por parte do poder político às escolas e ao movimento associativo (Assembleia da República, 1999). Neste sentido, as coletividades e as associações desportivas apresentam-se como as instituições que mais têm contribuído para a promoção e desenvolvimento desportivo no enquadramento do direito constitucional. Para além de serem responsáveis pela grande dinamização desportiva, elas reduzem as barreiras sociais e culturais através da promoção do relacionamento entre as pessoas (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006, p. 169).

Assim, pretendemos conhecer e compreender quais os problemas políticos e técnicos, que a referida dimensão multicultural coloca às diversas instituições da Maia, responsáveis pela promoção e desenvolvimento desportivo e de que forma o desporto poderá contribuir para a coesão social respeitando a diversidade cultural.

As informações que pretendemos recolher neste estudo são qualidades, atributos e propriedades. Neste sentido, iremos utilizar o método qualitativo,

uma vez que este é o que melhor se adequa às necessidades do presente estudo.

1.1. OBJETIVOS

De acordo com a emergência da multiculturalidade a ocorrer nos países desenvolvidos, acreditamos que o desporto pode e deve ser um instrumento para a congregação das diversas comunidades que vivem e partilham os mesmos espaços. Neste sentido, a intenção deste estudo, é analisar as diferentes instituições nas quais o desporto é planeado, promovido, operacionalizado e desenvolvido no Concelho da Maia, nomeadamente, na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia, nas Escolas, e no Movimento Associativo. Este trabalho tem como objectivo perceber a importância do desporto na agregação das diversas comunidades, assim como as linhas de ação técnicas e políticas para o desenvolvimento de um desporto multicultural.

2. CAMPO TEÓRICO DE ANÁLISE

2.1. SOCIEDADE

Uma sociedade distingue-se pelo complexo comportamento social e pela rede de relações sociais (Ginsberg, 2000). O indivíduo apresenta-se como a unidade física da sociedade, do agregado e do grupo social. Assim, sociedade “*é o maior número de seres humanos que agem conjuntamente para satisfazer as suas necessidades sociais e que compartilham uma cultura comum*” (Fichter, 1973, pp. 165-166). Numa sociedade a sua união não passa pela religião comum, raça, etnia, língua ou cultura, mas sim, por “*um acordo normativo em relação ao império do direito e a crença de que somos indivíduos iguais e portadores dos mesmos direitos*” (Savater, 2003, p.129). De salientar que humanidade e sociedade, atualmente são a mesma coisa (Schwanitz, 2010, p. 132). Na perspetiva de Giddens (2009), os membros de uma pequena ou grande sociedade mantêm-se unidos pelo facto dos mesmos organizarem-se em relações sociais estruturadas segundo uma única cultura. Cultura e sociedade “*não vivem um sem o outro*” (Giddens, 2009, p. 47). Os traços culturais estão intimamente relacionados com os padrões gerais de desenvolvimento de uma sociedade (Giddens, 2009). A sociedade em geral caracteriza-se por uma dinâmica excecionalmente elevada em todos os processos que a caracterizam. As dependências de uns e de outros são generalizadas e apesar de uma maior abertura e conhecimento global o futuro das novas gerações apresenta-se sombrio pelas profundas divisões sociais que apresenta, pelos focos de guerra, genocídio e ou racismo. Neste sentido é importante a coragem, “*Olhar o mundo em processo de mudança. Lutar e reinventar.*” (Moreira, 2009b, pp. 27-28). Neste enquadramento, e como sabemos, vivemos num mundo global que teve início *no “próprio momento em que o primeiro homem deu o primeiro passo em direção ao seu semelhante (...) e em que uma comunidade contactou pela primeira vez com a comunidade vizinha”* (Saraiva, 2007, p. 269). As fases mais importantes da globalização na antiguidade foram promovidas pelos Vikings (nas viagens para a América e

Península Ibérica), pelas legiões romanas que se expandiram para o oriente e ocidente, pelas invasões bárbaras e pelas cruzadas. Depois, com o expansionismo europeu, onde Portugal tem um papel muito importante, dá-se uma aceleração no processo de globalização através do estabelecimento de laços permanentes e definitivos com a América, a Ásia e a África (Saraiva, 2007, p. 269). Nesta mesma fase muitos outros povos têm um papel preponderante como é o caso dos Espanhóis, Holandeses, Franceses e os Ingleses (Patrício, 2009, p. 111). A globalização apresenta-se assim como um fenómeno muito antigo que tem vindo a aumentar a sua velocidade ao longo dos tempos e, de forma mais rápida, a partir dos meados da segunda metade do século XX com a evolução dos transportes e das comunicações. A globalização *“vem de mãos dadas com o progresso e não depende da nossa vontade”* (Saraiva, 2007, p. 270). Segundo Leman (2005), através do referido fenómeno, uma comunidade fica sujeita a uma vasta rede de ligações de variadíssimas formas onde a comunicação e a mobilidade são cada vez mais rápidas (Leman, 2005, p. 169). Expressa-se através da dimensão socioeconómica e cultural, sendo nesta última que recai a maior atenção, fenómeno iniciado pelas ciências sociais nos anos oitenta (Santos, 2005, p. 51). Segundo as palavras de Saraiva (2007), a globalização conduz-nos para uma igualização com perda da diversidade, ou seja as diferenças entre as várias comunidades, povos e populações dos diversos países e continentes *“tendem a esbater-se.”* Neste sentido, o autor explica-nos que *“tal como os vasos comunicantes: quando se põem em contacto colunas de líquido de alturas diferentes, umas sobem outras descem até ficarem todas à mesma altura.”* (Saraiva, 2007, p. 272). Assim, com a mistura dos povos tenderá a haver uma única etnia, uma única característica física, cultural e linguística. Esta última, não resultará da fusão das outras, mas da imposição de uma como a mais forte, sendo atualmente o inglês aquela que mais se fala internacionalmente, podendo a mesma tornar-se universal (Saraiva, 2007, p. 272). No enquadramento desta leitura a referida uniformização é o estágio final da globalização que representa a perda de muitas tradições, experiências e aquisições de múltiplas comunidades. De acordo com o referido, a globalização

comprime, uniformiza e destrói, levando a que *“a cultura dominante, no fim tenderá a ser mais pobre, porque é uma cultura que terá de servir a todos. Não terá grande sofisticação nem nuances, que só são apreensíveis por alguns.”* (Saraiva, 2007, p. 273). Esta tendência da globalização para a monoculturalidade é questionada por Patrício (2009), afirmando que *“a globalização torna o outro mais presente”* e que dar pela presença e conhecer o outro não *“é o mesmo que, tornar-se o outro, ser absorvido por ele”* o nosso *“eu”* não desaparece no *“eu”* do outro. Patrício (2009), refere que dado o longo período a que estamos sujeitos à globalização, podemos observar que o *“eu cultural”* resiste à absorção pelo *“eu global.”* Algo do *“eu global”* integra no seu *“eu”* mudando algo, sem, contudo perder a sua identidade. O mundo global está e continuará a mudar o mundo multicultural mas não conseguirá acabar com este, uma vez que para *“o mudar tem de mudar-se ele próprio a si”* (Patrício, 2009, p. 111). Manuel Patrício lembra que as *“deslocações e encontros de povos tiveram sempre consequências culturais, provocaram mudanças culturais de um lado e de outro, do lado do que chega e do lado do que está”* (Patrício, 2009, p. 112). Segundo o mesmo autor, a cultura está sujeita a fenómenos de transformação, de mudança, de evolução e talvez de mutação. Contudo a cultura *“é uma entidade extraordinariamente resistente e duradoura”* (Patrício, 2009, p. 112). Culturas independentes e puras não existem. As tradições *“resultam de uma mistura confusa de influências múltiplas e (...) alimentam-se de práticas complexas que se vão modificando ao longo do itinerário cronológico que percorrem, através de dinâmicas próprias de processos de readaptação que lhes permite sobreviverem”* (Albuquerque, Ferreira, & Viegas, 2000, p. 5). Portugal sempre apresentou uma construção cultural mutável, ou seja, constituído de mudança quer no aspeto subjetivo (noção de si e do sentimento de identidade), como no aspeto objetivo (delimitação do território, características físicas da população, organização económica, estruturação social, arquitetura civilizacional) (Patrício, 2009, pp. 112-113). Portugal, ao longo dos séculos esteve sempre em mudança e hoje não é diferente apresentando fatores de mudança como sejam, por exemplo, os políticos, sociais, económicos, comunicacionais, tecnológicos, culturais,

demográficos. A imensa diversidade cultural existente promove mudança na sociedade criando gradualmente uma nova identidade pois, a sociedade “*é uma construção em permanente atividade*” (Patrício, 2009, p. 114). Assim, a sociedade portuguesa é caracterizada por uma mutação sem perda de uma identidade própria que se reconstrói ao longo dos tempos. Até hoje a sociedade portuguesa teve a vitalidade suficiente para apresentar uma identidade renovada e assim será necessário para conseguir assimilar as novas alterações fisionómicas da população e as novas alterações culturais (Patrício, 2009, p. 114). Segundo Tavares (1998), Portugal como qualquer outro país, apesar da sua multiculturalidade, não perderá a sua identidade cultural como ainda manterá a mesma como dominante. Variados traços culturais serão absorvidos pelas várias culturas em contacto o que por sua vez será enriquecedor para todas elas (Tavares, 1998, p. 117). Atualmente o tempo e a distância perderam a importância como forças de modelação das ações humanas, menos ligados por laços, locais e eventos específicos. Tanto o espaço como o tempo passaram a estar livremente à nossa disposição. Os horizontes sociais são extremamente alargados, estando menos dependentes de determinadas pessoas e de relacionamentos fixos. O acesso massificado à televisão e às comunicações via satélite tornaram possível um movimento de imagens procedentes de diferentes espaços quase em simultâneo, promovendo assim um aumento das interações culturais. Tornou-se possível retirar significados culturais dos seus contextos sociais originais e transplantá-los para outras sociedades. Podemos através de variadíssimas fontes e de forma rápida aceder a quantidades muito grandes de conteúdos culturais de todos os tipos. Também é possível obter imagens completas de outros estilos de vida, principalmente através da televisão ou filmes, conhecer diferentes culturas, fator fundamental para a nossa sobrevivência. Os meios de comunicação de massa eletrónicos e a rapidez dos transportes envolvem-nos numa experiência única e fazem-nos estar cientes de que vivemos num mundo pluralista e multicultural. Somos convidados assim, a participar nas suas muitas e diferentes possibilidades agregadas, por exemplo, à cozinha, à música, às práticas religiosas e aos costumes matrimoniais. A globalização aumenta a

uniformidade dos problemas com que se deparam os países e os povos do mundo. Através dos meios de comunicação chegam às nossas casas, a toda a hora e dias, os acontecimentos e as crises que ocorrem perto e longe de nós (Cohen, 2005, pp. 26-28). Estas circunstâncias alertam-nos para o facto de que todos vivemos no mesmo pequeno planeta. Assim, os problemas dos outros mostram uma tendência para se transformarem nos nossos problemas (Moreira, 2009b, p. 20). As sociedades industriais, também chamadas “*sociedades modernas*” ou “*desenvolvidas*”, em muitos pontos de vistas são diferentes de qualquer outro tipo de ordem social anterior e o seu desenvolvimento teve consequências que se estenderam muito para além das suas origens europeias. Atualmente uma das características principais das sociedades industriais é a sua população ativa trabalhar em fábricas, escritórios ou lojas, e não na agricultura. Grande parte da população atual vive em cidades onde se encontram a maior parte dos postos de trabalho e são criadas as novas oportunidades de emprego. Nas cidades, a vida social é mais impessoal e anónima. Muitos dos nossos encontros diários e casuais são com estranhos e desconhecidos e não com pessoas nossas conhecidas. Organizações em grande escala, como empresas ou organismos governamentais, acabam por influenciar a vida de praticamente toda a gente. Os sistemas políticos são muito desenvolvidos e intensivos. As sociedades industriais foram os primeiros estados-nação, comunidades políticas divididas e delimitadas entre si por meio de fronteiras claras. Nos estados-nação, os governos têm amplos poderes sobre muitos aspetos da vida dos cidadãos, promulgando leis que se aplicam a todos os que vivem no interior das suas fronteiras (Giddens, 2009, pp. 35-36). Neste enquadramento, e a título de curiosidade, Portugal apresenta-se como o estado-nação mais antigo da Europa, ou seja, surge delineado a meio do século XII e perfeitamente desenhado no século XIII (Patrício, 2009, p. 112). As referidas sociedades ricas e consumidoras deixaram de se identificar e honrar as divindades. Estas querem ser conhecidas pelo modo como produzem, pelos meios que dispõem, pelo mercado que definem, tentando livrar-se das “*velhas etiquetas inúteis*” (Moreira, 2009b, p. 31). Também não estabeleceram a paz entre as

peessoas de diferentes culturas (características físicas, diferentes credos, gerações), entre o passado e o futuro, entre cada um e o seu projeto, nem entre as pessoas e a marcha do mundo (Moreira, 2009b, pp. 30-31). Alguns problemas globais exigem respostas globais, através da colaboração e regulamentação de governos de diferentes países resultando em soluções autênticas. As interligações e as interdependências encontram-se em rápida expansão numa rede cada vez mais densa de trocas e filiações transnacionais que ligam os países, as empresas, os movimentos sociais, os grupos profissionais e outros grupos de cidadãos individuais. As referidas redes atravessam as fronteiras territoriais, abrindo a autosuficiência cultural e económica que os países anteriormente sentiam. Este tipo de interligações permitiu que as sociedades e respetivas cidades e regiões expandissem-se, fundindo-se e tornando-se concomitantes a outras sociedades. Quebrou-se também a separação da esfera da vida nacional e a esfera internacional (Cohen, 2005, pp. 29-30). Será de salientar que *“a interpenetração dos interesses foi mais veloz do que a marcha da interpenetração das culturas e das etnias”* (Moreira, 2009b, p. 20). Estar no mundo é um desígnio de todos os povos, principalmente dos precursores que pela sua necessidade e vocação de estarem em todo o lado fazem parte dos interesses e mudanças. Hoje as interdependências são um facto onde não é possível existir renúncias, isolamentos, vocações regionalistas, comodidades neutras e a resolução dos problemas mundiais *“pelo abater das bandeiras.”* A maneira de participar nos problemas do mundo pode modificar-se, ser uma opção ou uma necessidade, contudo a participação e a presença em todo o mundo é obrigatória e irrenunciável. *“Os vencedores e os vencidos estão condenados à interdependência. Amigos ou inimigos, mas sempre íntimos”* (Moreira, 2009b, pp. 20-21). No último quarto de século passado assistimos a um conjunto de processos económicos, sociais, políticos e ideológicos que forçaram e forçam a uma revisão e reformulação dos modelos de cidadania e do Estado Nacional que se formou no pensamento político desde da segunda guerra mundial. A globalização tecno-económica e a construção de grandes poderes económicos e financeiros transnacionais que se concentram num pequeno número de

peças no mundo, têm originado a perda de autonomia do poder político e social em relação aos poderes económicos; a desregulação social e assistencial do Estado; um mal estar das democracias europeias; uma crise ecológica mundial; um crescente empobrecimento económico, ecológico, social, político e mesmo cultural dos países do chamado terceiro mundo; uma crescente deslocalização da população mundial para as cidades; uma mutação da convivência das comunidades onde as pessoas se relacionam anonimamente em função dos seus múltiplos e variados interesses; o surgimento em todos os lugares do planeta de milhões de refugiados ecológicos e políticos; o aumento dos fluxos migratórios; o surgimento das mulheres no mercado de trabalho e as reivindicações dos direitos por parte dos grupos feministas, ecologistas, pacifistas, homossexuais e das minorias étnicas ou religiosas. Os referidos pontos têm levado a um grande conflito político neste começo do milênio. Esses conflitos são a consciência crescente no pensamento e na prática política da diferença que existe entre cidadania, nacionalidade e etnicidade; a debilidade social dos sindicatos; o surgimento no campo social das organizações não governamentais, tanto a nível nacional como internacional; a constituição de uma consciência universal sobre os direitos humanos fundamentais (constituição de um Tribunal Penal Internacional). Estes são alguns dos processos que estão a alterar a estabilidade social, a autonomia política, a capacidade de gestão económica e ecológica dos Estados Nacionais e a pôr em crise um modelo liberal de cidadania que estava ligado ao modelo de Estado, o nacional. Este modelo de Estado está também em profunda alteração dadas as tensões por causa da mundialização económica-financeira e do desmembramento da sua soberania por símbolos supranacionais, como é o caso das nações envolvidas na constituição da União Europeia (UE), e da tensão existente no reconhecimento do direito de comunidades históricas nacionais para constituir espaços de autonomia política. Segundo, Antunes (1979), a Europa já não é o centro do mundo. Atualmente atingimos uma interdependência e uma união das pessoas jamais algum dia pensado. Aumentou o diálogo entre as mais diversas culturas e civilizações, assim como a afirmação da função e identidade das mesmas

(Antunes, 2011, pp. 43-44). Este fenómeno exige uma consciencialização, tolerância e diálogo entre todos os envolvidos na trama do mundo. A mundialização está a acontecer, fundamentalmente, no campo económico e financeiro com a livre circulação de capitais, investimentos, instalações produtivas e produtos comerciais originando uma mobilidade e instabilidade crescentes nas estruturas do mundo económico. Hoje as grandes empresas, entidades gestoras nómadas que *“não têm pátria nem coração”*, fixam-se momentaneamente onde podem obter mais benefícios. Os princípios da produtividade e rentabilidade das referidas empresas não têm em consideração o desenvolvimento e a estabilidade das sociedades onde se instalam. Com a ameaça da deslocalização das mesmas, os grandes poderes multinacionais nivelam internacionalmente os salários por baixo e forçam os governos dos países desenvolvidos à diminuição dos impostos e dos gastos na proteção social partilhada pelas empresas e pelas administrações. O objetivo é minorar os custos de produção e assim deixarem as suas fábricas nos países ocidentais. A crescente automatização e robotização da produção está também a levar a despedimentos maciços prejudicando profundamente os trabalhadores de meia idade e os empregados em situação profissional precária. Os referidos problemas levam também à alteração dos recursos e das garantias institucionais da estabilidade e da coesão das sociedades democráticas, aprofundando assim as diferenças económicas, sociais e culturais entre os cidadãos com trabalho e disponibilidade económica suficiente e aqueles que estão no desemprego, ou com uma ocupação profissional insegura ou intermitente. É um processo crescente de fragilidade, de desestruturação e anomalia social, de vulnerabilidade existencial e psíquica que desenvolvem custos individuais, como também, graves riscos para a coesão e equilíbrio da sociedade. Os governos europeus são convidados por esta ideologia neoliberal globalizante, destruidora da justiça, de integração e da solidariedade social, que se criou desde da segunda guerra mundial. Os Governos são convidados a privatizar os serviços públicos, a baixar os impostos, a desmantelar as ajudas sociais aos desempregados e desfavorecidos, a impor gastos repartidos entre cidadãos e administração no

pagamento de certos serviços e bens, com o objetivo bem claro e definido de “défice zero”. Segundo Rial, (2004), são as empresas que nos governam e os governos gerem-nos como empresas. Os governos já não parecem controlar as inversões, os fluxos de capitais, as mercadorias, as informações, as decisões na vida económica e social. Contudo exigimos-lhes que continuem a zelar pela paz social, pelo bem estar dos cidadãos, pela sua educação, pela sanidade, pela segurança e pela capacidade profissional. Digamos que as empresas privatizam os lucros e socializam as perdas. Perdas estas, não só económicas, sociais e ecológicas, como também políticas, pois a perda de confiança nas instituições públicas e na classe política por parte dos trabalhadores, marginalizados e desprotegidos é uma das perdas mais importantes que cabe contabilizar nesta gestão insolidária e bárbara que fazem hoje as médias e pequenas empresas. Podemos falar hoje de uma democracia confiscada pelos poderes económicos que compõem uma pequena porção de cidadãos privilegiados. A coesão da sociedade deteriora-se vertiginosamente com uma classe social muito bem acomodada que reforça cada vez mais o seu poder económico mas, por outro lado, um grande número de cidadãos europeus é forçado a viver na exclusão profissional, na marginalidade social e na desconfiança e apatia política. Hoje na UE existem milhões de desempregados desprovidos de qualquer tipo de apoio e que vivem abaixo do limiar de pobreza (Rial, 2004, pp. 199-202). Encontramo-nos num tempo em que *“as relações entre pessoas são substituídas por relações entre pessoas e coisas”* fruto de um tempo em que a vida está subordinada ao consumo e à mercantilização. As pessoas estão reduzidas a um projeto de vida que tem como base o consumo, criando sempre *“a necessidade de possuir e consumir bens apetecíveis pela aparência de valor e não pelo real valor do seu uso”* (Bento, 2012, p. 31). A atual sociedade de consumo é responsável pelo contínuo aprofundamento das desigualdades sociais, assim como, pela crescente frustração vinculada à *“emergência de desejos novos e passageiros, por vezes momentaneamente aliviados, vinculados a objetos”* (Bento, 2012, p. 33). Para os mercados *“feudo das agências da batota, da fraude e do roubo”* (Bento, 2012, pp. 34), as pessoas são unicamente *“objetos e números”*

onde, aqueles que o controlam, procuram subordinar a essência das pessoas ao consumo. Até ao surgimento de um novo mundo que *“luta para nascer”*, estamos sujeitos aqueles que promovem a *“agonia, aturdimento, desespero, pânico, e um número incontável de vítimas”* (Bento, 2012, pp. 37). Segundo Moreira (2009), vivemos num autoritarismo sem doutrina; num planeamento sem humanismo, num provincialismo sem carisma, num programa sem alternativa, numa imposição sem crítica, num combate sem metas e numa morte sem motivo (Moreira, 2009b, p. 31). A tudo isto soma-se a crescente imigração que introduz uma complexidade demográfica nas nossas sociedades ocidentais, mais diversidade étnica, linguística, riqueza cultural, assim como, uma maior pluralidade e conflitualidade nas relações humanas, políticas, económico-laborais e mesmo ideológicas. Esta variedade de formas de entender a vida trazida pelos imigrantes questiona, para o bem ou para o mal, a validade universal dos princípios que inspiram a organização social e política dos nossos Estados democráticos (Rial, 2004, p. 202). Segundo Moreira (2009), emerge também uma nova era para a religião como no Irão em que a revolução fundamentalista esmagou a ocidentalização. Na Rússia a religião ortodoxa, com a queda do soviétismo, que abriu caminho para a sua reafirmação; a emergência do Islamismo na Turquia que desafia a herança de Atatuk, na Índia o desafio à herança de Nehru, em Israel o desafio à herança de Ben-Gurion e no Egito o desafio à herança de Nasser. Esta crescente proeminência da religião para a identidade das nações e dos povos significou também o aumento da associação da religião com os conflitos em muitas partes do mundo. A falta da integração das minorias pode ameaçar a estabilidade política e a vida pacífica da sociedade civil. O terrorismo global apoia-se nos valores religiosos, para a sua salvação, na conquista do poder pela força das armas. Neste enquadramento, exige-se uma convergência das grandes lideranças espirituais do mundo para que os valores comuns sirvam de alicerce a uma intervenção solidária a favor da paz mundial (Moreira, 2009a, p. 249). Atualmente, e segundo Barreto (2003), a sociedade Portuguesa está diferente, apesar de muitas pessoas, pela continuidade e memória, pensarem pertencer ao mesmo país. Muitos dos traços históricos, aspetos estruturais da

população e da sociedade e características dos comportamentos e das mentalidades dos anos sessenta desapareceram. A população portuguesa em comparação com países europeus foi das que mais envelheceu. Desde os anos sessenta, a esperança de vida aumentou, a taxa de natalidade diminuiu e a dimensão das famílias baixou consideravelmente. Este último facto levou a uma alteração da natureza das famílias com a presença de uma família estritamente nuclear de uma ou duas gerações onde o pai e mãe trabalham. O número de uniões de facto cresceram, assim como das famílias monoparentais. Aumentou o número de divórcios e de segundos casamentos, assim como o número de filhos fora do casamento. De um país de emigração passamos a um país de imigração. Nos anos setenta dá-se uma pequena diminuição da emigração dada a crise internacional. A descolonização fez regressar mais de meio milhão de pessoas. Durante os anos oitenta imerge uma imigração oriunda do Brasil e das antigas colónias, assim como um crescente número de europeus. Já durante os anos noventa, a população estrangeira residente em Portugal alcança os 2% da população total. Apesar do nosso país apresentar uma corrente de emigração, o número de imigrantes superou o número de emigrantes. Nesta mesma altura consolida-se uma nova vaga de imigrantes oriundos da Europa central e de leste. A população estrangeira residente em Portugal, em menos de dez anos, passou para quatro por cento. Contudo atualmente, derivado à profunda crise econômica que verificamos em Portugal, ficamos sujeitos a uma diminuição do número de imigrantes e um aumento exponencial do número de emigrantes (Instituto Nacional de Estatística, 21/12/2012). Foi de modo completo que Portugal se integrou a nível nacional, administrativo, territorial, e social. O país era homogêneo e vigorava o poder administrativo, a moeda, a língua, as leis e as forças armadas tinham um carácter nacional. Para a referida integração contribuiu a guerra colonial, a generalização da televisão, o estabelecimento de redes escolares, postais e bancárias que cobriam todo o país. Um dos elementos mais importantes foi a integração da população ativa, sobretudo das mulheres que passaram a fazer parte dos quadros das empresas, profissões, escolas e universidades. Esta integração envolveu também os mais jovens com

o desenvolvimento de uma cultura jovem, ativa, eleitor, consumidor e produtor. Dá-se uma diminuição do setor primário, uma estabilização da população industrial e um aumento do setor terciário. Em paralelo com este último, reforçou-se a litoralização e a urbanização. Universalizou-se o estado de proteção social, a escolaridade e o sistema de saúde pública. Aumentou-se o bem estar coletivo e individual pela chegada dos bens de consumo individual e doméstico, pela instalação de infraestruturas de equipamentos coletivos de base, pela fundação do estado democrático e a organização de eleições, sendo as Autarquias locais responsáveis pela construção das infraestruturas coletivas. Com todos os fenómenos descritos nasce a sociedade de consumo de massas e desenvolveram-se as classes médias, mas também as desigualdades sociais, ou seja, a distância entre os rendimentos superiores e os inferiores aumentou. A sociedade portuguesa ao longo do tempo também assistiu ao incremento da formalização das relações sociais, sendo necessário, cada vez mais, o direito geral e mais precisamente os contratos. Esta situação é impulsionada por fatores como a integração da população ativa, o crescimento económico, a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento do mercado de trabalho, a democracia e a escolarização. Estes dois últimos factos *“ajudaram os cidadãos a tomar consciência dos seus direitos e a procurar formas legais de os defender e garantir”* (Barreto, 2003, p. 315). Com o estado democrático, as liberdades públicas configuram-se como uma nova cidadania expressa na afirmação dos direitos individuais e respetivas garantias, na possibilidade de participação e no acesso aos direitos políticos, sociais e cívicos. Nestas circunstâncias e numa sociedade cada vez mais aberta ao mundo, liberalizaram-se os costumes, progrediu-se na permissividade e afirmou-se a laicização da sociedade e dos comportamentos. A igreja, as forças armadas e os grandes corpos de Estado, atualmente, são partilhados e discutidos e eventualmente contestados. A sociedade conheceu assim um processo de diversificação cultural, étnica e religiosa, acompanhado pelo estabelecimento do pluralismo político (Barreto, 2003, pp. 311-316). O Concelho da Maia atualmente com 17 freguesias, situa-se a norte de Portugal, confinando-se com os municípios de Vila do Conde, Matosinhos, Porto,

Valongo, Gondomar e Trofa. É um Concelho predominantemente urbano, que está fortemente polarizado pela cidade da Maia (constituído pelas freguesias de Gueifães, Maia e Vermoim) e tem uma localização geo-estratégica, no seio da Área Metropolitana do Porto. Até ao momento o Executivo do Município da Maia é constituído pelo Presidente, Vice-Presidente, seis Vereadores com atribuição de Pelouros e três Vereadores sem Pelouro. Do ponto de vista demográfico a população do Concelho da Maia, em 1991, era de 93 151 habitantes e, em 2001, era de 120 111 habitantes. Este aumento traduziu um crescimento de 29% da população, tendo sido em 2001, o segundo Concelho que maior crescimento revelou em todo o norte de Portugal. Atualmente, e de acordo com os censos de 2011, o número de pessoas a residir no Concelho da Maia é de 135 306. O Concelho da Maia, apresenta uma superfície de 83,1 Km² do território Nacional, e uma densidade populacional de 1 753,7 hab/km² (Instituto Nacional de Estatística, 28/11/2011). Comparando a qualidade de vida nas Áreas Metropolitanas Portuguesas, o Concelho da Maia apresenta resultados que supera de longe os obtidos por todos os outros concelhos analisados. Como podemos verificar o Concelho da Maia continua a ser alvo preferencial de muitas pessoas. O crescimento do Concelho da Maia, nas suas diferentes vertentes, traduziu-se num verdadeiro pólo atrativo para os imigrantes de diferentes grupos culturais. Prova disso, e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao ano de 2008, a população estrangeira que solicitou estatuto de residente no Concelho da Maia foi cerca de 0,46% da população total. A sua origem é variada e, de acordo com os dados obtidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística, 07/05/2008) são provenientes da: Ucrânia (260), Brasil (194), República da Moldávia (29), China (23), Rússia (23), Roménia (16), Cabo-Verde (15), Angola (11), Espanha (6), Paquistão (6), São Tomé e Príncipe (5), Venezuela (5), Alemanha (4), França (2), Índia (2), Itália (2), Guiné-Bissau (1), Japão (1), Marrocos (1), Moçambique (1), Polónia (1), Senegal (1).

2.2. MIGRAÇÕES

O emigrante que conhece gentes e coisas, foge do tédio da opressão e da pobreza na procura da paz. Ama as suas raízes e a sua pátria, e pensa um dia lá voltar. Os amigos serão diferentes, a língua não será a mesma, assim como a religião e os hábitos. Veem-se envolvidos nas burocracias que não quantificam o drama e a dor das famílias separadas, da esperança e do sofrimento escondido e da vida muitas vezes perdida e que não se repete. Os filhos em muitos casos serão a privação do reencontro com as origens, restando-lhes não esquecer.

(Moreira, 2009b, pp. 40-42)

Todas as grandes nações fizeram-se com base nas migrações ou através do seu contributo. As migrações são responsáveis pelo desenvolvimento de muitas civilizações, pela difusão das técnicas, das ciências, das culturas, pelas grandes alterações sociais, políticas e pelos grandes desastres. Com a deslocação dos emigrantes é possível que aconteça uma miscigenação, ou uma imposição, ou perda dos seus valores e da sua identidade. As atuais migrações estão associadas a fenómenos como a procura de trabalho, de melhores oportunidades e de mais rendimentos. A carência de recursos e de oportunidades num país ou numa região levam as pessoas a procurar casa, recursos e emprego noutros países, regiões ou continentes. As causas podem ser de natureza social, económica, política e ou militar, contudo será de salientar as económicas. Neste sentido, as migrações resultam do desequilíbrio das capacidades sociais e económicas. Atualmente toda a gente emigra: pobres e ricos, jovens, velhos, homens, mulheres, analfabetos, professores, artistas e médicos enquadrando-se os três últimos nos quadros técnicos e científicos qualificados que se deslocam em direção a cidades mais desenvolvidas. Contudo em termos estatísticos, os que mais emigram são: as pessoas mais pobres, desempregados, camponeses, artesãos, operários, antigos comerciantes e empregados de serviços (Barreto, 2003, pp. 261-264).

No enquadramento dos diferentes países europeus, estes não viveram a mesma história migratória. A imigração na França tem mais de um século e está ligado aos processos de colonização e descolonização. Na Alemanha, surge sobretudo após a segunda guerra mundial pela necessidade de mão de obra. Ao nível dos países nórdicos a imigração é sobretudo regional e associada ao asilo político. Na Grã-Bretanha a imigração surge associada ao próprio império Britânico. Nos países do sul da Europa, a imigração é recente e surge após um longo período de emigração (Rugy, 2000, p. 29). Em Portugal as migrações estão ligadas à formação da nacionalidade. No século XIX e XX o referido fenómeno é uma constante da sociedade, com a emigração numa primeira fase para o Brasil, para a América do Norte e do Sul e para a África. Antes da segunda guerra o destino principal dos portugueses era o Brasil, mas, após um interregno neste período, o número de emigrantes portugueses cresce superiormente ao saldo entre nascimentos e mortes, fazendo o país perder população em termos absolutos. Não tendo cessado a emigração para o Brasil, os anos sessenta e setenta do século XX caracterizam-se por uma emigração para os países europeus, em especial para a França. Grandes áreas de Portugal, sofreram uma desertificação demográfica provocando um envelhecimento das populações rurais, esvaziamento das aldeias, abandono das terras, aumentos salariais, falta de mão de obra nos campos, etc. Neste mesmo período as imigrações do campo para as cidades (principalmente para as cidades das áreas metropolitanas) aumentaram significativamente. A emigração para as colónias era modesta, contudo sofreu um ligeiro aumento com a guerra colonial. As dificuldades de muitos emigrantes portugueses caracterizaram-se pela necessidade de recorrerem às redes de tráfico de passadores, adquirindo os mesmos no mercado negro, ficando muitas vezes dependentes de marginais e de trabalho clandestino vivendo em condições miseráveis. Após 1974 e de forma insuficiente desenvolveram-se políticas de apoio aos emigrantes portugueses espalhados pelas várias comunidades no mundo. Desde a referida data aos anos oitenta, a emigração diminuiu pelas crises internacionais e europeia. Entre 1974 e 1976, com o fim da guerra colonial e consequente abandono dos territórios colonizados, mais de meio

milhão de portugueses regressou a Portugal. Contudo, apesar de baixa a emigração, manteve-se. Nos anos oitenta, e com mais intensidade nos anos noventa, a emigração foi dando lugar à imigração de brasileiros e africanos sobretudo os oriundos dos países de língua portuguesa. Este facto deveu-se à necessidade de mão de obra estrangeira pelos empresários portugueses, pelos projetos públicos e pela recusa de certo tipo de trabalhos pelos portugueses (salários baixos que os estrangeiros aceitam). No final dos anos noventa, novos imigrantes afluem a Portugal, vindos das regiões centrais e orientais da Europa, como, por exemplo, os ucranianos, os moldavos, os russos, os bielorrussos, os romenos, os croatas, os eslovenos e outros. Este fenómeno está associado à implosão comunista, ao desmembramento da União Soviética e da Jugoslávia e aos conflitos nos Balcãs. Neste contexto, salientamos que o equilíbrio demográfico depende destes fluxos de estrangeiros (Barreto, 2003, pp. 275-279). De salientar que neste período e segundo Baganha (2005), os processos migratórios no nosso país caracterizam-se pela *“existência em simultâneo de fluxos de entrada e de saída de migrantes com perfis económicos semelhantes”* inserindo-se no tecido económico de Portugal e ou dos outros países nos mesmos segmentos do mercado de trabalho (Baganha, 2001, p. 142). A referida condição de país de acolhimento traz novos problemas e perspectivas, por exemplo, uma pluralidade cultural, étnica e religiosa. O país fica sujeito às alterações dos traços *“mitológicos”* da identidade nacional. Pessoas e grupos perdem, renovam ou alteram as suas referências e valores em contacto com outras culturas. São processos de substituição, de confronto, de conflito, de desenraizamento e de miscigenação relativamente inéditos em Portugal. Quanto à questão religiosa, atualmente os portugueses vivem um pluralismo religioso, contrariando a sociedade de base, homogénea e unitária. A liberdade vivida deve muito à emigração dos anos sessenta, setenta e das décadas seguintes. Os portugueses conhecem em sua casa o que os emigrantes viveram durante décadas noutros países. A quebra de natalidade e o rápido envelhecimento da população exigem um fluxo regular de novas pessoas, fundamentalmente dos imigrantes estrangeiros. A dinâmica portuguesa não é suficiente para assegurar a renovação de gerações e garantir

o razoável equilíbrio entre a população, os recursos, as atividades económicas, a expressão cultural e o desenvolvimento (Barreto, 2003, pp. 279-280). A Europa, assim como Portugal, para continuar a crescer economicamente precisará de receber mais imigrantes. Apesar do descrito, o negativismo e o racismo prevalecem na Europa e no mundo. A perceção das pessoas perante os imigrantes e grupos minoritários é diferente comparativamente à maioria. Eles suscitam dúvidas, preocupações e problemas. As condições de vida dos imigrantes e as suas dificuldades não têm “voz” e a atenção mínima desejável (Vala, Lima, & Lopes, 2003, pp. 391-392). Segundo Fitcher (1973), para haver uma integração sociocultural, a heterogeneidade social e cultural apresenta-se como *“uma qualidade essencial das relações sociais e que é preliminar indispensável para a integração”*. O referido autor, afirma ainda que *“não se pode falar de integração a menos que haja diferentes elementos a integrar”* (Fichter, 1973, p. 476). Todas as pessoas que se mudam de um local para outro, *“passam por um processo de integração socio-cultural”* e adquirem *“padrões de comportamento do novo ambiente, e desenvolvem relações sociais com gente que antes lhe era estranha”* (Fichter, 1973, p. 477). São necessários dois elementos fundamentais para que o referido sistema funcione. Um é a manutenção da cooperação e o outro a satisfação das necessidades. Caso uma sociedade não consiga satisfazer *“as necessidades sociais e culturais”* é uma sociedade em que *“as pessoas não cooperam eficientemente”* (Fichter, 1973, pp. 477-478).

2.3. MULTICULTURALISMO

O expansionismo europeu teve início há séculos e caracterizou-se por um enorme movimento de populações, formando a base de muitas sociedades multiculturais no mundo. Apesar das primeiras vagas de migração global, as populações humanas continuaram a interagir e a misturar-se de maneira que moldaram de forma profunda, a composição étnica de muitos países (Giddens, 2009, p. 260). Nas três últimas décadas a Europa ocidental sofreu grandes fluxos migratórios que aumentaram os contactos entre as diversas culturas

provenientes dos cinco continentes. Neste mesmo sentido, Portugal também vive uma realidade multicultural (Garcia, s/d), resultante de uma imigração significativa para o nosso território de pessoas oriundas de diversos países, devendo-se, sobretudo ao fim do Império Colonial e à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) (Santos, 2001, p.12), atual UE. Atualmente o caráter maciço e mediático do fenómeno multicultural exige reflexão, pelo facto de existirem perigos para a ordem social. Os contactos interculturais sempre existiram e permitiram o progresso humano nas suas diferentes vertentes, no tecnológico assim como nas formas superiores do espírito. As alterações das tecnologias de comunicação no fim do século XX, levam a multiculturalidade a entrar nas nossas casas pelos diferentes órgãos de comunicação. Para falarmos de multiculturalidade implica, em primeiro lugar, saber o que se entende por cultura. Neste contexto, e segundo Santos (2001), cultura é a luta contra a uniformidade (Santos, 2005, p. 54). Para Fichter (1973), a componente básica da cultura é o padrão dos comportamentos sociais que, combinados, formam os diferentes papéis sociais, relações humanas e processos sociais, presentes nas instituições das diversas culturas. Assim, e segundo o autor, as instituições apresentam-se como as unidades da cultura, sendo esta uma *“configuração total das Instituições que as pessoas de uma dada sociedade compartilham”* (Fichter, 1973, pp. 321-322). A cultura não é um processo estanque, ela está em constante construção, ou seja, transforma-se *“através da interação social”* (Stoer & Cortesão, 2000, p. 264). Nesta linha de pensamento, Patrício (2002), afirma que o homem cria cultura criando culturas, formas culturais que muitas vezes são antagónicas, diferentes e diversas (Patrício, 2002, p. 73). Para Nicolás (2006), cultura apresenta-se como um conjunto de criações simbólicas, procedimentos tecnológicos e regras interiorizadas que respondem às perguntas básicas sobre a nossa evolução como espécie dominante, sobre a alteridade, a diversidade cultural e sobre a possibilidade de transcender as limitações do tempo e do espaço que constituem a condição humana (Nicolás, 2006, p. 17). Para Schwanitz (2010), cultura é o *“património comum de histórias que mantém unida uma sociedade. Destas também fazem parte os relatos sobre as próprias origens, ou seja, a*

biografia (descrição da vida) de uma sociedade que diz à mesma quem ela é” (Schwanitz, 2010, p. 37). A cultura enquadra-se num pensamento relativo à representação das *“coisas mais elevadas do espírito”* como a arte, a literatura, a música e a pintura. Ela refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos pertencentes a essa sociedade, incluindo o modo como se vestem, as suas formas de casamento e de família, os seus padrões de trabalho, as cerimónias religiosas e as atividades de lazer. Segundo o autor, sem cultura não seríamos humanos, não teríamos linguagem para nos expressarmos, não teríamos autoconsciência e seríamos limitados na capacidade de pensar e raciocinar. As variações culturais entre seres humanos estão relacionadas com os diferentes tipos de sociedade. Os elementos da cultura, que são aprendidos e não herdados, são partilhados pelos membros da sociedade e tornam possível a cooperação e a comunicação. Formam um contexto comum em que os indivíduos de uma sociedade englobam aspetos intangíveis como as crenças, as ideias e os valores que constituem o teor da cultura. Será de salientar que os aspetos tangíveis caracterizam-se pelos objetos, os símbolos ou a tecnologia que representam esse conteúdo. Em todas as culturas, são fundamentais as ideias que definem o que é importante, útil ou desejável. Estas ideias abstratas, ou valores, atribuem significado e orientam os seres humanos na sua interação com o mundo social (Giddens, 2009, p. 22). Assim, os valores são *“critérios segundos os quais o grupo ou a sociedade julga a importância dos indivíduos, dos padrões, dos objetos e de outros objetos socio-culturais”* (Fichter, 1973, p. 348). Paralelamente, as normas são regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. As normas e os valores determinam, entre si, a forma como os membros de uma determinada cultura se comportam, variando muito de cultura para cultura. Contudo, no seio de uma sociedade ou comunidade, os valores podem ser contraditórios, deparando-nos com valores culturais em conflito, próprio de uma época marcada pela mudança e movimentos globais de pessoas, bens e informação. As normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo. Muitas das normas que hoje tomamos como assentes nas nossas vidas contradizem valores, que há décadas eram

partilhadas por muitos. Muitos dos nossos hábitos e comportamentos estão enraizados em normas culturais. Os gestos, os movimentos e as expressões são fortemente influenciados por fatores culturais. Não só as crenças culturais variam de cultura para cultura, mas também a diversidade de comportamento e práticas humanas. A cultura desempenha um papel importante na perpetuação das normas e valores de uma sociedade, oferecendo também oportunidades importantes de criatividade e de mudança. As formas aceites de comportamento variam amplamente de cultura para cultura, contrastando frequentemente de um modo radical com o que as pessoas das sociedades ocidentais consideram normal. Todos os diferentes tipos de comportamento são aspetos da *“grande diversidade cultural”* que distinguem as sociedades umas das outras. As sociedades de pequena dimensão tendem a ser culturalmente uniformes ou monoculturais, caracterizando-se por elevados níveis de homogeneidade cultural. Pelo contrário, a maioria das sociedades industrializadas são cada vez mais culturalmente diversificadas, ou multiculturais. Neste sentido, processos como a escravidão, o colonialismo, a guerra, a migração ou a globalização contemporânea levaram a que populações iniciassem processos de migração e se instalassem em novas localizações. Tal conduziu à emergência de sociedades culturalmente mistas, ou seja, a sua população é constituída, por um determinado número de grupos de diferentes origens culturais, étnicas, e linguísticas (Giddens, 2009, pp. 22-25). O multiculturalismo revela-se pela coexistência num mesmo tempo e espaço de diferentes grupos culturais que partilham recursos e impõem os seus próprios códigos, valores, formas de organização coletiva, modos de cultura material e as suas formas de representação simbólica (Nicolás, 2006, p. 13). Numa sociedade multicultural, os diversos grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, formam em conjunto uma sociedade onde expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas. Este modelo multicultural de sociedade não parece ocorrer com

muita frequência, e quando a língua ou a religião funcionam como princípios de organização da vida pública, vemos que uma sociedade deste tipo evolui muito rapidamente para um estado de organização federada. O multiculturalismo é muitas vezes interpretado como aquilo que de facto se entende por pluriethnicidade. Esta é uma forma de multiculturalismo na qual diferentes elementos culturais, podem ser atribuídos a diferentes culturas de origem, são de facto expressos, mas não ao ponto, de efetuarem uma reorganização radical interna da sociedade. Assim as “*diferentes*” religiões têm a oportunidade de se expressarem, mas não conseguem efetuar radicalmente a regulamentação da ordem pública. É algo que observamos no continente europeu com o estatuto do islão, por exemplo, que pode ou não gozar do mesmo estatuto das religiões cristãs em relação ao Estado. A educação também pode permitir um espaço para as línguas dos imigrantes pertencentes às minorias, embora estas línguas não sejam as línguas oficiais faladas no país (Barreto, 2005). A defesa da liberdade e da igualdade para todos, por parte das sociedades e comunidades multiculturais, baseia-se no respeito mútuo pelas “*diversidades*” culturais, políticas e intelectuais “*que não ultrapassem o limites do bom-senso.*” O referido respeito, e a garantia moral do multiculturalismo, passa pela capacidade, e vontade de todos, na conciliação dos desentendimentos através da capacidade de argumentação perante aqueles de quem discordamos, discernindo entre a “*divergência respeitável e desrespeitável, e de nos abirmos e sermos receptivos à mudança quando precedida de crítica bem fundamentada*” (Gutmann, 1994, p. 43). Para Rial, (2004), o multiculturalismo pode ser visto de diferentes maneiras como um problema social, uma atitude mental, uma atitude ideológica ou um projeto político. No enquadramento social, este apresenta-se como um fenómeno de pluralidade, heterogeneidade e até de conflito de sistemas, de códigos e de diversas tradições culturais no seio de uma mesma sociedade. Assim, as cidades atuais caracterizam-se pela heterogeneidade, isto é, são compostas por indivíduos de pertença étnica, cultural e religiosa diversas, definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana. O multiculturalismo pode surgir como

uma atitude mental em que algumas pessoas apresentam uma tolerância e abertura perante a diversidade cultural e uma disposição para desenvolver um diálogo intercultural (Rial, 2004, p. 207). Este diálogo intercultural, de acordo com Nicolás (2006), consiste na compatibilidade das particularidades de todas as culturas e a aceitação dos valores que são eticamente e legitimamente exportáveis para todo o mundo. A discussão intercultural apoia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, tendo por base a criação de um consenso universal pelo respeito dos valores básicos, como: o direito à vida, à segurança e à integridade da pessoa, à liberdade de movimento e iniciativa individual e económica, às liberdades de crença política, de opção religiosa, à identidade sexual, à expressão e associação entre outros. Por mais que se respeitem as diferentes culturas com as suas crenças, dogmas e práticas ancestrais, estas deveriam respeitar e adaptar-se ao referido ideário universal, principalmente aquelas em que os direitos humanos não são respeitados (Nicolás, 2006, p. 35). De acordo com o que falávamos anteriormente, Rial (2004), diz-nos que o multiculturalismo baseado numa ideologia política, desenvolve-se por um grupo de pessoas com uma identidade própria e diferenciada, que resistem aos processos uniformizadores e homogeneizadores da globalização económica e cultural do capitalismo neoliberal. Algumas vezes chega a converter-se numa subespécie de ecologismo político militante ao aplicar o princípio da conservação da biodiversidade no âmbito humano, defendendo a ideia, que seria uma grande falha para a espécie humana, a perda da diversidade cultural, cumprindo combater todo o fenómeno de homogeneização tendente a pôr em perigo a riqueza “genética” da cultura. Às pessoas afetas a esta doutrina podem ser chamados de “*conservadores do multiculturalismo*” na medida em que a diversidade em geral é um bem a proteger dentro de um sistema ecológico global, devendo-se igualmente conservar a diversidade cultural como parte importante da riqueza desse sistema. Existem outros indivíduos e grupos ideológicos hostis à coexistência de minorias étnicas, políticas, culturais ou religiosas, que veem na multiculturalidade um fenómeno de miscigenação social preocupante, nocivo para a ordem e pureza da sociedade ocidental. O

exemplo infeliz, da referida visão antimulticultural, foi o atentado realizado em Oslo e na ilha de Utoeya na Noruega, a 22 de julho de 2011. Esta posição de grande radicalismo está assente em ideias como a aculturação, a marginalização, a perseguição, a expulsão e até a exterminação. São partidários de aplicar, diante do modelo da diversidade, um modelo de exclusão social dos estranhos, das minorias étnicas, dos grupos de indígenas, de homossexuais e de diferentes crenças, surgindo assim, múltiplas formas de exclusão, de marginalização, de perseguição e extermínio, de racismo, de limpeza étnica e de genocídio. O multiculturalismo e o interculturalismo permito-nos iniciar uma espécie de *“utopia social renovada”*, com bases numa nova educação dos cidadãos, no sentido de aprender a respeitar a memória cultural que cada um traz consigo de maneira que seja fácil a convivência a até a fusão de diferentes culturas e formas de vida distintas, na unidade de uma cidadania partilhada. A importância deste novo modelo multicultural de convivência torna-se mais evidente quando se contrasta com a história das políticas seguidas pelos estados sobre estas minorias culturais. Os modelos de tratamento da diversidade vão desde os antimodelos de segregação e guetização que tentam a manutenção das diferenças através da separação legal e física dos diversos grupos, passando pelos modelos de assimilação, integração e fusão, até ao modelo multiculturalista e a sua variante interculturalista. Os modelos que pressupõem uma ideia de superioridade dos padrões culturais da maioria social dominante, creem estar autorizada a impor às minorias argumentos e pseudo-princípios ideológicos, económicos, territoriais e sanguíneos. Os assimilacionistas pretendem que quem entre no país, pouco a pouco, identifique-se com os seus habitantes, aceite as suas regras, os seus costumes, a sua língua e mentalidade, ou seja, abandonem a velha identidade a fim de adotar a do grupo recetor dominante. Estes devem *“despir-se”* das suas velhas crenças e imergir na cultura dos países que os acolhem e convertem. O modelo integracionista é algo mais benigno. Opta por uma política que procura paulatinamente dissoluções dos rasgos diferenciais das minorias mediante a extinção generalizada de todos os indivíduos de uma identidade comum. Este modelo concede alguns direitos civis e políticos que a

população majoritária desfruta, pretende assim, diminuir as tensões do pluralismo étnico, cultural e religioso, fomentando uma atmosfera de mútua tolerância cultural. Um exemplo deste modelo, com certas nuances, será o modelo republicano francês. O modelo *“fusionista”* é ensaiado nos Estados Unidos, parte da ideia de convocar todos os grupos minoritários a formar uma sociedade e uma cultura mestiça, híbrida, fruto de uma fusão dos muitos grupos étnicos e culturais. Os resultados do referido *“cruzar de povos e culturas”* (Rial, 2004, p. 208) são desiguais pelo facto de produzirem híbridagens e fusões parciais, permanecendo os grupos e as minorias étnicas socialmente e economicamente fragilizadas, marginalizadas e discriminadas (Rial, 2004, pp. 207-209). Segundo Romero (2004) será importante diferenciar a multiculturalidade (feito de culturas diversas), o multiculturalismo (como resposta normativa) e o multiculturalismo propriamente dito. Nos Estados Unidos os partidários do multiculturalismo englobam grupos sociais não étnicos que, por diversas razões, foram excluídos ou marginalizados do grupo majoritário da sociedade, como os homossexuais, as mulheres, os trabalhadores, os ateus ou os comunistas. No Canadá o termo emprega-se relativamente ao direito dos imigrantes expressarem a sua identidade étnica frente às dificuldades e à discriminação. O seu uso na Europa corresponderia aos poderes divididos entre as diferentes comunidades nacionais, ou seja o problema do nacionalismo. Atualmente a crescente imigração para a UE levanta questões relativamente à construção de uma cidadania multicultural. O multiculturalismo, como já vimos, remete-se à cultura e caracteriza-se pela contraposição ao monoculturalismo, em que devido ao predomínio de uma cultura dominante ou hegemónica, as diferenças culturais não deem lugar a exclusões, estigmatizações ou injustiças. Impõe-se pela diversidade de comunidades mais ou menos autoconscientes e bem organizadas que fazem parte da maioria das sociedades modernas. O multiculturalismo não nega a existência de uma identidade humana comum, convergindo para um universalismo pluralista, ou seja, uma natureza humana universal (capacidades, necessidades, valores) com respeito pelos traços culturais específicos e particulares. O multiculturalismo é crítico relativamente às

interpretações particulares de justiça, procurando partilhar mínimos morais universais e responsabiliza as comunidades pelo pluralismo ou pelos conflitos. O multiculturalismo remete-se para um conceito estático da cultura, onde prima pela pureza e autenticidade e que subscreva fundamentalmente políticas de conservação e não de inclusão, de participação e de negociação das identidades na esfera pública. As culturas estão submetidas a resistências e trocas procurando a estabilidade e a continuidade. Contudo as culturas não são algo dado, estão submetidas pela pluralidade e permitem a possibilidade de identidades sobrepostas pelo que, do ponto de vista normativo, é correto a igualdade de oportunidades na produção ou geração da própria cultura. O multiculturalismo assenta num modelo de reconhecimento da diversidade cultural e do pluralismo existente no interior das nossas sociedades, assim como no interior das minorias, ou seja, das culturas minoritárias, sendo importante reconhecer e ouvir as hierarquias do poder das diferentes culturas, através da contestação e do diálogo na esfera pública e não na jurisdição dos problemas. No enquadramento das estruturas pluralistas do multiculturalismo, as normas irrenunciáveis são a reciprocidade igualitária, ou seja, a não discriminação dos membros das minorias relativamente à maioria em virtude da sua pertença comunitária. Na adesão voluntária, em contraponto com a adesão étnica obrigatória, os cidadãos não devem ser submetidos automaticamente a um grupo cultural, religioso ou linguístico em virtude do seu nascimento. Deve-se permitir a liberdade de opção dos pais, numa primeira fase, e, posteriormente, da pessoa na idade adulta. Neste sentido, deve ser dada às pessoas a possibilidade de abandonarem um determinado grupo cultural, sem estarem sujeitas a sanções radicais, assim como aderirem a uma pertença flexível (matrimónios mistos, liberdades de crenças, etc.). As sociedades e as culturas, nas suas relações entre si e no seu interior, passam por desigualdades económicas, sociais, de poder e hierarquia, individuais e grupais. Assim, as normativas descritas respondem ainda a um plano de idealização (Romero, 2004, pp. 155-159). Tornou-se motivo de interesse, reagrupar os países não por referência aos seus respetivos sistemas políticos ou económicos, mas às respetivas culturas. De acordo com o referido e

segundo Rocha (2000), o futuro do mundo será um teatro conflitual das maiores civilizações, sendo modelado pelas interações de sete ou oito civilizações maiores: as civilizações ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hinduísta, eslava-ortodoxa, latino-americana e talvez africana. Os choques de civilizações advém quer, porque as diferenças entre civilizações são fundamentais, quer também porque os contactos entre povos de diferentes civilizações aumentam a consciência de pertença a uma civilização. Os atuais processos de modernização e de mudança social são intensos e distintos das antigas identidades locais, debilitando o Estado como fonte de identidade. A consciência de civilização é reforçada pelo papel dual do ocidente. Esta consciência está no apogeu do seu poder em muitos países não ocidentais produzindo uma desocidentalização (uma indigenização das elites). As “diferenças” culturais são mais difíceis de negociar que as políticas e económicas. Os grandes conjuntos civilizacionais procedem por trocas e intercâmbios. Não existe uma história ocidental completamente autónoma. Após os descobrimentos a história tornou-se universal. Desde a primeira globalização vive-se em zonas de mistura, mas também de mestiçagem e cruzamentos. Argumentos contra os princípios éticos universais pressupõem que tal posição acaba por pôr de lado dados da realidade, conduzindo necessariamente a uma nivelação inaceitável do comportamento social, pela aplicação desses princípios e normas. Um universalismo ético tem subjacente uma posição etnocêntrica, contudo esta não conduz à universalização, mas sim a uma via mais curta para o relativismo cultural e ético (Rocha, 2000, pp. 58-60). No que concerne ao relativismo cultural, este afirma-se por uma visão fechada de cada cultura, em que nenhuma é comparável entre si pelo facto de assumirem uma lógica própria em que todas as suas práticas têm sentido. Para o relativismo cultural, não existem valores culturais superiores e universais. Neste sentido, os direitos humanos, código moral e jurídico feito por e para a cultura ocidental poderá ser *“o último episódio do triunfo do ocidente sobre o resto das culturas humanas”* (Nicolás, 2006, p. 34). O relativismo cultural bloqueia o progresso moral e o estabelecimento de um diálogo intercultural, levando a uma guetização e ao etnocentrismo. Quando não se é capaz de

abstrair das roturas circunstanciais da sua cultura específica, não se compreendem as condutas dos outros povos, sendo esses regidos por princípios morais diferentes. Se os princípios e normas reguladoras de cada sociedade fossem o critério último do comportamento dos seus membros, como poderíamos criticar aqueles, em que as normas hegemónicas são consideradas cruéis aos nossos olhos. O grande problema não é a diversidade de culturas, mas sim, aquelas que estão em contacto, especialmente aquelas que compartilham os mesmos espaços. Esta será a situação em que as relações de harmonia ou de conflito podem receber qualificações morais ou políticas. Ora os valores éticos universais pressupõem delimitar o que se dominou por *“a ideia comum da humanidade”*. A esta ideia estão associados valores e direitos como a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a dignidade e a educação. Valores e direitos históricos reconhecidos e conquistados e por isso universalizáveis. Quem os renegar afasta-se da ética. Os valores universais e unificadores da espécie humana concernem diretamente a uma ética mínima, ou seja um mínimo de valores transculturais. Segundo Rocha (2000) a análise da questão do multiculturalismo remonta ao tempo dos sofistas da antiguidade grega. Uma coisa é a justiça ou a dignidade da pessoa que implica o respeito por certos princípios universais e outra são os costumes que respondem a necessidades, interesses ou circunstâncias múltiplas não universalizáveis. A linguagem não é apenas o meio onde se dá a compreensão, mas o que a torna possível: é instrumento de comunicação, mas acima de tudo, uma experiência do mundo; ela revela a pertença do sujeito à tradição. A linguagem é o meio pelo qual se transmite a realidade do mundo e é mediante cada língua que se põe em relevo a relação do indivíduo com o mundo. Mundo só é mundo enquanto é referido através da linguagem e a linguagem só tem a sua verdadeira existência pelo facto de nela se representar o mundo (Rocha, 2000, pp. 60-64). Na experiência hermenêutica, forma linguística e conteúdo transmitido são inseparáveis. Se cada língua é uma visão do mundo, não o é tanto na sua qualidade de representante de um determinado tipo de linguagem, mas em virtude daquilo que, nessa língua, é dito ou, mais exatamente, transmitido (Rocha, 2000, pp. 64-65). Neste mesmo enquadramento e segundo

as palavras de (Medeiros, 2009. p 137), *“no espaço da UE é manifesta essa pluralidade de culturas e línguas. Cada língua transporta consigo uma mundividência.”* No que concerne à língua portuguesa, Patrício (2009), afirma que a mesma *“revela-se essencial no tecido complexo da relação social e cultural”* e que, por isso, para o imigrante *“a língua é um meio essencial para comunicar e exprimir-se. No meio social em que o imigrante vive agora e tem de viver, é da maior importância dominar a língua Portuguesa”* ela é um *“fator de identidade”* (Patrício, 2009, pp. 118-119). No que concerne à determinação dos valores universais, Rocha (2000), afirma que devem ser iniciados de acordo com os seguintes critérios: o da imparcialidade (razão universal determina-se os princípios fundamentais da justiça) e o da consequência (certos valores devem ser aceites universalmente, como os do mundo ocidental). As necessidades elementares do ser humano passam por pertencer a um grupo particular, ao qual se está unido, como, por exemplo, pela comunidade de língua, de território, de costumes ou de memória coletiva (oferece segurança, bem estar, condições de realização pessoal, por um lado, e, a um nível mais elevado, o ideal humanista de universalidade e tolerância). A ideia de multiculturalismo, é já um convite à preservação da diversidade (ou à não destruição das culturas débeis) e à tolerância. A prioridade do multiculturalismo é o bem-estar de todos os membros da sociedade. A preservação de uma cultura justifica-se em termos do bem estar das suas gentes, por isso, a preservação vai mais além da mera tolerância e alenta o desenvolvimento moral e material das comunidades culturais (Rocha, 2000, p. 68). Os compromissos e as lealdades que dão sentido às vidas individuais inscrevem-se nas práticas sociais de cada cultura. Nas sociedades multiculturais, a relação entre as diversas culturas, em igualdade de direitos, permite às pessoas e aos seus descendentes crescerem de forma saudável num mundo com uma herança cultural. Desta forma, podem ter a possibilidade de se confrontarem com a sua cultura e a dos outros, prosseguir de forma convencional ou transformarem-se e separarem-se de forma indiferente ou, de modo autocrítico. Ou seja, fazerem *“uma ruptura consciente com a tradição ou com uma identidade divina”* (Habermas, 1999b, pp. 211-212). Falar de ética

hoje, é falar especialmente de justiça, isto é, dos princípios, das condições e dos conteúdos suscetíveis de uma sociedade justa. Justiça é um bem transcultural e, num sentido mais amplo, é entendida como o reconhecimento e o respeito pela dignidade, e integridade de cada um e a rejeição da situação de dominação e de violência. Dignidade humana foi teoricamente reconhecida ao longo da história embora sob denominações diferentes. O direito à educação, o direito a expressar as próprias opiniões, a igualdade de oportunidades, a não discriminação racial e sexual, a obrigação de proteger as crianças e anciãos, e tantos outros direitos e obrigações que postularam sucessivas Declarações dos Direitos Humanos e que têm constituído a base de constituições democráticas. Terá que haver uma ideia universal de justiça em que na sua elaboração devem participar todos os povos. A defesa, ou a conservação das identidades, ou das “diferenças” culturais, é eticamente aceitável sempre e quando não contradiga algumas notas do conceito de justiça transcultural. Entre duas formas de organização social que satisfaçam as necessidades básicas, será preferível aquela que assegure uma maior liberdade individual. Não é só a existência digna do indivíduo que importa, mas também a possibilidade de atuar como agente moral, o que requer o desenvolvimento da sua autonomia pessoal. As sociedades ocidentais, através das revoluções democráticas, alteraram sociedades heterogêneas com regimes de direitos diferentes, em sociedades mais racionais, constituídas por cidadãos de iguais direitos. Neste enquadramento, diz-se que o princípio de homogeneização (não confundir com assimilação de grupos culturais por uma cultura hegemónica) é essencial a uma sociedade democrática, pela possibilidade de todos usufruírem de direitos fundamentais à satisfação das suas necessidades básicas. Esta homogeneização proposta é compatível com a pluralidade das culturas. Uma comunidade, grupo ou etnia que, para além da satisfação de bens básicos, imponha uma moral positiva sem possibilidade de dissidência, não é uma sociedade justa. Existe uma diversidade de sistemas culturais e de civilizações, cada qual com as suas particularidades que enriquecem o conjunto da humanidade. O pluralismo confirma como positiva esta diversidade de nações e culturas que podem coexistir de maneira pacífica, porque aceitam algumas

normas universalmente válidas – os direitos humanos (Rocha, 2000, p. 84, 90). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada após a II Guerra Mundial, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os referidos direitos têm como fundamento protegerem as pessoas na sua relação com o Estado. O cumprimento dos Direitos Humanos em termos de responsabilidade passa em primeiro lugar pelos Estados, Organizações Internacionais (constituídas por estados), Sociedade Civil, Organizações não Governamentais (ONG) e por fim pelos cidadãos em particular. As normas dos direitos humanos para além de estarem explícitas na DUDH, estão também nos pactos sobre direitos civis e políticos e direitos económicos sociais e culturais (ambos criados em 1966) e nas várias declarações e tratados criados no âmbito das Nações Unidas. As referidas instituições lidam muitas das vezes com categorias especiais de direitos (abolição da escravatura, discriminação na educação, trabalhos idênticos salários iguais) e dos detentores dos mesmos (apátridas, refugiados, mulheres, crianças). A nível europeu, como dos diversos estados, os direitos humanos também se expandiram com tratados e declarações elaborados, por exemplo, pelo Conselho da Europa na Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, e ou pelos Estados, fundamentados na Declaração Universal, tendo como objetivo garantir os direitos da referida declaração aos seus concidadãos. Neste enquadramento e segundo Rosas (2012), os direitos humanos apresentam-se como um conceito legal e não propriamente filosófico, apesar da sua proximidade com princípios como a dignidade humana, a igualdade básica entre os seres humanos e a generalidade e universalidade dos próprios direitos. Tal como concebida em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não deposita qualquer tipo de preocupação relativamente ao multiculturalismo. A DUDH define-se como um conjunto de políticas conducentes a direitos especiais para as minorias étnicas e nacionais com base territorial (Rosas, 2012, pp. 308-309). A sua importância fundamenta-se nas suas políticas que afetam o sistema legal ou funcionamento do processo político relativos aos direitos especiais de representação política, imunidades legais no sentido de proteger culturas minoritárias como, por exemplo: práticas

religiosas, códigos de indumentária, hábitos alimentares etc. Apesar da consciência dos autores da DUDH sobre a multiculturalidade, esta não foi tomada em consideração devido ao contexto histórico em que se tinha desenrolado a guerra que, no seu final, originou um desacreditar na proteção de culturas minoritárias, mas sim, um determinismo na unidade do género humano. No período da guerra fria esta linha de ação manteve-se. Por um lado, pelo facto dos países comunistas não respeitarem os direitos civis e políticos, como por exemplo, a liberdade de expressão, associação ou reunião ou a participação política. Por outro lado, no mundo ocidental havia lutas por parte das mulheres e pessoas de cor, no sentido de obterem direitos iguais aos dos seus concidadãos (Rosas, 2012, p. 310). Neste sentido não era de todo importante, tanto do mundo ocidental, como comunista, as reivindicações dos multiculturalistas, assim como os direitos multiculturais. É ainda neste período que se dá uma compatibilidade entre direitos humanos e multiculturalismo com a reivindicação da igualdade de direitos e o reconhecimento da sua própria identidade de diferentes grupos culturais como, por exemplo, os afro-americanos, as nações Índias na América, diversos grupos nacionais e de imigrantes na Europa, etc. (Rosas, 2012, p. 311-312). Neste enquadramento, os diferentes grupos minoritários apesar de terem os mesmos direitos pretendem o reconhecimento da sua *“especificidade e ver os objetivos coletivos das suas comunidades por direitos diferenciados”* (Rosas, 2012, p. 313). Este fenómeno apela à necessidade de libertação dos diversos grupos culturais minoritários da pressão do grupo cultural dominante, desencadeando a proteção dos mesmos pelos direitos multiculturais (Rosas, 2012, p. 314). Através destes direitos é possível proteger a língua da minoria, as práticas religiosas, a indumentária, o regime alimentar e outras, assim como *“manter a sua cultura societal ao longo do tempo, mesmo estando esta sempre em mutação, e assim proteger o contexto de escolha dos seus membros”* (Rosas, 2012, p. 315). Segundo o referido autor, muitas vezes o multiculturalismo é acusado de ser *“comunitarista e conservador”*, assim como defensor de um *“nacionalismo cultural.”* Estas ideias são contrárias ao multiculturalismo e contrárias aos próprios direitos universais do homem, assim como *“daqueles*

que adotaram uma visão igualitária e favorável aos direitos humanos, mas oposta às teorias e práticas (multiculturalistas) e (compatibilistas)” (Rosas, 2012, p. 317). A compatibilização dos direitos humanos com o multiculturalismo não é só teórica, mas também política. Especialmente na Europa, na primeira década do séc. XX, a classe política *“tem decretado o fim do multiculturalismo e o regresso à ideia de cidadania igual, na lógica dos direitos humanos iguais”* (Rosas, 2012, p. 318). Neste momento, na Europa e nas próprias instituições da UE, defende-se a *“integração cívica”* no enquadramento do respeito pelos direitos humanos. Ou seja, defende-se a integração ou dissolução das comunidades em vez de se proteger ou valorizar as especificidades das comunidades culturais. Neste sentido é favorecido o estudo da língua e da cultura dos países hóspedes, a participação em cerimónias patrióticas de naturalização, a assinatura de declarações de compromisso em relação aos valores da comunidade maioritária, o encobrimento ou indução das manifestações ostensivas da diferença, sobretudo das religiosas (o véu islâmico, a burca, os minaretes). A referida mudança política apresenta-se como parcial, uma vez que se orienta unicamente para as comunidades imigrantes (sobretudo as minorias islâmicas) e não nas minorias nacionais. É de salientar que o *“discurso favorável à integração cívica e aos direitos humanos, mas anti-multiculturalistas”* já não é novo. Rosas (2012), refere alguns exemplos como os problemas ocorridos na Holanda com a morte de Theo Van Gogh e, com isso, o elevado número de críticas ao multiculturalismo, na França, as lutas nos subúrbios pela integração ou pela partida dos estrangeiros e os atentados bombistas de Londres em 2005 com apelos à *“Britishness”*. Países como a Holanda e a Inglaterra são países com políticas multiculturais e apesar da mudança de discurso, no enquadramento de uma cidadania diferenciada, ainda não fizeram grandes alterações em aspetos como os códigos de indumentária, os órgãos de representação, os feriados religiosos, as isenções legais relativas ao abate de animais, etc. O referido autor é da opinião que o discurso *“integração cívica”* vai gradualmente prevalecer e tirar espaço às políticas multiculturais, contudo espera que sejam respeitados os direitos humanos universais (Rosas, 2012, p.

318). Desde da sua génese, *“o direito internacional dos direitos humanos têm evoluído no sentido de integrar as reivindicações das minorias culturais”* (Rosas, 2012, p. 319). São exemplo disso os documentos aprovados na ONU em 1993, relativamente à declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Étnicas, Religiosas ou Linguísticas, e, em 2007, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Estas declarações não têm como objetivo defender a comunidade como algo acima das pessoas que a compõem, mas defender os direitos humanos de forma generalista numa convergência para as minorias culturais e dos povos indígenas. A jurisprudência dos tribunais representa mais um avanço nos direitos humanos, onde tem sido possível enquadrar as exigências das minorias, sem recurso aos direitos multiculturais. Outro ponto importante a salientar é o da necessidade de afastar a *“visão individualista e racionalista do ocidente da Ilustração”* ou seja da associação dos direitos humanos a uma visão etnocêntrica, no sentido dos direitos humanos se apresentarem *“suficientemente maleáveis para considerar as reivindicações multiculturais”*. O que se verifica hoje é que a função central dos direitos humanos depende *“do exercício público da razão por parte dos juristas internacionais, dos filósofos, dos ativistas dos direitos humanos e de cidadãos comuns um pouco por todo o mundo”* (Rosas, 2012, p. 320, 322). O *“direito à diferença”* apresenta-se como fenómeno de consenso social genericamente aceite, contudo ainda confuso e desordenado, cuja absolutização pode levar a estigmatizações e a processos de discriminação. Toda a experiência da alteridade, que parte da diferença, posiciona de imediato como superior ou inferior a mesma diferença. Reproduz a relação assente no etnocentrismo que faz coincidir os próprios valores com os valores em geral, o “Eu” com o universo, partindo de uma crença de que o mundo é apenas um e de que a existência do “Outro” corresponde a um estado inacabado de nós próprios (Aballah-Pretceile, 1990, p. 424). O discurso sobre a diferença apoia-se em dois pólos que vão caracterizar dois processos: o da discriminação e o da diversidade. O da discriminação desenvolve-se à volta de características exteriores visíveis como, por exemplo, a religião ou a cor da pele, sobre as quais se articulam representações preconceituosas. Como já referimos este

processo apoia-se no etnocentrismo. O “Outro” é percebido segundo os modelos de referência de uma dada cultura. Este processo apoia a ideia de que há uma hierarquia entre culturas, partindo de que são construídas significações com conotação positiva ou negativa. Quando o discurso sobre a diferença se converte em discriminação, o mesmo tende a caracterizar o sujeito enunciator mais que o próprio sujeito ou o objeto enunciado. Na medida em que o fenómeno das representações construídas vai interferir como mediação, resulta daí que as diferenças percebidas de modo subjetivo não sejam forçosamente coincidentes com as diferenças reais e objetivas. Compreender a cultura é também compreender ou preocupar-se com as semelhanças e as diferenças e determinar em que condições e com que probabilidades aparecem as diferenças. A acentuação das diferenças traduz-se na vontade de distanciamento. A focalização das diferenças estigmatizadas constitui um instrumento de dominação e uma justificação para rejeitar as “minorias”. A diferença, como justificação e explicação, serve para legitimar um poder, uma dominação ou um comportamento. O discurso enquanto afirmação da diferença do outro vem então constituir a expressão arrogante de toda e qualquer universalidade. Os imigrantes que vivem nos países europeus não só fazem parte da sua comunidade de origem como também integram múltiplas redes que se entrecruzam e permitem inúmeras articulações. As pertenças comunitárias deveriam ser reconhecidas como um direito de cidadania e até de reinterpretção de algumas tradições. Os fantasmas sobre as pertenças e identidades comunitárias desenvolvem sentimentos de medo e de rejeição em relação às minorias e alimentam-se do culturalismo que assenta na visão da cultura como objeto e como uma realidade que é imposta aos sujeitos. A identidade cultural é entendida como um processo que “*alimenta-se*” da dialética do “Eu” e do “Outro” que lhe dá forma e sentido, reenviando a questão da diversidade (Albuquerque, Ferreira, & Viegas, 2000). É fundamental desenvolvermos relações que propiciem a manifestação das diferenças “*não mais entendidas como desigualdades, mas como riqueza da única e complexa substância humana. Essa convergência na diversidade cria espaço para uma experiência mais global e integrada de nossa própria humanidade, uma*

maneira mais cuidada de ser” (Boff, 2011, p. 140). De acordo com Baptista (2006), a hospitalidade *“enquanto competência ética funciona como um dos valores fundamentais de cidadania num tempo violento e incerto em que um elevado número de pessoas vive em situações que desafiam a capacidade humana de acolhimento e de dádiva”* (Batista, 2006, pp. 193-195). Segundo Arent (2001), poderemos dizer que a diversidade é *“a condição da ação humana pelo facto de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”* (Arendt, 2001, p. 16). Segundo Patrício (2002), a diversidade existe e apresenta-se de variadíssimas maneiras, como por exemplo, na cosmodiversidade (diversidade do universo); na biodiversidade (pelas inúmeras formas de vida vegetal e animal); na psicodiversidade (a existência de dois grandes princípios de organização psicológica: a introversão e a extroversão); na sociodiversidade (não há sociedade igual a outra); na antropodiversidade (a existência de uma diversidade elevada de culturas); na pneumodiversidade (haja ou não espíritos, o homem vive como se houvesse); na teodiversidade (enquadra-se no politeísmo, o Deus único pode ser diverso). Segundo esta visão, a diversidade apresenta-se ao homem de forma incontornável (Patrício, 2002, pp. 76-80). Neste sentido, perspetivar e aceitar a diversidade exige que as pessoas sejam formadas e orientadas por uma educação que consiga promover o referido desiderato.

2.4. EDUCAÇÃO

Nesta era da globalização que se caracteriza pela uniformização cultural, a riqueza das nações passará pela afirmação da sua identidade. Situação a ser estimulada na nossa sociedade através do *“diálogo e cooperação intercultural”* (Patrício, 2009, p.123). As diversas sociedades não são compatíveis com a homogeneidade cultural ou com projetos assimilacionistas. A educação dos povos deve apoiar-se na capacidade de reconhecer a diversidade como uma fonte de riqueza. A educação neste contexto deve preservar a diversidade cultural, através de um ensino mais democrático com

uma atenção especial à diversidade nas escolas. Não é uma situação fácil de operacionalizar pelo facto de muitas instituições de ensino apresentarem uma linha de ação apoiada na homogeneização e no monoculturalismo. É fundamental que o sistema de educação permita uma abertura à pluralidade de línguas e culturas; à libertação de preconceitos herdados; um reforço dos laços e sentimentos; à liberdade de explorar outras culturas e projetos; à capacidade da pessoa escolher com conhecimento profundo as alternativas; banir o etnocentrismo através de um aprofundamento da existência de outras culturas, sociedades, modos de vida, pensamentos e assim libertar as pessoas de preconceitos e explorar a diversidade. A Europa apresenta-se como um híbrido cultural, no entanto, parece desenvolver-se contra este *"hibridismo"*, constituindo-se na base de um discurso de unidade sem diversidade. Discurso antigo assente numa visão unitária do mundo promovida pelos estados-nações que a compõem. É fundamental uma visão tendente para a unidade na diversidade e pela noção de uma identidade híbrida. A Europa ao nível da educação deve assumir esta filosofia se quiser ser mais do que um *"enigma"*. A educação intercultural é a *"proposta operativa"* (Stoer & Cortesão, 2000, p. 269).

O ensino só poderá evoluir, se contextualizar e englobar. No atual mundo globalizado, os jovens têm que ser preparados para uma sociedade instável, realidade diferente do ensino atual. Segundo Moreira (2009), o conhecimento do mundo na fase da aprendizagem não é o mesmo no momento de assumir responsabilidades e decidir. No momento da ação tudo é diferente e, por isso, é fundamental que o esforço da preparação se faça em cada momento da vida. Exige-se uma tensão constante, uma capacidade de previsão, uma humildade inesgotável e uma luta contra o cansaço (Moreira, 2009b, p. 22). O mesmo autor alerta-nos para *"inadequação do ensino mediante a proposta de saberes separados, fragmentados, compartimentados em disciplinas por um lado, e por outro, vemos os problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, globais"* (Moreira, 2012, p. 172). A referida observação critica a escola programática, escola que nos formou, que apresenta um elevado número de disciplinas paralelas sem que alguma vez as mesmas se

cruzem. É uma escola do constrangimento e da imitação, em detrimento da escola da liberdade e da construção permanente do saber (Patrício, 1996, p. 92). Neste enquadramento e segundo Patrício (1996), a “Escola Cultural” pode apresentar-se como uma resposta aos processos uniformizadores e homogenizadores perpetuados pelo fenómeno da globalização. A “Escola Cultural” converge na fraternidade universal, na convergência e na coresponsabilização do homem, na partilha universal dos bens e da liberdade (Patrício, 2002, pp. 74-75). Esta escola vive impulsionada desde a sua essência por uma intencionalidade cultural, onde o currículo estrito não chega, complementando-se pela dimensão extracurricular, ou seja, pelas atividades desportivas e culturais como a ciência, a arte, a técnica, a filosofia, o mito, a religião e o jogo. A referida escola apresenta-se como uma peça crucial para os alunos, os professores e para a sociedade, porque tem a capacidade de promover a realização humana, de combinar o ensinar com o aprender e porque transcende a atitude iterativa pela atitude criativa (Patrício, 1996, p. 92). A “Escola Cultural” aprofunda a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, assim como um relacionamento educativo dialético da escola com a comunidade. É uma escola personalizadora que não despreza ninguém. É a escola da liberdade criadora, que associa as liberdades individuais para a produção da obra comum. Ela é uma exigência das sociedades democráticas, pois é uma escola democrática. É uma escola que exige uma igualização por cima, revelando-se através da expansão individual e, assim, permite a diferenciação pessoal até ao limite das possibilidades pessoais. O saber constrói-se e transmite-se pelo diálogo. Os professores têm que estar em permanente construção, inserindo o seu educando no mesmo processo. Ao programa estático da escola programática, a escola cultural propõe um programa dinâmico; ao programa fixo, o programa mutável; ao programa fechado, o programa aberto. Para escolarizar as pessoas e as tornar mais cultas, a escola cultural exige espaços adequados e culturalmente qualificados. Desiderato fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Neste sentido, a “Escola Cultural” recorre a variados recursos educativos e culturais como, por exemplo, a biblioteca, o centro de

documentação, a reprografia, o pavilhão gimnodesportivo, os campos de jogos, material desportivo, o atelier de artes plásticas, o auditório musical, instrumentos musicais, o salão de festas preparado para representações teatrais, a sala de exposições, os laboratórios, a aparelhagem de som e imagem, material para os jogos de inteligência, etc. As atividades desportivas assim como as culturais, devem ser incluídas no plano anual das atividades, sendo este integrado e integrador das atividades curriculares, extracurriculares e interativas. Fatores fundamentais para que as crianças e os jovens possam preencher os tempos livres com as atividades desportivas e culturais, criativas e propiciadoras da realização plena da sua personalidade. A escola cultural só poderá ser verdadeiramente atrativa se a sua componente extra curricular for livre, ou seja se possibilitar aos alunos o exercício permanente da liberdade, de fazer aquilo de que se gosta e que corresponda a uma vocação (Patrício, 1996, pp. 94, 98-99, 101-102). Este modelo de escola, de base cultural, respeita a diversidade e promove a formação integral do aluno. É uma escola aberta e inclusiva capaz de promover a multiculturalidade. Segundo Carneiro (2003), um dos quatro pilares essenciais da educação no século XXI, sugeridos pela Comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cifra-se em *“aprender a viver juntos”* e propõe duas vias complementares para a educação: *“a descoberta progressiva do outro”* e *“ao longo de toda a vida”*. No primeiro destes desafios destaca-se a celebração da diversidade contrariando a tendência do homem para a suprimir. Pretende-se que parte do processo educativo seja reconhecer o outro como pessoa portadora de direitos, de deveres e de uma dignidade inviolável. No atual mundo global pretende-se que, nos diferentes países, as expressões culturais conheçam o direito de cidadania e a possibilidade de uma construção identitária assente na multirreferencialidade. A escola que foi ao longo dos séculos o aparelho ideológico por excelência da formatação e perpetuação da própria cultura, típico do Estado-Nação e do modo industrial de viver, enquadra-se neste momento numa nova realidade. Aprender a escutar o próximo, a adquirir aptidões comunicacionais com o diverso apreciando o património cultural dos outros, a descobrir o fascínio da diversidade, a resistir

ao autocentrismo cultural, a combater o setarismo cego, a libertar de mentalistas ou fanáticos, são tarefas fundamentais da educação moderna. Este amplo desiderato é transversal a todo o currículo. A escola de cariz democrático deve apoiar-se em didáticas de intencionalidade intercultural, formadora de consciências retas, eticamente despertas e acolhedoras (Carneiro, 2003, pp. 175-177). Para além da UNESCO, mais organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Conselho da Europa através do Conselho da Cooperação Cultural (CDCC) e mais recentemente a UE, têm sido as instituições responsáveis por muitos discursos, diretrizes e projetos, no sentido, de estimular o reconhecimento, conhecimento e o entendimento das diversas culturas. Estas organizações internacionais, têm recomendado programas de educação no enquadramento da multiculturalidade, abolindo visões etnocêntricas do saber e da cultura (Leite, 2002, pp. 335-336). Apesar de numa primeira fase na OCDE não constar nenhum papel relacionado com a educação, surge a necessidade de assegurar às diversas culturas, incluindo às minoritárias, uma educação abrangente no intuito de participarem na vida económica. Neste sentido, e a fim de evitar conflitos culturais, foi necessário melhorar a compreensão e o conhecimento entre as diversas culturas. Para melhorar o rendimento escolar das crianças migrantes foi-lhes dada a possibilidade de acesso ao ensino da língua dos países de acolhimento. Sem esquecer as relações do ensino com o emprego e a economia desenvolveram-se ações em torno da escola multicultural (Leite, 2002, pp. 339-340). No enquadramento Europeu, a sua dinâmica civilizacional vinculou-se sempre com base nos interesses económicos (Stoer & Cortesão, 2000, p. 258). Assim, a educação escolar na Europa baseia-se num investimento para torná-la mais competitiva, mais próspera e à estimulação para o desenvolvimento de uma identidade europeia. Com a abertura das fronteiras e o correspondente relacionamento intercultural, a educação, não deixando de se fundamentar nos aspetos económicos, passa a ter em atenção a formação para uma vivência na multiculturalidade. Assim, vários programas foram postos em curso, como por exemplo, o ERASMUS (mobilidade de estudantes), COMETT (cooperação universidades-indústrias),

PETRA (programa para os jovens trabalhadores), LÍNGUA (programa de promoção do conhecimento de línguas estrangeiras), SOCRATES e LEONARDO (pretende estimular a cooperação e o contacto, interinstituições de estudantes e professores não apenas no ensino superior). As vertentes que orientam estes programas são para uma Europa do saber e da cultura, da pluriculturalidade, da mobilidade, da formação para todos e da competência aberta ao mundo. Apesar do descrito, Leite (2002) alerta-nos que a Europa deve valorizar primeiro as pessoas e evitar cair na dominação e subjugação dos mercados. O Conselho da Europa, através da procura da igualdade na diversidade, foi a organização que mais contribuiu para as políticas relacionadas com a educação multicultural e para o desenvolvimento da pedagogia Intercultural. Foi através do seu ideal de universalidade e de igualdade de direitos humanos que nasceu a perspectiva intercultural em educação. Foram várias as medidas tomadas para a integração das famílias migrantes, em especial dos seus filhos, como por exemplo, o ensino da língua, do acesso à informação e ao exercício da cidadania numa sociedade pluricultural. Posteriormente a esta medida passou-se ao ensino da língua do país de origem abrindo a porta ao reconhecimento de outros aspetos da diversidade, como a descoberta e o reconhecimento do “Outro”. Esta diversidade é reconhecida como uma riqueza e o interculturalismo um objetivo, que passa a ser um instrumento para a promoção da igualdade de oportunidades e para uma ótima inserção social das minorias culturais. Assim, as propostas passam por educar na e para a multiculturalidade, na defesa da igualdade com o fundamento que as culturas são merecedoras do mesmo valor e do mesmo respeito. O pluralismo é concebido através de uma interação cultural, contudo, os modelos educativos dirigidos aos grupos minoritários devem ser alvo de reflexão, pelo facto destes apresentarem uma diversidade de formas de ser e de estar, perante as comunidades de acolhimento (Leite, 2002, pp. 340-349). O fenómeno do interculturalismo atravessa todos os planos de estudo e todas as disciplinas, onde as *“pedagogias de desconstrução”* permitem que sejam apresentados os pontos de vista do “Outro”. Esta pedagogia da desconstrução pressupõe *“um olhar sobre os acontecimentos*

que, em vez de ser parcelar, contempla a forma como foi, ou como está a ser, vivido esse acontecimento por todos os intervenientes” (Leite, 2002, p. 350). No enquadramento da Comissão do Conselho da Europa, a pedagogia intercultural pressupõe uma dialética entre o particular e o universal, aprofundando a teoria que é a partir de uma reflexão de si próprio, na relação com o “outro” que se chega ao universal e onde cada um não é o centro do mundo. A educação intercultural apresenta-se ecológica, plural e promotora dos valores da paz, porque assenta numa formação global que ensina a “ser” pessoas do mundo. Houve uma substituição do projeto de sociedade pluricultural por uma intercultural, no qual se constroem consensos de liberdade, de igualdade e de participação (Perotti, 1996, pp. 32-33). É importante continuar a trabalhar para uma educação que propicie a cooperação e o intercâmbio no seio das comunidades escolares que se sobreponha à educação monocultural, que continua a ser alvo preferencial de muitas sociedades. O sucesso e o insucesso escolares derivam das opções e medidas das políticas educativas. Estas medidas para além das linhas estratégicas nacionais também dependem das medidas e recomendações internacionais e neste sentido as orientações comuns tenderam para uma educação para todos. Com a democratização da escola, esta passou a estar aberta a todas as pessoas e consequentemente à diversidade cultural. A premissa deste objetivo em Portugal assenta na constituição através da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (Lei nº 46/86). Será de salientar alguns pontos desta lei como por exemplo; *“todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República”* e é da *“responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.”* (Assembleia da República, 1986). Os referidos pontos pluralistas, aprofundam a importância de uma educação para todos assente no respeito pela diversidade cultural. É da competência da escola, como espaço socializador e de aprendizagem, formar no enquadramento do bem estar individual e coletivo, para um conhecimento diversificado, para uma afirmação do “Eu”, para a intervenção, para conviver e viver com todos, pressupondo uma

capacidade de viver numa sociedade multicultural. Para que haja inovação na educação que respeite as culturas, é necessário uma educação intercultural que se enquadre nos vários territórios escolares. A atual afirmação dos direitos culturais como uma nova expressão coletiva de direitos leva a que os atores educativos estimulem a curiosidade, o espírito crítico e a confrontação pelo diálogo e pela troca de argumentos (Carneiro, 2003, p. 559, 567). Os professores desempenham um papel crucial e funcionam como mediadores das culturas e dos agentes de inovação curricular, necessitando para isso obter formação e desenvolver um conjunto de atitudes que os liberte da inércia que se instala com as rotinas e que predisponha para a mudança. Qualquer reforma para um currículo assente na diversidade cultural deverá ter em atenção quatro pontos essenciais: a formação de professores, os programas curriculares, o desenvolvimento de materiais apropriados, a análise e revisão crítica das práticas vigentes a partir de avaliações de experiências e da investigação-ação com professores (Gimeno Sacristan, 1990, pp. 146-147). As culturas devem ser apreendidas num dinamismo interativo o que implica o reconhecimento mútuo sem qualquer tipo de dominação (Rey, 1986, pp. 24-37). Esta aprendizagem funciona como uma plataforma preventiva do racismo e da exclusão social. A educação intercultural é transversal a toda a atividade escolar e pressupõe uma ação integrada que não se esgota nos conteúdos e materiais selecionados para o ensino-aprendizagem. Ela passará pela elaboração de programas, de horários escolares, da seleção dos recursos materiais e humanos, do tipo de atividades extraescolares. A escola é o lugar privilegiado de coeducação e tem de ser o lugar da criação de condições de comunicação real entre alunos de diversas origens por forma a permitir uma partilha de experiências e o desenvolvimento de atitudes de aceitação. É importante a valorização das culturas maternas dos diversos grupos presentes na escola, quer pelo poder de expressão da identidade pessoal e social, quer pela significação que comporta enquanto reconhecimento do direito à “diferença”. A arte, enquanto expressão artística e cultural, é uma forma privilegiada de comunicação e reconhecimento das diversas culturas. A implicação das famílias e outros elementos da comunidade é condição

importante de aprendizagem e partilha de conhecimentos. Os professores são fulcrais para a vivência intercultural e a sua formação fundamental para perceberem e compreenderem os alunos, as famílias, os colegas vindos de outros lados, para o respeito da diversidade das línguas, dos modos de vida, dos projetos, dos comportamentos, das religiões, para resolução de possíveis conflitos em prol de um enriquecimento cultural individual e coletivo. A emancipação cultural e a melhoria das condições de trabalho são um pressuposto para que os professores desenvolvam projetos, no sentido de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem (Leite, 2002, p. 567). O aprofundamento da culturalidade na educação surge, em Portugal, em 1986, pelas mãos da Comissão de Reforma do Sistema Educativo e em 1987/88 tenta emergir através da *“Escola Cultural”* (referida e descrita anteriormente). Pouco tempo depois, esta via surge a ideia e o projeto da *“Escola Multicultural”*. A base de conceção das duas escolas é a educação *“de sua natureza, cultural”* (Patrício, 2009, p. 120). Numa sociedade onde as diversas culturas coexistem numa dinâmica e diálogo natural, a *“Escola Cultural”* é na prática multicultural *“a presença de várias culturas”* e intercultural *“diálogo e a interação das múltiplas culturas”* (Patrício, 2009, pp. 121-122). Hoje, este facto é claro, pois segundo Carvalho (2006), a *“escola multicultural é uma realidade no mundo de hoje, de tal forma que não é possível pensar numa educação que não seja intercultural, independentemente do contexto em que se processa”* (Carvalho & al., 2006, p. 29). Assim, a *“escola multicultural de base cultural, tem a capacidade de aproximar a sociedade multicultural”* (Patrício, 2009, p. 123). Tavares (1998), adverte que, para haver a transmissão na escola, temos que ter em atenção a diversidade étnica, cultural e linguística dos alunos (Tavares, 1998, p. 103). Os filhos dos emigrantes apresentam dificuldades de integração na escola e de aprenderem matérias específicas, porque são socializados num meio sociocultural específico que compartimenta as suas referências culturais, comportamentais e linguísticas (Tavares, 1998, p. 104). As populações escolares minoritárias, podem estar sujeitas ao insucesso escolar pelo facto da escola apresentar um desconhecimento do “Outro”, assim como *“da realidade cultural subjacente aos alunos e à comunidade*

pedagógica” (Patrício, 2009, p. 117). Esta situação pode levar os alunos a sentirem a sua autoimagem e identidade ignorada e atacada. A educação multicultural/intercultural passa pela partilha de conhecimentos e pelo respeito pelo “Outro”. Segundo Patrício (2009), para que educação multicultural possa afirmar-se, numa primeira fase terão que ser promovidas investigações junto dos diversos grupos culturais minoritários, no sentido de conhecer os seus comportamentos, língua, necessidades, aspirações e preocupações e prepará-los para uma educação multicultural. Numa segunda fase empreender novamente investigações junto da população dominante, principalmente junto da mais conservadora. Numa terceira fase, a introdução de uma disciplina de educação cívica em todos os patamares do ensino. Numa quarta fase, promover a educação de adultos a nível nacional de maneira a alterar as mentalidades (Patrício, 2009, p. 117). É fundamental estudar *“as situações das famílias imigrantes na sua relação com a escola”*, no sentido de promover o diálogo e a relação entre as mesmas e assim inseri-las na comunidade escolar através dos seus filhos e na nossa sociedade (Patrício, 2009, p. 120). No enquadramento da temática aqui falada, será importante observar as linhas estratégicas do Canadá. Este foi o primeiro país do mundo a adotar o multiculturalismo como política oficial. Esta teve início em 1971 com o objetivo de valorizar e dignificar todos os cidadãos independentemente da sua origem, étnica, de língua e ou religiosa. No mesmo ano, foram atribuídos direitos aos povos indígenas e foi instituído o francês e o inglês como línguas oficiais. O multiculturalismo no Canadá, assegura que todos os cidadãos podem manter as suas identidades, orgulharem-se de sua ascendência e do seu sentido de pertença. Esta multiculturalidade desenvolve um sentimento de segurança e autoconfiança que torna as pessoas mais abertas à aceitação das diversas culturas. A experiência desenvolvida pelo governo canadiano mostrou que o multiculturalismo encoraja a harmonia étnica, a compreensão intercultural e o respeito mútuo. Esta forma de ser e de estar das diversas comunidades, permite uma atitude comum no respeito pelos processos políticos e jurídicos. O Canadá reconhece o potencial de todas as comunidades e encoraja a sua integração social, cultural, económica e política. O estado garante o acesso à

justiça e as mesmas oportunidades para todos independentemente das suas origens. Reconhece a diversidade, a herança cultural, a etnia, a religião, a ascendência, o local de origem, a liberdade de consciência, de pensamento, de expressão, de crença, de opinião, de associação e de reunião pacífica. Direitos fundamentados e expressos na Carta de Direitos e Liberdades Canadenses. O multiculturalismo tem permitido uma elevada taxa de naturalizações sem qualquer tipo de pressão. As pessoas assumem de forma livre uma nova cidadania partilhando com toda a comunidade os valores básicos da democracia. Neste âmbito, todos os canadenses são livres de escolher a sua identidade cultural sem reçar qualquer tipo de penalização e ou perda dos direitos individuais. A diversidade cultural no Canadá é um património nacional, assim a diversidade de língua e a compreensão de muitas culturas permite ao Canadá participar globalmente nas áreas do comércio, da educação e da diplomacia (Government of Canada, 19/10/2012).

Na Austrália, de acordo com o *“Department of Education and Early Childhood Development”* do Estado Governamental de Vitória, a educação multicultural deve dirigir as suas políticas, programas e práticas para um desenvolvimento da língua do país de acolhimento, assim como, outras línguas fundamentais para o relacionamento intercultural, o conhecimento profundo da sua própria cultura, da cultura onde está inserido e demais culturas, da história do país de acolhimento e seu enquadramento multicultural, a compreensão e aquisição de habilidades para o relacionamento intercultural e a noção da *“importância da interdependência local, nacional e internacional em termos sociais, ambientais, económicos e políticos e um entendimento de que o apoio mútuo nestas áreas é vital para a harmonia local e global.”* A educação multicultural surge aqui como um desígnio e exige que a escola prepare os seus alunos para uma nova dimensão universalista promotora de práticas da multiperspetiva no enquadramento de uma sociedade democrática. Os objetivos prendem-se com a necessidade das pessoas adquirirem qualificações, conhecimentos e comportamentos fundamentais para se poderem afirmar nesta nova dimensão global caracterizada pela mobilidade e consequente enquadramento cultural, político e económico. As escolas têm assim um papel incontornável de

promover a diversidade cultural. Neste contexto, o referido departamento na defesa de uma educação multicultural apela às entidades oficiais responsáveis pelo ensino a envolverem-se profundamente na promoção de um sistema de ensino capaz de desenvolver nos alunos autonomia, no sentido de usufruírem das oportunidades económicas e sociais das comunidades onde estão integradas. Aspetos como o racismo e ou preconceitos não podem de todo ser um entrave ao desenvolvimento individual e coletivo das pessoas envolvidas no processo de integração. Para além da aprendizagem da língua do país de acolhimento é fundamental que os alunos possam aceder a um ensino inclusivo onde possam desenvolver diversas experiências com capacidade de responder às constantes mudanças do mundo, onde a comunicação e a compreensão intercultural são fundamentais. A visão multicultural deve estar no centro das atenções na dinâmica diária da escola através da promoção: da diversidade; da multiculturalidade nas diferentes áreas de aprendizagem; de políticas e práticas enquadradas nos fundamentos dos direitos humanos e do antiracismo; da capacidade dos professores melhorarem a compreensão dos alunos relativamente ao intercultural, as competências interculturais da comunicação e a capacidade de assegurar que as políticas escolares, como por exemplo, os códigos de conduta e disciplina, sejam de igual modo aplicados a toda a comunidade escolar (State Government Victoria, 23/01/2012). Outro exemplo será a sociedade Americana que se caracteriza também ela por uma diversidade de povos e culturas humanas, onde a educação tem sido a plataforma mais eficaz na formação pessoal. A sociedade Americana procura preparar as pessoas para o seu desenvolvimento pessoal, familiar, das comunidades, do país e da civilização humana em geral. É uma educação que procura formar os seus concidadãos para as suas constantes emergentes mudanças (Green, 1998, p. 422, 424).

2.4.1. EDUCAÇÃO E DESPORTO

Segundo Patrício, (1996), apostar na educação não é unicamente atingir o progresso. É a defesa e a preservação do nosso ser assim como a persistência do aprofundamento da nossa própria identidade. Na formação de uma pessoa, a prática desportiva assume também ela um papel fundamental, porque faz parte do processo educativo da criança, contribuindo para o seu desenvolvimento integral (físico, social e emocional). O desporto promove a vivência de situações que conduzem à aquisição de valores essenciais do “saber ser” (autodisciplina, autocontrolo, perseverança, humildade) e do “saber estar” (civismo, companheirismo, respeito mútuo, lealdade), permite o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras do indivíduo ao “*saber fazer*” (aquisição de um vocabulário motor alargado) e contribui para o equilíbrio do indivíduo através da diminuição do stress diário, imposto pelo ritmo de vida atual (Mesquita, 2005, p. 11). O desporto, como elemento de cultura e de convivialidade humana, torna-se indispensável como fator de humanização. Sem desporto o envolvimento cultural dos homens diminui, tornando-se um vazio de emoções e paixões (Bento, 1998). A escola é oficina de humanidade e de personalização e é a casa onde se exerce o ofício de se tornar humano (Patrício, 2002, p. 83). É na escola que a Educação Física e Desportiva se apresenta como a única disciplina que visa, preferencialmente, a corporalidade e constitui uma forma especial da relação do sistema educativo com o corpo. Comprova também a vontade de intervir na realização e modelação do corpo. A Educação Física e Desportiva evidencia-se das outras áreas relativamente à sua tarefa educativa primordial pelo facto de educar, formar, socializar e possibilitar experiências a partir do corpo (Bento & Bento, 2010, p. 20). O desporto é uma pedagogia do esforço, da ação e da vontade, fatores fundamentais para a reabilitação da escola e do cumprimento da sua missão central, “*para que nela não se faça o que se quer, mas se queira e deseje aquilo que se faz*” (Bento, 2009, p. 176). A diminuição da Educação Física e Desportiva provoca uma mudança na vida das crianças e jovens, ou seja, reduz as oportunidades de exercitação corporal, diminuiu a socialização

em muitos papéis implícitos nos jogos e brincadeiras, reduz cada vez mais as oportunidades da brincadeira e das práticas corporais e desportivas espontâneas pelo facto de existir uma “betonização” dos espaços, intensificação do trânsito, violência e insegurança nas cidades e nas suas periferias, provoca um aumento do consumo dos meios audiovisuais, com sobrecarga da visão e audição e o défice da estimulação dos outros sentidos. Ainda aumenta o risco de lesões ao nível do sistema músculo-esquelético por posturas incorretas, assim como os riscos coronários precoces, o crescimento dos índices de corpulência e diminuição da valia das capacidades motoras e da aptidão desportivo-corporal, decréscimo da capacidade de rendimento escolar e do reconhecimento dos efeitos de compensação da atividade desportiva para ajudar a reverter o referido problema. Para além das vantagens da prática desportiva no domínio motor e corporal, esta integra dimensões cognitivas, afetivas e sociais, tais como: o desenvolvimento da personalidade e da capacidade de rendimento geral, da saúde e do bem-estar, aquisição dos valores de Fair Play, do respeito pela diversidade e valia dos outros, da consideração e tolerância, assim como de atitudes de abertura, diálogo, integração e convivialidade, coadjuvação na formação de um estilo de vida que assuma um papel estabilizador e orientador no âmbito da estratégia de prevenção de comportamentos desviantes, ligados ao consumo de drogas e às diversas formas de violência. Neste enquadramento a preocupação da renovação da escola não dispensa o contributo da atividade física e do desporto. O desporto é um meio de revigorar a educação através da festa, da euforia, do apego, da empatia, da quebra das rotinas escolares através de competições internas e externas. Tudo isto no desejo de desportificar a escola e escolarizar o desporto. Não basta nascer para se ser homem. É preciso aprender através da comunicação com os semelhantes, da transmissão deliberada, escolhida e sistemática de normas, conhecimentos, técnicas, habilidades, símbolos e memórias. As pessoas não nascem, mas são feitas pessoas mediante a sublimação dos instintos e impulsos presos à nossa natureza biológica e animal. As crianças crescem em todas as suas dimensões com a ajuda dos adultos que oferecem encorajamento e suporte, caso

contrário, as crianças ficam sujeitas à deformação. A abolição da autoridade no ensino constitui uma recusa em assumir a responsabilidade pelo mundo em que são postos os mais novos (Bento & Bento, 2010, pp. 20-26). Nesta época de globalização estamos a ficar mais pobres, *“pela pobreza das experiências, pobreza externa e interna resultante da substituição da vivência pela aparência, do facto pelo simulacro, do real pelo virtual, da palavra pela imagem”* (Bento & Bento, 2010, p. 27). O desporto serve para trocar o insuficiente, o menos e o pior que se encontra dentro das pessoas, pelo suficiente, o mais e o melhor, que se encontram fora de nós. No sentido de colmatar esta carência é fundamental recorreremos aos professores e treinadores para aprender e treinar todos os dias. O desporto é um lugar pedagógico por excelência, porque expõe as nossas fraquezas, insuficiências, mazelas e contradições e convida a cultivar o que em nós falta. O desporto faz parte da luta contra a ideologia da impotência, desafia-nos a aprimorar a elegância e a combater a deselegância das reações, atitudes e comportamentos, o índice de apego ou desapego à observância de princípios e regras, o grau de respeito ou atropelo dos direitos e da pessoa dos outros (Bento & Bento, 2010, pp. 28-29). A existência do homem só tem sentido nas relações e na convivência. O homem não é um ser definido à sua nascença, mas traz consigo a capacidade de se *“constituir como pessoa durante toda a vida e na relação com os outros”* (Moreira, 2012, p. 157). A ética só existe com a presença do outro e o desporto é um exemplo, pois ele é promotor do encontro com o “Outro”. A formação humana através do desporto *“deve colaborar para a compreensão da pessoa humana”* (Moreira, 2012, p. 157, 159). É fundamental desenvolver um desporto capaz de reforçar as *“ideias de solidariedade de aprendizagem social, de auto-organização, de atitudes éticas e estéticas”* (Moreira, 2012, p. 174). Na atual sociedade em rápida mudança, tudo tem que mudar e ou ser reformulado para se manter atual e assegurar assim a sua sobrevivência. Na atual sociedade de consumo que vivemos, que pretende inventar novos desejos sem fim, o desporto é uma reprodução da sociedade enquadrando-se nos novos valores emergentes no decorrer dos tempos (Garcia & Lemos, 2005, pp. 22-23). Contudo, é nosso desejo que o

desporto se enquadre nos valores do olimpismo da era de Pierre Coubertin, em que o desporto era um meio e uma forma de reforço moral do homem. O olimpismo e o movimento desportivo resultante têm uma íntima associação com a mensagem educativa, isto porque o desporto surge como um meio de educação e assim precursor do desenvolvimento da sociedade. Ao longo dos últimos cem anos o movimento olímpico foi responsável pelo alcance educativo do desporto, pelo direito de todos ao desporto e pela projeção do humanismo sem fronteiras. O desporto apresenta-se simultaneamente como um agente e um meio de aperfeiçoamento moral e social. A lealdade desportiva traduzido pelo jogo limpo, no respeito pelos regulamentos, pelos árbitros, pelos adversários e pelos públicos. O princípio da superação inerente ao próprio desporto e traduzido no ideal olímpico *“Citius, Altius, Fortius”*, numa simbiose com as regras da competição, pode ser um exemplo para a sociedade. Ganhar sem insolência e perder sem rancor. O desporto tem valor social e humano e é um espaço de liberdade. Simboliza pois os ideais e a vida concreta entre o desejo e a realidade. Humanizante no plano pessoal e coletivo (Constantino, 1998). Neste enquadramento, nas escolas, os valores olímpicos devem e podem ser ensinados e vividos pelas crianças e jovens através da Educação Física e Desporto. Existem imensas práticas desportivas olímpicas menos conhecidas, assim como, potenciais atletas olímpicos. Os variadíssimos objetivos escolares poderão ter como consequência o *“atleta olímpico”*, por isso, também aqui, a escola deve procurar a excelência efetivando uma verdadeira educação desportiva. A escola educa pessoas que poderão ser campeões. Esta concretização poderá ser feita através dos nobres valores humanos a que os gregos, fundadores do olimpismo designavam de *“Paideia”*, elevação do ser humano através da educação e da cultura (Garcia & Boschi, 2010, s/p). Para finalizar poderemos afirmar que *“Educar é acreditar na perfetibilidade humana, na capacidade inata de aprender e no desejo de saber que a alma, acreditar que existem coisas, que podem ser sabidas e que merecem sê-lo, que nós homens, podemos melhorar-nos uns aos outros através do conhecimento”* (Bento & Bento, 2010, p. 32).

2.5. DESPORTO

Para entendermos desporto, devemos estar atentos às palavras de Ortega y Gasset (1987), que nos diz que viver é tratar, atuar e ocupar-se com o mundo e que a atividade original da vida é espontânea. A vida, no seu todo, surge como um esforço que se divide pelo mero prazer de fazer e pela obrigação da necessidade imposta, não fabricada ou solicitada por nós próprios. O referido esforço obrigado tem a sua expressão máxima no trabalho, enquanto o primeiro encontra o seu exemplo mais claro no desporto. Neste sentido, a atividade desportiva surge como a primeira e mais importante da vida. Segundo o autor, a vida é a de cariz desportivo e a outra (trabalho) é uma mera mecanização e funcionamento (Ortega y Gasset, 1987). O desporto nas suas várias dimensões apresenta-se como uma cultura corporal, agónica, lúdica e somática que reflete o modo ocidental de deslumbrar e responder às questões do homem e do sentido da vida. O desporto permite desviar o homem do estado animal, dos instintos e impulsos primitivos, das formas originais e arcaicas, abrindo espaço à racionalidade, à técnica, à arte, à virtude, à ética, à estética, ou seja à excelência. Melhora o homem no plano comportamental e moral refletindo-se na sua cidadania. Para além de ser uma atividade física e lúdica, o desporto orienta o homem para a humanização e transcendência das suas capacidades físicas (Bento & Bento, 2010, pp. 17-18). O desporto é abrangente. Ele é arte e espetáculo caracterizado pela constante procura da vitória, de beleza e de graciosidade dos movimentos assim como pelas múltiplas formas de expressão (Moreira, 2012, p. 163). Ao nível individual e coletivo, o desporto apresenta uma interligação de valores necessários à vida, o que aprofunda a sua importância humanista e favorece as relações humanas no quotidiano (Moreira, 2012, p. 164). Para além dos valores da competição, do rendimento e do risco, induz os valores da cooperação, da cordialidade e da sociabilidade. Neste sentido o desporto desfaz com as noções de incompatibilidade de *“competição x cooperação; individualização x coletividade; atividade x inatividade; intelecto x corpo”* (Moreira, 2012, p. 168). O desporto dá ao ser humano as bases para enfrentar a vida com *“honestidade, sem lesar o*

outro e dar a cada um aquilo que é seu” (Moreira, 2012, p. 170). Ele conduz-nos para a procura dos ideais de conviver com os desafios, os sacrifícios e a disciplina. Segundo Garcia e Boschi, (2010), os valores humanos alicerçados na ética desportiva contêm em si o bom, o belo e o bem. O desporto procura o bem das populações, promovendo a sua prática em diversas direções sem excluir ninguém, ou seja, todos o podem praticar quer sejam ricos, pobres, altos, baixos, gordos, magros, portadores de deficiência motora, sensorial ou mental, criança ou idoso, entre outros sujeitos ativos do desporto. Neste contexto, não podemos desvalorizar quem não é tão capaz, mas também não podemos desprezar aqueles que são excelentes nas suas funções. Nos Jogos Olímpicos espelha-se a excelência no desporto e dos seus nobres valores do respeito pelo “Eu” e pelo “Outro”. É a procura constante dos limites assente na trilogia olímpica “*Citius, Altius, Fortius*”. É o local da transcendência humana, da exaltação dos vencedores, do respeito pelos vencidos e da compreensão que vitória e derrota são duas condições inerentes e inseparáveis do desporto. Esta caminhada na procura da excelência feita pelo homem, concretiza o ideal ético do projeto antropológico de cada pessoa; sermos cada vez melhores, seja no desporto ou em qualquer outra dimensão das nossas vidas. Ser melhor é um desígnio humano, por isso ocupamos um lugar cimeiro da vida do planeta. A procura da excelência é o que a vida tem de mais profundo (Garcia & Boschi, 2010, s/p). O desporto apresenta-se como um instrumento para a promoção da paz, uma vez que ignora tanto as fronteiras geográficas como as classes sociais. Ele é fundamental para a integração social e para o desenvolvimento económico nos diferentes contextos geográficos, culturais e políticos. Fortalece laços e redes sociais, promove a união, a fraternidade, a solidariedade, a não-violência, a tolerância e a justiça (UNESCO, 24/01/2013). Ele atrai, mobiliza, inspira, é participação, inclusão e cidadania. Através da sua linguagem universal promove a tolerância a compreensão e aproxima as pessoas para além das fronteiras, culturas e religiões. Os valores humanos intrínsecos, como o trabalho em equipa, lealdade, disciplina, respeito pelo adversário, a aceitação de regras vinculativas e da equidade, são compreendidas por todos e podem ser aproveitados para a promoção da solidariedade, da coesão e integração

social e da coexistência pacífica (United Nations, 6/12/2012). Como podemos verificar, o desporto apresenta um papel fundamental no desenvolvimento integral do homem. Os jogos desportivos contribuem para a construção humana e a sua história são a de qualquer povo. São uma constante nas diversas culturas variando na forma. A universalidade dos mesmos é um elemento fundamental da condição humana. O desporto contemporâneo nasceu na Europa, pela segunda metade do séc. XIX, e alicerça-se no recorde. É reflexo de uma sociedade que proclama a eficácia, o rendimento e o progresso. O desporto representa a “*mitologia*” da ascensão ininterrupta em direção ao melhor “*Citius, Altius, e Fortius*”. Ele espelha o funcionamento, crises, contradições, sonhos e esperanças sociais. É uma materialização abstrata do rendimento corporal, uma espécie de modelo de abstração da sociedade industrial, ou seja, o desporto atual seria uma forma abstrata da tecnologia corporal centrada sobre o rendimento, embora enxertada nas formas lúdicas e utilizando os exercícios físicos competitivos como meio de expressão. No desporto moderno existe uma elevação de uma sociedade competitiva que leva à seleção dos melhores. Esta norma apresenta-se como justa e aceitável, no sentido em que se apoia no mérito pessoal e defende, para todos, as mesmas possibilidades. Todos podem ganhar e chegar ao cimo da hierarquia. No universo desportivo existe uma troca simbólica, que se encontra na vanguarda dos intercâmbios reais a que aspira a sociedade atual. Apesar da sociedade sonhar com uma universalidade, só a tem conseguido ao nível simbólico através das competições desportivas. O desporto pode: criar um meio de integração social, uma justificação da realidade sóciopolítica, ocultar as deficiências da sociedade na qual funciona, ajudar uma sociedade a compreender as suas estruturas e a reforçar a sua própria identidade. Em geral, o desporto pode ser visto como a tradução dum imaginário coletivo que convida o Homem a partir à conquista de um ideal, bem distante da condição presente, mas que um dia poderá ser real. Pertinência, reveladora da força do fenómeno desportivo (Costa, 1992, pp. 101-108). Segundo Savater (2000), cada grupo necessita de modelos humanos que representem a excelência, o ideal social de vitalidade, e que sejam dignos de admiração, quer

individualmente, quer coletivamente (somos idênticos, mas não indistintos). Só é possível competir entre iguais. A competição é uma força socializadora, porque para competir precisa-se dos demais. O desporto poderá ser considerado um equivalente moral de guerra, pois canaliza a glória e o fervor heróico por vias não criminosas. Através dos meios de comunicação social é possível hoje em dia adquirir admirações cosmopolitas de dons universalmente valiosos, como a habilidade, a força, a velocidade, a elegância, o jogo limpo, etc. Será possível celebrar a excelência onde quer que ela ocorra e seja quem for aquele que a demonstrar (Savater, 2000, pp. 97-101). Como anteriormente afirmamos, o desporto é um fenómeno cultural, um espelho da sociedade que é complexa e contraditória. O desporto também poderá apresentar aspetos negativos, como a violência, a corrupção, a discriminação, o vandalismo, o nacionalismo, o *doping* e a fraude. Para o desporto desencadear todo o seu potencial positivo, a ênfase deve ser colocada sobre o controlo eficaz e orientador das atividades desportivas. O potencial positivo do desporto não se desenvolve automaticamente. É necessário uma intervenção profissional e socialmente responsável, que é adaptada para o respetivo contexto social e cultural (United Nations, 6/12/2012). Considerando o referido potencial positivo do desporto, novos desafios surgem e o desporto multicultural é um deles. Esta dimensão do desporto surge como uma das respostas ao entendimento entre culturas, fenómeno social resultante da globalização.

2.5.1. DESPORTO MULTICULTURAL

A prática do desporto é um direito humano e neste sentido toda a pessoa deve ter a possibilidade de praticar desporto segundo as suas necessidades (Comité Olímpico Internacional, 2011). Atualmente, mais do que qualquer outra área que propicie o relacionamento humano, a prática desportiva é aquela que mais promove o encontro e o relacionamento dos diferentes grupos culturais (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006, p. 169). O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais, do conhecimento, do entendimento das diferenças culturais e da

integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006, p. 195). O desporto é um fenómeno socialmente reconhecido, que promove a integração social particularmente a dos jovens (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004, p. 1). Neste sentido, as atividades desportivas e a participação em equipas desportivas são um dos meios mais importantes para a inclusão de crianças de famílias de imigrantes. A participação é identificada como um importante meio para que estas se sintam parte da nossa sociedade (Cubillas, s/d). Os desportos permitem uma linguagem comum e uma base para a democracia social. Promovem condições para uma democracia política, sendo um instrumento para o desenvolvimento de uma cidadania democrática. O desporto aumenta o entendimento e a apreciação das diferenças culturais e contribui para a luta contra preconceitos. Limita a exclusão social dos imigrantes e grupos de minoritários (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004, p.1). Permite uma educação desportiva orientada para a comunidade, a juventude e os serviços sociais e poderá ser usado como uma ferramenta política para encorajar e assegurar uma educação com conteúdos promotores de um diálogo multicultural. Neste sentido, os currículos desportivos devem conter e relacionar critérios e métodos promotores da diversidade e da coesão social. O desporto permite a integração das pessoas nos seus bairros e contribui para a construção de uma cidade socialmente coesa. Tem um papel importante na construção de uma cidade solidária, isto porque introduz muitas pessoas nas organizações e associações que têm um impacto significativo na vida social nos bairros da cidade e constituem uma área para o exercício da cidadania (Kennett, 2006, p. 475). O espírito de *"fair play"*, de inclusão, de amizade e de solidariedade social, pode desempenhar um papel importante na superação das barreiras à participação dos grupos de imigrantes. O reconhecimento do desporto como um direito humano tem um entendimento universal, permitindo uma expressão da diversidade cultural e da preservação das identidades étnicas (Kennett, 2007). O desporto de lazer é percebido como um dos mais acessíveis e eficazes métodos através dos quais se integra uma população heterogênea (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006). O desporto é

uma atividade integradora com importância para a comunidade, ou seja na promoção de um diálogo comunitário (Burdsey, 2008, p. 261). Neste enquadramento, o desporto multicultural define-se como um instrumento fundamental para a promoção de um diálogo intercultural entre os diversos grupos culturais. Assim, este tem sido utilizado por diferentes instituições internacionais, cidades e países, através de projetos desportivos para a promoção do referido desiderato.

2.5.2 PROJETOS DESPORTIVOS

Diferentes projetos desportivos são desenvolvidos principalmente em países que apresentam uma grande diversidade cultural. Governos, Autarquias, instituições nacionais e internacionais, particulares individualmente e coletivamente procuram através do desporto promover a coesão, integração e a promoção de um diálogo intercultural. Um destes exemplos surge pelas mãos do governo australiano que reconhece que as atividades desportivas de recreação são fundamentais para a coesão social, pelo que propõe o programa *“Multicultural Youth Sports”*. Este, tem como objetivo envolver os jovens nas novas e emergentes comunidades de diversas origens culturais através de atividades desportivas de lazer. A Comissão Australiana de Desportos surge neste projeto como responsável pela promoção e desenvolvimento do referido projeto (Australian Government, 2010). A perceção dos benefícios do desporto para o fortalecimento das relações humanas define a sua aplicação. Os imigrantes, muitas vezes com experiências de vida difíceis, têm a possibilidade, através do desporto, de ultrapassar ou esquecer por momentos muitas das experiências negativas inerentes à sua condição. Situação possível, pelo facto do desporto permitir ultrapassar as barreiras linguísticas e culturais. Na Alemanha, mais precisamente, em Munique, *“Rudiger Heid”* propôs uma liga de futebol de rua intercultural, o *“Buntkicktgut”* (futebol colorido), contando com mais de cento e cinquenta equipas e com cerca de mil e quinhentos participantes. Um dos principais objetivos do projeto passa pela prevenção da violência, pela resolução pacífica dos conflitos, pela diluição dos preconceitos

racistas, pela indução da negociação democrática e pela participação individual e em grupo. Os jogadores, unicamente masculinos, são uma mistura de refugiados e jovens desfavorecidos de diversas culturas. As idades dos participantes estão compreendidas entre os oito e os vinte e um anos. O “*Buntkickgut*” que se realiza por toda a cidade, divide-se em duas temporadas a de verão e a de inverno, com uma frequência de jogos que pode ir até cinco vezes por semana incluindo os fins de semana. Associado ao torneio surge também a realização de dois eventos relacionados com a Taça da Liga. As equipas são formadas por seis jogadores e por, pelo menos, um treinador. As equipas são responsáveis pela sua própria organização, mesmo as mais novas, estão comprometidas a participarem todo o ano. Uma das mais valias do evento, em relação a outros eventos desportivos, é a sua continuidade e a frequência com que as equipas se reúnem. Outro elemento chave é a longevidade da liga devido ao facto dos jogadores, à medida que ficam mais velhos poderem avançar de escalão. Esta cria laços entre os jovens e os funcionários, socializando-os com os valores da liga. Os jogadores mais experientes orientam os novos participantes que são, quase sempre, compostas por indivíduos de um mesmo grupo cultural. O “*Buntkickgut*” está associado com a autonomia, a autoorganização e a autodeterminação da juventude e oferece o reconhecimento e o respeito pelos jogadores, fortalecendo a sua autoconfiança. A relação entre os membros das equipas é próximo e amigável. No dia dos jogos, muitas pessoas vêm assistir e apoiar as suas equipas. O referido projeto, em 2000, recebeu o reconhecimento da cidade de Munique e, em 2002, recebeu o primeiro lugar como o projeto de integração bem sucedido das mãos do presidente alemão, *Johannes Rau*. Projetos semelhantes ao “*Buntkickgut*” foram desenvolvidos na Suíça e na Áustria. Em 2006, o “*Buntkickgut*” tornou-se uma iniciativa verdadeiramente global, quando se integrou no Internacional “*Streetfootball League*” em Munique. Mais de 56 equipas de todo o mundo participaram no evento. Participaram equipas da Índia, do Paquistão, dos Estados Unidos da América, da Polónia, do Brasil, do Reino Unido, da China, dos Camarões e de muitos outros lugares (MayTree Foundation, May 2011). Na Dinamarca surge um

conceito de integração acolhedora dos recém chegados através das deslocções em bicicleta. A cidade dinamarquesa de Copenhague está coberta por mais de 1,2 milhões quilómetros de ciclovias e um em cada três habitantes usa a bicicleta para se deslocar diariamente. Esta forma de estar tem um forte apoio do governo local, que investe cerca de trinta e cinco euros por pessoa / ano na melhoria das estradas e na segurança. Em 2008, Copenhaga foi escolhida como a melhor cidade dinamarquesa para o ciclismo. Para 2015, Copenhaga pretende ter cinquenta por cento dos seus residentes a deslocarem-se para o trabalho e para a escola de bicicleta. Esta iniciativa pretende envolver igualmente as pessoas recém chegadas. A participação, por parte dos destes nas iniciativas da cidade, é importante para o seu conforto. A Cruz Vermelha dinamarquesa, através dos seus voluntários, tendo percebido a referida necessidade, ensina os adultos imigrantes a andar de bicicleta, ensina as regras da estrada e a reparar as bicicletas. As aulas são gratuitas para os imigrantes requerentes de asilo e refugiados e permitem que circulem livremente e em segurança. As referidas aulas apresentam-se como uma oportunidade para os dinamarqueses socializarem e compartilharem as suas habilidades e cultura. As deslocções de bicicleta apresentam-se como uma opção mais rentável relativamente à utilização de carros e transportes públicos, assim como uma oportunidade de aumentar a empregabilidade dos imigrantes, através de trabalhos relacionados com as bicicletas (MayTree Foundation, May 2011). Este tipo de iniciativa inovadora aproveita um fenómeno muito característico da sociedade dinamarquesa para envolver os imigrantes na comunidade. Outro projeto que envolve o desporto, mas não ao nível da sua prática, surge no Canadá. Neste país a transmissão em várias línguas do hóquei em gelo tem tido um grande sucesso. Este tipo de jogo é mais que um passatempo nacional. Ele faz parte da identidade e do tecido cultural canadiano. Aos sábados à noite, desde 1952, famílias e amigos reúnem-se para assistir ao jogo *"Hockey Night in Canada"*, sendo o evento com mais audiência na televisão do Canadá e também o mais antigo programa desportivo televisionado. A 24 de maio de 2008, os telespetadores do *"National Hockey League (NHL)"*, finais do campeonato de *"Stanley"*, tiveram a opção de

assistir ao jogo de hóquei em ambas as línguas oficiais do Canadá, o inglês e o francês, e, pela primeira vez, em *“punjabi”* (língua falada na Índia). Os efeitos positivos deste projeto foram enormes tendo-se normalizado a iniciativa. A transmissão em *“punjabi”* teve um impacto positivo junto da comunidade que fala esta língua, visto que até aqui não conseguiam perceber o que diziam os comentadores. A transmissão em *“punjabi”* trouxe novos públicos e ofereceu aos novos imigrantes, uma aproximação cultural com a população autóctone. A capacidade de compreender o jogo permite criar um diálogo entre aqueles que o veem, aumentando assim o sentido de pertença. O *“punjabi”* é a quarta língua mais falada no Canadá, depois do inglês, francês e chinês. O referido sucesso levou a que o canal de televisão responsável pelos jogos, a *“Canadian Broadcasting Corporation”*, aderisse à transmissão em mandarim, permitindo, à comunidade chinesa, familiarizar-se melhor com o jogo. Outras transmissões para o Canadá, como a *“National Basketball Association”* (NBA), também começarão a ser transmitidos em *“punjabi”* (MayTree Foundation, May 2011). Na Holanda, mais concretamente na sua capital, Amesterdão, surge outro projeto de integração das várias comunidades existentes: o campeonato do mundo de futebol amador de Amesterdão *“WK Amesterdão”*. O evento enquadra-se na política de integração holandesa e oferece um espaço para a mobilização da comunidade dominante em articulação com as diferentes comunidades estrangeiras residentes. Ele permite facilitar e articular as diferentes comunidades, no sentido de promover o multiculturalismo, a interação cultural e a integração no Município de Amesterdão. Oferece um importante espaço social para comunidades culturais minoritárias que se encontram excluídos da cultura tradicional do futebol, estando sujeitos ao racismo do futebol holandês local. Neste campeonato competem trinta e duas equipas, em que cada uma delas representa uma nação. O torneio é predominantemente para amadores, contudo podem participar alguns profissionais. Cada equipa participante paga 200 euros, sendo a entrada livre para os adeptos. Para além do evento desportivo, desenvolvem-se outras atividades culturais que se realizam durante o dia, como atrações musicais realizadas predominantemente por jovens de minorias culturais e são vendidas

especialidades alimentares das diferentes comunidades. Relativamente a Portugal, são várias as iniciativas desportivas com o objetivo de promover a inserção social e o diálogo intercultural entre as diversas comunidades culturais, como é o caso do *“Programa Escolhas”*. Este apoia-se no desporto para a promoção e integração na sociedade de crianças e jovens em ambientes vulneráveis. Pretende contribuir para a coesão, o aumento da autoestima, a diminuição dos níveis de ansiedade e para a melhoria do aproveitamento escolar. As modalidades desportivas desenvolvidas são diversificadas, como por exemplo, o futebol, o rugby, o andebol e as artes marciais. O referido programa foi *“seleccionado por um Júri Nacional como Boa Prática no âmbito no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade, atribuído pela UE, sob o tema, Desporto, Ciência e Arte na prevenção do crime com crianças e jovens”* (Farmhouse, 2011, p. 1). O torneio de futebol *“Mundialinho da Integração”* realizado pelas Autarquias de Lisboa e Sintra, com a parceria do Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI), pretendeu contribuir para a integração das várias comunidades imigrantes e demonstrar que o desporto é, sem dúvida, uma ponte entre culturas. Em 2010, juntou trezentos e cinquenta atletas imigrantes, distribuídos homogeneamente segundo a sua nacionalidade por dezasseis equipas que representavam os seguintes países: Angola, Brasil, Nigéria, Senegal, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Espanha, Alemanha, Reino Unido, Ucrânia, Roménia, Moldávia, Marrocos, Moçambique e China (Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, 4/06/2011). As *“Mini Olimpíadas 2009 - Mais Diversidade Melhor Humanidade”* realizado em 2009 pelo ACIDI, em parceria com a Associação Juvenil Ponte e o Movimento Juventude Nova, teve como objetivo promover através do desporto, os valores da solidariedade, da paz, da tolerância, da inclusão e do ideal de um mundo mais unido. As modalidades desenvolvidas foram o atletismo, o futebol, o basquetebol, o voleibol, a natação e o remo. Agrupados em equipas masculinas e femininas, reuniram cerca de duzentos e cinquenta jovens portugueses, imigrantes e ou seus descendentes. A proveniência destes últimos era alemã, angolana, brasileira, caboverdiana, guineense, marroquina, moçambicana, moldava, romena, russa, são tomense,

sulafricana e ucraniana. Representaram 15 Municípios do país ligados à Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - CLAI (Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, 2/06/2011). Outro exemplo surge pela Associação dos Imigrantes dos Açores AIPA e o Centro Local de Apoio ao Imigrante que organizaram o *“Mundialito Futsal de Ponta Delgada”*. A iniciativa insere-se no âmbito da *“Promoção da Interculturalidade a Nível Municipal”* (Associação dos Imigrantes nos Açores, 2011). Neste torneio, com o slogan *“Desporto pela Integração”*, participaram imigrantes e gentes locais com o objetivo de fomentar o convívio e a ocupação dos tempos livres de forma saudável (Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, 2/06/2011). Os programas desportivos descritos apresentam-se como estratégias orientadas à inserção das diferentes comunidades culturais nas sociedades de acolhimento. Neste enquadramento, o desporto atenua as diferenças sociais e raciais, promove a coesão social, é uma escola de vida e um símbolo transformador. Este, para além de renovar a identidade das nações, apresenta um papel importante no combate à exclusão social e, neste sentido, as *“políticas públicas de inclusão social não podem relegar para segundo plano esta dimensão”* (Farmhouse, 2011, p.1).

2.6. POLÍTICA

Ao analisarmos a história do homem, esta está profundamente envolvida com a dimensão política feita por homens e para os homens e toda a sua envolvência, capaz do melhor e do pior. Para entendermos política, primeiro temos que entender e perceber a essência da sua palavra: *“vem do grego, onde pólis era a cidade-estado e o homem era considerado um zóon politikon (animal político), porque era feito para viver em sociedade”* (Amaral, 2011, p. 17). Para Amaral (2011), política é uma atividade humana que diz sobretudo respeito ao Estado e caracteriza-se por uma *“dupla atividade”*, uma de cariz competitivo, ou seja, a luta pelo poder, e outra objetiva e concreta de governar os povos. Ao longo dos tempos e, como hoje, *“a vida política é feita de uma série contínua de factos e de ideias, suas causas e consequências.”* A

dualidade entre os factos e ideias políticas é constante e processa-se nos dois sentidos. As ideias são fundamentais na política, porque *“preparam e ou incentivam grandes transformações ou porque explicam mudanças já ocorridas”* ou ainda *“porque ficam para sempre a constituir ideias que, mesmo que nunca se concretizem, inspiram e animam os homens na sua busca incessante de um mundo melhor”* (Amaral, 2011, pp. 17-18). A política apresenta-se como a arte de governar um Estado, onde se desenvolvem negócios que interessam ao Estado dirigidos através de políticas externas e internas (Lello & Lello, 1970, p. 930). Para Giddens (2009), política é o meio através do qual o poder é empregue, de modo a influenciar a natureza e os conteúdos da atividade governamental. No mundo *“político”* estão implícitas as atividades daqueles que estão no governo, mas também as ações de muitos outros grupos e indivíduos fora do governo, que tentam influenciar o aparelho governamental de muitas maneiras (Giddens, 2009, pp. 424, 699). Estão implícitos fenómenos sociais como as campanhas eleitorais, a formação e desenvolvimento dos jogos partidários, a formação e papel da opinião política dos cidadãos, o significado da luta de classes em relação à tomada do poder político, a natureza desenvolvimento e significado do estado do governo e de toda a burocracia administrativa, religiosa, constitucional e militar, justificativa da conquista e manutenção do poder político (Sousa, 1978). A política, para além de ser um objeto de reflexão filosófica, é também objeto do direito, da economia, da sociologia, da história e mais recentemente da ciência política (Amaral, 2011, p. 18). Neste mesmo enquadramento, um dos grandes pensadores políticos e fundadores de várias ciências como a biologia, a lógica, a sociologia e o direito constitucional, entre as quais a ciência política, foi Aristóteles, cidadão Macedónio (384 e -322 a.C). Aristóteles afirmava que o objetivo fundamental de todas as ciências e artes é *“fazer o bem”*, contudo a ciência suprema era o saber político (Aristóteles, Trad. 1998). A título de curiosidade, neste mesmo enquadramento, séculos mais tarde surge um grande pensador, Machiavel (1469 e 1527) cidadão de Florença, que ficou ligado aos juízos condenatórios da amoralidade do poder, pela dedicação dentro da liberdade renascentista, também ele fundador da ciência política,

contudo baseada na essência identificadora da luta pela aquisição, manutenção e exercício do poder (Moreira, 2005, p. 19). Aristóteles, através do seu tratado *“A Política”*, revela-nos ainda hoje *“velhos e novos tesouros de sabedoria sobre a natureza humana e sobre a governação”* (Amaral, 2011, pp. 17-18 e 52). Segundo Moreira (2005), Aristóteles defendia a constituição de um Estado que fosse capaz de salvar os homens e uma política que apelasse à justiça. No seu tratado defendia que o homem era naturalmente *“um animal político”* e que este era *“feito para viver em sociedade”*, próprio da sua Natureza, pois o homem era *“incapaz de se bastar a si próprio em situação de isolamento.”* Segundo o referido pensador, o homem tende naturalmente para agrupar-se em cidades *“pólis”*, para obter a cooperação dos outros através de trocas de bens e serviços que lhe permita subsistir. Para que seja possível a vida em sociedade é necessário que cada homem seja um *“bom cidadão”*, existam *“boas leis”* e uma boa aplicação das mesmas, *“pois a maior parte das pessoas obedece mais à necessidade do que aos argumentos, e mais às punições do que ao sentido do que é nobre”* (Moreira, 2005, p. 22). O Estado tem um sentido ético, pois é *“através das leis que nos podemos tornar bons”* e o objetivo das mesmas é dar aos cidadãos *“uma vida boa ou feliz.”* A referida felicidade representa equilíbrio, pois cada um deve *“possuir uma quantidade moderada de bens materiais, e saúde”*, para além da dedicação à reflexão filosófica. A propriedade (bens) e o afeto (família), apresentam-se como duas dimensões fundamentais para o homem. Considerava perigosa a divisão da cidade entre ricos e pobres, que se traduzia numa luta entre o partido dos ricos, a aristocracia e o partido dos pobres, a democracia. Neste enquadramento, Aristóteles descobre a terceira classe que se enquadra no meio das duas classes referidas, caracterizando os cidadãos desta classe como possuidores de uma fortuna mediana. Estes apresentam uma maior facilidade de submissão à razão em comparação com as classes aristocratas (ricos) e as democráticas (pobres). Os primeiros desprezam os segundos e impõem-se pela força e os segundos porque se inclinam para a desordem. No enquadramento desta visão, as classes médias são mais suscetíveis de se manterem pelo facto de não almejarem os bens dos ricos e não serem alvo de inveja dos pobres. Por

este facto, Aristóteles conclui que uma sociedade civil mais perfeita é aquela que possui uma classe intermédia duas vezes superior às restantes classes, não possibilitando desta forma que a classe aristocrata ou democrata consigam ascender ao poder. Será então importante que a maioria dos cidadãos possuía um património mediano e suficiente para as suas necessidades, pois quando existem os dois extremos, resulta sempre ou a maior das democracias (ditadura dos pobres), ou uma oligarquia (ditadura dos ricos), ou uma tirania, que é o excesso dos dois poderes. Aristóteles defende que a melhor forma de governo passa pela *politeia* (república), que assenta na prevalência das classes médias com a concessão de benefícios aos mais ricos e um pouco mais aos pobres, pois necessitam de mais apoio do estado. Neste enquadramento, a governação realizada pela classe média aproxima-se mais da democracia (governo dos pobres). Segundo Amaral (2011), o conceito de democracia no tempo de Aristóteles não era muito bem visto, pois este caracterizava o poder dos mais pobres, grupo considerado desordeiro. Este conceito será alterado por Jean Rousseau (1712-1778). Ele afirmava que “*se todos os homens nascem livres e iguais, o poder político reside em todos eles (soberania popular), e só eles podem celebrar o contrato social, aprovar unanimemente a Constituição e, assim criar o Estado*” (Amaral, 2011, p. 222). Atualmente e segundo Habermas (1999), a democracia alcança o seu projeto ético no momento em que as escolhas e as decisões são tomadas conscientemente pela sociedade no seu todo. A sua essência sustentaria uma harmonia comunicacional entre o poder político e a sociedade civil suscitando a permanente troca de soluções e informações, que desembocariam na compreensão dos valores, da cultura e das ideias que os regem (Habermas, 1999a). As linhas filosóficas de Aristóteles, apesar do tempo, mantêm-se atuais. Como podemos verificar, hoje está praticamente generalizada a luta dos povos por um equilíbrio social. Quando este não acontece verificamos, no mundo, acontecimentos que comprovam as premeditações do pensador. Atualmente e no enquadramento da crise económica, podemos verificar nos Estados Unidos da América e na Europa o que acontece quando “*não existe lei ou esta não funciona*”, ou seja surge a impunidade daqueles que agredem a

sociedade e o ambiente, o desnivelamento brutal das classes sociais com as mais favorecidas a tentarem sobrepor-se ao Estado e a todos os restantes cidadãos. Aristóteles, com a sua visão, iluminou o caminho político e alerta-nos que o entendimento passa por um estado justo, que sirva o interesse de todos, definido por fatores fundamentais como: a predominância da classe média, do direito à posse de bens, à família, à saúde, aos estudos, ao diálogo, à participação política e por fim às leis. Como referimos anteriormente, política é a *“arte de governar um Estado”* e segundo (Moreira, 2009b, p. 29) a arte de bem governar esteve sempre ligada à arte de poupar, *“poupar grangeia respeito”* contudo, afirma que não devemos poupar nas ideias e se necessário devemos usá-las com precisão. Somos pessoas do mundo e para isso é preciso conhecer e compreendê-lo para assim podermos ajudar à sua construção, pois ele é de todos nós (Moreira, 2009b, p. 32). Moreira (2009), trilha uma visão em que afirma, que a modéstia, a humildade e a coragem devem acompanhar as vitórias, assim como a aceitação, e o assumir dos desastres, erros e acertos, pois *“as instituições duram mais que os indivíduos, pois fazem parte da comunidade”* (Moreira, 2009b, pp. 33-34). Nesta caminhada global é fundamental que todos possam evoluir e dar o melhor de si em *“prol do bem comum”* não esperando *“agradecimentos, pois o seu feito é de todos.”* O autor apela aos valores éticos na ação individual do homem na política, na capacidade de este *“dar uma palavra de conselho, acrescentar uma ideia, remendar um mal, elucidar uma dúvida preservar um valor, inovar uma solução, permitir a realização de projetos ambiciosos, acrescentar algo de novo ao mundo, permitir que as ideias dos outros fluam porque são nossas, apresentar propostas e planos, acender luzes, acrescentar felicidade”* (Moreira, 2009b, pp. 34-37). É fundamental a intervenção e a força da palavra pensada no acréscimo e no reforço da sabedoria das pessoas, no primado da lei, na intangibilidade da paz, no respeito pelos direitos e no valor da liberdade física. O mundo ainda é povoado por certos poderes que *“dizem o que é justo, pensam o que é útil e fazem o que lhes convém”* e *“é usado como qualquer outra forma de riqueza, em proveito de quem o tem. Sem missão universal e sem função social”* (Moreira, 2009b, p. 38). Poderes estes que se apoiam no

legado Machiavel que perpetuou a ideia: *“sem boas armas não existem boas leis”*. De acordo com esta visão, a fidelidade dos povos perante os seus governantes é definida *“uma pela lei e outra pela força”*, como também pela mentira *“é preferível parecer do que ser”*, ou seja, tudo no sentido de manter o estado. Factos estes não estão distantes da política, contudo põe em causa a sua justiça. Estes estados têm como objetivo *“o triunfo, sem cuidar da origem e necessidade do Estado, da valoração dos meios alternativos ao dispor do governante, dos critérios de fixação dos deveres do poder”* (Moreira, 2005, pp. 20-22). O referido poder representa o que de pior existe na política e onde os direitos humanos estão longe de ser alcançados. A noção dos direitos humanos reencontra um protagonismo político a partir da segunda metade do séc. XX, devido ao fim da segunda guerra mundial e da noção que tinha sido o positivismo jurídico a criar o clima intelectual que deu origem *“às perseguições raciais, ao extermínio dos judeus na Europa e a um divórcio completo entre direito e justiça”* (Sá, 2012, p. 29). O reencontro abordado dá-se no período dos *“vários processos de descolonização do pós-guerra”* com a evocação de um direito dos povos à autodeterminação. Com a derrocada da União Soviética e a afirmação das democracias ocidentais é possível compreender o papel da noção de direitos humanos na determinação do mundo político atual como uma *“era dos direitos.”* Neste sentido, e segundo Sá (2012), vive-se um tempo caracterizado pela *“generalização das democracias, pela diluição dos conflitos e pela implementação da paz”*. Este fenómeno, definido como *“língua franca”* dos direitos humanos, assume o papel de prevenir que o mundo político das *“discórdias e dissensões”* possa atingir os patamares de conflito e de guerra que são promotores da *“perseguição, morte e violação da dignidade dos seres humanos”*. A referida expressão pressupõe que a ética pode transformar a política num espaço de *“debate ou de discordância doméstica”* onde as pessoas através da referida *“língua franca”* podem comungar das mesmas *“referências simbólicas e afetivas”* (Sá, 2012, p. 30).

2.6.1. POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

As emigrações estão na origem da aculturação e miscigenação nesta espécie de confronto permanente de culturas, promovendo o progresso, mas também racismo, xenofobia, ostracismo, violência, exploração, segregação, e opressão. A partida, a viagem, a chegada, a acomodação nos primeiros tempos de vida, são fenómenos associados a carências, que levam a um desenraizamento cultural e de identidade. Grande parte das vezes os imigrantes assumem os empregos precários que ninguém quer, obtêm salários mais baixos, estão-lhes vedados acessos a determinadas facilidades e serviços, têm menores condições de segurança e proteção social, os apoios sindicais e associativos são pouco eficazes e usufruem de habitações em localizações menos confortáveis. Em qualquer cidade dos países acolhedores de imigrantes é fácil encontrar fenómenos de *“urbanismo racista”* ou *“segregado”*, bairros degradados ou bairros espontâneos e precários (bairros de lata). São formados, normalmente e deliberadamente, por pessoas da mesma cultura, fenómeno este de proteção, de reforço da identidade e da proteção das famílias. Este é um fator de segregação, fonte de conflitos e de vulnerabilidade. A emigração é enriquecimento mútuo, emulação e renovação de energias, de vitalidade demográfica, uma mestiçagem de culturas e uma aprendizagem da tolerância e da diferença, mais conhecimento do mundo e da humanidade. Neste âmbito e, no que concerne à Europa, depois da II Guerra Mundial, em duas décadas, milhões de trabalhadores do sul da Europa emigraram para os países do norte, como os Italianos, os Espanhóis, os Portugueses, os Turcos, os Gregos e posteriormente os emigrantes vindos das antigas colónias portuguesas e do extremo oriente. No início dos anos noventa, com o fim do comunismo, milhões de pessoas destes países deslocaram-se para a América do Norte, para a Europa ocidental e do sul como Portugal, Espanha, Itália, e Grécia, que até então tinham sido emissores e passaram a ser recetores de imigrantes vindos da África, da Ásia e da América Latina. Os imigrantes foram fundamentais para reconstrução da Europa, destruída pela guerra, assim como, ao longo do período de estabilidade e de desenvolvimento económico

que se seguiu. Atualmente, após as últimas vagas de imigrações da Europa central e oriental e provavelmente da Ásia e da África, a Europa terá de rever as suas políticas de imigração no sentido de evitar os problemas sociais, económicos, políticos e culturais (Barreto, 2003, pp. 266-271). É fundamental organizar, no interior dos estados e entre eles, um marco de convivência democrática que ofereça não só garantias jurídicas comuns e universais, assim como, uma verdadeira pedagogia e cultura do respeito à diversidade de interesses, de valores, de comportamentos e opções vitais, morais e culturais que cada cidadão pode ter (Rial, 2004, p. 205). Neste sentido, é premente a imposição *“de novos perfis de intervenção cívica, revisões de escalas de valores, a tolerância corrigida pelo respeito exigido pelas diferenças, e acima de tudo um dever cívico em relação a todos os homens, a todos os povos, a todas as áreas culturais, enquadrados por uma interdependência objetiva que ameaça a viabilidade da casa comum dos homens se o Civismo global não lhe impuser governança, contenção, equilíbrio e justiça”* (Moreira, 2009a, p. 262). Será de salientar o reforço da palavra *“respeito”* pelas *“diferenças”*, definido por Rial, (2004), e especialmente por Moreira (2009), que afirma *“tolerância corrigida pelo respeito”, ou seja*, segundo Gutmann (1994), a *“tolerância”* *“abarca uma maior quantidade de opiniões desde que se ponha imediatamente cobro às ameaças e a outro tipo de danos directos específicos contra indivíduos”*, enquanto respeito *“apesar de não ser necessário concordar com uma opinião para respeitá-la, temos de compreendê-la como um reflexo do ponto de vista moral”* (Gutmann, 1994, p. 41). De acordo com Barreto (2003), é fundamental que a Europa defina uma política clara como seja o controlo dos movimentos migratórios, a fixação da quantidade de imigrantes cuja a entrada é permitida e encorajada, da legalização imediata dos mesmos, tanto do ponto de vista da residência como do emprego, do desenvolvimento de políticas e mecanismos tendentes a promover a integração cultural, económica e social dos imigrantes, proporcionando uma maior aproximação possível (livre e facultativa) dos padrões culturais vigentes no país de acolhimento e criar obstáculos à segregação urbana ou à divisão da cidade por *“bairros étnicos”*. Isto porque os Estados fogem à determinação pública dos montantes

indicativos dos imigrantes que podem acolher *“política de quotas”*, não fazem esforços por legalizar os imigrantes, mal promovem a integração dos estrangeiros, permitem o desenvolvimento dos *“bairros étnicos”* em grande parte nas piores partes das cidades e traduzem uma errada interpretação da diversidade cultural incentivando à separação. Nos Estados Unidos a integração dos imigrantes na comunidade local, que é marcada pela origem nacional, faz-se sem a necessidade da aprendizagem da língua nacional. A integração torna-se compatível com as línguas nacionais (inglês e espanhol) e com as línguas das comunidades imigrantes como é o caso chinês. Na Europa, continente retalhado por nações e antigos estados, a integração nacional não se faz com afinidade étnica, mas com referência ao país de acolhimento, o que propicia o aumento da marginalidade e segregação dos imigrantes. A génese da Europa não é a mesma dos Estados Unidos onde a comunidade local têm raiz na imigração. A construção da UE parte de nações separadas e de estados divididos que lutaram durante centenas de anos. A fundação da Europa moderna, sobretudo durante o século XIX, revela-se pelo esforço dos estados em separar povos e nações, enquanto que, no mesmo período, os Estados Unidos juntavam povos sem nação formados por imigrantes. Uma boa política de imigração não é só um contributo português para a humanidade. É também uma importante defesa dos nossos interesses. Autoridades e sociedade não estão preparadas para receber os estrangeiros com a dignidade e o conforto desejáveis, nem as políticas de integração adequadas (Barreto, 2003, pp. 279-280). Segundo Barreto (2003), o Estado português não tem sabido prever, antecipar e prevenir os problemas com a imigração, apesar de competir aos estados de origem muitas das resoluções dos problemas gerados. Contudo, pela experiência como emigrantes, devemos um tratamento mais eficiente com os imigrantes. *“Não é só por eles, mas por nós”* (Barreto, 2003, p. 281). Segundo Rugy (2000), a integração dos estrangeiros feita pelos diferentes países depende das suas próprias políticas de imigração e da sua legislação. Através dos serviços públicos, o Estado tem a possibilidade e a responsabilidade de integrar os imigrantes, como é o caso do controlo dos contratos de trabalho fazendo com que a sua permanência seja temporária. Por

exemplo, este tipo de política ocorreu nos anos 60, com os trabalhos sazonais na agricultura, na Alemanha Federal, na França e na Suíça. Outra possibilidade passa por uma política de integração de longo prazo, incentivando os estrangeiros e seus descendentes diretos a tornarem-se membros da nação. Modelo aceite unanimemente em detrimento do primeiro pelos países de acolhimento. Contudo esta política depende dos modelos estabelecidos por cada nação, ou seja dependem da sua conceção, da laicidade, da história e sobretudo da história colonial, da proteção social e da especificidade cultural. O caso Francês, por exemplo, caracterizado como um modelo assimilador, relega para o domínio privado as particularidades culturais. As pessoas dos diferentes grupos culturais são consideradas iguais em direitos e deveres. A integração passa pela escola principalmente pela pré-primária e primária, contudo são raros os casos em que os estrangeiros beneficiam de medidas específicas (aprendizagem da língua). A integração política passa pela nacionalização, logo a partir da segunda geração. O modelo comunitário inglês aprofunda as *“particularidades dos diferentes grupos étnicos e a política anti-racista e anti-discriminatória”*. As identidades inglesa, irlandesa, escocesa gaulesa, muçulmana, paquistanesa e indiana mantêm-se estruturadas e reconhecidas. O modelo culturalista alemão enfatiza as diferentes culturas e considera a imigração como um fenómeno provisório, sendo o objetivo a integração social e económica através do trabalho. Os referidos modelos pretendem que a ligação ao país de origem se mantenha principalmente através da língua. Contudo, os referidos modelos estão sujeitos a mutações de acordo com o tipo de imigração. Assim, importa salientar que *“algumas particularidades continuam a estar ligadas às concepções da nação, mais universalista em França, mais cultural na Alemanha e fortemente ligada à história colonial na Grã-Bretanha”*. No enquadramento da crise económica, os modelos de integração estão fragilizados. Os processos de assimilação são notórios com a nivelação dos indicadores que caracterizam os cidadãos nacionais e estrangeiros. Facto verificado pela diminuição da taxa de natalidade das mulheres estrangeiras ao longo do seu tempo de estadia, a língua eleita passa a ser a do país de acolhimento, o aumento dos casamentos mistos, a atividade das mulheres

estrangeiras generaliza-se, assim como as práticas culturais do país de acolhimento (como a culinária, o consumo), assim como as práticas de sociabilidade. Deste modo, existe assim um processo de aculturação que altera ambas as culturas. Segundo Rugy (2000), o problema não está nos modelos de integração ou das características dos imigrantes, mas nos problemas económicos e sociais que afetam as populações económica e socialmente mais desfavorecidas. Mais que um problema de integração dos estrangeiros é um problema de integração social. Uma das maiores dificuldades para um país de acolhimento é não conseguir uma integração cultural por causa dos fatores económicos e sociais. Sejam quais forem os modelos de integração, os problemas são comuns como a *“inserção no mercado de trabalho, formação profissional, desintegração do tecido urbano, isolamento social e geográfico em certos bairros, o aumento do racismo e da xenofobia, dificuldades de inserção no sistema escolar”* (Rugy, 2000, p. 30). As políticas de integração passam em primeiro lugar pela inserção económica dos imigrantes e dos seus descendentes e, posteriormente, pela social e cultural. Atualmente o abrandamento do crescimento da produção e o aumento da taxa de desemprego tornam mais difícil a inserção económica, o que fragiliza a inserção social e cultural. Os destinatários destas medidas podem ser as mulheres imigrantes, as minorias étnicas, os filhos dos imigrantes ou o conjunto da população nacional e de estrangeiros sem qualquer distinção. Países como Finlândia, Dinamarca e França aplicam a referida política aos estrangeiros de forma a combater a exclusão. Na França através de contratos de formação ou formação-emprego para nacionais e estrangeiros como é o caso dos empregos subsidiados pelo estado CES (Contratos Emprego Solidariedade) destinados aos desempregados de longa duração e às pessoas com poucas qualificações. As ajudas passam também pela criação de empresas pelos desempregados e pela isenção de encargos sociais às entidades patronais que contratem pessoas pouco qualificadas, sendo estas remuneradas com o salário mínimo. Na Alemanha, os jovens de gerações provenientes da imigração são orientados para a formação científica e técnica. Noutros países as medidas de integração económica passam por políticas contra a discriminação no ato da

contratação e pela redefinição das leis e agravamento de penas. A avaliação dos programas é difícil, pelo facto dos empregos dependerem, em primeiro lugar, da conjuntura económica. De acordo com as políticas de integração social, as mais importantes são as escolares. A escola é uma das maiores instâncias de socialização que permite a aquisição das normas e valores da cultura da sociedade de acolhimento, assim como a obtenção de diplomas e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. As políticas escolares visam a integração cultural e possibilitam a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos nacionais, estrangeiros ou descendentes na obtenção de diplomas, títulos escolares e universitários. A aprendizagem da língua do país de acolhimento é fundamental e a escola, principalmente para as crianças, responde ao desiderato. Em todos os países de acolhimento foram criados cursos da língua de forma transitória para o ensino geral. Contudo a aprendizagem da língua materna dos imigrantes levantou, nos países de acolhimento, discussões e determinado tipo de respostas. É o caso da Alemanha, Luxemburgo, Holanda, e Suécia que concedem aos imigrantes a possibilidade de aprender a sua língua de origem nas escolas ou estruturas paralelas. No caso da França só poderão aprender no âmbito privado ou na escola aquando da escolha da língua estrangeira. Nestas circunstâncias como a primeira língua estrangeira estudada nas escolas é o inglês (em muitos poucos casos o alemão), a língua de origem passa para segundo plano. Muito poucas escolas oferecem um leque de línguas alargado e mais difícil será com o aumento da diversidade de origem dos imigrantes. É de salientar que o ensino pré-escolar (espaço da primeira socialização) é muito importante para os filhos de migrantes como forma de integração cultural e para o sucesso futuro no sistema escolar. As políticas de escolarização pretendem resolver os problemas dos filhos dos estrangeiros e nacionais que pertencem maioritariamente a grupos sociais desfavorecidos. É de salientar que a pobreza e precariedade a que estes grupos estão sujeitos, prejudica profundamente os estudos. Em França, a política escolar está ligada à política urbana que consiste em definir zonas de educação prioritárias tanto para os filhos de estrangeiros como dos nacionais. Os alunos abrangidos pelo referido projeto

ficam sujeitos a aulas com menos alunos, a créditos suplementares, a apoio nos trabalhos de casa e a apoio aos projetos pedagógicos no âmbito da luta contra o insucesso escolar. A política urbana complementa a política escolar, no sentido de favorecer a integração social dos imigrantes e seus filhos. As relações entre os espaços urbanos e as imigrações são complexas. O isolamento geográfico, tipo de habitação (promiscuidade, degradação, vetustez, má insonorização), e os problemas de ordem social (desemprego, pobreza, delinquência) de certos bairros das grandes capitais europeias e suas periferias, aumentam as dificuldades de integração da população residente, principalmente dos estrangeiros, por serem em maior número. Contudo, a imigração pode contribuir para a manutenção da população urbana, como para o crescimento global e deste modo travar o abandono de certos bairros pelas classes médias, dinamizando a economia urbana (reabilitação de habitações, manutenção de pequenas empresas e estabelecimentos comerciais, relações económicas com o país de partida). A integração dos estrangeiros, nos países e nas cidades depende da diversidade de situações de acordo com a conjuntura económica, a história migratória e a origem dos residentes. Os referidos pontos devem ser considerados nas políticas urbanas. É de salientar o papel das políticas locais na associação das comunidades de imigrantes, o papel das associações ou parceiros sociais que, apesar da sua inovação, será insuficiente na resolução dos problemas de integração associados às condições económicas e sociais. Neste sentido, as políticas locais devem ser mais abrangentes considerando políticas de âmbito regional e nacional. O exemplo de atuações definidas por parcerias municipais e regionais, e sobretudo por associações que estudam e tentam dar respostas, surgem em França através da criação de zonas de ordenamento prioritário, da discriminação positiva no domínio da economia; da fiscalidade (incentivo ao estabelecimento de empresas) e da escolaridade. Relativamente à Suécia e à Holanda, surge o combate à segregação étnica nas zonas urbanas e a luta contra a discriminação e o respeito pelas minorias. Apesar das diferenças nacionais, existem estratégias comuns ao nível das políticas urbanas, como é o caso da melhoria e desenvolvimento dos transportes públicos (fator de

desenclave do isolamento económico e social e vetor de reforço da ligação social), da criação e a manutenção de empregos e, caso seja necessário, o reforço dos serviços públicos localizados nos bairros desfavorecidos. Para a resolução destes problemas devem ser chamados os emigrantes, os empresários, os responsáveis administrativos locais e os trabalhadores sociais. Será importante dizer que, neste tipo de atuação, deverá estar presente toda e qualquer instituição com responsabilidades sociais (Rugy, 2000). Segundo Barreto (2003), algumas políticas de integração que poderiam ser adotadas, tanto em Portugal como na UE, seriam a legalização rápida e efetiva de residência, o favorecimento da reunião de famílias nucleares de uma ou duas gerações (marido e mulher, pais e filhos), a aprendizagem da língua nacional em escolas integradas, o apoio à fixação de habitação em locais dispersos por toda a cidade na tentativa de evitar a concentração étnica, os mecanismos tendentes a facilitar a imigração definitiva ou de longa duração em detrimento dos sistemas de contratação sazonal ou de curto prazo, a simplificação dos processos de naturalização para a primeira geração e automática para a segunda, a abolição das políticas de discriminação positiva que, ao contrário do que alguns pensavam, tendem a segregar (a cristalizar a segregação), mais do que integrar será importante conceder direitos e oportunidades iguais.

2.6.2. POLÍTICA E DESPORTO

*“O desporto também teve e continua a ter um sonho. Ninguém poderia nem
pode ser discriminado por facto algum”*
(Garcia, 2010, p. 311)

De acordo com Garcia (2010), o desporto desde longa data foi *“convocado pelo poder político”*, no sentido de projetar visões do homem e do mundo. A superioridade no campo desportivo apresenta-se muitas vezes como um fenómeno de superioridade civilizacional ou *“racial”*. Segundo o referido autor, as ideologias são estruturas de pensamento que limitam e prendem o homem a determinadas formas de ser, estar e atuar. Estas, muitas vezes levam a

defender teses impraticáveis, atitudes insustentáveis e comportamentos injustificáveis. Esta atuação consciente e de pensamento definido, não permite outro caminho ou alternativa. Aquele que atua segundo as ideologias pré-concebidas nada acrescenta para além de um caminho que não tem enquadramento com o real valor das ideias, caminhos ou luzes para a vida humana. As ideologias são sistemas lógicos de ver o mundo e, de acordo com esta visão, tentam responder aos desafios percebidos. No mundo atual dominado pela incerteza, as ideologias não são confortáveis. Estas podem dar origem a confrontos entre as ideias e as práticas, não sendo de todo uma boa opção viver agarrado às amarras das pré-concepções *“evitando-se assim o confronto da realidade com a esperança tida”* (Garcia, 2010, p. 313). Ao poder político de qualquer tipo de enquadramento ideológico exige-se que o homem esteja no centro da reflexão dada a desumanização da humanidade. O atual mundo de mercado, que circula em torno do imediatamente desejado, o desporto não é exceção, furtando-se ao mais importante que é o homem. No desporto, o homem é uma constante. Nesse sentido, compreender o homem é compreender o desporto. Os caminhos da facilidade da desumanização da ausência de valores e esperanças que o desporto atual em muitas das suas expressões enveredou, transporta-o para caminhos incertos. A ausência das ideologias nas políticas mais tradicionais, consequência da necessidade das resposta imediatas, reflete-se também no desporto. O desporto não deve nem pode ser um instrumento para fins menos claros, nem um instrumento para causas político-partidárias. O desporto deve sim, estar rodeado de ideias, que tenham por base as seguintes linhas de ação; *“as instituições ao serviço do homem e não o homem ao serviço das instituições; ideias centradas no homem; ideias expressas em nome do homem na pluralidade dos sentidos invocados por esta palavra”* (Garcia, 2010, p. 323). Todos são sujeitos do desporto. Nenhum aspeto, seja ele de que ordem for, pode ser um impedimento para a prática desportiva.

Na Europa, o desporto escolar e o de recreação e lazer caracterizam-se como um bem público e têm recebido a atenção dos governos dos diferentes estados que o compõem. Neste sentido, os benefícios sociais do desporto surgem

associados ao denominado “Estado Providência”, justificando a sua promoção, o seu desenvolvimento e financiamento. As políticas públicas surgem em torno de diversas decisões políticas no enquadramento da pluralidade que caracteriza a sociedade atual, pressupondo a aplicação de objetivos alcançáveis. Este fenómeno obriga a uma perfeita articulação dos diferentes órgãos com responsabilidade na aplicação das referidas políticas desportivas, ou seja, desde as decisões emanadas pela UE até ao estado português e subsequentes estruturas de decisão como sejam as Autarquias. No atual quadro de compulsiva atenção por parte dos ditames económicos, as decisões políticas estão subjugados a uma apreciação e avaliação antecipada dos objetivos, dos efeitos, da distribuição, da proporcionalidade e respetivos custos-benefícios. No seguimento desta linha, torna-se fundamental e necessário o reforço das capacidades de resposta ao nível do planeamento estratégico, enquadrada nas atuais exigências, por parte das organizações da administração pública. Sejam quais forem os modelos de intervenção do estado, as autoridades públicas estão subjugadas a exigentes níveis de resposta no planeamento na execução e na avaliação. Nos meados dos anos setenta, na Europa assim como nos Estados Unidos, surge uma nova forma de pensar o “Estado” (financiador e regulador), que leva a um gradual processo de privatizações. Nos anos 90, este fenómeno prolongou-se aos setores sociais como o da educação e da saúde. Relativamente a Portugal, o modelo de intervenção do “Estado” no setor desportivo, com fundamentos constitucionais, passa por uma intervenção “*pesada*” e pela promoção do setor educativo, federado e do desporto para todos. Este modelo de “Estado”, que pouco tem respondido às reais expetativas desportivas do desporto federado, da educação e do desporto para todos, passa por uma descentralização de poderes delegando às autoridades locais o papel regulador, monitorizador e financiador de projetos dos diversos setores de intervenção do sistema desportivo local considerado pertinente para o seu desenvolvimento e implementação (Correia, 2010, pp. 23-25, 27-29).

2.7. AUTARQUIAS E DESPORTO

Depois do 25 de Abril de 1974 e da Constituição de 1976, existe em Portugal um Poder Central personificado no Estado e que tem como órgão executivo o Governo. O Poder regional autónomo dos Açores e da Madeira, com os respetivos órgãos, e um Poder Local constituído pelas Autarquias locais. A Constituição da República Portuguesa dedica um título inteiro, com vinte artigos, ao Poder Local, começando por dizer que a *“organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias Locais”*. Os referidos artigos servem de ponto de partida para caracterizar a estrutura da administração local do nosso país. Ela assenta fundamentalmente em 4260 Freguesias (que em breve serão reduzidas) e 308 Municípios. Ao contrário do que sucede noutros países europeus, o Município não é, em Portugal, a Autarquia local de base. As Autarquias locais de base, as que estão mais próximas dos cidadãos, são as Freguesias que têm origem religiosa (paróquias) e têm permanecido sem grandes alterações territoriais ao longo dos séculos. Contudo, as Autarquias locais que têm mais atribuições e competências, mais meios financeiros e mais pessoal são claramente os Municípios. Estes sofreram, em 1836, uma profunda reforma que reduziu fortemente o seu número e lhes deu a configuração territorial que ainda hoje possuem. Os Municípios têm também dois órgãos: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Câmara Municipal, órgão executivo, é composto por um número variável de Vereadores (entre 5 e 11 atendendo ao número de eleitores) e pelo Presidente da Câmara que é o cabeça da lista mais votada para a eleição da Câmara. A Assembleia Municipal tem uma composição mais complexa. É constituída por membros eleitos diretamente (em regra, o triplo do número de membros da Câmara) e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia do Município em causa. Na assembleia municipal juntam-se assim membros eleitos diretamente pelos cidadãos e presidentes de junta de Freguesia que dela fazem parte por inerência. Nos Municípios em que, pelo facto de haver muitas Freguesias, o número de membros por inerência (Presidentes de Junta) é igual ou superior ao número de membros eleitos diretamente, opera-se uma correção na composição do

órgão para que o número dos eleitos diretos seja sempre superior (mais um) ao número de membros por inerência (Mota, Novo, Infante, & Andrade, 2008, p. 4). No enquadramento da nova reforma administrativa, até ao final de 2012, cerca de mil Juntas de Freguesia vão ser reduzidas entrando em funcionamento a nova estrutura, a partir das eleições autárquicas, em outubro de 2013 (Lusa/SOL, 6/12/2012). As Autarquias pelas suas competências legais e pela proximidade e facilidade de compreensão das necessidades e vontades dos munícipes, têm um papel fundamental no incremento, na generalização e no desenvolvimento desportivo das populações locais. Atualmente continuamos a verificar que grande parte do desenvolvimento desportivo verificado no país passa pelas Autarquias e que, sem a sua ação tal não seria possível (Constantino, 1990, p. 3). Neste sentido, o papel das políticas desportivas das Autarquias passa por possibilitar e aumentar o acesso das populações à prática desportiva, assim como a promoção desportiva baseada na criação de melhores e mais fáceis condições de acesso às atividades desportivas dirigidas ao maior número possível de cidadãos dos diferentes grupos etários e sociais (Ferreira & Nery, 1994, p. 5).

No enquadramento legal, é importante salientar que os elementos estruturantes do quadro legal das Autarquias estão definidos em dois documentos fundamentais: a Lei das Autarquias, Lei 169 / 99 de 18 / 09, e a Lei de Bases da Atividade Física e Desporto Lei nº 5/2007, de 16 / 01. No enquadramento da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, compete às Autarquias locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, adotando para isso programas que visem criar espaços públicos aptos para a atividade física; incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa; promover a conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional. Para além disto, é também sua competência apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as atividades de formação dos agentes desportivos e

exercer funções de fiscalização. Ao nível das infraestruturas desportivas as Autarquias devem desenvolver uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da atividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população e prever a existência de infraestruturas de utilização coletiva para a prática desportiva (Assembleia da República, 2007). Tendo em consideração a Carta Europeia do Desporto, as Autarquias tem como responsabilidade permitir o acesso às instalações ou às atividades desportivas sem qualquer discriminação fundada no sexo, “raça”, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, condição material, nascimento ou qualquer outra situação, dar a todos os cidadãos a possibilidade de praticarem desporto e se for o caso disso, medidas suplementares para permitir aos jovens que apresentem potencialidades, assim como às pessoas de grupos desfavorecidos ou com deficiência, aproveitarem realmente estas possibilidades. Devem também realizar uma planificação global, tendo em conta as exigências locais, considerando as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes. Devem salvaguardar a diversidade das instalações desportivas e da sua acessibilidade assim como uma boa gestão e a utilização plena das instalações, com toda a segurança. Tomar as disposições necessárias para permitir que as pessoas desfavorecidas, incluindo as que sofrem de uma deficiência física ou mental, tenham acesso a estas instalações (Conselho da Europa, 2011). Segundo Guerrero & Gómez (2004), a promoção da prática desportiva desenvolvida pelas Autarquias deve passar pelo apoio às associações, às federações e centros escolares no acesso às instalações desportivas, através acordos ou parcerias (de acordo com as disponibilidades); pela criação de novos serviços desportivos, de acordo com as pretensões dos potenciais utilizadores e pela facilitação das coletividades de menor dimensão no acesso à prática desportiva. O planeamento estratégico para as instalações

desportivas deve centrar-se na remodelação das instalações já existentes através de materiais e tecnologias de ponta e à criação de novas construções ajustadas ao desporto para todos (Guerrero & Gómez, 2004, p. 11). Quanto ao nível da rentabilização económica, a administração local deve procurar que os custos de investimento sejam os menores possíveis nos diferentes locais de atuação realizando estudos de custo, adotando um tipo de gestão mais apropriada ao serviço desportivo municipal. Para a definição de uma política de desenvolvimento desportivo local será necessário reconhecer e tipificar as necessidades expressas pelos vários grupos da população, definindo as suas aspirações e as suas expectativas, efetuar um levantamento das potencialidades existentes e o papel exercido pelo tecido associativo (Constantino, 1990, p. 10). De acordo com Gustavo Pires (1990), o desenvolvimento dos projetos desportivos deverá orientar-se nos domínios “*do não formal e do informal, sobretudo virados para os ambientes naturais com utilização de infraestruturas leves, através do desenvolvimento de práticas desportivas motivadoras que cativem a adesão da generalidade das populações*” (Pires, 1990, p. 8). As Autarquias devem dinamizar, a partir de si próprias, soluções de desenvolvimento desportivo local, assentes no objetivo político central de democratizar a prática das atividades desportivas respondendo assim à diversidade de gostos e vontades. Poderemos definir um conjunto de orientações em torno das quais se pode protagonizar a intervenção da Autarquia no desenvolvimento desportivo local, como sejam o desenvolvimento de projetos que se enquadrem com a identidade das regiões; o incremento de políticas de cooperação com o Ministério da Educação no âmbito da prática desportiva escolar; a criação, desenvolvimento e apoio a projetos que induzam o cidadão a uma prática regular da atividade física e desportiva, numa perspetiva de saúde e bem-estar; o apoio a projetos de alargamento da prática desportiva a pessoas com deficiência; a criação e apoio a projetos que ocupem os jovens nos tempos livres, designadamente nas férias escolares; o apoio a projetos que numa perspetiva de desporto para todos ofereçam à população de modo acessível e com carácter regular, possibilidades de prática desportiva; a criação de infraestruturas com impacto direto sobre o

crescimento desportivo. Em conclusão, o papel fundamental das Autarquias passa por criar nas pessoas um estilo de vida associado a uma forte componente de atividade física e desportiva. As demais dimensões da prática desportiva serão auxiliares do referido objetivo. Assim, torna-se necessário definir um equilíbrio entre o modelo associativo tradicional e as novas formas de organização e procuras desportivas, incluindo-se aqui uma forte componente de auto organização desportiva. O desenvolvimento desportivo pressupõe a integração de elementos *“que estimulem a incorporação de outros atores e organismos que se exprimem no âmbito da sociedade civil. As dinâmicas de parceria constituem, neste particular, um elemento importante na construção da oferta desportiva local garantindo o sentido público das políticas”* (Constantino, 2006, pp. 51-54). Para que as Autarquias alcancem patamares de excelência será necessário promover um desenvolvimento desportivo estratégico, estruturado, coerente e sustentado, impondo uma permanente reflexão sobre as necessidades e vontades atuais e aquelas que poderão surgir no futuro.

No que concerne à Câmara Municipal da Maia, esta, através de uma política ambiciosa e transversal, tem permitido que o Concelho atinja patamares de excelência nas diversas áreas de intervenção. O desporto foi, e continua a ser, uma “peça” fundamental nas linhas de ação da Autarquia, apresentando-se como fator de desenvolvimento humano. De acordo com este desiderato, o seu desenvolvimento foi grande nas várias áreas de expressão.

A atuação da Autarquia da Maia, no que concerne ao desporto tem sido exemplar nas palavras do Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng. Bragança Fernandes, que refere que, *“se olharmos para o que se passou nos últimos anos em matéria de promoção objectiva da prática desportiva, numa lógica nacional, através do Poder Central, com políticas concertadas entre as escolas, os clubes e as Autarquias, pouco ou nada há referir”* (Departamento de Desporto da CMM, 2009, p. 9). As políticas desportivas da Autarquia da Maia definem-se pela promoção, pelo incentivo e pela aproximação do desporto a todos os munícipes, no sentido, de criar hábitos desportivos. Estas linhas de ação têm exigido um grande esforço da Autarquia, que fundamenta

os seus objetivos através do fomento e desenvolvimento de uma série de atividades, de modo a ampliar a prática desportiva aos diversos patamares de atuação, projetando os mesmos ao nível do Concelho, do país e do mundo. As ações para o desenvolvimento e projeção desportiva passam pela forte implementação de infraestruturas desportivas em todo o Concelho da Maia. Estas estão definidas em grandes campos de jogos, em pavilhões, em polidesportivos, em piscinas e em espaços especiais. No Concelho existem doze grandes campos de jogos (onze municipais e um particular) definidos como campos ao ar livre que permitem a prática do futebol, do rãguebi e do hóquei em campo; catorze pavilhões (dez Municipais e quatro privados) definidos como espaços cobertos de média dimensão que permitem a prática, do Voleibol, do Hóquei em Patins, do Andebol e do Basquetebol; dezanove polidesportivos (Municipais) que estão definidos como espaços ao ar livre de pequena e média dimensão e permitem uma prática desportiva diversificada (destacam-se pelo carácter informal da prática desportiva e estão abertos a toda população) e quatro piscinas (três cobertas e uma ao ar livre). Os cinco espaços especiais, quatro Municipais e um privado, (Aerodromo de Municipal de Vilar de Luz, Complexo Municipal de Ginástica, Complexo Municipal de Ténis, Hipódromo Municipal de Silva Escura, Complexo Desportivo de Futebol Clube de Pedras Rubras), apresentam um leque diversificado de valências para a prática de atividades lúdico recreativas, assim como, de formação e/ou competição (Departamento de Desporto da CMM, 2009, pp. 5-216). As referidas instalações distribuem-se por todo o Concelho da Maia, cobrindo as dezassete Freguesias do Concelho da Maia, enquadrando-se assim na política de proximidade da Autarquia. As referidas instalações permitiram o desenvolvimento da prática desportiva fundamentalmente através das coletividades e associações desportivas. Esta ação está acompanhada de um apoio material e financeiro da Autarquia, o que permitiu efetivar a trabalho das mesmas junto da população mais jovem, facto projetado pelos inúmeros campeões nos mais diversos patamares. Uma das linhas políticas pioneiras da Autarquia foi a implementação da Educação Física no primeiro ciclo, apetrechando as escolas primárias com material específico e com professores

especializados. Nesta área é de salientar o forte apoio da Autarquia a todo o setor do ensino com a implementação de instalações desportivas junto aos estabelecimentos de ensino e a efetivação de protocolos de usufruto das mesmas. Esta estratégia permitiu uma maior rentabilização dos espaços, com uma ocupação, ao longo do dia, feita pelos alunos das escolas e, ao fim do dia, pelas associações e coletividades desportivas ou outras entidades. O Pelouro do Desporto tem como papel operacionalizar as linhas e orientações emanadas do poder político da Autarquia da Maia. Nesse sentido, a sua linha de ação é basta e diversificada, com responsabilidades profundas no progresso sustentado, no capítulo económico e social. Assim, tem como linhas de atuação a promoção de uma série de protocolos e ações desportivas em parceria com as coletividades, as associações e as federações desportivas das mais variadas modalidades. Desenvolve uma série de trabalhos de investigação com várias instituições do ensino superior, no sentido de parametrizar e avaliar os projetos implementados, ou de projetar novos caminhos. Nesta mesma linha promove ações de formação/informação ou seminários. Mais, é responsável pela organização e promoção de vários projetos desportivos de cariz popular e abrangente como é o caso dos Jogos Desportivos da Maia (que promove doze modalidades desportivas, como o andebol, o atletismo, o BTT, o basquetebol, as damas, o dominó, o futsal, o snooker, o ténis, o ténis de mesa, o voleibol, o xadrez) e a Liga de Futsal da Maia, ambos com uma duração de cerca de seis meses. Desenvolve projetos direcionados para os mais jovens como é o caso das “Férias Desportivas Municipais”, que funcionam no período das férias da Páscoa e verão, destinando-se a crianças entre os cinco e os quinze anos. Neste projeto, as crianças ocupam o seu dia, usufruindo de atividades desportivas e recreativas, tais como o futebol, o basquetebol, o andebol, a ginástica, o voleibol, o ténis, o badminton, o atletismo, o rugby, o hóquei de sala, o hip hop, os desportos de combate, a corrida de orientação, o cinema, os ateliers de música, os ateliers de artes plásticas, o surf e o bodyboard. Dinamiza projetos vocacionados para pessoas com mais de 60 anos como é o caso do Clube Maia Sénior, no qual as pessoas têm oportunidade, ao longo de um ano, de usufruir de modalidades como o tai-chi-chuan, a bóccia, a

hidrotrapia, a hidroginástica e as danças de salão. Para além destas atividades, são desenvolvidas uma série de iniciativas pontuais, normalmente, e como já referenciado, em parceria com as coletividades do Concelho, as associações e as federações desportivas das mais diversas áreas. São exemplo disso a Taça Internacional Maia Jovem (torneio internacional de ténis); Maia Handball Cup (torneio internacional de andebol), o Open Internacional de Karaté da Maia e o Maia International Acro Cup (MIAC) - (competição internacional de ginástica acrobática). Paralelamente a estes eventos, apoia a organização de campeonatos regionais e nacionais das mais diversas áreas e eventos. De acordo com o atual quadro legislativo, existe a intenção de criar programas desportivos para a ocupação dos tempos livres da população em geral; a requalificação dos 124 equipamentos desportivos e o objetivo de aumentar para 4 m² a área útil desportiva por cada habitante, sendo atualmente, 1,75 m² de superfície desportiva útil por cada habitante (Câmara Municipal da Maia, 2008).

2.7.1. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

As coletividades e as associações desportivas apresentam-se como as instituições que mais têm contribuído para a promoção e desenvolvimento desportivo no enquadramento do direito constitucional. Neste sentido, compete ao estado colaborar e apoiar o movimento associativo, pelo facto de garantir o referido direito (Constantino, 2001, pp. 10-11). Este movimento apresenta uma profunda responsabilidade social ao nível da socialização, da transmissão de regras, do espírito de solidariedade e da reabilitação dos estratos sociais estigmatizados e abandonados (Marques, 2009, p. 303). As atividades desportivas, especialmente as organizadas pelas coletividades e associações desportivas, reduzem as barreiras sociais e culturais através da promoção do relacionamento entre as pessoas (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006, p. 169). Na base do seu trabalho estão os jovens, sendo estes os que mais beneficiam de um empenhamento gratuito e amigo. De acordo com as linhas definidas pela Carta Europeia do Desporto, enquadradas com os apoios

Autárquicos definidos na Constituição, os jovens devem ter a possibilidade de beneficiar de programas de Educação Física no sentido de desenvolver as suas aptidões desportivas de base, assegurando a possibilidade de praticar desporto e de participar em atividades físicas e recreativas num ambiente seguro e saudável, em cooperação com os organismos desportivos apropriados; devem assegurar a quem manifestar tal desejo, e possuir as competências necessárias, a possibilidade de melhorar o seu nível de rendimento e de realizar o seu potencial pessoal ou de alcançar níveis de excelência publicamente reconhecidos, de proteger e desenvolver as bases morais e éticas do desporto, assim como a dignidade humana e a segurança daqueles que participam em atividades desportivas, protegendo o desporto e os desportistas de toda a exploração para fins políticos, comerciais, financeiros e de práticas abusivas e aviltantes, incluindo o abuso de drogas (Conselho da Europa, 2011). Se existirem debilidades e insuficiências no tecido associativo desportivo, presentemente e segundo Constantino (1999), não são o resultado de uma eventual insuficiência dos apoios públicos, mas sim de uma crise de natureza cultural e civilizacional, existindo uma inadequação entre a procura social e o modelo de organização desportiva proposto. O desafio de futuro aos poderes políticos e desportivos é a adaptação a uma dinâmica plural e a transição de um corpo de políticas que se dirigiam às necessidades coletivas de alguns, para políticas que respondam às necessidades individuais de muitos. Como tal, será necessário abandonar uma política de curto prazo e adotar uma política de projetos de desenvolvimento, com resultados mais sustentáveis e duradouros. A tentativa de responder aos problemas, a curto prazo, através de medidas políticas urgentes, atribuindo subsídios, tem criado um ciclo vicioso onde muitos outros problemas ficam por resolver. A forma como poderemos modificar esta situação será através da “alteração da política” (Constantino, 1999, p. 13). O clube desportivo clássico nasceu e enquadrou-se numa lógica competitiva do rendimento máximo, expressão dos mais dotados. Alterar este modelo, onde o clube desportivo premeia o desporto para todos, não encontra em muitos casos condições objetivas. Contudo, reconhece-se um esforço de transformação e adaptação de muitos clubes

desportivos, onde procuram conciliar a sua identidade originária com a prestação de uma prática desportiva à comunidade. Deste modo, é necessário garantir as formas de apoio por parte das Autarquias, analisando as diferentes tendências, ou expressões desportivas, entre as políticas e os investimentos dirigidos às práticas desportivas de rendimento absoluto e as práticas desportivas de rendimento relativo, entre um desporto para todos e um desporto para alguns (Constantino, 1999, pp. 25-26). Os clubes desportivos necessitam de ser atrativos para os jovens. Atualmente, as opções, os centros de interesse, os hábitos, os consumos e gostos culturais dos jovens são diversos e, como tal, as associações e clubes desportivos deverão adequar-se para poder interagir com as novas realidades. Para que possam motivar os jovens, precisam de se apresentar como um espaço aberto ao convívio para ambos os sexos, à participação individual e coletiva, à organização, num enquadramento e direção das atividades de forma a permitir uma afirmação individual e geracional. O clube desportivo deverá preocupar-se com a continuidade dos jovens na prática desportiva em prejuízo dos resultados desportivos imediatos. A luta contra o abandono desportivo precoce, que se verifica à medida que os jovens avançam na idade, requer medidas preventivas contra o insucesso desportivo, já que aqui pode residir o motivo mais acentuado da sua exclusão, o que limitará o alcance educativo e de desenvolvimento social do próprio desporto (Constantino, 1999, pp. 35-36).

3. METODOLOGIA

“Cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios”

(Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 120)

Neste capítulo ocorrerá a sistematização da informação a recolher, no estabelecimento prudente de um protocolo que permita, tendo em conta os objetivos estabelecidos, obter dados verdadeiros e válidos que possam posteriormente ser alvo de análise e interpretação. A definição de uma estratégia integrada de pesquisa, pressupõe a realização de escolhas. Neste sentido, para a realização do presente estudo, optamos pelo método qualitativo, uma vez que não se baseia na simples recolha de “factos” sobre o comportamento humano e no estabelecimento de relações de causalidade que permitem predizer esse comportamento. Mas, procura compreender profundamente o comportamento e a experiência humana, já que os dados qualitativos são factos reveladores de fenómenos importantes e, por vezes, diretamente inacessíveis (Bogdan & Biklen, 1994). Em suma, as informações que pretendemos recolher são qualidades, atributos, propriedades, características não traduzíveis por uma linguagem que cifra, em vez de cifrar o seu significado. O método qualitativo utiliza fundamentalmente três formas de recolha de informação: a) o inquérito sob a forma oral (entrevista) ou escrita (questionário); b) observação; e c) análise documental (Bogdan & Biklen, 1994; Quivy & Campenhoudt, 2005). A validade e fiabilidade da informação recolhida através dos instrumentos anteriormente referidos, dependerá, em grande medida, das capacidades metodológicas, da sensibilidade e do treino do investigador. Uma observação sistemática e rigorosa requer muito mais do que o simples ato da presença e um olhar superficial. Da mesma forma a capacidade de entrevistar ultrapassa a simples ação de colocar questões e a análise de conteúdo requer muito mais do que uma simples leitura. Nesta medida, a produção de informações qualitativas úteis e credíveis através da observação, da entrevista e da análise do conteúdo requer disciplina, conhecimento, treino e prática (Patton, 2002). Todavia, importa salientar que a

investigação social é ela mesma um processo social onde a interação entre o investigador e o investigado influenciam diretamente o curso que o programa de investigação contempla. Deste modo, a metodologia de investigação está continuamente a ser definida e redefinida pelo investigador e, em alguns casos, pelo próprio investigado. Neste sentido, a escolha do método não deve ser rígida, mas antes rigorosa (Bordieu, 1999).

3.1. DEFINIÇÃO DO INSTRUMENTO

O trabalho de campo, muito conectado com o conceito de terra, designa a forma mais comum de recolha de dados utilizada pelos investigadores qualitativos. O termo trabalho de campo refere-se ao estar dentro do mundo do sujeito, não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como quem vai fazer uma visita. Não como uma pessoa que sabe tudo, mas como alguém que quer aprender, não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele (Bogdan & Biklen, 1994). Neste sentido, para a realização do trabalho de campo e para a recolha dos dados de interesse, à luz da fundamentação teórica, utilizaremos três instrumentos: a entrevista, o *focus group* e a análise documental.

3.1.1. PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

3.1.1.1. ENTREVISTA

“A entrevista é mais uma arte do que uma técnica”

(Ruquoy, 1997, p. 95)

O desenvolvimento das ciências sociais refletiu-se num incremento da atenção sobre a complexidade da ação humana. O que, por conseguinte, se repercutiu num aumento do interesse pelo indivíduo, pela sua forma de ver o mundo, pelas suas intenções, pelas suas crenças. Nesta abordagem do ser humano, a entrevista assume-se como um instrumento primordial, proporcionando uma

compreensão rica e matizada das situações. A entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro contendo tópicos em torno de uma problemática central (Haguette, 1995). Na verdade, parece paradoxal que, nas ciências sociais cuja finalidade é o estudo do coletivo, se utilizem entrevistas a indivíduos singulares. Todavia é necessário lembrar que os indivíduos são entrevistados enquanto representantes de um grupo social (Ruquoy, 1997). Neste enquadramento será de salientar que as entrevistas a indivíduos com percurso social e cultural heterogêneo são ricas em conteúdo, pois espelham contextos de vida distintos (Albarelo, 1997).

Na metodologia qualitativa as entrevistas podem ser utilizadas segundo duas formas. (Bogdan & Biklen, 1994): ou como estratégia dominante para a recolha de dados, ou em conjunto com a observação participante, a análise de documentos e outras técnicas. Para além disto poderão ser classificadas em três dimensões de acordo com o seu tipo de comunicação (verbal ou escrita), em número de pessoas envolvidas (individuais ou grupais) e ainda segundo seu grau de estruturação (Heinemann, 2003).

Relativamente ao grau de estruturação, apesar da variabilidade da nomenclatura utilizada, as entrevistas são frequentemente designadas num continuum que se estabelece entre a entrevista estruturada, semiestruturada e não estruturada (Bogdan & Biklen, 1994). Enquanto as entrevistas estruturadas são elaboradas perante um questionário rígido previamente estabelecido, no caso das entrevistas não estruturadas o investigador propõe apenas um tema e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema sugerido (Ghiglione & Matalon, 2005). A entrevista semiestruturada, localiza-se entre estes dois extremos caracterizando-se por uma diretividade intermédia, permitindo responder a duas exigências que podem parecer contraditórias (Ruquoy, 1997). Este tipo de entrevista permite por um lado que o sujeito entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objeto perspectivado e, por outro lado, a definição do objeto de estudo elimina do campo de interesse diversas considerações e exige o aprofundamento de determinados pontos. Neste sentido, a entrevista semiestruturada parece ter um papel fundamental no

aprofundamento de um determinado domínio, ou verificação da evolução de um domínio já conhecido (Ghiglione & Matalon, 2005). Atendendo às características de cada tipo de entrevista, consideramos que a que mais se adequa aos objetivos do estudo é a entrevista do tipo semiestruturada, uma vez que, apesar de existir um guião, este tipo de entrevista possui relativa flexibilidade, permitindo a introdução de questões que se revelem pertinentes e a alteração da sua ordem prevista no guião. Neste sentido, o entrevistador deverá permitir que o entrevistado fale abertamente, procurando simplesmente reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar. Esta flexibilidade e diminuta diretividade do dispositivo, permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais (Quivy & Campenhoudt, 2005). No sentido de assegurar a pertinência e a qualidade dos dados recolhidos, o entrevistador deverá ter em consideração três aspetos da interação: a temática da entrevista/objeto de estudo, o contexto interpessoal e as condições sociais da interação (Ruquoy, 1997). Atendendo ao importante papel que o entrevistador possui na recolha de dados, este poderá ser também o principal factor limitador desta técnica. A aplicação da técnica de entrevista implica o estabelecimento de um plano constituído por dois pontos. O primeiro ponto corresponde “ao modo de intervenção”, ou seja, à forma de realização das questões, às expectativas sobre o discurso, às atitudes do entrevistador (mais diretivo/menos diretivo). O segundo ponto consiste na elaboração de um guião da entrevista que terá como objetivo averiguar a sensibilidade dos diferentes elementos selecionados para o estudo relativamente aos temas abordados no campo teórico de análise (Ruquoy, 1997) (Desporto, Educação, Multiculturalismo, Política e Sociedade), considerados como fundamentais para a construção de uma política desportiva multicultural. Por definição, a validade instrumental, por vezes apelidado de validade pragmática ou validade de critérios, manifesta-se quando um procedimento consegue demonstrar que as observações efetuadas vão de encontro aquelas que foram geradas por um procedimento alternativo, ele próprio já considerado válido (Kirk & Miller, 1994). Deste modo, o guião que

será elaborado no planeamento da entrevista semiestruturada será sujeito a um conjunto de pressupostos previamente definidos para que seja validado (Garcia, 2000):

- 1- Revisão da bibliografia exaustiva a fim de isolar as grandes categorias de onde saíram as perguntas a realizar na entrevista;
- 2- Elaboração de um primeiro modelo de entrevista;
- 3- Sujeição desse modelo a um corpo de peritos;
- 4- Introdução das alterações sugeridas pelos peritos;
- 5- Entrevistas a elementos do universo do estudo a fim de verificar o grau de compreensão destes relativamente às perguntas e do grau de adequação das respostas às expectativas do pesquisador;
- 6- Discussão dos resultados obtidos com o corpo de peritos que entenderá ou não introduzir outras alterações ao modelo;
- 7- Caso haja necessidade de alterações, proceder a partir do nº 4 quantas vezes for necessário;
- 8- Caso não sejam necessárias alterações, passar à fase de aplicação da entrevista.

A escolha do tipo de entrevista e as condições em que esta se realizará não são independentes, ou seja, não parece ser indiferente que a entrevista decorra num sítio calmo, com ruído, num escritório ou na rua, no local de trabalho. No caso particular dos inquéritos realizados em locais de trabalho, um dos problemas indicados consiste na identificação do entrevistador com a entidade patronal, uma vez que este obteve a sua autorização e apoio para a concretização da entrevista. Na verdade, quando inquiridas no seu local de trabalho, as pessoas tendem a situar-se no seu papel de trabalhadores, pelo que, na medida do possível, só deve ser utilizado este local, quando o tema da entrevista estiver efetivamente ligado à atividade profissional ou às condições de trabalho. Para além desta, outras barreiras relativas à realização das entrevistas em local de trabalho têm sido indicadas, entre as quais, o risco de interrupção ou medo de que as respostas fornecidas sejam percebidas

pelos colegas. Neste último caso a utilização de uma sala disponibilizada para o efeito poderá ser uma solução (Ghiglione & Matalon, 2005). Neste sentido, sempre que possível, iremos proceder à aplicação da entrevista semiestruturada, numa sala próxima ao local de trabalho e que será solicitada para a sua realização. Os entrevistados serão elucidados sobre a temática do estudo e consequentemente sobre a própria entrevista, sendo imprescindível o estabelecimento de uma interação natural entre o entrevistado e o entrevistador no seu decurso, minimizando aquilo que se designa por “efeitos do observador” (Bogdan & Biklen, 1994). As entrevistas serão realizadas individualmente e em grupo, as respostas serão gravadas e posteriormente transcritas. As entrevistas serão gravadas, já que este é o único meio de conservar integralmente o que foi dito tanto pelo entrevistado como pelo entrevistador. Contudo, não poderemos deixar de ter presente o efeito inibidor que o gravador poderá ter no entrevistado, sendo mesmo muitas vezes rejeitado por alguns (Ghiglione & Matalon, 2005).

3.1.1.2. FOCUS GROUP

As entrevistas, descritas como um dos instrumentos mais usuais das ciências sociais, são geralmente referidas como um caso especial de interação social entre o entrevistador e o entrevistado (para referências, ver Gizir, 2007). Apesar da definição de entrevista remeter de uma forma geral, para uma conversa entre dois indivíduos, esta técnica poderá também ser aplicada a grupos, permitindo o envolvimento de mais do que um entrevistador ou entrevistado (Glesne & Peshkin, 1992). Na verdade, para além da entrevista individual verbal (mais tradicional) existem um conjunto de outras formas de entrevistas nomeadamente, os questionários realizados por telefone, por email ou autoadministrados e as entrevistas verbais de grupo, habitualmente designada por *focus group* (Gizir, 2007). Segundo Krueger e Casey (2000), o aparecimento desta técnica terá sido motivada pela necessidade de formas alternativas de conduzir uma entrevista em finais de 1930, tendo sido redescoberta por volta de 1980.

A *focus group* defendida como um instrumento válido na investigação em ciências sociais (para referências, ver Bender & Ewbank, 1994), possui uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. A aplicação deste instrumento implica a consciência de um conjunto de considerações chave, nomeadamente o foco num tema, o interesse do tema pelos intervenientes e o ênfase na interação entre o grupo de participantes. O seu cumprimento permitirá ao investigador compreender as perspetivas dos participantes relativamente ao tópico de interesse (Merton, Fiske, & Kendall, 1965).

Como qualquer outro instrumento, a aplicação da *focus group* implica um planeamento que terá como base a definição de um problema decorrente do campo teórico de análise e a constituição de objetivos que estarão na base de todas as decisões metodológicas, nomeadamente a constituição dos grupos utilizados (número de elementos, cultura, idade, género). De facto, a seleção dos elementos de estudo constitui um aspeto crucial do planeamento, na medida em enquanto a sua correta seleção permitirá a discussão e a produção de dados úteis e a sua má estruturação poderá conduzir a um conjunto de dados reduzidos ou inadequados ao objeto de estudo (Gizir, 2007). Relativamente ao tamanho dos grupos selecionados, tem sido recomendado o limite de 8-12 indivíduos (Morgan, 1988), embora este limite possa aumentar até 15 indivíduos.

Independentemente das vantagens dos grupos de maiores ou menores dimensões, importa salientar que a última decisão relativamente ao tamanho do grupo, dependerá dos objetivos do estudo. A constituição do grupo deverá ser de conveniência, ou seja, os indivíduos deverão ser selecionados pelas suas características. Procura-se a homogeneidade em detrimento da heterogeneidade no sentido de favorecer as interações e permitir a produção de dados significativos (Gizir, 2007). No nosso estudo utilizaremos vários grupos, cada um representativo de uma cultura, com vista a responder ao objetivo estabelecido anteriormente.

Na *focus group* o papel do entrevistador é discreto, sendo utilizado o termo moderador na medida em que este enfatiza a sua função. Por outras palavras,

o moderador da *focus group* assume uma posição de facilitador do processo de discussão, enfatizando a formação de opiniões sobre uma determinada temática. Neste sentido, o moderador deve procurar utilizar variedade nos tópicos relevantes sobre o tema, promovendo entre o grupo uma discussão sinérgica e limitar as suas intervenções, permitindo que a discussão flua (para referências, ver Gizir, 2007). Para o cumprimento deste papel, o moderador necessita de um guião que terá como propósito imprimir uma direção à discussão do grupo. Para tal, deverá ser definido *a priori* em relação ao campo teórico de análise e por conseguinte aos objetivos do estudo. A construção deste guião rege-se por dois princípios: a) as questões devem ser colocadas do geral para o específico; b) as mais importantes devem ser colocadas no início e as menos significativas no final (para referências, ver Gizir, 2007). A estes princípios Krueger (1998) acrescenta mais dois, referindo-se à utilização de questões conservativas, no sentido de manter um ambiente informal e ainda à qualidade dessas questões sublinhando a importância da sua clareza, brevidade e razoabilidade. No momento da aplicação do guião deverá ser considerado o ambiente físico no qual decorrerão as *focus group*, uma vez que este poderá afetar a natureza das interações entre os participantes e o tipo e quantidade de informação obtida (para referências, ver Gizir, 2007). Neste sentido, os participantes serão dispostos de forma a que seja possível o contacto visual entre o moderador e os membros do grupo. De acordo com Stewart e Shamdasani (1998), os participantes sentem-se mais confortáveis sentados à volta de uma mesa, uma vez que esta é percebida pelos indivíduos como uma barreira de segurança. As entrevistas serão gravadas, sendo os indivíduos previamente informados sobre o propósito da discussão.

3.1.1.3. RECOLHA DOCUMENTAL

“as palavras voam os escritos permanecem”

(Saint-Georges, 1997, p. 21)

A análise documental constitui uma técnica que tem, normalmente, uma função de complementaridade na investigação qualitativa e que incide sobre

documentos relativos a um local, uma situação a uma observação de artefactos escritos. Por outras palavras, é utilizada para “triangular” os dados obtidos de uma ou de duas outras técnicas (Lessar-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005). A análise documental é assim *“uma operação ou conjunto de operações visando representar o contexto de um documento sobre uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estudo ulterior à sua consulta e referência”* (Bardin, 2004, p. 45). Enquanto nos primeiros estudos da antropologia social a utilização destes documentos escritos como fonte de informação era rara, uma vez que as sociedades alvo eram pré-letradas, atualmente existe uma ampla variedade e disponibilidade de materiais escritos que não poderão ser ignorados pelos investigadores, nomeadamente aqueles que realizam pesquisa no terreno. Mas, para que a análise destes documentos escritos seja frutífera para o objeto de estudo, é essencial que estes sejam classificados (Burgess, 2001).

As diferentes fontes documentais escritas estas poderão ser divididas em oficiais e não oficiais. Por definição, do ponto de vista estritamente delimitado é “oficial” uma fonte que depende de uma autoridade pública, ou seja, documentos que são emitidos ou recebidos por uma autoridade pública segundo as responsabilidades que lhe são confiadas por lei, por regulamentos ou determinados costumes notórios. Segundo esta perspetiva, as fontes oficiais dependem exclusivamente de agentes do Estado ou pessoas suas mandatárias que agem no quadro das suas funções. Para além deste “rótulo” oficial para os documentos de autoridade pública, na literatura existem igualmente referências a documentos oficiais privados, para designar documentos emitidos ou recebidos oficialmente por uma entidade privada que engloba tanto indivíduos como coletividades. Esta noção desvenda a extraordinária diversidade de fontes documentais que, como anteriormente referido, não se esgotam nas de carácter oficial. Na verdade, os documentos escritos não oficiais constituem também fontes de informação de inegável alcance político, económico e social, entre as quais se destacam a imprensa, as revistas e as publicações periódicas (Saint-Georges, 1997).

Nesta medida, os documentos recolhidos, oficiais ou não, suscetíveis de fornecerem informação sobre a problemática em estudo, serão documentos relacionados com as temáticas desenvolvidas no campo teórico de análise. Relativamente aos documentos oficiais serão alvo de análise documentos da Câmara Municipal da Maia (Plano Diretor Municipal e o Atlas Desportivo do Concelho), das Juntas de Freguesia do Concelho da Maia e outros documentos que se considerem relevantes para o estudo. Relativamente aos documentos não oficiais, serão recolhidos todos os documentos da imprensa (via Internet ou não), revistas, prospectos ou cartazes.

3.2. PROCESSO ANALÍTICO

3.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO E DE DISCURSO

Após a recolha de informação torna-se necessário proceder à sua análise, pois só deste modo os dados recolhidos revestem-se de sentido para a investigação, designando-se esta etapa metodológica por “análise do conteúdo” (Vala, 1999). Este processo consiste na organização sistemática das transcrições das entrevistas, de notas e outros materiais recolhidos, com o intuito de incrementar a compreensão desses materiais (Bogdan & Biklen, 1994).

A análise do conteúdo pode ser entendida como uma técnica para realizar inferências através da identificação sistemática e objetiva das características específicas de uma mensagem. Por outras palavras, nesta etapa procura-se construir um conhecimento a partir das informações recolhidas (Quivy & Campenhoudt, 2005), já que as informações recolhidas não respondem por si só às questões levantadas. Na verdade, os termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do discurso e o seu desenvolvimento são fontes de informação a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento. Embora as entrevistas sejam geralmente gravadas, existem outros tipos de situações como o humor, a discussão, pistas não-verbais que não podem ser gravadas (Gizir, 2007). A transcrição das

gravações deve ser realizada em comparação com as notas escritas à mão, no sentido de preencher frases inaudíveis ou possível falha de gravação. Para além disso, as notas escritas à mão, retiradas durante a entrevista, ajudam a descrever o contexto e o fluxo da entrevista. As notas identificam as longas pausas entre respostas, um riso nervoso em resposta a uma hipotética questão sensível, ou os tons de raiva ou frustração da voz (Bender & Ewbank, 1994).

Os diferentes métodos de análise do conteúdo têm sido classicamente divididos em métodos quantitativos, baseados na frequência do aparecimento de certas características do conteúdo ou de correlação entre elas, e em métodos qualitativos, centrados na presença ou na ausência de uma característica ou do modo como os elementos do discurso estão articulados entre si (Quivy & Campenhoudt, 2005). Entre os métodos de análise do conteúdo, Quivy e Campenhoudt (2005), salienta três, designados de acordo com seu foco em elementos do discurso - análises temáticas - sobre a forma e encadeamento do discurso - análises formais - ou sobre as relações entre os elementos da mensagem - análises estruturais. As análises temáticas têm por objetivo revelar as representações sociais ou juízos dos locutores através da análise de elementos constitutivos do discurso, podendo para tal utilizar-se a análise categorial ou análise de avaliação (Quivy & Campenhoudt, 2005). A análise do discurso representa a análise do conteúdo através de uma análise categorial com unidades inseridas num diálogo e conseqüentemente a dimensão à qual pertencem num dado contexto. As categorias constituem um meio para classificar os dados descritivos recolhidos, reunindo (Ghiglione & Matalon, 2005) um grupo de elementos (unidades de registo, de contexto ou enumeração) sob um título genérico, agrupados em função dos caracteres comuns destes elementos.

O processo adotado para a análise dos dados recolhidos através das entrevistas, correspondem a duas fases preconizadas por um trabalho da descoberta, ou seja a imersão do material e aperfeiçoamento de uma grelha de análise, seguido por um trabalho de codificação e comparação sistemática, que finalmente culminará na interpretação e a reflexão dos dados recolhidos. No presente estudo, as categorias serão determinadas *a priori* e eventualmente *a*

posteriori na medida em que, como anteriormente referido, a metodologia de investigação está continuamente a ser definida e redefinida pelo investigador. Esta flexibilidade permitirá a inclusão de novas informações e categorias que não tenham sido definidas, mas que após a realização das entrevistas se revelem significativas para a concretização dos objetivos do estudo.

3.2.2. CATEGORIAS DEFINIDAS A PRIORI

POLÍTICA

Os autores privilegiados para este tema são vários, entre os quais, autores clássicos pela singularidade e essência do pensamento político. Neste sentido, Aristóteles defende a constituição de um Estado que salve os homens e uma política que apele à justiça (Moreira, 2005, p. 22). Segundo Aristóteles, em todas as ciências e artes, o fim em vista é um bem. O maior bem é o fim visado pela ciência suprema entre todos e a mais suprema de todas as ciências é o saber político. Assim, o bem em política é a justiça que consiste no interesse comum (Aristóteles, Trad. 1998). Machiavel, autor controverso, prova no seu livro “O Príncipe”, ser extremamente atual quando nos fala da mentira real, sobre a neutralidade e a aliança, escolher entre a justiça e o êxito, entre a razão de Estado e a autenticidade (Moreira, 2005, pp. 17-24). Giddens, diz-nos que no mundo “político” estão implícitas as atividades daqueles que estão no governo, mas também as ações de muitos outros grupos e indivíduos que tentam influenciar o aparelho governamental de muitas maneiras (Giddens, 2009, p. 699). Num sentido explicativo, Sousa, diz-nos que na política estão implícitos fenómenos sociais, tais como as campanhas eleitorais, a formação, o desenvolvimento e o jogo dos partidos, a formação e papel da opinião pública política, o significado da luta de classes em relação à tomada do poder político, a natureza, o desenvolvimento e significado do estado, do governo e de toda a burocracia administrativa, religiosa, constitucional e militar, justificativa da conquista e manutenção do poder político (Sousa, 1978).

DESPORTO

O apoio bibliográfico para o desenvolvimento desta temática passa por autores como Bento, pela singularidade com que fala sobre “desporto”. Para o referido autor, o desporto surge como um instrumento para o progresso comportamental e moral capaz de produzir melhores seres humanos e pessoas. É um instrumento voltado para forjar o Homem como uma figura da ética e da estética. Permite afastar o homem do estado animal, construindo sobre este uma condição humana, racional, técnica, de arte, de virtude, de ética, e de estética, ou seja, de excelência. Sendo muito mais que um divertimento lúdico, ou uma simples atividade física, é uma exigente filosofia e pedagogia da existência, a afirmar que o homem tem que se cumprir em todos os campos e áreas do seu labor, não sendo dispensado de se transcender e humanizar também pelas performances corporais (Bento & Bento, 2010). Neste enquadramento, o autor espelha uma visão profundamente humanista do desporto. Na mesma linha de pensamento de Bento e Bento (2010), Garcia e Boschi, (2010) falam-nos de um desporto agregador em que este é uma procura do bem das populações, atuando em distintas direções, não excluindo ninguém da sua prática ou fruição. Ricos, pobres, altos, baixos, gordos, magros, dotado, deficiência motora, sensorial ou mental, criança ou idoso, entres outros são sujeitos ativos do desporto. Todos detêm um lugar no desporto (Garcia & Boschi, 2010, s/p). Costa (1992) orienta-nos para um desporto como meio de integração social e capaz de reforçar a identidade da sua sociedade. Constantino e Pires, pelo conhecimento profundo em áreas relacionadas com a política e gestão desportiva, procuram explorar todos os processos responsáveis e capazes de promover e desenvolver uma prática desportiva para todos. Para Pires, o desporto envolve exercício físico, competição, desafio, esforço, luta, apetrechos, estratégia e tática, princípios, objetivos, instituições, regras classificações, tempo livre, jogo, vertigem, aventura, investigação, dinheiro, lazer, sorte, rendimento, simulação, códigos, resultados, prestações, treino, força, destreza, medição, tempo, espaço, beleza, medida, voluntarismo, morte, etc. (Pires, 2005). Ortega y Gasset

(1987), autor que contempla o desporto e o homem criando uma simbiose entre estes, declarando que desporto é um esforço primário e criador é ir mais além (Ortega y Gasset, 1987).

SOCIEDADE

No desenvolvimento desta temática, Moreira (2009), é um dos autores citados, pelo seu profundo conhecimento da sociedade portuguesa e de uma visão apurada do contexto político nacional e internacional. Moreira (2009), alerta-nos que, a relação do povo com os aparelhos do poder tende para displicência, e que a crescente multiplicidade étnica e cultural, dependente de uma teologia de mercado sem regulação, contribui para questionar a erosão da identidade nacional. A sua preocupação na análise e avaliação das políticas desenvolvidas tem em vista o respeito e a paz dos povos, conferindo-lhes uma visão humanista, chamando a atenção que *“a falta de integração das minorias pode ameaçar a estabilidade política e a vida pacífica da sociedade civil”* (Moreira, 2009a, p. 249). Barreto (2005), pelo conhecimento profundo da realidade portuguesa e das matérias relacionadas com a migração, a coesão e integração social, leva-nos a refletir sobre os inúmeros problemas que as populações imigrantes sofrem, tais como situações de precariedade, de desenraizamento, de segregação, de discriminação étnica, cultural e religiosa, sendo fundamental pôr em prática políticas de integração. Mais uma vez Giddens (2009), surge como autor de referência pelas características já descritas, referindo que a sociedade é um sistema estruturado de relações sociais que liga as pessoas de acordo com uma cultura partilhada. Nesta mesma linha, Ginsberg (2000), afirma que a sociedade distingue-se pelo complexo comportamento social e pela rede de relações sociais. Com uma visão plural e humanista, Savater (2003), afirma-nos que o que mantém unida uma sociedade não é a religião comum, a raça, a etnia, a língua ou a cultura, mas um acordo normativo em relação ao império do direito e a crença de que somos indivíduos iguais e portadores dos mesmos direitos.

MULTICULTURALISMO

No enquadramento da temática em causa, os autores escolhidos determinam pontos de vista humanistas, apologistas da diversidade e de uma visão multicultural. Neste sentido, Arendt (2001), determina que a diversidade é a condição da ação humana pelo facto de sermos todos o mesmo, isto é, humanos, sem que ninguém seja rigorosamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. Assim e numa apologia do diverso, Patrício (2002), afirma-nos que o universo é diverso, que a diversidade é diversa e que a diversidade existe na diversidade mesma, no sentido de nos explicar, que para ter surgido o universo, teve que existir alguma diversidade na singularidade. Caso não houvesse alguma diversidade não tinha havido explosão. No mesmo sentido, Rocha (2000), afirma-nos que existe uma diversidade de sistemas culturais e de civilizações, com as suas diferentes particularidades que enriquecem o conjunto da humanidade. No que concerne à temática do multiculturalismo e no seu relacionamento com o desporto, Kennet (2005), diz-nos que o multiculturalismo no desporto subsiste onde pessoas de variadas culturas participam nos mesmos espaços, mas não necessariamente juntas. Numa abordagem sociológica, Barreto (2005), explica-nos que uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, em conjunto, formam uma sociedade e nessa sociedade expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas.

EDUCAÇÃO

A escolha dos autores para a definição da referida temática, recai naqueles que apelam a uma visão plural e abrangente da educação, em que esta serve para criar homens do mundo e para o mundo. Neste sentido, Patrício (2002), pela

profunda preocupação em entender o mundo e o homem e a forma como este pode superar a sua essência, declara que a escola é uma oficina de personalização e de humanidade, a casa onde se exerce o ofício de tornar humano. Carneiro (2003), debruça-se sobre uma educação multicultural e o apoio à diversidade como forma de enriquecimento individual e coletivo, em que o reconhecimento do “Outro”, titular de direitos e de deveres, portador de uma dignidade inviolável, em tudo igual à nossa própria, constitua dever indeclinável do processo educativo. Aprender a escutar o próximo, a adquirir aptidões comunicacionais com o “diferente”, apreciar o património cultural dos outros e descobrir o fascínio da diversidade (Carneiro, 2003). Para Giddens (2009), a educação é a transmissão do conhecimento entre gerações através da instrução direta. No entanto, apesar de existirem sistemas educativos em todas as sociedades, a educação para todos, só no período moderno, adquiriu a forma de escolarização. A instrução passou a ser feita em ambientes educativos especializados nos quais os indivíduos passam vários anos das suas vidas. Bento e Bento (2010), mais uma vez nesta temática, afirma que a educação através do desporto serve para trocar o insuficiente, o menos e o pior que se encontra dentro das pessoas, pelo suficiente, o mais e o melhor que se encontram fora de nós. O desporto é um lugar pedagógico por excelência ao tornar evidentes as nossas fraquezas, insuficiências, mazelas e contradições e põe a nu e convida a cultivar o que em nós falta. O desporto faz parte da luta contra a ideologia da impotência. Ele desafia-nos a aprimorar a elegância e a combater a deselegância das reações, das atitudes e dos comportamentos, o índice de apego ou desapego à observância de princípios e regras, o grau de respeito ou atropelo dos direitos e da pessoa dos outros.

3.3. ELEMENTOS DO ESTUDO

Os investigadores selecionam os locais, os períodos de tempo, os acontecimentos e os indivíduos a estudar atendendo a que “o comportamento deve ser sujeito a amostragem nos contextos reais para que as observações sejam relevantes para a perspetiva teórica” (Burgess, 2001). No entanto, esta

seleção não é feita ao acaso, mas requer escolha de uma estratégia de amostragem. Os métodos de amostragem são classicamente classificados como probabilísticos e não probabilísticos. Na amostragem probabilística cada unidade do universo em estudo tem a mesma calculável e não anula a probabilidade de ser selecionada. No caso da amostragem não probabilística, não é possível estimar a probabilidade das unidades serem incluídas na amostra. Destas duas formas de amostragem os métodos não probabilísticos são os mais utilizados, englobando as amostragens do tipo intencional, casuística e em bola de neve (Burgess, 2001). A amostragem intencional implica um procedimento de escolha segundo critérios mais ou menos objetivos e que são determinados *a priori*, o que significa que nem todos os indivíduos têm a mesma probabilidade de fazer parte da amostra (Burgess, 2001). Assim, de acordo com os critérios previamente determinados, é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que constituirá a amostra. No presente estudo adotámos a estratégia de amostragem intencional tendo sempre como horizonte que “as estratégias de amostragem necessitam de se basear nas características sociológicas da população que tem interesse para o investigador” (Burgess, 2001). Os elementos da amostra serão assim selecionados segundo o cumprimento dos critérios definidos *a priori*:

- (i) Representantes do poder político da Câmara Municipal da Maia, ou seja o Presidente da Câmara (Eng. Bragança Fernandes), o Vereador do Pelouro do Desporto (Hernâni Ribeiro), Vereador do Pelouro da Educação (Dr. Nogueira dos Santos), Vereador do Pelouro das Relações Internacionais (Dr. Paulo Ramalho) e a Vereadora do Pelouro da Ação Social (Dra. Ana Carvalho). Pelo facto dos mesmos serem responsáveis pela emanção, desenvolvimento e aplicação das políticas da Autarquia, pretendemos saber qual a visão, o envolvimento e as estratégias dos diferentes autarcas, relativamente à temática desenvolvida neste trabalho: “*o desporto como fator de agregação numa sociedade multicultural - Concelho da Maia*”.
- (ii) Presidentes de todas as Coletividades e Associações Desportivas do Concelho. Neste âmbito é fundamental perceber qual é o papel das

coletividades desportivas no acolhimento, no apoio e na inserção das pessoas pertencentes a grupos culturais minoritários.

- (iii) Coordenadores da Área Disciplinar de Educação Física das escolas básicas com o 2º e 3º ciclo (Gueifães, Maia, Pedrouços, Dr. Vieira de Carvalho, Castelo da Maia e Nogueira) e secundárias (Águas Santas, Castelo da Maia e Maia). Através dos referidos coordenadores pretendemos saber qual é a sua sensibilidade e de que forma promovem a cooperação, o diálogo e a confraternização através do desporto entre os alunos pertencentes a culturas minoritárias.
- (iv) As dezassete Juntas de Freguesia do Concelho da Maia. Sabendo que os Presidentes das Juntas de Freguesia, no enquadramento das suas competências, têm a responsabilidade de zelar pelos interesses e necessidades das pessoas que residem na sua área de intervenção. Pretendemos saber quais são os apoios e as orientações prestadas às diferentes minorias culturais para que seja possível uma boa integração na sociedade de acolhimento.
- (v) Os grupos culturais de Cabo-Verde, São Tomé e comunidade Cigana. Pretendemos saber como são as suas vivências no Concelho da Maia e a opinião relativamente ao desporto. Apesar dos vinte e dois grupos culturais existentes no Concelho da Maia os grupos culturais de Cabo-Verde, São Tomé e comunidade Cigana, que se encontram devidamente organizados foram os únicos que se disponibilizaram para a realização deste trabalho. Contactámos outros grupos que não mostraram interesse em participar no presente estudo e/ou não se encontravam devidamente estruturados, o que dificulta a realização do *focus group*.

Nas abordagens qualitativas, o conceito de amostra possui um significado diferente daquele que é habitualmente atribuído à abordagem quantitativa, sendo que, na primeira, o critério de amostragem é definido pela representatividade externa relativamente a um universo e, na segunda, o critério é o da significação interna por relação à dimensão da realidade que é objeto de estudo (Patton, 2002). A questão da representatividade da amostra,

em termos estatísticos, não se coloca neste tipo de investigação, pois o valor da amostra está na sua adequação ao objetivo do estudo, sendo os sujeitos seleccionados de acordo com o seu carácter exemplar e não tendo em vista a ponderação numérica da categoria por eles representada (Albarelo, 1997).

4. TAREFAS DESCRITIVA E INTERPRETATIVA

Este trabalho, enquadrado na realidade do Concelho da Maia, pretende encontrar uma estratégia política e técnica através do desporto para fortalecer as relações sociais entre as diversas culturas e a afirmação das mesmas. Facto definido pela Multiculturalidade existente no Concelho em que este é constituído por cidadãos oriundos da Ucrânia (260), Brasil (194), República da Moldávia (29), China (23), Rússia (23), Roménia (16), Cabo-Verde (15), Angola (11), Espanha (6), Paquistão (6), São Tomé e Príncipe (5), Venezuela (5), Alemanha (4), França (2), Índia (2), Itália (2), Guiné-Bissau (1), Japão (1), Marrocos (1), Moçambique (1), Polónia (1), Senegal (1) (Instituto Nacional de Estatística, 07/05/2008). Para além desta diversidade cultural contemplamos também a comunidade cigana que é muito expressiva no Concelho. De acordo com o descrito e tendo em conta o nosso objetivo de saber qual é a sensibilidade estratégias e ações das diversas estruturas políticas educativas desportivas e sociais, definimos entrevistar o executivo da Autarquia da Maia, o seu Presidente, Eng. Bragança Fernandes, o Vereador do Pelouro do Desporto, Hernâni Ribeiro, o Vereador do Pelouro da Educação, Dr. Nogueira dos Santos, o Vereador do Pelouro das Relações Internacionais, Dr. Paulo Ramalho e a Vereadora do Pelouro da Ação Social, Dra. Ana Carvalho. Os responsáveis políticos das dezassete Juntas de Freguesia do Concelho da Maia, Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca; Luís Cândido de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa; Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S.Maria); Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde; Maurício Ramos, Presidente da Junta de Avioso (S.Pedro); Laurindo Vítor Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Milheiros; António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães; Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha; Joaquim Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços; Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira; José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura; Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas; Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta

de Freguesia de S. Pedro de Fins; Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia; Fernando Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Gondim; Mário Ramos, Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia; Aloísio Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim. Os Coordenadores da Área Disciplinar de Educação Física das Escolas Básicas com 2º e 3º ciclo e Secundárias do Concelho da Maia. As professoras Clara Moreira, coordenadora do segundo ciclo e Raquel Sarmento coordenadora do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães; a professora Ana Gião, coordenadora do segundo ciclo, e a professora Emilia Galvão, coordenadora do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia; a professora Sandra Ferro, coordenadora do segundo e terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços; o professor Eduardo Lobato coordenador do segundo e terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia; a professora, Manuela Teixeira coordenadora do segundo ciclo e o professor Jorge Inácio, coordenador do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia; o professor Duarte Moreno coordenador do segundo e terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo Dr. José Vieira de Carvalho; o professor António Colaço, coordenador do terceiro ciclo e secundário da Escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas; a professora Silvina Pais, coordenadora da Escola Secundária do Castelo da Maia e a professora Palmira Sá, coordenadora da Escola Secundária da Maia.

As associações e coletividades desportivas e seus responsáveis contactados foram: União Ciclista da Maia - Presidente Paulo Couto; Centro Social e Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso - Presidente Maurício Ramos; Arsenal Clube de Parada - Presidente Adjunto Pedro Araújo; Clube de Karaté da Maia - Presidente António Moreira; Maia Atlético Clube - Presidente Rui Borges; Maiastars - Clube de Desporto, Cultura Ambiente e Solidariedade Social - Presidente Carlos Ribas; Centro Desportivo e Cultural de Santana - Presidente Carlos Tedim; Paraclube da Maia - Presidente Avelino Cruz; Associação os Vencedores de Sangemil - Presidente Jorge Sampaio; Grupo Motard da Maia - Presidente Carlos Gomes; Associação Social e Cultural Monte das Pedras - Presidente Carlos Alberto; Associação de Dadores de

Sangue da Maia - Presidente Mário Duarte; Associação Atlética de Águas Santas - Presidente Joaquim Carvalho; a Associação Beneficente da Campa do Preto - Presidente da Assembleia Geral António Teixeira; Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube - Presidente Joaquim Silva; Acro Clube da Maia - Presidente Manuel Barros; Academia de Kick Boxing da Maia - Presidente Luís Delalande; Associação Cultural e Desportiva Ficocables - Presidente Manuel Teixeira; Associação Desportiva Academia da Bola - Presidente Pedro Maia; Associação Clube de Todo o Terreno da Maia - Presidente António Moura; Associação Desportiva e Cultural de Teibas - Presidente Marco Silva; Associação Desportiva e Cultural das Arregadas - Presidente Joaquim Silva; Clube de Escalada da Maia - Presidente da Assembleia Geral Filipe Cardinal; Associação Desportiva Académica do ISMAI - Presidente Eduardo Soares; Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim - Presidente José Almeida; Associação os Leais e Videirinhos de Pedrouços - Presidente Alcino Campos; Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins - Presidente Manuel Moreira; Associação de Moradores do Meilão - Presidente António Moreira; Centro Equestre da Maia e Liga Portuguesa de Criadores de Cavalos de Corrida - Presidente Manuel Armando; Associação Portuguesa Okinwa Goju_ryu Karate_do (APOGK) - Presidente Jorge Monteiro; Associação de Moradores da Granja - Presidente Jorge Bartolo; Ginásio Clube da Maia - José Pedro Barbosa; Associação Ases de Família - Presidente Albino Rodrigues; Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados - Presidente José Fortes de Moraes; Castelo da Maia Ginásio Clube - Presidente Celestino Fonseca; Juventude Desportiva de Águas Santas - Presidente António Cunha; União Columbofilia da Areosa - Presidente Francisco Alves; União Nogueirense Futebol Clube - Presidente António João Tavares; Maia Basket Club - Presidente Rui Lopes; Núcleo Desportivo Santa Joana - Presidente Manuel Faria; Mocidade de Sangemil Atlético Clube - Presidente Mário Vinhas; Grupo Desportivo “Mocidade 2010” - Presidente José Moraes; Sport Clube Castelo da Maia - Presidente Baltazar Ferreira; Grupo Desportivo os “Maiatos” - Vice-Presidente Fausto Saavedra; Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia” -

Presidente Jorge Lemos; Atlético Clube de Teibas - Presidente Ricardo Vilela; Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro” - Presidente Mário Rui; Grupo Motard “Os Atrasados” - Presidente Alberto Brilhante; Inter de Milheiros Futebol Clube - Presidente Rui Borges; Grupo Desportivo Avioso S. Pedro - Presidente Manuel Araújo; Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães - Presidente Américo Silva; Juventude de Pedrouços Futebol Clube - Presidente Joaquim Teixeira; Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães - Presidente Arnaldo Alves; Folgosa da Maia Futebol Clube - Presidente José Azevedo; S. Cosme Ténis de Mesa Clube - Presidente José Augusto Queirós Mota; Pedrouços Atlético Clube - Presidente Carlos Caseira; Associação Recreativa e Cultural de Gueifães - Presidente Alberto Silva; Clube de Natação da Maia - Presidente Eunice Lebre; Eiquipetrol Futsal Clube - Presidente José Neves; Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim - Presidente Mário Freitas; Futebol Clube de Pedras Rubras - Presidente Dr. Sousa e Silva; Clube Airsoft da Maia - Presidente Paulo Salvador; Clube Académico de Pedrouços - Presidente Joaquim Azevedo; Clube Académico de Pedras Rubras - Presidente António Santos; Associação Desportiva e Recreativa de Parada - Presidente Vergílio Pinto; Clube de Ténis da Maia - Presidente João Maio; Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura - Presidente Adelino Santos; Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia - Presidente Carlos Azevedo; Associação Lusitana de Pedrouços - Presidente José Peixoto; Clube Amigos do Corim - Vice-Presidente Daniel Branco; Club Desportivo de Águas Santas - Presidente Tiago Sobral; Centro Desportivo e Cultural de Vilar - Presidente José Cardoso; Futebol Clube da Maia e Futebol Clube da Maia Lídador - Presidente António Silva; Clube Académico de Sangemil - Presidente Joaquim Reis; Grupo Desportivo de Águas Santas - Presidente João Martins; Associação de Radiomodelismo da Maia - Presidente Pedro Praça; Maia MG Clube - Presidente Dr. Palhares Delgado; Associação Desportiva Sol e Campo - Presidente Henrique Nogueira; Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA - Presidente Maliza Rodrigues; Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança” - Presidente José Manuel Correia. Por último foram realizadas entrevistas a três grupos de pessoas residentes no

Concelho, mas de distintas culturas, ou seja, de São Tomé e Príncipe, de Cabo-Verde e de etnia Cigana.

Para a persecução das entrevistas foram realizados diferentes questionários (de acordo com as instituições ou pessoas) relacionados com os temas desenvolvidos na tese, (Sociedade, Política, Desporto, Educação e Multiculturalismo), recorrendo a uma entrevista direta ao Executivo da Câmara, onde foram realizadas quatro perguntas; aos Presidentes de Junta, cinco perguntas; aos Presidentes das Associações e Coletividades Desportivas, quatro perguntas; aos Coordenadores da Área Disciplinar de Educação Física das Escolas Básicas com 2º e 3º ciclo e Secundárias, cinco perguntas; e uma entrevista de grupo aos diferentes Grupos Culturais com seis perguntas (ver anexos pág. CCLXI).

4.1. ENTREVISTAS AO EXECUTIVO POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

No sentido de perceber a sensibilidade e supostas orientações políticas relativamente ao fenómeno multicultural no Concelho da Maia, foram entrevistados o Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng. Bragança Fernandes; o Vereador do Pelouro da Educação, Dr. Nogueira dos Santos; o Vereador do Pelouro do Desporto, Hernâni Ribeiro; a Vereadora da Ação Social, Dra. Ana Carvalho e o Vereador do Pelouro das Relações Internacionais, Dr. Paulo Ramalho. As entrevistas realizaram-se nos gabinetes dos respetivos Autarcas, excetuando a entrevista com o Vereador do Pelouro do Desporto que se realizou num café, junto à Câmara Municipal da Maia.

No que concerne à primeira questão, *“Como vê os apoios e as orientações desenvolvidas pelo Estado Português e mais concretamente pela Autarquia da Maia aos imigrantes e ou diferentes grupos culturais?”*, **Nogueira dos Santos**, enquadrando a sua resposta com a realidade nacional, referiu que *“tem havido uma crescente vontade por parte política e pela parte estrutural e organizativa do país de dar as melhores condições de vida e de integração”*. Neste mesmo sentido, **Bragança Fernandes**, afirmou que o Secretário de Estado das

Comunidades Portuguesas, José Cesário *“apoia muito a imigração, portanto nós estamos no bom caminho”,* e no caso concreto da Câmara da Maia, *“apoia sempre que pode, sempre que conhece e sempre que sabe. Onde há um problema vai lá tentar resolver esse caso.”* De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao ano de 2008, estima-se que a população estrangeira que solicitou estatuto de residente no Concelho da Maia, será 0,46% da população total (120 111 habitantes - censos 2001). A sua origem é variada: Ucrânia (260), Brasil (194), República da Moldávia (29), China (23), Rússia (23), Roménia (16), Cabo-Verde (15), Angola (11), Espanha (6), Paquistão (6), São Tomé e Príncipe (5), Venezuela (5), Alemanha (4), França (2), Índia (2), Itália (2), Guiné-Bissau (1), Japão (1), Marrocos (1), Moçambique (1), Polónia (1), Senegal (1) (**Instituto Nacional de Estatística, 07/05/2008**). Bragança Fernandes afirma que haverá atualmente um menor número de imigrantes, *“porque a construção civil baixou e quem trabalhava muito na construção civil eram os imigrantes vindos do leste.”* Ao nível dos apoios Concelhios, **Nogueira dos Santos** afirma que *“no Concelho da Maia, temos tido não só preocupação em dar habitação adequada aqueles que a procuram (...) a integração no mundo do trabalho (...) na resolução dos problemas sociais, que estas comunidades de imigrantes possam apresentar.”* Nesta mesma linha, **Hernâni Ribeiro** refere que *“tem vindo a ser desenvolvido nestes últimos tempos um conjunto de ações que têm contribuído (...) de forma positiva para a integração (...), para desenvolver o respeito de todos pelas diferentes culturas, (...) as atividades que têm sido realizadas e que têm sido definidas, penso que têm cumprido com esse objetivo.”* De acordo com as estruturas de apoio aos imigrantes, **Bragança Fernandes e Ana Carvalho** falam-nos da SOCIALIS, associação de solidariedade social do Concelho da Maia fundada a 22 de fevereiro de 2001, que tem como objetivo a prevenção na área da infância e juventude e suas famílias. Na estrutura desta associação está contemplado o Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante da Maia (CLAI - Maia), que tem como principal objetivo apoiar os imigrantes à sua integração social. Os seus serviços de apoio passam pelo acolhimento e integração, legalização, apoio social, reagrupamento familiar, acesso à saúde,

acesso à educação, formação, reconhecimento de habilitações e competências, apoio à procura ativa de emprego e empreendedorismo **(SOCIALIS, 27/11/2012)**. Segundo **Ana Carvalho** o CLAI-Maia *“é no fundo um gabinete nos termos de uma política de proximidade. Está vocacionado para acolher, informar e auxiliar (...) a população imigrante que entenda (...) vir para Portugal, mais precisamente para o Concelho da Maia e (...) pretenda instalar-se, residir, trabalhar, colocar os seus filhos na escola, estar acompanhada em termos de saúde.”* De acordo com este tema, **Bragança Fernandes** diz-nos que a referida instituição promove um *“apoio aos imigrantes nomeadamente aos ucranianos e não só.”* O CLAI-Maia tem como plano de ação o desenvolvimento de projetos de sensibilização da opinião pública, do mercado de trabalho, da participação na vida local, do acolhimento inicial de imigrantes, da educação e de outras atividades no domínio da interculturalidade **(SOCIALIS, 12/12/2012)**. Neste âmbito, **Nogueira dos Santos** fala-nos do evento “Mostra do Dia Municipal do Diálogo Intercultural” **(Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 30/06/2011)**, que vai agora para a sua terceira edição. Segundo este, o evento teve como objetivo a *“apresentação das diversas culturas que estão no Concelho e a preocupação que temos neste mundo de culturas diferentes de uma boa integração e de uma boa possibilidade de participar na comunidade do Concelho.”* No enquadramento das iniciativas desenvolvidas no Concelho da Maia, **Bragança Fernandes** dá exemplo do que se faz no aeroporto Sá Carneiro: *“todos os dias passam por lá milhares de pessoas e entre elas estão muitos estrangeiros. Nós realizamos, conjuntamente com o Aeroporto, várias ações dentro da “gare” para que os Imigrantes e as pessoas que nos vêm visitar sejam bem atendidos e conheçam a nossa cultura.”* No âmbito cultural fala-nos do “Rancho de Moreira” (rancho folclórico da Freguesia de Moreira da Maia). Afirma que o referido rancho *“programa todos os anos um festival internacional”* onde *“vêm vários Ranchos de países de leste e que eu vejo lá muitos pessoas do leste a assistirem a esse (...) evento.”* Fala-nos também da feira do artesanato da Maia onde *“todos os anos há um país convidado e, esse país convidado, traz as suas pessoas de origem (...), o que vende lá no país e geralmente traz uma*

associação associado a esse país para divulgar o que lá se passa.” **Bragança Fernandes**, de acordo com as geminações que a CMM tem com várias cidades espalhadas pelo mundo, afirma que, *“as nossas associações vão lá e as associações deles vêm cá.”* Segundo **Bragança Fernandes e Paulo Ramalho**, de acordo com os protocolos de cooperação da CMM com São Tomé e Príncipe, mais concretamente com Água Grande, capital de São Tomé e Príncipe, existe um forte apoio aquela comunidade. Neste enquadramento, **Paulo Ramalho**, diz-nos que *“damos ajuda no âmbito da limpeza urbana e da recolha do lixo. Recentemente oferecemos um camião do lixo e estamos, por exemplo, na área da educação onde tivemos trinta jovens São-Tomenses. Alguns ainda cá estão a estudar em estabelecimentos de ensino da Maia, designadamente no ISMAI e no CICOP a quem a Câmara Municipal pagava uma bolsa de 150 € por mês.”* Segundo o mesmo Autarca, *“a Maia tem, hoje em dia, diversos acordos de colaboração e de cooperação designadamente com os PALOP (...), temos uma relação histórica e cultural (...) ações de cooperação (...). Em Leon ou com a Galiza (...) de âmbito cultural, por exemplo, em que nós fazemos (...) parceria e troca de conhecimentos (...) que por exemplo, com pintores galegos aqui a expor (...) no nosso fórum e (...) pintores da Maia que vão expor (...) à Galiza ou (...) a Castilla-Leon (...). Estas ações de cooperação no passado eram feitas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Hoje em dia não. Hoje em dia o Ministério dos Negócios Estrangeiros já não faz (...). Existe muita cooperação (...), por exemplo, instituições de iniciativa privada como o “Instituto do Marquês do Balfour”, ONG (...) ou então é feita pelas Autarquias, pelos Municípios designadamente.”* De acordo com a importância das referidas relações, o Autarca afirma que *“quando nós celebramos protocolos de cooperação com regiões estrangeiras, nós (...) estamos a promover a imagem da Maia, do Município, das potencialidades do seu território, das suas gentes, das suas instituições e dos seus agentes económicos e, por outro lado, estamos também (...) a permitir que exista uma maior cooperação da própria sociedade civil da Maia com a sociedade civil desses países, dessas regiões. Podem ser na área cultural, na área desportiva, na área económica, ou seja, estamos de alguma maneira a internacionalizar a*

nossa sociedade civil, a dar-lhe a oportunidade de se internacionalizar.” Segundo esta visão, **Paulo Ramalho**, afirma que neste contexto, existe “um misto de multiculturalismo (...), porque ao mesmo tempo nós estamos a dar um contributo muito grande para a afirmação da língua portuguesa (...). Isto acontece quando fazemos protocolos de colaboração ou de geminação com (...) países onde existe uma forte comunidade imigrante portuguesa (...), um exemplo, (...) o Canadá, uma cidade em concreto Sault Ste. Marie, que tem uma grande comunidade Portuguesa, temos fortes ligações a Toronto onde também existe uma enorme comunidade Portuguesa, (...) encontra inclusivé equipas de futebol que são constituídas praticamente por Portugueses, ou imigrantes de primeira, segunda ou terceira geração (...). Numa cidade nos arredores de França, chamada Mantes-la-jolie, existe uma equipa de futebol que é de uma comunidade Portuguesa.” **Paula Ramalho**, reforça o leque de protocolos e iniciativas em que a CMM está envolvida, dizendo-nos que “temos também, os rapazes e raparigas dos PALOP a estudar nas escolas portuguesas da Maia designadamente. Nós estamos obviamente (...) a contribuir fortemente para promover um multiculturalismo. (...) Temos relações com África do Sul, nomeadamente com uma cidade chamada Nelspruit (...) onde (...) existe uma forte comunidade Portuguesa (...). Ao lado temos Moçambique (...) com quem temos protocolos. Portanto há aqui uma relação permanente que é ela também uma relação multicultural. (...) Temos protocolos com o Brasil. Se calhar é muito possível que venhamos a ter aqui uma delegação de uma cidade chamada Barroso do Brasil na nossa feira de artesanato, mas também lhe posso dizer que, muito mais distante, temos protocolos com o Chipre, com a cidade de Larnaca. (...) Estamos a desenvolver neste momento protocolos e parcerias com a China (...). Nós aderimos recentemente, com mais de cerca de 15 Autarquias do nosso país, a um projeto chamado “redes para o desenvolvimento” onde em vez de sermos só nós a fazermos uma cooperação isolada, podemos fazer parceria beneficiando dessa rede de contactos que também tem cidades espanholas e alemãs, porque cada vez mais este trabalha faz-se em rede, faz-se em parceria. Você em rede e em parceria pode, por um lado, aproveitar e partilhar conhecimentos

de todos, ou seja, tem acesso a um maior número de experiências e de conhecimentos mas, por outro lado, pode diluir custos.” **Relativamente à segunda questão** “O multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre esta matéria?” Na resposta a esta questão os Autarcas, unanimemente, vincularam as suas opiniões à necessidade de um bom entendimento entre as diversas culturas. Bragança Fernandes, afirma que tem “*que haver uma união do mundo. Não podemos andar em guerra. Temos que ter paz (...). O fundamentalismo tem de acabar, temos que ser todos pessoas, temos que dar mais valor à vida humana, à vida em si e à união de todos. Tornam-nos cidadãos europeus, cidadãos mundiais.*” Esta preocupação é fundamentada pela crescente proeminência da religião e da associação da mesma aos conflitos em muitas partes do mundo. O terrorismo global pretende conquistar o poder pela força das armas apoiando-se nos valores religiosos. Assim, e segundo Moreira (2009), exige-se uma convergência das grandes lideranças espirituais do mundo, para que os valores comuns sirvam de alicerce a uma intervenção solidária a favor da paz mundial (**Moreira, 2009a, p. 249**). Bragança Fernandes, fala-nos também do *Espaço Schengen*, no sentido de aludir à liberdade de circulação das pessoas. Afirma, que “*eu viajo de um lado para outro e agora nem sinto que estou na Alemanha ou (...) que estou em Portugal. É uma questão de andar livremente.*” De acordo com a sua experiência, Bragança Fernandes afirma que existe um “*multiculturalismo, porque há uma diversidade.*” De acordo com esta reflexão e segundo Romero (2004), o multiculturalismo impõe-se pela diversidade de comunidades mais ou menos autoconscientes e bem organizadas que fazem parte da maioria das sociedades modernas (**Romero, 2004, p. 157**). Na linha de um bom entendimento entre culturas, **Nogueira dos Santos**, diz-nos que “*o respeito pela cultura de cada um deve ser um bem a integrar a nossa atitude. O facto de existirem (...) diversas culturas e (...) esses imigrantes (...) são sempre bem vindos porque nos dão oportunidade de conhecer, de aprender, de formar e de melhorar aquilo que temos.*” **Hernâni Ribeiro**, afirma que deve “*haver de facto uma integração das pessoas que por diversos motivos vêm para cá viver, mas*

(...) também (...) um respeito pelas suas tradições e, portanto, penso que é nesse sentido que se deve sensibilizar a população.” Ana Carvalho, afirma que efetivamente “o multiculturalismo (...) implica o respeito por essas mesmas culturas. O objetivo é respeitarmo-nos como pessoas numa sociedade, sendo que cada um tem a sua cultura específica.” Paulo Ramalho, diz-nos que “só podemos promover a nossa cultura e a dos outros se nos respeitarmos mutuamente (...), respeitar as diferenças que, por força desse património cultural, cada um de nós tem. Aliás, eu dizia isto recentemente quando estiveram aqui os nossos convidados da China. Portugal tem uma relação com a China de quase quinhentos anos. Chegamos à China há quase quinhentos anos e tivemos uma permanência de muitos e muitos anos. Se você for a Macau (...), encontra uma realidade cultural completamente diferente da portuguesa, mas (...) encontra nichos da presença portuguesa e da cultura portuguesa nesse território. Ora isso é possível (...), por força de esse respeito que tem de haver naturalmente entre as diversas culturas, e que é um respeito fundamental até para a existência da própria paz no mundo.” Ana Carvalho, numa posição de reforço do diálogo intercultural, fala-nos do programa ERASMUS. Este programa (mobilidade de estudantes) tem como objetivo o desenvolvimento da educação escolar na Europa que se baseia num investimento para a tornar mais competitiva e próspera para o desenvolvimento de uma identidade europeia. As vertentes que orientam o referido programa, assim como outros (COMETT, PETRA, LÍNGUA, SOCRATES e LEONARDO), são para uma Europa do Saber e da Cultura, da pluriculturalidade, da mobilidade, da formação para todos e da competência aberta ao mundo (Leite, 2002, p. 340-342). Neste sentido a Autarca, afirma que “o Concelho da Maia tem uma experiência muito interessante (...) com alunos que, no âmbito dos programas ERASMUS, também estão aqui na instituição do ensino superior do Concelho, o ISMAI, e portanto, nós só podemos crescer e desenvolver-nos (...) com essas diferentes culturas. É uma experiência, quanto a mim, de aproveitar e extremamente positiva para o desenvolvimento das diversas sociedades.” Reforçando as palavras dos autarcas, será importante referir que as cidades atuais caracterizam-se pela heterogeneidade, ou seja, são compostas por

indivíduos de diversas culturas e religiões, que se definem em relações circunstanciais num fluxo e num intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana (**Rial, 2004, p. 207**). **De acordo com a terceira questão** *“Considerando a heterogeneidade populacional do Concelho da Maia, poderá o desporto muticultural apresentar-se como factor de agregação dos diferentes grupos culturais?”*, todos os Autarcas, demonstraram concordar que o desporto pode ser um factor de agregação das diversas culturas. **Bragança Fernandes**, fala-nos da diversidade de nacionalidades das equipas desportivas e diz-nos *“veja a quantidade de estrangeiros que estão nas equipas (...). As pessoas vão lá ver, os estádios estão cheios, veem-se os (...) estrangeiros e põem a sua bandeira às costas (...). Quando algum clube (...) consegue ter prémios mundiais, as bandeiras dos respetivos atletas são colocadas nas costas e quem vê o país do atleta fica muito grato, fica feliz e começa a conhecer melhor o país onde o seu atleta está a treinar ou está a jogar. O Mourinho, por exemplo, em Espanha, veja bem a (...) atração que ele trouxe.”* **Paulo Ramalho**, de acordo com as suas funções autárquicas afirma que *“tenho muita pena de não poder responder positivamente a sucessivos convites que nos são feitos para levar equipas portuguesas a jogar no estrangeiro. (...) Os custos que estão associados às deslocações, nesta altura, são elevados e nós não o podemos fazer.”* O Autarca, lembra também a importância dos eventos internacionais na Maia, salientando o Maia Andebolcup (evento internacional de andebol organizado pelo “MaiaStars” - clube de andebol feminino). Diz-nos *“que nós não queremos viver sozinhos no mundo do desporto, pelo contrário, temos que partilhar experiências com aqueles que vivem noutros países.”* De acordo com o descrito será de salientar outros eventos promovidos e apoiados pela Autarquia como, por exemplo, o Torneio Internacional Maia Jovem (competição de ténis promovida pela CMM), o Maia Internacional Acro CUP e a Taça do Mundo (competição de ginástica acrobática organizado pelo Acro Clube da Maia (ACM), o Open Internacional de Karaté da Maia (competição organizada pelo Clube de Karaté da Maia (CKM) (**Documentos Internos do Departamento de Desporto da CMM, 2012**). Os Autarcas Nogueira dos Santos, Hernâni Ribeiro e Ana Carvalho focalizam as

suas respostas na realidade do Concelho da Maia. Assim **Nogueira dos Santos**, afirma que *“tem sido uma preocupação constante do desporto maiato a integração de todos aqueles de diversas culturas, de diversas línguas, de diversos pensamentos no desporto maiato (...). As nossas coletividades os nossos dirigentes, quem superintende o desporto no Concelho, o nosso Presidente tentam sempre ultrapassar as diversas barreiras das diferentes culturas, para que o desporto maiato fosse sempre um elo (...) dessas mesmas culturas. Todos aqueles que fazem desporto na Maia que pertencem a outros mundos, têm sido bem integrados. Têm quase sempre uma boa recordação daquilo que fazem (...) aqui no Concelho e têm também contribuído para que este Concelho continue a ser a “Capital do Desporto”, continue a ser um ponto de referência do mundo desportivo.”* **Hernâni Ribeiro**, afirma *“que o desporto é provavelmente a linguagem mais universal do mundo, porque tem regras internacionais. Mesmo havendo vários desportos que não são praticados em todo o mundo, as suas regras e a forma como o desporto se envolve, são aceites em todo o mundo. Portanto à partida, o desporto tem uma vantagem muito grande, (...) se a pessoa gostar daquele desporto está habilitada a praticá-lo em qualquer sítio (...). Parece-me que é um dos principais fatores de integração. Eu vejo isto aqui pela Maia (...). Nas últimas três décadas teve um investimento (...) a nível (...) das infraestruturas que são a base para de facto se ter uma oferta grande ao nível do desporto, mas também ao longo dos anos tem sabido quer apoiar a formação via coletividades, quer ele próprio desenvolver um conjunto de atividades que promovam aquilo que é o nosso objetivo hoje que é (...) promover a qualidade de vida, (...) do indivíduo e (...) hábitos de vida saudável. (...) O Prof. Vieira de Carvalho tinha essa visão. (...) Sabia que a Maia ia ter este crescimento e também viu no desporto uma oportunidade de integrar as pessoas no Concelho. O desporto tem servido como (...) porta de entrada (...). Nas duas primeiras décadas foi essencialmente com portugueses (...), com a imigração de outros Concelhos para o Concelho da Maia. Hoje tem cumprido com esse objetivo de facto em relação aos imigrantes, a outras culturas e portanto tem servido como agregação dos diversos grupos culturais.”* **Ana Carvalho**, afirma que *“na Maia, mas também*

outros locais, sempre funcionou muito bem a forma como interagiu em termos de comunidades, isto é, a forma como o desporto apareceu e se desenvolveu, aqui na Maia, tem muito haver com os nossos jovens e crianças terem uma solução à parte da escola que os permita desenvolver (...) o desporto tem regras próprias, conhecidas por pessoas de qualquer língua (...). Eu não preciso (...) de falar consigo e podemos jogar os dois futebol (...), andebol ou podemos dançar. A dança é outra área que pode ser desenvolvida de uma forma muito positiva (...). Dessa forma (...) nós poderemos integrar-nos e convivermos com os outros.” De acordo com o referido, o desporto, quer ao nível individual, quer coletivo, apresenta uma interligação de valores necessários à vida o que aprofunda a sua importância humanista e favorece as relações humanas no quotidiano (Moreira, 2012, p. 164). **No que concerne à quarta e última questão**, “No enquadramento das suas funções e responsabilidades atuais, quais poderão ser as estratégias técnicas e políticas para a promoção de um desporto multicultural?”. **Bragança Fernandes** afirma que é “importante haver um programa do tipo ERASMUS em que as pessoas se deslocam para os países, ganham novas valências, ganham novos amigos trazem os amigos cá (...). Portanto há uma convivência e, como tal, tornam-se uma família. O desporto é fundamental para que isso aconteça (...) e acho que a Europa e Portugal estão num bom caminho.” De acordo com as palavras do Autarca podemos depreender que o intercâmbio desportivo poderá ser uma das respostas à promoção de um desporto multicultural. Segundo **Nogueira dos Santos** e de acordo com as suas funções autárquicas, “nós temos na educação uma política de integração de todas as comunidades de imigrantes que fazem parte da nossa comunidade, não só imigrantes como também de etnia cigana (...). A educação promove a integração dessas mesmas culturas, ou dessas mesmas etnias. (...) Queremos que as comunidades se integrem, que valorizem o nosso Concelho e que possam um dia recordar que os tempos que passaram no Concelho da Maia. Esses tempos serviram (...) para a sua formação (...). Por isso é que dotamos as escolas com espaços físicos adequados não só para a prática da instrução, mas também para a prática desportiva. Todas as nossas escolas têm condições para se fazer desporto. Há

espaços para que todas essas culturas se encontrem (...) para que possam promover o desporto e, quem sabe, ajudar também as nossas coletividades, o nosso desporto a ser cada vez maior.” De salientar aqui a importância dada pelo Autarca à dotação de espaços desportivos nas escolas. De referir que a Autarquia apetrechou o Concelho com espaços desportivos nas escolas, ou junto às mesmas, como, por exemplo, os polidesportivos construídos nas escolas do primeiro ciclo da Pícuia, de Milheirós, da Maia, da Gandra, de Vermoim-Gueifães, do Corim, do Castelo e D. Manuel. E ainda nas escolas básicas com 2º e 3º ciclo do Castelo, de Gueifães, da Maia, de Pedrouços, Prof. Dr. José Vieira de Carvalho e de Nogueira. Nas escolas Secundárias do Castelo, da Maia I, da Maia II e de Águas Santas (**Documentos Internos do Departamento de Desporto da CMM, 2012**).

Hernâni Ribeiro diz-nos que *“o conjunto de atividades que já desenvolvemos, por si só, não tendo esse objetivo específico, promovem exatamente isso. As pessoas sentem-se integradas, quer na comunidade, quer nas atividades que levamos a cabo ao longo do ano. São de facto de acesso a todos. Agora, com o crescimento deste fenómeno, podemos pensar em abordar no futuro atividades específicas sempre com o cuidado de serem atividades que promovam a integração e que não contribuam para o isolamento. Por vezes há iniciativas para promover esse multiculturalismo (...), mas depois não funcionam e promovem exatamente o contrário.”* Segundo o Autarca, as várias iniciativas desenvolvidas pelo Pelouro do Desporto abertas a toda a população, apresentam-se como factores de integração e de promoção de um diálogo intercultural. São exemplos dessas atividades os “Jogos Desportivos da Maia” e a “Liga de Futsal da Maia”, ambos dinamizados há dez e sete anos, respectivamente. Promovem uma prática desportiva durante um período efetivo de seis meses e estão abertos à população em geral. Nestes eventos é corrente a participação de equipas com elementos de várias nacionalidades (Documentos Internos do Departamento de Desporto da CMM, 2012). **Paulo Ramalho**, afirma que *“vivemos um período de paz na Europa sem precedentes. Estamos praticamente sem guerras há sessenta anos (...) isto só é possível, porque tem havido, das diversas nações e dos seus responsáveis,*

uma promoção clara do respeito pela cultura de cada um". Neste sentido e segundo Sá (2012), vive-se um tempo caracterizado pela "generalização das democracias, pela diluição dos conflitos e pela implementação da paz" (Sá, 2012, p. 30). Segundo o Autarca, a *"promoção da cultura faz-se muito através do desporto. Os Jogos Olímpicos são uma das maiores evidências do respeito da multiculturalidade (...). Temos cem países presentes com modos de vida completamente diferentes de estar, de se vestirem, de encararem o desporto (...). Quando eu olho, por exemplo, para o meio fundo e fundo e vejo os etíopes e os quenianos correr (...) não é de facto compará-los com os europeus. Estamos a viver uma coisa muito diferente e portanto eu sou muito adepto dessa multiculturalidade. Acho que as nossas estratégias têm que ser estas: continuar a apostar na busca incessante de outros parceiros, de outras regiões, de outras cidades fora de Portugal que queiram estabelecer relações de cooperação conosco. Seja essa cooperação como lhe disse, no domínio económico, no domínio cultural, no domínio da educação e também, obviamente, no domínio do desporto. Não se esqueça que no ISMAI (...) temos uma série de estrangeiros, de pessoas de outros países que frequentam, por exemplo, cursos de Educação Física."* **Ana Carvalho**, fala-nos da transversalidade dos Pelouros da Autarquia afirmando que *"a ação social só faz sentido em integração com todos os outros Pelouros. Não há educação sem ação social, não há desporto sem ação social, não há cultura sem ação social e, portanto, é deste conjunto todo que, na minha opinião, aqui na Câmara, funciona muito bem nomeadamente com o desporto. Da minha relação mais direta com o Vereador do Pelouro do Desporto, temos trabalhado em conjunto algumas áreas (...). O desporto faz muito sentido para a ação social, sempre fez. Não é por acaso que, nomeadamente, na política de habitação social, a Autarquia sempre teve em conta equipamentos de lazer e desportivos. Sabe que pelo facto dessa população viver nesse empreendimento social, precisa também de espaços de convívio e o desporto, para mim, é o primeiro passo para qualquer política de integração. Portanto tem de estar de mãos dadas com a ação social."* De acordo com as palavras da Autarca será importante considerar e reforçar a sua ideia. A transversalidade dos problemas desportivos

torna-os abrangentes a várias áreas de intervenção do Município, como por exemplo, a cultura, a ação social, a educação, a saúde, a juventude e o turismo. Assim, será fundamental uma política de concertação de estratégias e meios de intervenção por parte da Autarquia (Constantino, 1999, p. 127). No que concerne à importância dada aos equipamentos desportivos nos bairros sociais, reforça a ideia que o desporto permite a integração das pessoas nos seus bairros e contribui para a construção de uma cidade socialmente coesa e solidária, isto porque introduz muitas pessoas nas organizações e associações que têm um impacto importante na vida social, nos bairros da cidade e que constituem uma área para o exercício da cidadania (Kennett, 2006, p. 475).

4.2. ENTREVISTAS AOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DA MAIA

No que se refere às entrevistas realizadas aos responsáveis políticos das dezassete Juntas de Freguesias, dezasseis destas foram realizadas ao Presidente da respetiva Junta, e uma ao Vice-Presidente (Junta de Freguesia da Maia). Os presidentes entrevistados foram: Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca; Luís Cândido de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa; Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Maria); Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde; Maurício Ramos Presidente da Junta de Avioso (S. Pedro); Laurindo Vítor Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós; António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães; Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha; Joaquim Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços; Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira; José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura; Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas; Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins; Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia; Fernando Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Gondim; Mário Ramos, Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia; Aloísio Nogueira,

Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim. **Relativamente à primeira questão** *“No seu entender, quais são os maiores problemas que os imigrantes se deparam quando chegam ao Concelho da Maia?”* **Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca**, não vê *“grandes dificuldades”* e afirma que a Maia é *“um Concelho que tem a sua hospitalidade, e é recetivo a todas as comunidades (...). Temos belos exemplos de integração (...), uma grande aceitação e um excelente tratamento com as entidades patronais.”* **Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S.Maria)**, diz-nos que na sua Freguesia não tem *“recebido reclamações”*; no mesmo enquadramento o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia, Albino Maia**, afirma que os *“problemas, propriamente ditos, não existem (...). Não temos constatado que os imigrantes tenham grandes problemas.”* **Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins**, diz-nos que *“o Concelho da Maia, é (...) integrador (...) pela forma como está organizado, mas também pelos equipamentos que disponibiliza. Os serviços de proximidade que o Município e as Juntas de Freguesia disponibilizam às populações facilita “enormemente” a integração desses imigrantes”*. O **Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Mário Ramos**, afirmou que *“não temos conhecimento direto, dos problemas da integração dos imigrantes (...). A integração tem sido fácil.”* Contudo, **Mário Ramos** afirma que a *“socialis”, associação de solidariedade social da Câmara Municipal da Maia, “tem (...) um departamento”* ou seja o Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante (CLAI), já anteriormente referenciado, *“trata exclusivamente assuntos relacionados com os imigrantes (...). A junta não tem diretamente nada a tratar com os imigrantes... encaminha-os.”* Na mesma linha de pensamento o **Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães, Floriano Gonçalves** afirma que *“houve uma preocupação da parte das entidades que estão no Concelho, nomeadamente, das Juntas de Freguesia, Associações e da Câmara que têm alguns gabinetes que dão apoio... alguma organização embora não seja um trabalho muito em profundidade (...). A Câmara tem, e nós também temos aqui, um gabinete de ação social onde atendemos muitos desses imigrantes (...). Há aqui uma ligação entre a Câmara, as Associações e*

as Freguesias... é uma tentativa de integrar no mercado de trabalho e na habitação essas pessoas que nos procuram.” Apesar do referido e na opinião do **Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, Laurindo Vítor Moutinho**, os emigrantes demoram muito tempo a resolver os seus problemas, afirmando que nas *“informações camarárias (...) os processos são mais morosos e há mais burocracia.”* Outros problemas como os relacionados com a habitação, a língua e o emprego foram levantados. No que concerne aos problemas relacionados com a habitação será de salientar a resposta do **Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Ilídio Carneiro**, que nos alerta para o facto dos imigrantes, ao nível da habitação, serem explorados: *“as casas que lhes são alugadas não tem condições (...) são barracos e são-lhes cobradas rendas de habitações”*. Ainda relacionado com a habitação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Pedro), Maurício Ramos**, refere que *“temos um grande problema que são as casas. Não temos grandes casas.”* O fenómeno ligado com a habitação é extremamente complexo, visto que os imigrantes normalmente, pelo facto de estarem sujeitos a carências de recursos e de oportunidades no país onde residem originalmente, são levados a procurar casa, recursos e emprego noutros países, regiões ou continentes (Barreto, 2003, p. 263). O problema existe quando esses mesmos que procuram melhores condições de vida encontram, no país de acolhimento, os mesmos problemas aos quais fugiam. Atualmente o abrandamento do crescimento da produção e o aumento da taxa de desemprego tornam mais difícil a inserção económica, fragilizando assim, a inserção social e cultural. O isolamento geográfico, a que muitos imigrantes estão sujeitos e o tipo de habitação (promiscuidade, degradação, vetustez, má insonorização), tem efeitos no aumento das dificuldades ao nível da integração (Rugy, 2000, p. 31, 34). No que concerne ao problema relacionado com a língua, o **Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, Eugénio Teixeira**, afirmou que faz falta *“um gabinete de atendimento onde se fala as várias línguas. Seria uma mais valia (...) haver um acompanhamento desses cidadãos imigrantes. É um dos problemas, na chegada deles, (...) o ensinamento da língua portuguesa, quer oral, quer escrita. Permitia a integração mais facilmente dentro do nosso*

Concelho e da nossa sociedade.” Será de referir que é através da linguagem que existe a possibilidade de comunicação e de entendermos o que nos rodeia. A linguagem para além de permitir a compreensão, torna possível a comunicação (Rocha, 2000, pp. 63-64). Portanto, o domínio da língua e, neste caso, do Português, será fundamental visto revelar-se essencial no complexo tecido das relações sociais e culturais. A língua é fundamental para que o imigrante possa comunicar e exprimir-se. É um *“fator de identidade”* (Patrício, 2009, pp. 118-119). Neste enquadramento, **Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca**, diz que *“a comunicação é o mais difícil para eles. Se tiverem uma melhor comunicação, naturalmente que se sentem mais à vontade.”* **Luís Cândido de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa**, refere que *“é a língua depois os usos e costumes, mas esses usos e costumes vão-se ultrapassando (...). Na Maia não vejo grandes dificuldades, porque a Maia é um Concelho mais ou menos moderno. Como tal tem várias vertentes que abonam à boa integração dos imigrantes na nossa comunidade (...) havendo um bom entendimento da língua, uma boa captação de intenções e do que se quer transmitir (...), parte dos problemas serão solucionados.”* **António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães**, afirma que é a *“língua (...), a dificuldade em arranjar emprego (...), a integração nos meios onde vão ser inseridos (...). Grupos como é o caso dos ciganos... é especial. É um grupo que tem vida entre eles (...). São muito mais unidos (...) e não estão muito abertos... a juntar-se a outras pessoas.”* **Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha**, diz-nos que *“é a sua adaptação às estruturas locais (...). Pessoas que vêm de fora, mas que são de língua portuguesa, conseguem-se integrar mais rapidamente e com mais facilidade. Outros de origem ucraniana, moldava esses são um pouco mais difíceis (...) quer a nível de alojamento, quer a nível de emprego (...). Procuram um melhor meio de vida e um local onde possam angariar algum dinheiro, sobreviver e ainda poder juntar para mandar.”* **Joaquim Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços**, afirma que *“é a falta do emprego, de habitação e muitas vezes da integração (...). A falta de emprego é geral, não só no Concelho da Maia, mas como em todo o país (...). Há um problema com os*

proprietários. Quando veem um imigrante que não têm emprego não tem fiadores não tem uma situação estável, complica essa adaptação.” **Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira**, refere que *“há uma falta de estruturas não só físicas, mas humanas, de maior apoio social, cultural para que essas pessoas se sintam mais bem acolhidas e integradas na sociedade maiata (...). Os imigrantes de leste (...) lentamente, com muita dificuldade, lá se vão integrando (...) a nível escolar (...). Sempre que nós fazemos algo de apoio às crianças e às escolas eles são os primeiros da linha a aparecer e a pedir esse apoio que lhes é concedido.”* **José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura**, fala-nos da dificuldade de *“angariar algum terreno para construir”* e os *“meios de transportes ou mobilidade.”* Este facto possibilita o desenclave do isolamento económico e social é vetor de reforço da ligação social (Rugy, 2000, p. 35). **Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas**, afirma que os nossos problemas são *“conseguir arranjar emprego e a língua que falam”* e *“(...) arranjar habitação.”* **Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins** refere *“o aspeto linguístico (...). Só uma pequena percentagem é que domina a língua inglesa. (...) Estou convencido de que qualquer imigrante que contate um dos vários serviços públicos existentes no Concelho tem a vida facilitada nesse aspeto. Eu viajo um bocado e olhe (...) que nós estamos muito à frente nesse e noutros aspetos.”* **Fernando Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Gondim**, diz que *“é o problema da integração... da adequação de culturas. Vêm de culturas diferentes...”* **Aloísio Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim**, refere que *“a primeira barreira com que os imigrantes se deparam é a própria língua, a comunicação com a comunidade (...), e arranjar habitação.”* **Relativamente à segunda pergunta**, *“O multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre esta matéria?”*. Será de salientar que o multiculturalismo revela-se pela coexistência num mesmo tempo e espaço de diferentes grupos culturais que partilham recursos e impõem os seus próprios códigos, valores, formas de organização coletiva, modos de cultura material e as suas formas de representação simbólica

(Nicolás, 2006, p. 13). Assim, o multiculturalismo apresenta-se como um mosaico de culturas, facto existente no Concelho da Maia com a presença de vários grupos culturais minoritários. No que se refere às respostas dos responsáveis políticos das Juntas de Freguesia da Maia, estes, de forma geral, não veem nenhum problema na multiculturalidade por sentirem que existe um bom relacionamento com as diversas comunidades culturais. Neste sentido, **Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha**, diz-nos que as *“pessoas fixando-se na Maia, naturalmente vão ter que ir procurar coisas e locais que se assemelhem às suas origens ou que tenham outras pessoas que já estão cá também oriundos do estrangeiro, pessoas que são conhecidas ou que são do mesmo país (...). Há hábitos e modos de vida que as pessoas têm. Não abdicam de se desligarem, (...) quer seja por motivos religiosos (...), quer seja por motivos da sua vida (...). Portanto mantêm as suas tradições.”* O **Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura, José Dias**, diz-nos que não *“há essa situação aqui na nossa Freguesia.”* O **Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Maria), Hamilton Prata**, refere que *“não tenho verificado que haja desenquadramento deles na sociedade.”* O **Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, Laurindo Vítor Moutinho**, diz-nos que *“aqui (...) não se nota muito, talvez porque o povo maiato é um povo recetivo e nesse aspeto por aquilo que eu noto, não só em Milheiros como em outras Freguesias, toda essa gente é bem recebida. Não há caso onde se veja má recetividade.”* O **Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, Carlos Vieira**, afirma que *“de facto, vem muita gente de outros países (...). Pessoas bem formadas culturalmente, outras menos bem formadas (...). Creio que as pessoas que têm o mínimo de cultura se vão adaptar bem atendendo a que existe, de facto, uma cultura um bocadinho já elevada no nosso Concelho.”* O **Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Pedro), Maurício Ramos**, corrobora as afirmações anteriores, referindo que *“não tenho que dizer deles. As pessoas que conheço e que estão ali são extremamente simples e respeitadas... (...). Os ciganos, que é a parte mais difícil que temos ali (...), têm tido uma integração natural. Respeitamos a ideologia deles e cada um tem a sua. Mesmo em termos de religiões há alguns*

diferentes (...), mas não há... atritos.” O **Presidente da Junta de Freguesia de Gondim, Fernando Ferreira**, diz-nos que vivemos “*um caldo de culturas que é uma coisa extraordinária (...) e o mais interessante é que vemos as pessoas a conviverem saudavelmente.*” Surgiram opiniões que dignificaram a multiculturalidade na Maia, por ser um fator de enriquecimento de todas as culturas. Foi o caso do **Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Luís Cândido**, que nos disse que “*essas culturas são bem vindas, porque nós aproveitamos muitas vezes seguir essas culturas (...). Ficamos a conhecer e temos curiosidade. Muitas vezes isso leva-nos a bom porto.*” O **Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, Eugénio Teixeira**, diz-nos que o “*multiculturalismo, permite a partilha de conhecimento, de culturas e até de vivências, usos e costumes dos vários povos. A partir destes elementos de agregação permite transmitir e receber conhecimentos de forma que haja uma interação e uma integração social.*” O **Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães, António Monteiro**, afirma que “*é importante nós termos diversas culturas, porque ao fim e ao cabo aprendemos sempre com culturas diferentes que vão aparecendo. Realmente acho que é importante conseguirmos que haja uma (...) aprendizagem das culturas que vivem connosco... (...). É um bocado difícil, porque os costumes são muito diferentes.*” O **Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços, Joaquim Araújo**, diz-nos que “*ficamos a conhecer outras culturas outros hábitos e portanto aí podemos aproveitar melhor o que chega de fora.*” Segundo o **Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Mário Ramos**, “*o multiculturalismo (...) permite que as pessoas, os portugueses e os maiatos em especial tenham contacto com a diversidade cultural.*” **Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins**, afirma que “*nós, como povo, (...) temos realmente uma capacidade especial, para aceitar e até para promover esse multiculturalismo. Nós felizmente aqui não temos fenómenos rácicos, nem temos fenómenos de intolerância relacionados com convicções religiosas.*” Por último, o **Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim, Aloísio Nogueira**, diz-nos que “*as comunidades imigrantes de Vermoim e penso que até um pouco em toda a Maia, ainda não têm expressão suficiente para se traduzirem em*

manifestações culturais com visibilidade para o resto da população (...). Na minha opinião multiculturalismo é um valor a incentivar, digamos assim, porque permite dinamismo à própria cultura da nossa sociedade.” De acordo com o referido será de salientar que a multicultura e a relação intercultural evidenciam-se mesmo nas sociedades mais homogêneas. A emergência da diversidade surge como um direito essencial da nossa contemporaneidade e é fundamental cooperar na construção da coesão e de contribuir para a edificação de comunidades sólidas, sem perda de pluralismo (Carneiro, 2003, pp. 23-24).

Surgiram observações relativas à comunidade cigana e nesse sentido **Maurício Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Pedro)**, afirmou que *“os ciganos, são a parte mais difícil que temos”*. **Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia**, diz-nos que as *“integrações da etnia cigana é um mundo à parte do nosso. Convivem e vivem conosco mas têm as suas maneiras de ser e de ver e até de querer. Nós convivemos perfeitamente com eles (...) ajudámo-nos mutuamente, ajudamos mais a eles do que eles a nós, mas de qualquer forma respeitando-nos já é uma grande ajuda.”* Deste modo, reforçamos que a ideia de multiculturalismo é um convite à preservação da diversidade e à tolerância. A prioridade do multiculturalismo é o bem estar de todos os membros da sociedade. A preservação de uma cultura passa pelo bem estar das suas gentes, por isso a preservação vai mais além da mera tolerância e alenta ao desenvolvimento moral e material das comunidades culturais (Rocha, 2000, p. 68). **Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde**, diz-nos relativamente aos ciganos que *“temos vindo a acompanhá-los de perto. A etnia cigana é vista de uma forma diferente de outra etnia imigrante, porque os seus usos e costumes são diferentes. Também em termos de opinião pública há uma diferença e uma forma de estar e ver as coisas totalmente diferente. Vemos o cigano como um cidadão não integrado na sociedade (...) e efetivamente nós, em Gemunde, ultimamente temos feito campanhas, conjuntamente com os órgãos da Câmara Municipal do espaço municipal e de outras entidades oficiais, no sentido de os tentar integrar na sociedade (...)*

inclusive com a atribuição de casas pré-fabricadas (...). O nosso objetivo neste momento é ensiná-los a viver numa casa como uma sociedade normal. Tivemos lá técnicos de reinserção, tivemos técnicos da segurança social, técnicos de psicologia e de ação social a ensinar como se vive em sociedade a fazer comida, a lavar as crianças, nas lidas de casa... é de facto uma aposta forte. É uma forma forte de os integrar na sociedade. Eles próprios têm uma cultura muito à parte da nossa. A forma deles é muito diferente da nossa forma de estar. Eles não veem como vemos o trabalho sendo um fim necessário e obrigatório para desenvolvermos uma atividade social normal. Para eles, o trabalho é um bocado complicado. Eles não gostam muito de trabalhar.” A experiência e a estratégia definida pelo presidente **Eugénio Teixeira**, pode ser um bom exemplo, para outras Freguesias que se deparem com os mesmos problemas, sejam eles com a comunidade cigana ou com outras comunidades. Será importante planear e operacionalizar estratégias para resolver os problemas e não esperar que os mesmos se agravem ou se instalem.

A religião foi um dos aspetos aqui abordados com alguma apreensão. **António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães**, afirma que “a questão religiosa é um ponto fundamental. Muitas vezes a religião não é a mesma da nossa e há aqui um entrave... de não aceitar muito bem as outras religiões. Há este impasse embora se tenham dado passos para as pessoas compreenderem isto e aquilo.” **Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia**, refere que “é certo que eu fui educado numa determinada maneira (...) com devoção religiosa. Tenho alguma dificuldade em lidar com outro tipo de situações que possam ir contra (...). A integração que fazemos é de partilha comum (...) não distinguimos a pessoa pela raça nem pela religião, a menos que para essa pessoa raça ou religião seja ponto de honra “eu sou aqui e quero assim”. Aí temos alguma dificuldade em poder conviver com esse tipo de gente. Tenho dificuldade em poder lidar com alguém que vem impor alguma coisa na sua perspetiva... eu, por exemplo, consigo falar com os Jeovás, mas não consigo fazer aquilo que eles querem que eu faça. Não posso é com o confronto que por vezes acontece e traz alguns problemas na sociedade, é este tipo de articulação entre as pessoas que não

se respeitam e portanto isso traz um outro tipo de problemas.” Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, afirma que “essas comunidades imigrantes chegam a um país ou a um local, tentam fazer prevalecer a cultura deles, os costumes deles, a religião deles. Eles não podem efetivamente tentar inculcar nos outros a obrigatoriedade da cultura deles. Por isso, eles têm que se adaptar às leis e costumes do país onde se integram e não querem fazer prevalecer aquilo que eles defendem. Eles têm que se integrar e se não se conseguirem integrar devem ir embora do país, porque não podem ser eles a quererem mandar na outra etnia, ou na sociedade que já existe.” Será importante referir, que a religião é parte integrante das diversas culturas. Como tal, estas têm que ser vistas e entendidas como um fenómeno natural. Importante será dizer que a defesa da liberdade e da igualdade para todos, por parte das sociedades ou comunidades multiculturais, baseiam-se no respeito mútuo pelas “diversidades” culturais, políticas e intelectuais. O referido respeito e a garantia moral do multiculturalismo passa pela capacidade e vontade de todos na conciliação dos desentendimentos através da capacidade de argumentação perante aqueles de quem discordamos, discernindo entre a “divergência respeitável e desrespeitável, e de nos abirmos e sermos receptivos à mudança quando precedida de crítica bem fundamentada.” (Gutmann, 1994, p. 43). De acordo com o referido, **Íldio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira**, alerta-nos para a necessidade do respeito e tolerância para poder haver multiculturalismo. Neste sentido afirma “*que não há multiculturalismo se não houver tolerância e respeito pelos outros. É essencial. Estes aspetos são fundamentais. (...) Noto um maior olhar para o seu umbigo, isto é uma coisa que aflige, (...) cada vez há menos interesse para com os outros (...) portanto tem que haver uma maior tolerância e respeito que é fundamental para que a nossa sociedade melhore, porque tem necessidade de melhorar.*” **Segundo Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca**, “*todos nós temos a necessidade de nos integrar mesmo na nossa terra (...) e às vezes as pessoas não são tão sociáveis como nós gostaríamos que fossem. (...) Para a diversidade de culturas que aqui aparece na Freguesia e no Concelho... (...) existe um défice*

ao apoio ao multiculturalismo. (...) Isso implica (...) os mesmos direitos e regalias sociais. Talvez aí exista (...) algum amargo de boca comparativamente com um cidadão português...” A referida ausência de direitos e regalias sociais, está muitas vezes associadas às condições de vida dos diferentes grupos culturais. Isto deve-se ao facto dos mesmos estarem muitas vezes sujeitos a empregos precários, a baixos salários, a habitações em localizações menos confortáveis, à impossibilidade de acessos a determinadas facilidades e serviços, a menores condições de segurança e proteção social, aos fracos apoios sindicais e associações (Barreto, 2003, p. 267). Esta situação implica uma luta constante pela melhoria de vida das pessoas através de uma aplicação de inúmeras medidas políticas capazes de resolver os referidos problemas. **Relativamente à terceira questão**, “*Considera importante o desporto para agregar as diferentes comunidades culturais?*” Os Autarcas responderam unanimemente que o desporto era importante como fator de agregação das diversas comunidades. **Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca**, afirma que “*o desporto é a verdadeira promoção da multiculturalidade, (...) o desporto (...) projeta (...) agrega, socializa todas aquelas diferenças de raças, de cores, de culturas. (...) É um agregador de raízes, porque o desporto é universal. O desporto existe em todas as terras em todos os continentes, mesmo nos continentes onde existem maiores necessidades de emigrar e onde as condições de vida são deficientes. Aponto o desporto como o principal responsável de integração em qualquer comunidade ou em qualquer outro país. Ele junta, provoca convivência a milhares de quilómetros de distância.*” **Luís Cândido de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa**, afirma que não tem “*nenhumas dúvidas acerca disso*” **Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Maria)**, diz-nos que “*o desporto é fundamental... para (...) harmonizar, para poderem, estar em permanente diálogo.*” **Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde**, diz-nos que “*o desporto é visto numa perspetiva global e funciona como meio de integração das várias culturas e costumes... O desporto é um meio privilegiado de partilha multicultural e multidisciplinar, porque em muitas das atividades desportivas a comunicação*

verbal é dispensável, ou seja, não é necessário falar, nem lermos para entender ou fazer desporto. Não prejudica a atividade desportiva o facto de não saber falar (...). Aquela agregação de conhecimentos culturais e vivências permite que uma equipa seja homogénea e consiga atingir os fins a que se destina. Por isso é que eu considero importante a perspetiva global do desporto.” Neste enquadramento de ideias a **Dra. Ana Carvalho Vereadora do Pelouro da Ação Social da CMM**, também afirmou que “*não preciso (...) de falar consigo para podermos jogar futebol (...), andebol ou (...) dançar.*”

Maurício Ramos, Presidente da Junta de Avioso (S. Pedro), diz-nos que considera “*o desporto (...) fundamental (...). As pessoas extravasam e ali ganham mais amizades (...). Temos uma equipa... com cabo verdianos e angolanos e portanto dão-se perfeitamente, entendem-se perfeitamente e é uma coisa engraçada (...). No desporto é onde se nota menos, porque lutam todos por um golo.*”

Laurindo Vítor Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, afirma que “*a pessoa quando pratica desporto é uma pessoa muito mais sã... em todos aspetos. É mais racional, é muito mais humana.*”

António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães, afirma que “*é importante o desporto (...) porque nos vai enriquecer a nossa parte cultural. (...) Para ajudar (...) a conhecermo-nos melhor e também sabermos respeitar as outras pessoas.*”

Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, diz-nos que “*toda a gente entende todas as atividades do desporto. Portanto há uma maior facilidade e, quer seja na escola ou não (...), acabam por ter uma troca de conhecimentos de civilizações (...). Há uma troca de conhecimentos entre todos e portanto os jogos, seja de que desporto for, servem também para os envolver, os aglutinar, os prender, os habituar, a gostar de estar cá. Portanto tudo isso é bastante importante.*”

Joaquim Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços, afirma que “*o desporto (...) é uma porta aberta para a inserção, principalmente ao nível dos jovens (...). Para a integração dos imigrantes de outras culturas. Acho que é importante.*”

Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, diz-nos que “*o desporto é (...) fundamental para congregar, para unir as pessoas, as raças (...). Se eu colocar o negro, o*

branco, o amarelo a chutar a bola no campo, eles sabem onde é a baliza, eles entendem-se. Há uma união de facto. O desporto, qualquer que seja a modalidade, (...) julgo que é muito importante (...) na unificação da diversidade humana.” **José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura**, afirma que é “muito importante... e digo-lhe porquê... no desporto fazem-se coisas importantes. É o exercício físico que é um auxiliar da saúde das pessoas e é a amizade que muitas das vezes faz os grupos do desporto.”

Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, diz-nos que o desporto “é de facto importante mesmo na adaptação das pessoas e na receção dessas pessoas (...). É de facto uma forma de vida, é uma fonte de educação que eu considero e acho que é o sitio onde as pessoas serão mais, onde as pessoas se sentem mais bem recebidas.”

Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins, diz-nos que é “fundamental (...). O desporto é realmente uma escola... e é realmente um espaço (...) onde há tolerância e respeito... (...). Os jogos olímpicos começaram a ser uma forma de fazer essa integração há alguns séculos atrás e realmente ainda hoje se constata, nas diferentes modalidades em Portugal, onde temos muitos atletas oriundos de outros países... e diversos continentes. Não é só o continente europeu. Temos africanos, temos asiáticos, temos europeus (...). Quando as pessoas saem de cá, recordam sempre o nosso país como um país que os recebeu muito bem, os tratou muito bem e, em muitos casos, lhes permitiu (...) evoluir nas suas formas de vida.”

Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia, diz-nos que “o desporto não mede fronteiras, não tem caixas, não se fecha. É uma coisa que liberta a ação das pessoas, a forma de ser e acabam por se esquecer (...) o que têm na cabeça. Estão integradas naquilo que estão a fazer. Acaba por haver alguma responsabilidade e aquela vontade de vencer ou, pelo menos de ser distinguido. Isso obriga a que muitas vezes se façam uniões... partilha entre uma equipa. Portanto jogar em equipa, trabalhar em equipa, estar em conjunto para atingir um objetivo. Permite de facto que as pessoas acabem por ter uma mentalidade diferente (...). Abre outros horizontes outra maneira de ser, outra maneira de viver. O desporto tem essa faculdade, essa particularidade, porque

de facto ou trabalham em equipa ou não conseguem chegar ao objetivo. Portanto é uma coisa que logo por base anula tudo o que for raças, pessoas de outro tipo ou cor ou outro tipo de ideias.” **Fernando Ferreira, da Junta de Freguesia de Gondim**, diz-nos que “o desporto (...) aproxima as pessoas (...) e serve de ponte muito interessante para a integração das sociedades (...). No desporto em geral, é muito frequente vermos... as pessoas das várias nações a serem perfeitamente aplaudidas e bem recebidas (...). De facto, o desporto, em termos gerais, é uma ferramenta extraordinária de integração das populações.”

Mário Ramos, Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia, afirmou que “o desporto tem muitas funções e uma delas é aproximar as pessoas.” **Aloísio Nogueira, Presidente, da Junta de Freguesia de Vermoim**, diz-nos que “o desporto (...) é uma ferramenta valiosíssima para resolver os problemas (...). A língua acaba por ser uma barreira, a primeira barreira que as comunidades imigrantes enfrentam, e o desporto é uma linguagem universal. É fácil comunicar através do desporto, porque as regras de convivência desportiva são universais e portanto a existência de práticas desportivas disseminadas e facilmente acessíveis contribuem de imediato para a integração. São uma ferramenta valiosíssima para a integração das comunidades imigrantes, porque as barreiras de comunicação não existem no desporto.” Apesar de ter ficado expresso a importância do desporto na agregação, na integração e na socialização, o **Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Luís Cândido**, alertou-nos, para o facto de no Futebol existir “uma burocracia muito grande na integração desses imigrantes. Por vezes leva-os ao abandono ou à clandestinidade desportiva.” Facto delicado que exige uma atenção especial das instituições responsáveis pela aplicação das leis vinculativas, neste caso no futebol. Este tipo de acontecimentos têm de ser do conhecimento das associações e federações e, caso seja necessário, por último, das federações internacionais.

Relativamente à quarta questão, “Poderá o desporto ajudar as diferentes comunidades culturais a integrarem-se no Concelho da Maia?” **Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Barca**, disse-nos que “pode... e nós já temos exemplos dentro do Concelho, (...). O Sport Clube Castelo da Maia (...) tem abraçado desportistas (...) das mais diversas culturas

integradas numa só equipa do Castelo (...). Tem sido uma demonstração de capacidade de integração desses desportistas.” **Luís Cândido de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa**, afirma que *“sim eu acredito que sim, completamente.”* **Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Maria)**, acha que *“sim... para estas comunidades é capaz de ser fundamental, para eles se poderem integrar na sociedade...”* **Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde**, pensa que sim *“porque nós temos muitos imigrantes. O Concelho da Maia é um Concelho que recebe muito bem as pessoas e daí talvez o passa a palavra uns aos outros. Eles têm vindo a proliferar no nosso Concelho, por isso, penso que é importante a divulgação e a captação de atletas, porque isso é um meio de integração, trava a exclusão social e permite a integração na própria sociedade. Em termos de exclusão social elimina um pouco isso. Penso que era importante atribuir alguns cargos dirigentes, quer nas associações, quer nas coletividades. Para além de se integrarem isso faz com que poderem chamem outros elementos e pode haver uma interação entre a sociedade atual e a sociedade imigrante. Ao terem cargos dirigentes, seriam uma mais valia em termos de transação, informação e partilha de conhecimentos. Seria importante para as nossas associações e coletividades.”* **Maurício Ramos, Presidente da Junta de Avioso (S. Pedro)**, afirma que *“somos um Concelho capital do desporto... e acho que era bastante benéfico.”* **Laurindo Vítor Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós**, diz-nos que o desporto *“ajuda-nos a unir até a nós quanto mais quando as pessoas vêm de fora. São bem recebidas numa qualquer vertente desportiva, ou seja, nos ginásios, no andebol, no futsal e no futebol. Há uma interligação muito grande.”* **António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães**, diz-nos que *“sim, acho que é importante. Eu penso que muitas destas comunidades estão inseridas na parte escolar... Já têm os filhos nas escolas, já praticam ginástica. Se calhar já praticam futebol com os outros miúdos, praticam andebol ou outras modalidades. É realmente importante que haja essa congregação dessas pessoas (...). É capaz de se criar laços de amizade entre essas pessoas (...). Penso que o desporto (...) em geral (...) tem um papel muito importante nesta matéria.”* **Floriano Gonçalves,**

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, afirma que *“Sim (...) acho que tem uma importância bastante grande, e o desporto na Maia também está aberto a toda a gente. É uma questão das pessoas se proporem a aparecerem, portanto... é claro têm que conhecer têm que saber aonde se devem dirigir e portanto proporcionar... oportunidades para as pessoas se irem integrando.”* Será de referir, que a Autarquia da Maia, já disponibiliza através do seu sistema informática “portal do desporto” uma base de dados relativos às coletividades e associações desportivas do Concelho da Maia. Será contudo importante alargar esta informação às Juntas de Freguesia e ou outras instituições. **Joaquim Araújo, Presidente, da Junta de Freguesia de Pedrouços** *“Penso que a nível de bairros podia-se fazer mais para ir ao encontro dessa população. Se calhar chamá-los mais através das coletividades que estão mais próximas. Acho que aí podia haver um trabalho a nível de dirigentes de associações, repescar essa gente e integrá-los. Aí há muito trabalho a fazer (...). Criar desportos adequados não só aos jovens, mas também às pessoas... menos jovens... Atacava-se o problema na raiz. Aí integravam-se melhor, porque se as pessoas não forem integradas o que acontece é que andam por outros caminhos...é a prostituição é o roubo. As pessoas são marginalizadas. Portanto penso que o desporto é sem dúvida uma porta de entrada para a integração.”* O referido discurso enquadra-se com o que foi referido pela Dr^a Ana Carvalho relativamente à importância das estruturas desportivas nos bairros sociais para o apoio e incremento da prática desportiva. Reforçando o que foi dito, será importante lembrar que o desporto é um fenómeno socialmente reconhecido e que promove a integração social particularmente a dos jovens (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004, p. 1). **Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira**, *“Eu acho que sim (...). É fundamental para o Concelho e o Concelho, que é apelidado como a capital do desporto... Comparativamente e efetivamente pratica-se muito desporto na Maia, e portanto não haverá e, não se tem notado, grandes problemas. Haverá alguns problemas pontuais e específicos nas relações dos imigrantes na Maia, mas o desporto é e deve ser, assim como a Câmara, as instituições e as associações, congregador destas “diferenças”*

humanas no desporto.” José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura, acha que “o desporto, junto das restantes comunidades, é útil para que as comunidades também se integrem na sociedade, possam comunicar umas com as outras e aí se consiga uma certa amizade, consideração e convívio. Acho que o desporto é um bem de transmissão para que as comunidades se encontrem.” Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas refere que “não tenho nenhuma dúvida que sim. Será de facto onde eles se sentirão melhor, onde poderemos recebê-los melhor, porque como lhe digo, tendo valor, sendo bons desportistas, no desporto que praticam, serão sempre bem recebidos. É onde de facto há unidade. Especialmente nos desportos coletivos, as pessoas ajudam-se, portanto o desporto é uma forma de vida e de estar que, considero ser muito importante na vida das pessoas.” Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins, afirma que “um Concelho dispondo, como dispõe, de um vasto número de equipamentos dá ao desporto a primazia, e que é importante até em termos de política municipal. É realmente um veículo para facilitar ainda mais essa integração.” Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia, refere a integração no Concelho através do desporto “porque de facto a ação desportiva e cultural também tem essas vertentes e particularidades.” Fernando Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Gondim, diz que “o desporto é uma prática extraordinária.” Mário Ramos, Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia, afirma que o desporto “é uma forma de convivência, (...) e até pode ser um ponto de partida para outro tipo de atividades, sem dúvida.” Aloísio Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim, refere que “a aposta na prática desportiva tem sido uma bandeira que tem sido levada pelo Município da Maia... Obviamente se essa política de fomento desportivo é benéfica para a comunidade (...) imigrante que pode aproveitá-la, porque não há nenhuma discriminação no acesso franco e livre à prática desportiva no Concelho da Maia (...). O desporto é, como tem sido aliás, uma ferramenta e um instrumento valiosíssimo não só na integração dos imigrantes, mas até da promoção da qualidade de vida de toda a comunidade da Maia.” No que concerne à quinta

e última pergunta, *“Tendo em consideração a diversidade cultural existente no Concelho da Maia, consideraria algum plano estratégico através do desporto para a integração e melhoria de vida das diferentes comunidades culturais?”* Alguns dos entrevistados afirmam que a oferta desportiva do Concelho é suficiente como é o caso do **Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Luís Cândido de Sousa**, que diz que *“não conheço a cem por cento todo o plano existente. Aquele que conheço, e que tenho uma ideia de como funciona, acho que é suficiente para a integração dos imigrantes.”* **Hamilton Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Maria)** pensa *“que o programa que existe é suficiente...”* **Laurindo Vítor Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós**, diz-nos que *“vendo no plano global, acho que a Maia está muito bem servida nesse aspeto... (...) Acho que estamos a trabalhar bem...”* **José Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura**, afirma que *“a Câmara (...) tem vastos equipamentos para o desporto, para as comunidades e para praticar e portanto acho que a Maia é um dos Concelhos (...), que em termos de desporto, de atividades, e de equipamentos deve ser das Câmaras mais bem servidas da área do Porto.”* **Carlos Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas** refere que *“a Maia (...) continua a ser um local onde se tem todas as condições para se praticar desporto, para as pessoas fazerem desporto (...). A Maia está à frente de todos os outros Concelhos (...). Atendendo aos dias que correm (...) dificilmente se vão fazer mais infraestruturas (...), porque já temos várias e é preciso a manutenção delas.”* **Aloísio Nogueira, Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim**, diz que *“a atual oferta desportiva do Concelho tem sido suficiente e tem sido utilizada amplamente, não só pela comunidade residente autóctone, como pela comunidade imigrante (...). Não vamos inventar novos problemas ou novas soluções para problemas que não existem. Sinceramente não vejo que haja necessidade de previsão ou de programas específicos para adaptação ou acolhimento de praticantes desportivos oriundos das comunidades imigrantes da Maia.”* Contudo, e apesar do descrito, os Autarcas **Armindo Moutinho e o Joaquim Araújo** são da opinião da criação de novos equipamentos desportivos. **Armindo Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de**

Barca, diz-nos que era importante *“um centro desportivo com capacidades físicas para abraçar, recolher temporariamente muita gente de desporto e fazer semanas desportivas... poder acolhê-los com condições dignas, um centro de estágios. Nós realmente não temos essa capacidade ainda... (...). Seria o grande impulsionador de uma maior materialização da ideia de integrar o desporto, aumentar a capacidade desportiva, a vivência desportiva e isto integrado num plano socioeconómico digno para termos estadias condignas para cativar e atrair as pessoas ou equipas (...).”* **Joaquim Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços**, refere que *“o que tem é suficiente... Penso que a Maia é a “Capital do Desporto” (...). Falta aqui se calhar o golfe (...). Ter um mini-golfe... É um desporto alegre, divertido e através do mini-golfe ia proporcionar mais adesão (...). Integravam-se através dessa modalidade (...). Penso que era importante (...). Também há poucos espaços para desportos radicais. Podia-se criar.”* Os restantes Autarcas pensam que era importante a dinamização de encontros desportivos, melhoria da informação e um maior apoio às coletividades desportivas. Em relação à dinamização de encontros desportivos, **Maurício Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (S. Pedro)**, dá-nos a ideia de *“fazer tipo como eles fazem nas seleções... Criar como eles fazem na altura das férias (...) congregar tudo e estarem mais tempo juntos... basquetebol... (...) ténis, ténis de mesa.”* **Mário Ramos, Vice-Presidente da Junta de Freguesia da Maia**, diz-nos que seria importante *“promover um programa desportivo durante um fim de semana com várias modalidades (...). Acho que era um programa interessante.”* **Eugénio Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde**, apoia a ideia de *“criar novas atividades desportivas (...) que em Portugal não sejam muito usuais, mas sejam usuais nos países desses imigrantes. Seria também uma forma de fazer partilha desses conhecimentos.”* **Floriano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha**, refere que *“o Concelho tem, normalmente, durante o ano diversas, atividades que (...) integram todas as Freguesias no desporto. Há jogos Interfreguesias, há jogos interescolas e que aglutinam todas as pessoas portanto... Agora virados para os imigrantes não haverá. Não tenho conhecimento se há alguma coisa, mas quando a Maia faz alguma coisa faz*

para toda a gente e depois são as pessoas que têm de aparecer e vão aparecendo. Nós vemos, nos diversos torneios realizados pela Câmara, as pessoas de outros países que já cá estão integrados e, portanto, aos poucos... É natural que ao início não seja tão fácil.” **Ilídio Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira**, diz-nos que “estou a lembrar-me, por exemplo o interfreguesias em diversas matérias (...). Aprofundar mais essa questão de forma a captar exatamente os imigrantes... haveria de estudar uma forma que tivesse resultados. É possível fazer um interfreguesias, uns torneios, com apoios. É evidente que hoje os apoios não estão fáceis, mas muitas vezes não é só o apoio financeiro que é primordial (...) neste caso específico não seria muito custoso realizar este tipo de situações. Portanto, julgo que se devia alargar um pouco estrategicamente essa forma de atuar desportivamente junto da comunidade que temos vindo a receber...” **Fernando Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Gondim**, afirma que “o interfreguesias foi um bom exemplo disso. Foi de facto uma oportunidade extraordinária que a Câmara Municipal proporcionou a toda a população em geral de se organizar nas várias atividades que tinham ao seu dispor, (...) ter um gozo pela prática do desporto em si mas simultaneamente ter também essa facilidade de integração de se sentir integrado pela comunidade, ser visto como um igual, como um par... de facto o interfreguesias (jogos substituídos pelos atuais jogos desportivos da Maia) essa atividade desportiva foi na minha perspetiva uma ótima visão.” Para que a dinamização, a promoção e o desenvolvimento desportivo possa acontecer é fundamental divulgar as iniciativas, os acontecimentos e os eventos desportivos, assim como os locais de prática (Guerrero & Gómez, 2004, p. 138). Neste sentido, e de acordo com a melhoria da divulgação / informação das atividades desportivas promovidas no Concelho da Maia e do seu parque desportivo, **António Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães**, dá-nos algumas ideias afirmando que “devia haver uma maior divulgação das coletividades que temos no Concelho da Maia e aquilo que as coletividades podem oferecer às pessoas que querem integrar essa coletividades. Há atividades de todo o género desde pesca, ténis de mesa, voleibol, Andebol, futebol ao futsal... Há uma série de coletividades que têm um

sem fim de atividades (...). Passa por aí, talvez no Concelho ao nível de freguesia, cada freguesia divulgar às pessoas que tem na sua comunidade a oferta que lhes poderá dar a este e aquele nível. (...) Engenheiros e médicos que trabalhavam nas obras (...), pessoas com tantas qualificações que vieram de fora para aqui poderiam ser aproveitadas (...). Podia-mos utilizar essas capacidades, esses conhecimentos muitas vezes ao serviço do desporto em geral (...). Penso que isto será um projeto... a levar em linha de conta (...). Estou convencido que está cá gente com muita capacidade e que neste momento não está a ser aproveitada.” **Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins**, pensa que “a melhoria só poderia passar (...) por uma melhor divulgação dos eventos dos espaços da forma como essas pessoas podem aceder... quer aos eventos, quer aos espaços. Portanto, no fundo, potenciar aquilo que nós hoje já temos é uma forma de fazer ainda melhor.” No que concerne ao apoio às associações e coletividades desportivas, **Albino Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Moreira da Maia**, diz-nos “que a ação desportiva do Concelho promovido pela Câmara, (...) não precisa de muita mais estratégia. Se calhar precisa muito mais de ação ou de disponibilidade para poder atuar conjuntamente com as coletividades (...). É evidente que estamos a falar de pessoas que trabalham no desporto que são funcionários da Câmara Municipal. Embora possam estar disponíveis, mas têm a sua vida pessoal e particular, as coletividades, por norma, é à noite que funcionam ou ao fim de semana. Não dá para uma pessoa que trabalha durante o dia estar disponível à noite e ainda estar disponível ao fim de semana para ajudar as coletividades. Torna-se um bocado mais complexo. Só se a estratégia passasse por aí criar condições de um determinado setor do Pelouro do Desporto em vez de funcionar durante o dia, funcionar durante a noite e aos fins de semana para apoiar diretamente as coletividades durante o período de vigência dos jogos e das preparações. Aí é que eles têm falta de apoio (...). Fazer essa gestão da parte social de integração (...) seria de facto, quanto a mim muito positivo (...). As coletividades... precisam (...). Estamos a falar de pessoas que têm formação na área, (...) que têm conhecimento, (...) que têm uma educação diferente das pessoas que normalmente estão à frente

dos clubes, dos grupos porque as pessoas que estão lá são os chamados carolas. São essas pessoas que estão à frente dos grupos e portanto têm a formação que têm, a formação da vida e o conhecimento deles é diminuto. Ora se forem ajudados por quem sabe, por quem tem formação para o efeito... seria muito mais positivo na minha óptica (...), porque se não passar por aí, pouco ou mais nada haverá para fazer.”

4.3. ENTREVISTAS AOS COORDENADORES DA ÁREA DISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS BÁSICAS COM 2º E 3º CICLO E SECUNDÁRIAS DA MAIA

No sentido de saber a sensibilidade dos professores de Educação Física e Desporto para o tema, “*desporto e multiculturalismo*”, foram realizadas doze entrevistas. Estas foram realizadas aos coordenadores da área disciplinar de Educação Física das Escolas Básicas com 2º e 3º ciclo e Secundárias do Concelho da Maia. Neste sentido, os professores entrevistados foram: Clara Moreira, coordenadora do segundo ciclo e Raquel Sarmento, coordenadora do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães; Ana Gião, coordenadora do segundo ciclo e Emilia Galvão, coordenadora do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia; Sandra Ferro, coordenadora do segundo e terceiro ciclos da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços; Eduardo Lobato, coordenador do segundo e terceiro ciclos da Escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia; Manuela Teixeira, coordenadora do segundo ciclo e Jorge Inácio, coordenador do terceiro ciclo da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia e Duarte Moreno, coordenador do segundo e terceiro ciclos da Escola Básica com 2º e 3º ciclo Dr. José Vieira de Carvalho. Relativamente aos professores das Escolas Secundárias entrevistados foram: António Colaço, coordenador do terceiro ciclo e secundário da Escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas; Silvina Pais, coordenadora da Escola Secundária do Castelo da Maia e Palmira Sá coordenadora da Escola Secundária da Maia.

As entrevistas foram realizadas nas escolas, em gabinete cedido pelos professores abordados. Para entendermos e podermos fazer uma análise do que foi respondido pelos diferentes professores às perguntas do questionário, passaremos a transcrever parte das respostas e sua posterior análise.

Relativamente à primeira pergunta, *“No seu entender, quais serão os maiores problemas com que se deparam os imigrantes quando chegam ao Concelho da Maia?”*, a **professora Palmira Sá, da Escola Secundária da Maia**, no enquadramento da realidade da sua escola, afirma que *“problemas propriamente ditos eu não os conheço (...). Aqui na escola até posso falar, de sucesso. Nós, de uma maneira geral, temos dois e três alunos por ano que vêm de outros países, nomeadamente, dos países de leste... Também já tivemos brasileiros e os casos que nós temos são de conclusão do ensino secundário. Se não concluem não é por falta de adaptação da escola... (...) Eles adaptam-se muito bem à nossa língua e, mesmo a nível do Português até conseguem tirar notas relativamente boas.”* Já o **professor Duarte Moreno da Escola Básica com 2º e 3º Ciclo Dr. José Vieira de Carvalho**, alerta-nos para o desenraizamento dos alunos: *“os imigrantes (...) estão bem integrados, talvez o maior problema (...) seja, por um lado, o desenraizamento (...), apesar de, os portugueses, de uma maneira geral, e os maiatos em particular serem hospitaleiros e saberem receber bem as pessoas (...). O problema da empregabilidade (...) por outro lado passará pelas relações interpessoais (...). Há uma natureza hospitaleira para receber bem as pessoas.”* Apesar do referido, a **professora Manuela Teixeira, da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, afirma *“que em termos profissionais, não tenho boa imagem dos imigrantes serem muito bem recebidos... Acho que são postos um bocadinho de lado.”* Será de salientar que a grande maioria dos professores reforça os problemas relacionados com o domínio da língua portuguesa e as questões relacionadas com o emprego e a inserção social. Esta visão também é partilhada por muitos dos responsáveis políticos das Juntas de Freguesia. Neste sentido, o **professor Jorge Inácio, da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, afirma que *“será resolver o problema (...) primeiro do trabalho, a principal dificuldade que encontraram.”* A **professora Sandra**

Marisa Ferro, da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços, afirma que *“provavelmente será o emprego (...). Sei de algumas pessoas que vêm aí para as limpezas e depois, fora disso, não tenho conhecimento de mais nada (...). A questão da língua. Há uma dificuldade muito grande ainda em falar-se inglês, uma língua mais universal para nos entendermos...”* É de referir, que atualmente o inglês é a língua que mais se fala internacionalmente (Saraiva, 2007, p. 272). Contudo e segundo Patrício (2009), *“a língua é um meio essencial para comunicar e exprimir-se. No meio social em que o imigrante vive agora e tem de viver, é da maior importância dominar a língua portuguesa”* ela é um *“fator de identidade”* (Patrício, 2009, pp. 118-119).

O **professor António Colaço da Escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas** diz-nos que *“é a falta de trabalho, (...) a dificuldade da língua, (...) dificuldades de inserção inerentes a todo o país.”* A **professora Emilia Galvão da Escola Básica com 2º e 3º ciclo Maia,** afirma que *“é a nossa língua, a língua do país de acolhimento, que geralmente eles queixam-se (...). Ao nível da gramática é muito difícil (...). Não sabendo muito bem a língua, eles ficam numa situação bastante vulnerável (...). No entanto, nas escolas públicas e em particular, nesta os alunos estrangeiros têm um apoio individualizado, têm testes adaptados e têm exames adaptados. Portanto, já há alguma abertura ao nível do ensino para estes jovens. Estes jovens, geralmente vêm para a escola, acabam o 9º ano e vão logo trabalhar para as empresas das famílias (...). Quando os encarregados de educação são chamados eles vêm com um tradutor, um acompanhante. Os pais tem muita dificuldade em entender os professores, em entender o português. Há uma lacuna com os adultos que já não acontece tanto nas crianças, porque eles aprendem mais facilmente o português. Mesmo que as crianças não saibam, elas entendem, mas há uma dificuldade ao nível dos adultos.”* A **professora Ana Gião da Escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia** afirma que *“o principal problema passa pela integração dos alunos na escola. A família pouco visita a escola. Visita para tratar de assuntos ligados aos subsídios, ao material que seja importante para os alunos, das ajudas, porque não têm capacidades económicas para os seus filhos estudarem. (...) Eu já tive um imigrante, numa das minhas direções de*

turma, que para falarmos teve de ser em inglês. Por acaso alguns imigrantes falam muito bem o Inglês... o caso dos chineses é muito difícil. Nem fazem um esforço para nos compreenderem (...). A grande dificuldade está na língua.” No mesmo enquadramento a **professora Raquel Sarmento da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, diz-nos que “o principal problema, logo à partida, é a língua (...). Os problemas, em geral, eu não conheço. Só sei os problemas mais específicos da minha disciplina. Noto, nomeadamente nos alunos de leste a grande barreira é a língua (...). De forma relativamente rápida eles ultrapassam-nos, porque são miúdos que normalmente são muito trabalhadores. Na Educação Física nem se nota tanto, porque a linguagem é gestual, e eles comunicam de outras formas. Portanto não se nota (...). Eles aqui na escola integram-se relativamente bem, uns melhor, outros pior, mas integram-se bem com os colegas.” Na mesma linha a **professora Clara Moreira da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, diz-nos que tem “a ideia que será a língua... porque a língua é um meio de comunicação. Supostamente a língua trará outros problemas. Ficarão mais mais vulneráveis quando têm que resolver algum problema. Têm mais dificuldades... Se a pessoa não souber a língua, não sabe os direitos que tem e se calhar isso levará a outros problemas.” No mesmo sentido o **professor Eduardo Lobato da Escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia**, afirma que “será a questão de informação em termos de linguagem (...). Acho que o Concelho da Maia está minimamente preparado para receber imigrantes de quase todos os países. Na escola temos bastantes imigrantes dos países de leste que se adaptam com muita facilidade em termos de linguagem, de hábitos e de maneiras de estar... Adaptam-se com relativa facilidade... Acho que em termos de escola, que é aquilo que mais conheço, está minimamente preparada para receber esse tipo de alunos.” A **professora Silvina Pais, da Escola Secundária do Castelo da Maia**, diz-nos que serão os “problemas de língua de certeza... provavelmente económicos... (...) os alunos que são imigrantes e que estão na nossa escola são muito bem recebidos (...). São miúdos que estão integrados (...). O que me dá a entender é que há um bom relacionamento aqui entre os alunos que são imigrantes e a nossa escola.”

De acordo com a segunda questão, *“O multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre esta matéria?”*, a **professora Palmira Sá da Escola Secundária da Maia**, diz-nos que é *“a favor do multiculturalismo sem dúvida nenhuma. Nós temos que saber viver com o outro mesmo tendo culturas completamente distintas. Penso que isso é uma mais valia para nós. Primeiro, porque estamos a ser confrontados com uma realidade que temos que entender que é diferente da nossa (...) recebemos essa informação e depois sabermos que cada região tem a sua identidade. Eles também têm que se adaptar à nossa identidade e nós temos que nos adaptar à dela sem contudo perderem as suas raízes.”* No mesmo enquadramento, o **professor Duarte Moreno da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. José Vieira de Carvalho** afirma que *“o multiculturalismo é fundamental porque entrecruza várias realidades. As pessoas que vêm de fora encontram uma realidade distinta daquela que é a da sua terra e vão de encontro a novas culturas enriquecer a própria cultura local. Portanto quem recebe os imigrantes tem a ganhar, porque recebe uma cultura diferente. Eles próprios também têm a beneficiar ao chegar. Têm formas diferentes de ver o mundo que faz do multiculturalismo um aspeto fundamental nas relações humanas.”* A **professora Emilia Galvão da Escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia**, afirma que *“uma sociedade evoluída e inteligente temos de aceitar a diferença seja ela qual for: ao nível dos costumes, da religião, da língua da comida ou de qualquer estilo. Entendo que as pessoas imigrantes também têm que se adaptar ao nosso estilo que é o do país acolhedor. Tem que haver uma adaptação mútua. Isto seria o ideal.”* A **professora Clara Moreira da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, afirma que *“o multiculturalismo devia servir para aprendermos e não para abrir afastamentos ou dividir as pessoas. Devia ajudar as pessoas. permitir aprender a ver as diferenças das outras culturas e ver isso como uma ajuda e não como uma separação ou divisão.”* De acordo com a visão descrita o **professor António Colaço da Escola Secundária com 3º Ciclo e de Águas Santas**, relaciona a multiculturalidade com a realidade do Concelho da Maia, afirmando que *“houve uma imigração dentro do próprio país, ou seja, muita gente se deslocou*

*para a Maia, (...) pessoas que não são da Maia (...) e que se deslocaram aqui para a Maia (...). Portanto posso dizer que as pessoas da Maia são tolerantes e aceitam naturalmente. Eu próprio não sou da Maia.” Apesar do que foi referido, alguns professores alertam para dificuldades da vivência na multiculturalidade, como afirma o **professor Jorge Inácio, da Escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, “não é fácil (...) é muito mais difícil aceitar as diferenças do que as igualdades. Por uma questão de desconhecimento muitas vezes ficamos assustados com aquilo que não conhecemos. Em relação às questões culturais há muitas diferenças, mas é muito importante que se dê a conhecer e (...) que aqueles que vão receber devem fazer um esforço para compreender essas diferenças (...). Compreender é uma coisa, aceitar é outra e não é pelo facto de serem diferentes que serão melhores ou piores, não é essa a questão. Tem de haver uma abertura e aceitar as diferenças, neste caso culturais (...). Na escola, relativamente aos alunos de culturas distintas que por aqui passam, não vejo que haja problemas na integração.” O **professor Eduardo Lobato, da Escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia**, afirma que “será um pouquinho mais complicado, porque o que se faz normalmente é a aculturação dos que vêm, dos imigrantes. Só depois, numa segunda ou terceira fase, muito mais lá para a frente, é que se começa a aproveitar aquilo que eles nos trazem (...). Nós, como sociedade, não estamos muito preparados para saber receber imigrantes. Nesse caso, é mais por aculturação.” A **professora Silvina Pais, da escola Secundária do Castelo da Maia**, afirma que “o multiculturalismo passa por respeitarmos as outras culturas embora seja difícil. Esse respeito tem em atenção as competências das outras culturas que têm princípios e determinadas filosofias completamente díspares das nossas e que fazem sentido no contexto onde elas estão inseridas. Se calhar no nosso contexto não fazem tanto sentido.”*

A professora Sandra Marisa Ferro, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços, alude-nos para a necessidade de uma maior formação da língua, talvez uma língua universal, afirmando que “*devia haver uma formação maior na língua, uma língua universal, na aldeia global. É para aí que estamos a caminhar penso eu. Temos que ter uma linguagem entendida por todos...*

Continuas com a língua materna, mas com uma língua universal... (...) aliás em termos escolares há sempre o apoio por causa da língua materna. Os miúdos que vêm do estrangeiro, têm sempre um apoio especializado ou individualizado da língua materna. Para eles é a língua estrangeira, mas que nós chamamos a língua materna. Este apoio devia não só ser para as crianças mas quem sabe... nos centros das instituições públicas, nas casa do povo e por aí a diante promover aulas de português para quem vem". De acordo com a sua experiência profissional, a professora Manuela Teixeira, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia, diz-nos que "na escola, (...) os currículos nem sempre estão adaptados a prever essa diversidade cultural. Eu lembro-me que há dois anos tive um aluno indiano que tinha uma irmã. Vestiam-se com a roupa tradicional dos países deles. No início (...) havia certos desportos que a rapariga (...) não jogava (futebol) porque não era permitido às raparigas jogar futebol. O rapaz já jogava (...). O rapaz adaptou-se mais cedo e a rapariga demorou muito tempo a tirar a roupa. Não se despia em Educação Física. Não vestia a roupa desportiva para praticar desporto. (...) Mais no final do ano, começou a pôr umas calças de ganga por baixo... já se notava que havia umas pequenas mudanças, mas muito pouco. Se isto estivesse previsto nos currículos, nas escolas, nomeadamente quando tivéssemos miúdos assim na escola, nas reuniões dos conselhos de turma em que se tomassem posições... convocassem as diversas disciplinas para terem determinadas posições, porque é o ideal. Na minha escola não acontece." A professora Raquel Sarmento, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo de Gueifães, diz-nos que "ainda outro dia estava a ver uma escola que tinha 31 nacionalidades diferentes. Essa escola é multicultural quer as pessoas queiram quer não. Nesta escola não noto muito isso. Os emigrantes passam a ser aculturados pelos outros (...). Eles acabam por ser absorvidos e, é curioso que tenho alguns alunos que querem dizer que são portugueses. Já tive alunas que mudaram o nome, que não queriam ser tratadas pelo nome de origem". A professora Ana Gião, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo da Maia, diz-nos que "nós devíamos aproveitar os conhecimentos. Falando aqui do desporto, as aprendizagens que eles trazem de outros países, para haver uma

multiculturalidade, para haver uma partilha de conhecimentos, (...) deviam ser partilhados jogos e atividades desportivas (...) de uma determinada zona mesmo que seja dentro do próprio país Portugal.”

No que concerne à terceira questão, “*Considera que o desporto poderá ser um fator de agregação das diferentes comunidades culturais?*”, as respostas a esta questão foram todas afirmativas, destacando-se assim a importância do desporto na promoção da multiculturalidade. A **professora Palmira Sá, da Escola Secundária da Maia**, afirma “*que o desporto deve ser das instituições ou fenómenos que mais proporciona esse tipo de situações de diálogo.*” A **professora Manuela Teixeira, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia** refere que “*sabemos que o desporto tem uma relação social muito grande.*” O **professor Jorge Inácio, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, afirma que “*sim, sem dúvida. Isto é um bocadinho como os miúdos pequeninos na escola. Não interessa se é feio, bonito, alto ou baixo. Se jogarem à bola são aceites por todos. O mesmo se passa com eventuais estrangeiros que se queiram integrar na comunidade (...). O desporto é sem dúvida fator de integração e proximidade entre as pessoas. Basta partilhar um interesse comum, seja uma modalidade, seja uma outra coisa qualquer, para as pessoas se aproximem conviverem e se compreenderem melhor.*” A **professora Clara Moreira, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo de Gueifães**, afirma que “*basta pensar um bocado nas finalidades do desporto que vão um bocado ao encontro da aquisição de competências relacionadas com o desporto. Como o respeito pelo outro, a auto-estima, a segurança, o fair-play, o companheirismo e a cooperação. Isto tudo vai ajudar a integração.*” A **professora Emilia Galvão, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo da Maia**, afirma que “*a nível do desporto sim (...). Das próprias características do desporto, a nível social é um veículo extremamente importante... No desporto existe o convívio, temos o conhecimento e temos o respeito entre os próprios atletas. Também podemos desenvolver a nossa linguagem, tanto a nossa como a deles. Portanto é ali um centro onde se podem desenvolver muitos aspetos.*” A **professora Sandra Marisa, Ferro da escola Básica com o 2º e 3º ciclo de Pedrouços**, diz que “*o desporto é também uma língua universal... joga-se*

futebol aqui como em qualquer canto do mundo, por exemplo. Utiliza-se uma linguagem gestual em que tu consegues transmitir um pouco aquilo que tu pretendes. Isto facilita o multiculturalismo.” O **professor Eduardo Lobato, da escola Básica com o 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia**, afirma que “o desporto é uma linguagem universal (...) qualquer desporto que se pratique num dos países, com pequenas variantes está espalhado por todo o mundo.”

A **professora Silvina Pais, da escola Secundária do Castelo da Maia**, refere que “sem dúvida.... (...) eu acho que (...) a linguagem que nós utilizamos no desporto, o movimento, não tem (...) barreiras (...) de raças, de religiões nem das culturas (...). O desporto é realmente um meio excelente para reunirmos várias pessoas de várias culturas, porque é uma linguagem universal.”

O **professor António Colaço, da escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas**, “Acho que sim, (...) em muitas competições mundiais, naturalmente, estão lá brancos, pretos, amarelos, está toda a gente... uns são católicos, outros são protestantes outros são muçulmanos. Todos fazem parte e todos participam. O desporto (...) é para todos, todos se reveem naquelas regras que estão instituídas, porque as regras estão definidas e são aceites por todos. Portanto toda a gente entra, toda a gente sai.”

O **professor Duarte Moreno, da escola Básica com 2º e 3º ciclo Dr. José Vieira de Carvalho**, afirma que “o desporto é fundamental e tem um ritual muito próprio muito específico. Sendo ele específico é também universal. Toda a gente compreende essa linguagem. É como uma música (...) os imigrantes têm essa capacidade (...) encontram no desporto esse denominador comum que facilita o diálogo e as relações entre as pessoas.” De acordo com a sua experiência profissional, a **professora Ana Gião, da escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia**, responde que sim à questão, contudo alerta-nos para a resistência do sistema de ensino à inovação. Assim, as suas palavras foram que o desporto “é muito mais rico (...). É importante as diferentes comunidades trabalharem em conjunto. Agora é preciso também para quem está no ensino que esteja aberto a aceitar novos desafios (...). Resistem muito.”

A **professora Raquel Sarmento, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, também está de acordo, contudo afirma que tem de haver vontade. Neste sentido ela diz-nos que “o desporto

pode ser sempre um fator de agregação, mas não sei até que ponto... (...). O desporto pode ser uma forma de integração. É preciso que as pessoas já venham com essa vontade... que nem sempre têm. Uma forma dos miúdos se fazerem notar, por exemplo, os de leste eram muito bons na ginástica... era uma forma de os outros os valorizarem... perceberem que eles tinham áreas onde eram bons.”

De acordo com a quarta questão, “Poderá o desporto ajudar as diferentes comunidades culturais a integrarem-se no Concelho da Maia?”, a professora Ana Gião, da escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia, refere que “sim, muito.” A **professora Raquel Sarmento, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães** afirma que *“pode (...) a linguagem do desporto é universal.”* A **professora Sandra Marisa Ferro, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços,** afirma que *“claro que sim, há uma socialização dos miúdos, (...) tornam-se amigos uns dos outros (...) é facilitador para os miúdos sobretudo para as crianças se integrarem.”* A **professora Clara Moreira da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães,** refere que *“o desporto é a maneira das pessoas não se isolarem. (...) Eu acho que é uma forma de se integrarem muito melhor (...) ajudam noutros aspetos da sociedade.”* A **professora Palmira Sá, da Escola Secundária da Maia, diz que “estamos a falar de um Concelho privilegiado... que tem uma oferta de desporto muito grande... Penso que acaba por ser uma grande vantagem para a imigração, porque o desporto é ótimo para a integração dos estrangeiros (...) é uma forma de conhecer a cultura do Concelho e é um meio privilegiado para uma melhor integração. A Maia oferece isso, sem dúvida nenhuma.”** O **professor Eduardo Lobato da escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia,** afirma que *“sim (...) o desporto é um fator importante (...) se não decisivo, na integração desses alunos no contexto escolar e no contexto do nosso país. Em termos de estrutura Autárquica acho que está preparada para esse tipo de situações.”* O **professor António Colaço, da escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas diz que “as associações (...) conseguem chegar às bases, captar e sabem quais as necessidades das pessoas (...). Ao nível da Educação Física abarca toda a gente, não distingue ninguém, concretamente... no desporto**

escolar integra toda a gente.” O professor Jorge Inácio, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia, afirma que “o desporto é um fator de integração das comunidades estrangeiras e das diferentes culturas na nossa sociedade.” A professora Manuela Teixeira, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia, diz que sim “porque nós sabemos que através do jogo, através do desporto, se as pessoas se abrirem e se tiverem possibilidades (...) poderá ajudar.” A professora Emilia Galvão, da escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia, afirma que “o desporto é um meio muito privilegiado da integração de qualquer pessoa seja ela estrangeira seja ela portuguesa (...). A convivência no desporto pode alargar-se para outros convívios (...) para a família” O professor Duarte Moreno, da escola Básica com 2º e 3º ciclo Dr. José Vieira de Carvalho, refere que “o desporto é um vetor fundamental de relações entre as pessoas. O desporto é transversal ao nível dos estratos sociais (...), das idades (...). O imigrante como ser humano (...) na sua relação com uma realidade nova. O desporto é de facto, penso eu, um fenómeno ideal para se congregarem ideias e vontades.”

A professora Silvina Pais, da escola Secundária Castelo da Maia, afirma que sim, contudo *“depende do desporto, depende das modalidades desportivas (...). Se for o futebol em que todos ou quase todos os clubes abrem as portas para os meninos praticarem futebol sem que os pais tenham compromissos de pagamento, ou com os equipamentos, ou com transportes eu digo sim. Agora se os miúdos quiserem enveredar por um desporto em que se exija dos pais os transportes, os equipamentos mais pagamentos acentuados ao final do mês, isso aí pode condicionar. Não condiciona só os imigrantes, condiciona inclusivamente os nossos portugueses. Eu acho, e o que a experiência me diz, é que ser atleta de ginástica rítmica é completamente diferente de ser futebolista. Eu tinha duas filhas na Ginástica Rítmica e elas tinham quatro aparelhos para fazer. Tinham que ter quatro fatos diferentes e eu tinha que pagar quase cem euros por cada fato para esta época se calhar daqui a uma época ou daqui a duas épocas já nem sequer lhes serviam os fatos. Tinha que as levar ao treino e tinha que as ir buscar ao treino. Tinham prova em Lisboa e eu tinha de as levar e trazer. Só tinham direito a um*

transporte (...). Se a oferta do desporto for de maneira a que as pessoas possam praticar sem qualquer encargo. As pessoas irão praticar consoante as suas disponibilidades financeiras, (...) mas não condiciona só os imigrantes, condiciona toda a população.”

Relativamente à quinta e última pergunta, *“No enquadramento da disciplina de Educação Física e Desporto quais são as estratégias, consideradas fundamentais, para a operacionalização de um desporto multicultural?”*, será de salientar a resposta do **professor Duarte Moreno, da escola Básica com 2º e 3º ciclo Dr. José Vieira de Carvalho**. afirma que *“em primeiro lugar o respeito global do aluno pelas suas características individuais e pessoais, quer seja imigrante ou não. Nós temos alguns casos esporádicos aqui na escola de imigração essencialmente (...) do Brasil e da Ucrânia, (...) e de facto (...) o respeito pela sua origem, pela sua cultura específica, pela diversidade deve ser demonstrada (...). Deve ser vivida por todos os agentes da escola, a começar pelos professores, incutindo esse próprio espírito nos alunos. Devem-se criar condições para que na escola (...) haja um ambiente propício às boas relações entre todos e, em particular, com as minorias que venham de fora e que tenham um bom acolhimento pela nossa comunidade escolar.”*

Alguns professores dizem-nos que a estratégia mais importante é a interação dos alunos nas aulas e nesse sentido, o **professor Eduardo Lobato, da escola Básica com 2º e 3º ciclo do Castelo da Maia**, afirma que é importante valorizar as capacidades individuais dos alunos e *“uma das estratégias será utilizar tudo de bom que eles nos trazem... (...) desenvolvê-los nos grupos desportivos”*. A **professora Emilia Galvão, da escola Básica com 2º e 3º ciclo, da Maia**, valoriza o convívio afirmando que *“nas estratégias que implementamos na escola (...) não temos qualquer tipo de dificuldade (...). O desporto poderá ser uma via de integração para estes jovens ao nível dos comportamentos”*. No mesmo enquadramento, mas reforçando uma visão multicultural, a **professora Palmira Sá, da Escola Secundária da Maia**, afirma que a *“cooperação e a interação permanente dos alunos resulta numa vantagem (...) e divulgação do multiculturalismo (...). O desporto tem essa vantagem, porque tem uma linguagem universal. Por gesto, por contacto, eles*

*acabam por perceber muito bem.” De acordo com o papel socializador do desporto a professora **Silvina Pais, da escola Secundária do Castelo da Maia**, reforça o trabalho em equipa, afirmando que “a nossa disciplina é uma disciplina rica no que se refere às relações pessoais, à socialização. Portanto não é por acaso que na Educação Física não se apela tanto a um trabalho apenas individual mas apela-se muito ao trabalho de equipa (...). As estratégias que qualquer professor de Educação Física utiliza, independentemente do menino ser branco, preto ou espanhol, são sempre as mesmas. Portanto o aluno vai ser integrado, sempre a trabalhar em conjunto.” A professora **Ana Gião, da escola Básica com 2º e 3º ciclo da Maia**, reforça a importância da relação dos alunos através das atividades desenvolvidas ao fim-de-semana pela Autarquia: “o desporto é extremamente importante e ajuda-as a integrarem-se muito no país em que vivem... (...). O Concelho da Maia é pioneiro e tem conseguido através dos Jogos Inter-Freguesias... Nós professores não recebemos grande informação sobre isso. Temos pressão da direção para tratar dos alunos, mas são atividades que se fazem aos sábados e aos sábados muitas vezes os pais não querem.” Relativamente ao referido pela professora, já aqui foi enaltecido o papel dos “Jogos Inter-Freguesias”, atualmente chamados de Jogos Desportivos da Maia. Outras estratégias foram abordadas. O professor **Jorge Inácio, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, afirma que “temos alunos Paquistaneses... é obvio que se tivéssemos um número significativo de alunos seria importante abordar o “Criqueete”, é uma modalidade que os motiva e para o qual estão interessados. Não havendo um número expressivo de alunos estrangeiros não há necessidade de estar a criar um programa.”*

A professora **Manuela Teixeira, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Nogueira da Maia**, afirma que “uma das estratégias seria reformular os currículos de Educação Física ou introduzir matérias de alternativas de acordo com o tipo de alunos que nós temos (...) por exemplo fazer uma sessão de capoeira, que é muito tradicional do Brasil, e explicar aos alunos a dimensão teórica para os alunos verem aquilo já com outros olhos e entenderem. O HIP HOP, convidar um grupo de fora para ir dançar à escola. Convidaram este ano

para ir à minha escola participar no SARAU, mas ninguém nas suas turmas explicou aos alunos a derivação daquela dança, quem a pratica como apareceu, eu acho que a escola falha muito aí, porque não prepara antecipadamente... (...) acho que se fosse feita uma preparação anterior do tema, se fosse trabalhado, isso depois traduzia-se em riqueza...” No mesmo enquadramento a **professora Raquel Sarmento, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, fala-nos da possibilidade de alterar o programa do professor no sentido de ir ao encontro do aluno. Assim, afirma que *“o professor na sua programação, deve ir um bocadinho ao encontro das diferentes comunidades... escolhendo... um país que tenha um determinado desporto, desde que haja condições na escola, porque as nossas escolas estão muito tipificadas para um tipo de desporto. Há desportos que aqui não se podem realizar à partida...”* De acordo com as referidas ideias e no sentido de ir ao encontro dos possíveis grupos culturais na escola, será de salientar a possibilidade de abordar novas modalidades desportivas devidamente explicadas (sua origem, história, regras etc.). O Presidente da Junta de Freguesia de Gemunde, Eugénio Teixeira também apoia esta ideia.

Alguns dos professores entrevistados, não sentem necessidade de qualquer tipo de estratégia, como é o caso da professora **Clara Moreira, da Escola da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Gueifães**, diz que *“não sinto essa necessidade, porque eles estão perfeitamente adaptados (...) a experiência que eu tenho tem sido muito boa.”* A **professora Sandra Marisa Ferro, da escola Básica com 2º e 3º ciclo de Pedrouços**, diz-nos que *“o número de alunos que temos cá não é significativo (...) para ser realmente um dos aspetos para ser trabalhado”*. O **professor António Colaço da escola Secundária com 3º ciclo de Águas Santas**, afirma que *“se eu estivesse noutra escola, noutro ambiente em que o número de alunos e o número de etnias fosse diferente, aí naturalmente teria que agir de outra forma. Aqui, como é um aspeto residual... meia dúzia de alunos.... eles entram naturalmente no trabalho que já existe (...). Neste momento não é necessário criar torneio específicos para aproximar essa comunidade...”* De acordo com o referido, pensamos que não será necessário existir alunos imigrantes para podermos abordar novas

modalidades. O ponto fundamental será a preparação dos alunos para o mundo. De acordo com as palavras de Carvalho (2006), a *“escola multicultural é uma realidade no mundo de hoje, de tal forma que não é possível pensar numa educação que não seja intercultural, independentemente do contexto em que se processa”* (Carvalho & al., 2006, p. 29).

4.4. ENTREVISTAS AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES DESPORTIVAS DA MAIA

No intuito de saber a opinião dos responsáveis máximos das associações e coletividades desportivas do Concelho da Maia, relativamente aos pontos centrais do estudo *“desporto e multiculturalismo”*, temas desenvolvidos na tese, foi realizado um questionário com quatro perguntas. Em seguida, e no sentido de saber o interesse e a anuência para uma entrevista, foram contactadas todas as instituições desportivas e os seus representantes por e-mail onde foi anexado o guião da entrevista. Foram contactados a União Ciclista da Maia - Presidente Paulo Couto; o Centro Social e Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso - Presidente Maurício Ramos; o Arsenal Clube de Parada - Presidente Adjunto Pedro Araújo; o Clube de Karaté da Maia - Presidente António Moreira; o Maia Atlético Clube - Presidente Rui Borges; o Maiastars Clube de Desporto, Cultura Ambiente e Solidariedade Social - Presidente Dr. Carlos Ribas; o Centro Desportivo e Cultural de Santana - Presidente Carlos Tedim; o Paraclube da Maia - Presidente Avelino Cruz; a Associação os Vencedores de Sangemil - Presidente Jorge Sampaio; o Grupo Motard da Maia - Presidente Carlos Gomes; a Associação Social e Cultural Monte das Pedras - Presidente Carlos Alberto; a Associação de Dadores de Sangue da Maia - Presidente Mário Duarte; a Associação Atlética de Águas Santas - Presidente Joaquim Carvalho; a Associação Beneficente da Campa do Preto - Presidente da Assembleia Geral António Teixeira; o Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube - Presidente Joaquim Silva; o Acro Clube da Maia - Presidente Manuel Barros; a Academia de Kick Boxing da Maia - Presidente Luís Delalande; a Associação Cultural e Desportiva Ficocables - Presidente Manuel Teixeira; a

Associação Desportiva Academia da Bola - Presidente Pedro Maia; a Associação Clube de Todo o Terreno da Maia - Presidente António Moura; a Associação Desportiva e Cultural de Teibas - Presidente Marco Silva; Associação Desportiva e Cultural das Arregadas - Presidente Joaquim Silva; o Clube de Escalada da Maia - Presidente da Assembleia Geral Filipe Cardinal; Associação Desportiva Académica do ISMAI - Presidente Eduardo Soares; o Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim - Presidente José Almeida; a Associação os Leais e Videirinhos de Pedrouços - Presidente Alcino Campos; a Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins - Presidente Manuel Moreira; a Associação de Moradores do Meilão - Presidente António Moreira; o Centro Equestre da Maia e Liga Portuguesa de Criadores de Cavalos de Corrida - Presidente Manuel Armando; a Associação Portuguesa Okinwa Goju_ryu Karate_do (APOGK) - Presidente Jorge Monteiro; a Associação de Moradores da Granja - Jorge Bártolo; o Ginásio Clube da Maia - José Pedro Barbosa; a Associação Ases de Família - Presidente Albino Rodrigues; o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados - Presidente José Fortes de Moraes; o Castelo da Maia Ginásio Clube - Presidente Celestino Fonseca; a Juventude Desportiva de Águas Santas - Presidente António Cunha; a União Columbofilia da Areosa - Presidente Francisco Alves; o União Nogueirense Futebol Clube - Presidente António João Tavares; o Maia Basket Club - Presidente Rui Lopes; o Núcleo Desportivo Santa Joana - Presidente Manuel Faria; a Mocidade de Sangemil Atlético Clube - Presidente Mário Vinhas; o Grupo Desportivo “Mocidade 2010” - Presidente José Moraes; o Sport Clube Castelo da Maia - Presidente Baltazar Ferreira; o Grupo Desportivo os “Maiatos” - Vice-Presidente Fausto Saavedra; a Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia” - Presidente Jorge Lemos; o Atlético Clube de Teibas - Presidente Ricardo Vilela; a Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro” - Presidente Mário Rui; o Grupo Motard “Os Atrasados” - Presidente Alberto Brilhante; o Inter de Milheirós Futebol Clube - Presidente Rui Borges; o Grupo Desportivo Avioso S. Pedro - Presidente Manuel Araújo; o Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães - Presidente Américo Silva; a Juventude de Pedrouços

Futebol Clube - Presidente Joaquim Teixeira; o Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães Presidente Arnaldo Alves; o Folgosa da Maia Futebol Clube - Presidente José Azevedo; o S. Cosme Ténis de Mesa Clube - Presidente José Augusto Queirós Mota; o Pedrouços Atlético Clube - Presidente Carlos Caseira; a Associação Recreativa e Cultural de Gueifães - Presidente Alberto Silva; o Clube de Natação da Maia - Presidente Eunice Lebre; a Equipetrol Futsal Clube - Presidente José Neves; a Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim - Presidente Mário Freitas; o Futebol Clube de Pedras Rubras - Presidente Sousa e Silva; o Clube Airsoft da Maia - Presidente Paulo Salvador; o Clube Académico de Pedrouços - Presidente Joaquim Azevedo; o Clube Académico de Pedras Rubras - Presidente António Santos; a Associação Desportiva e Recreativa de Parada - Presidente Vergílio Pinto; o Clube de Ténis da Maia - Presidente João Maio; o Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura - Presidente Adelino Santos; a Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia - Presidente Carlos Azevedo; a Associação Lusitana de Pedrouços - Presidente José Peixoto; o Clube Amigos do Corim - Vice-Presidente Daniel Branco; o Club Desportivo de Águas Santas - Presidente Tiago Sobral; o Centro Desportivo e Cultural de Vilar - Presidente José Cardoso; o Futebol Clube da Maia e Futebol Clube da Maia Lídador - Presidente António Silva; o Clube Académico de Sangemil - Presidente Joaquim Reis; o Grupo Desportivo de Águas Santas - Presidente João Martins; a Associação de Radiomodelismo da Maia - Presidente Pedro Praça; o Maia MG Clube - Presidente Dr. Palhares Delgado; a Associação Desportiva Sol e Campo - Presidente Henrique Nogueira; a Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA - Presidente Maliza Rodrigues; a Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança” - Presidente José Manuel Correia. Todas as coletividades contactadas aceitaram o convite para a entrevista, tendo sido praticamente todas realizadas no Complexo Municipal de Ginástica da Maia. As restantes foram feitas na sede das coletividades. A extensão das citações aqui apresentadas deve-se à profunda importância do seu conteúdo e da sua mensagem, revelando a experiência pessoal dos intervenientes. **Relativamente à primeira questão, “O multiculturalismo afirma-se pelo respeito e defesa da diversidade cultural. Qual**

é a sua opinião sobre esta matéria?”, as respostas foram diversificadas. Assim, **Marco Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural de Teibas**, afirma que uma *“sociedade multicultural é uma sociedade com vários grupos”* e este tipo de sociedade só pode existir se, e segundo **Manuel Armando, Presidente do Centro Equestre da Maia e Liga Portuguesa de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida**, *“existir o respeito e a defesa de opinião”*, assim como a tolerância, conforme afirma **Jorge Bártolo, Presidente da Associação de Moradores da Granja**, *“o fundamental é haver tolerância. Todas estas diferenças devem ser salvaguardadas ou estarem debaixo do chapéu da tolerância”*, e o respeito. Os entrevistados seguintes, mostraram-no isso. **José Azevedo, Presidente do Folgosa da Maia Futebol Clube**, refere que *“o respeito pela diversidade cultural deve existir (...) não é por uma comunidade cultural ter raízes culturais que as deve submeter aos princípios da maioria.”* **Eduardo Soares, Presidente da Associação Desportiva Académica do ISMAI**, refere que o *“respeito pelas diversas culturas e pelas diversas formas de estar e de se interrelacionar com as diversas organizações.”* **Fausto Saavedra, Vice-Presidente do Grupo Desportivo “Os maiatos”**, afirma que o *“multiculturalismo (...) traz (...) o respeito pela diferença e pela diversidade cultural (...). Essencial para a evolução de potencial criativo de toda a humanidade e isso contribui para gerar novos modos de pensamentos e de formas de expressão.”* **Rui Borges, Presidente do Maia Atlético Clube**, afirma que *“o multiculturalismo é a base do respeito pelas comunidades.”* Nesta mesma linha, **Joaquim Carvalho, Presidente da Associação Atlética de Águas Santas**, afirma que *“o respeito pelas culturas das pessoas, pelas várias crenças, pelas várias etnias (...) é respeitar as diferenças das pessoas e procurar a sua integração, quer seja na sociedade, quer seja no desporto ou na sua vivência.”* **Manuel Barros, Presidente, do Acro Clube da Maia**, afirma que é fundamental *“uma interação, uma permuta do espaço quer cultural, quer físico, quer desportivo (...) que permita a todas estas pessoas com diferentes ideias, culturas e vivências viver em comunidade.”* **Carlos Ribas, Presidente do Maiastars**, diz que *“nós temos de estar perfeitamente abertos e não sermos minimamente preconceituosos para*

podermos perceber que é uma riqueza muito grande termos uma pessoa com dados culturais completamente diferentes. Seja ao nível da língua ou da religião”. **Alberto Silva, Presidente da Associação Recreativa e Cultural de Gueifães,** afirma que *“devemos aceitar todas as pessoas que se integram no nosso país (...) podendo dar o apoio necessário para que se sintam bem.”* Muitos dos entrevistados definem o multiculturalismo como algo benéfico, bom e como um fator de união e de preservação. Segundo **Paulo Salvador, Presidente do Clube Airsoft da Maia,** o multiculturalismo *“traz benefícios quando existe respeito entre todas as pessoas e se aceitam as diferenças culturais.”* **António Santos, Presidente do Clube Académico de Pedras Rubras,** afirma que é *“pró diversidade cultural (...)”* e que essa diversidade *“traz uma mais valia aos povos através da troca de conhecimentos e de formas de estar na vida.”* **Daniel Branco, Vice Presidente do Clube Amigos do Corim,** refere que *“o multiculturalismo é importante (...) pode ser enriquecedor para assimilarmos novos pensamentos e novas culturas quer desportivos ou culturais também.”* **José Almeida, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim,** diz-nos que o *“multiculturalismo, é absolutamente necessário para que (...) os habitantes (...) comuniquem entre eles e, no fundo, consigam um nível social e cultural bastante superior em relação aquilo que normalmente estão habituados (...). Corresponde também a um intercâmbio de interesses, o que normalmente acontece nos contactos entre as pessoas.”* **José Neves, Presidente do Equipetrol Futsal Clube,** diz-nos que o multiculturalismo *“é uma situação que tem muito interesse e que tem um valor muito grande na nossa sociedade.”* **Joaquim Azevedo, Presidente do Clube Académico de Pedrouços** refere que *“seriam mais as vantagens que as desvantagens nesta mistura de culturas.”* **José Cardoso, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Vilar,** pensa que é importante *“que toda a gente se dê com toda a gente e com o desporto.”* **Francisco Alves, Presidente da União Columbofilia da Areosa,** diz-nos que *“o facto de haver (...) diversas raças (...) aproxima as pessoas.”* **José Morais, Presidente do Grupo Desportivo “Mocidade 2010”,** diz-nos que no multiculturalismo é *“importantíssima essa preservação das diferentes entidades.”* **António**

Moreira, Presidente da Associação de Moradores do Meilão, afirma-se pelo respeito e defesa da diversidade cultural. **Mário Vinhas, Presidente da Mocidade de Sangemil Atlético Clube**, diz-nos que a *“existência de uma sociedade multicultural é muito importante. Os diferentes elementos culturais permitem que a sociedade se diversifique, no que diz respeito à religião e à Língua.”* **Carlos Tedim, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Santana**, afirma-nos que *“se deve implementar mais esse tipo de ideias.”* **Jorge Sampaio, Presidente da Associação “Os Vencedores de S. Gemil”**, entende *“que é bom”*. **Pedro Praça, Presidente da Associação de Radiomodelismo da Maia**, acha que é *“importante para a região”*. **Joaquim Silva, Presidente, do Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube**, diz-nos que é *“bom haver estes convívios entre várias culturas (...) penso que devemos estar abertos a todas.”* **António Cunha, Presidente da Juventude Desportiva de Águas Santas**, afirma que os estrangeiros *“vieram ajudar-nos em algumas coisas (...) conseguem divulgar a cultura deles (...). Penso que para nós é muito bom a vinda deles, comunicamos com eles e temos alguns conhecidos”*. **Carlos Gomes, Presidente do Grupo Motard da Maia**, refere que o multiculturalismo *“é um fator de união.”* **Arnaldo Alves, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães**, diz-nos que o multiculturalismo é importante *“para a vitalidade das pessoas”* e *“para o desenvolvimento”*. **Adelino Santos, Presidente do Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura**, afirma que é *“importantíssimo. Tudo o que for desenvolvimento é bom.”* **Alberto Silva, Presidente da Associação Recreativa e Cultural de Gueifães**, afirma que *“devemos aceitar todas as pessoas que se integram no nosso país, (...) e podemos dar o apoio necessário a que elas se sintam bem.”* Nas palavras de **Celestino Fonseca, Presidente do Castelo da Maia Ginásio Clube**, *“a sociedade devia ser mais moderna”* na harmonização das diversas culturas. **Carlos Azevedo, Presidente da Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia**, refere que *“desde de muito novo que defendo o multiculturalismo (...). Sou perfeitamente defensor da integração de todas as culturas na sociedade, portanto acho que de facto elas devem ser integradas e devem ter respeito mutuo umas pelas outras.”* **José Peixoto, Presidente da**

Associação Lusitana de Pedrouços, no enquadramento da sua experiência na Junta de Freguesia de Pedrouços onde trabalhou, afirma que *“no Pelouro da Cultura e do Desporto”* teve oportunidade de contactar *“escolas, quer com o ensino básico quer com o ensino secundário”, onde pode reparar que os alunos “quando formavam uma equipa (...) de basquetebol, de futsal, de andebol, de futebol (...) existia (...) uma associação criada (...) por essas diferentes raças e culturas. Através do desporto conseguiam-se efetivamente aproximar de forma muito bonita e muito saudável.”* **Carlos Alberto, Presidente da Associação Social e Cultural Monte das Pedras**, refere que *“no essencial a diversidade cultural só tem (...) a ganhar com essa diferentes culturas.”* **José Fortes de Moraes, Presidente do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados**, afirma que *“temos que saber conviver uns com os outros. Temos de aprender que as diferenças que nos apontam não são assim tão estabelecidas, tão importantes. Todos nós pertencemos a este planeta chamado terra e temos de nos respeitar mutuamente.”* **Sousa e Silva, Presidente do Futebol Clube de Pedras Rubras**, está de acordo com multiculturalismo, *“embora se ouça, como eu ouvi aqui há uns meses atrás, a chanceler alemã Angela Merkel, dizer que tinham que repensar o multiculturalismo, atendendo à integração ou não dos turcos de lá da sua comunidade. Entendo (...) que desde que haja respeito pelas diversidades (...) não é motivo para vermos o multiculturalismo de outra maneira (...). O multiculturalismo afirma-se pela diversidade pelo respeito.”* De acordo com o referido Merkel, afirmou que as tentativas para construir uma sociedade multicultural na Alemanha falharam, explicando de forma vaga (segundo a notícia) que os imigrantes teriam que fazer mais para se integrarem incluindo aprender o alemão (BBC UK, 17/10/2010). Na mesma linha de Merkel, David Cameron (primeiro ministro inglês), critica o “Estado Multicultural”, por fomentar alguns extremismo. Ele afirma que o Reino Unido, precisa de uma identidade nacional forte para prevenir-se de qualquer tipo de extremismo (BBC UK, 5/02/2011).

A afirmação e defesa de uma identidade minoritária é avançada por, **Filipe Cardinal, Presidente da Assembleia Geral do Clube de Escalada da Maia**, afirma que *“as culturas que se envolvem numa sociedade têm de ser defendidas por essas mesmas pessoas (...). Sendo de uma determinada cultura tenho de manter os meus valores, as minhas formas de vida perante uma sociedade que é igual ou não à minha. Hoje em dia num mundo tão global e tão abrangente o mais certo é o meu vizinho do lado ter uma raízes completamente diferentes das minhas e eu apenas tenho de viver com isso e aceitar... Para mim isso é o multiculturalismo, não havendo mesclas, procurando preservar a minha essência e a dos demais.”* Neste mesmo sentido também, **João Maio, Presidente do Clube de Ténis da Maia**, refere que *“o nosso próximo vizinho vai ser um rapaz do Afeganistão e ninguém sabe... Da mesma forma que gostaria de chegar ao Afeganistão e ter o mínimo de compreensão pela minha educação e pela forma como fui educado e orientado para os meus princípios, também deveremos nós (...) ter em consideração (...) a outra educação”*. Enquadrando o multiculturalismo como fenómeno resultante da globalização, **Maurício Ramos, Presidente do Centro Social Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso**, afirma que a *“globalização (...) veio alterar tudo (...), porque começamos (...) a ter muitas culturas diferentes (...) e vai ser muito importante conseguirmos agregar (...) todas as culturas diferentes.”* **Paulo Couto, Presidente da União Ciclista da Maia**, diz que *“num mundo cada vez mais globalizado (...) é de todo justificado (...) defender a integração dessas pessoas que se movimentam nos diversos países, portanto; é inevitável essa diversidade cultural.”* **Mário Rui, Presidente da Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro”**, refere que *“são situações que são apresentadas em função da própria globalização. Temos que as ver com outros olhos. Temos que as aceitar e temos que acionar os mecanismos que estão ao nosso alcance para que essa integração seja um facto sem ocasionar situações e problemas.”*

A multiculturalidade está presente na sociedade, conforme diz **Pedro Araújo, Presidente Adjunto do Arsenal Clube de Parada**, *“existem pessoas de raças, de culturas de religiões diferentes,”* assim como **Avelino Cruz, Presidente do**

Paraclube da Maia, *“o movimento das pessoas alterou-se muito e em qualquer lado convivem e confrontam-se pessoas das mais diversas raças. Trabalham nos mesmos sítios reunindo todo o tipo de gente e culturas. Hoje é praticamente impossível dissolver esta amálgama que se criou.”* Segundo **Ricardo Vilela, Presidente do Atlético Clube de Teibas** *“em termos da nossa sociedade, (...) podemos observar várias pessoas de diversas culturas maioritariamente na restauração, (...). Esses restaurantes são cada vez mais procurados (...). A mudança de mentalidade nos nossos habitantes tem-se alterado com as novas gerações, (...) integrando por vezes essa mesma cultura, nem que seja só para experimentar (...) ou para saber como fazer uma refeição japonesa, ou uma refeição indiana (...).”* De acordo com o referido, e segundo Manuel Patrício, os encontros entre os povos sempre provocaram mudanças culturais nos mesmos. Neste sentido, a cultura está sujeita a fenómenos de transformação, de mudança, de evolução e talvez de mutação, contudo não deixa de ser extremamente resistente (Patrício, 2009, p. 112). As regras surgem como algo fundamental no entendimento entre os diversos grupos culturais, como nos diz o **Mestre Luís Delalande, Presidente da Academia de Kick Boxing da Maia**, ao referir que o multiculturalismo *“funciona como uma “panela”: lá dentro cada um mete o seu ingrediente e depois o cozinheiro é que vai ditar as regras.”* Na mesma linha, **António Moreira, Presidente do Clube de Karaté da Maia**, acrescenta que *“na interação das várias culturas”* um dos pontos fundamentais é o respeito pelas regras, ou seja, *“quem não respeita regras não tem esta vantagem ou não lhe é permitido este gozo de valores.”* O respeito das comunidades minoritárias pela maioria surge como uma preocupação, conforme afirma **José Pedro Barbosa, Presidente do Ginásio Clube da Maia**: *“respeito por outras culturas, desde que não interfira no relacionamento e no bem estar de todos.”* **Mário Freitas, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim**, não vê *“mal nenhum desde que as pessoas se respeitem e se mantenham no seu lugar”*. **Alberto Brilhante, Presidente do Grupo Motard “Os Atrasados”**, pensa que *“se deve juntar várias comunidades, desde que venham pelo bem e que respeitem as outras pessoas”*. **Albino**

Rodrigues, Presidente da Associação “Ases de Família”, apesar de ser a favor do multiculturalismo, afirma que *“terá que haver aqui alguma cautela (...). Aqueles que vêm de fora ou se instalam num determinado local devem ter o cuidado de preservar a identidade cultural desse local, ou seja, não deixar dispersar aquilo que é genuíno nas pessoas que lá vivem”*. **Maliza Rodrigues, Presidente da Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA,** diz-nos que *“a diversidade cultural pode trazer muitos benefícios. A partilha de hábitos, de experiências e formas de estar diferentes proporcionam uma visão mais aberta sobre muitos assuntos e um leque de opções bastante vasto. No entanto, com o multiculturalismo não se deverá perder a essência de uma cultura, dos pilares básicos em que ela assenta, ou seja, o multiculturalismo não deverá representar uma dissertação da nossa cultura.”* **José Augusto Queirós, Presidente do S. Cosme Ténis de Mesa Clube,** refere que *“devemos respeitar qualquer raça, mas (...) eles também têm que se saber inserir. Portanto na nossa sociedade, no nosso desporto eles é que são a minoria (...). Eles têm que saber adaptar-se também à nossa cultura, aos nossos costumes.”* **Manuel Teixeira, Presidente da Associação Cultural e Desportiva Ficocables,** diz que a *“multiculturalidade passa ao lado (...). Enquanto a coisa funciona bem, aceitamos (...) essa multiculturalidade, dou um exemplo: eu estou em minha casa e dou guarida a alguém, a pessoa vai ter que se reger pelos princípios que eu definir para a minha casa.”* Nesta mesma linha **Pedro Maia, Presidente da Associação Desportiva Academia da Bola,** diz-nos que para haver multiculturalismo *“tem de haver um respeito muito grande dessas pessoas pela nossa cultura. Só assim é que poderá haver um intercâmbio de respetos. Também nós temos que respeitar a cultura dessa pessoa que vem de fora, que vem de uma outra cultura (...) quem vem de fora quem entra primeiro, tem de respeitar a cultura existente, para que a sua também seja respeitada”*. **José Azevedo, Presidente do Folgosa da Maia Futebol Clube,** refere que *“o que acontece muitas vezes em Portugal é que as minorias tomam direitos que a maioria não as tem. Estou-me a referir à raça cigana, aos “gays”, às lésbicas, a todas essas comunidades que têm todo o direito de existir. Nada contra eles, mas não podem impor as suas regras aos*

outros que são a dita maioria.” Joaquim Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural das Arregadas, diz que “eles é que têm que se juntar a nós e seguir a nossa linha (...). Se isso acontecer não vejo problema nenhum em as pessoas se ligarem à nossa comunidade.” Mário Duarte, Presidente da Associação “Dadores de Sangue da Maia”, afirma que “a gente integra desde que (...) se adapte”. Contudo, e de acordo com as palavras de Manuel Moreira, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins, “apesar de saber que é difícil a introdução de pessoas com diversas culturas na sociedade penso que todos deveriam escutar essas mesmas culturas.” Eunice Lebre, Presidente do Clube de Natação da Maia, afirma que “a partir do momento que a cultura de cada um não implique alterações da disciplina e das regras do treino, não faço questão de saber qual é a origem das pessoas. Todas as regras culturais das pessoas não podem colidir com a disciplina e com as regras de treinos...de resto estamos abertos a qualquer tipo de cultura.”

A experiência ao nível do associativismo desportivo revela-se importante na aquisição de conhecimentos na área. Jorge Lemos, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia”, de acordo com a sua vivência associativa, centra a sua atenção em “saber como cada pessoa reage, como cada pessoa interage na sociedade e nos conflitos que temos no nosso dia-a-dia.” Já Virgílio Pinto, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de Parada, de acordo com o funcionamento da coletividade, afirma que “em termos de associativismo é muito complicado (...) o respeito ou o impões ou não tens hipótese.” António Henrique Teixeira, Presidente da Assembleia Geral, da Associação Beneficente da Campa do Preto, fundamentando a imparcialidade do desporto relativamente aos estratos sociais afirma que na sua coletividades as pessoas conseguem “interagir bem com várias diferenças (...) o ser mais pobre e mais rico também faz parte disso.” António João Tavares, Presidente da União Nogueirense Futebol Clube, alerta-nos que no enquadramento do seu clube a diversidade cultural “é bem vindas e é sempre aceite”. António Moura, Presidente da Associação Clube de Todo o Terreno da Maia, acha que

existem vantagens no envolvimento de vários grupos culturais na sua coletividade *“por uma questão de aprendizagens diferentes em que os vários elementos dos nossos clubes consigam perceber como funcionam as culturas das outras pessoas e aprendam com elas (...) isso faz com que tenhamos um leque de opções muito maiores.”* **Manuel Faria, Presidente do Núcleo Desportivo Santa Joana**, fala-nos da experiência pessoal no enquadramento da sua coletividade afirmando que, *“temos atletas que vêm das freguesias mais rurais às freguesias mais próximas do centro, existe aqui uma diversidade (...) quer de convivência das próprias raízes de onde vêm, aos próprios pais. São portanto mais ligados ao aspeto rural e certamente isto é interessante.”*

Rui Borges, Presidente do Inter de Milheiros Futebol Clube, acha que *“era bom que se aprofundasse a questão e se lutasse até para que houvesse união entre as culturas. Por acaso no nosso clube (...) temos venezuelanos, brasileiros, africanos e é importante que as pessoas se unam ali a favor de uma só coisa que é o desporto. Portanto não há diferenças... somos todos iguais.”*

Joaquim Teixeira, Presidente da Juventude de Pedrouços Futebol Clube, no enquadramento da sua experiência ao nível da coletividade que preside, afirma que os *“brasileiros e angolanos (...) também colaboram (...) para a coletividade. Eles ajudam no que é preciso.”*

Henrique Nogueira, Presidente da Associação Desportiva Sol e Campo, diz-nos que o multiculturalismo *“é bom para todos (...) toda a gente sai a ganhar com isso (...) aprendemos outras tradições e é uma mais valia para todos.”*

Carlos Caseira, Presidente do Pedrouços Atlético Clube, diz-nos que *“no Pedrouços e noutras Coletividades trabalhamos com diversos miúdos e famílias que vêm de diversas culturas (...). Aparecem situações dessas que por vezes não estamos preparados, mas temos que nos adaptar (...). Aquelas que mais nos aparecem são as de etnia cigana, São um bocado diferentes das outras, porque são famílias que falam muito através da violência, de uma forma bastante agressiva e com quem temos de ter bom senso (...) e aliviar algumas situações de conflito (...) para continuarmos no nosso dia a dia na promoção do desporto. Também (...) nos aparecem lá famílias de outras culturas como africana (...) e que não são violentas, mas vêm de um nível social baixo (...) normalmente essas*

famílias (...) como a dos ciganos também (...) têm algumas dificuldades financeiras.” **Américo Silva, Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães**, fala-nos das questões geracionais, *“a minha experiência já vai na terceira geração e isso é muito importante, porque é uma maneira de estar na vida. É transmitir em tempo real aquilo que é a sociedade em determinado momento. Tem evoluído bastante esse tipo de situações, (...) porque há uma abertura a todos os níveis e, por isso, dantes quando se falava muito de bairrismo estava-se mais virado para dentro, para a freguesia e tudo o que fosse de fora tinha dificuldade em entrar dentro das próprias coletividades (...). Neste momento isso foi desanuviando com os tempos e por isso há uma abertura para a sociedade (...). Há sempre uma evolução positiva e salutar por isso é que eu falo muitas das vezes na parte social dos clubes. Não é só as vitórias e o querer ganhar (...), mas depois, fora isso, há sempre a vertente social, há os convívios e por isso é que eu digo que os clubes também têm que estar virados para a vertente social, e para o apoio social de quem o necessita.”* De acordo com Giddens (2009), a educação é a transmissão do conhecimento entre gerações através da instrução direta. Neste sentido fica patente nesta resposta o papel educativo das diferentes gerações que atravessam um clube. As condições para acolher as diversas comunidades surgem como uma das preocupações e assim, **Jorge Monteiro, Presidente da Associação Portuguesa Okinawa Goju_ryu Karate_do (APOGK)**, afirma que o multiculturalismo é *“importante e fico a pensar nos portugueses por exemplo quando emigram. Tenho que concordar que são aceites noutras culturas, noutros países, por isso, tenho que aceitar essa situação no meu país, em particular na Maia (...). Por exemplo (...), as pessoas quando vêm (...) para trabalhar, (...) nas obras (...) mas depois ficam aí abandonadas, isso é um ponto que não concordo. Lembro quando foi a Expo, em Lisboa, e havia muitos africanos a trabalhar porque a mão de obra era barata. Depois, quando acabou, as pessoas não tinham trabalho e criaram os tais bairros. Creio que o aumento da criminalidade foi derivado a isso. Portanto se houver condições, acho que sim.”* **José Manuel Correia, Presidente da Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”**, pensa que *“hoje, cada vez*

mais, temos que estar abertos e disponíveis para esta nova realidade. Quanto mais não seja, temos aqui bem perto o norte de África (...) com grande vontade de chegarem à Europa, que também precisa de um determinado tipo de mão de obra. Penso que a Europa tem que estar recetiva a algum tipo de mão de obra como esta e estou convencido que o país que não se preparar a tempo e horas para esta realidade pode viver algumas dificuldades, no futuro nomeadamente até de alguma violência que se pode gerar.” O multiculturalismo surge aqui como um fator fundamental no engrandecimento do Concelho da Maia, como nos diz **António Silva, Presidente do F. C. da Maia e do F. C. da Maia Lidador**, “*subscrevo rigorosamente o conceito de multiculturalismo e entendo que a defesa da diversidade cultural deve ser um dos pilares de qualquer sociedade desenvolvida. Creio que na Maia, ou melhor, creio que em Portugal que é um país com tradição histórica profundamente multicultural, não há grandes fenómenos, ou até não haverá fenómenos nenhuns, de racismo ou até de xenofobia. Creio que a Maia ao longo dos anos soube lidar sempre de forma exemplar com os pequenos grupos de culturas diferentes que foram surgindo no Concelho.*” **Tiago Sobral, Presidente do Club Desportivo de Águas Santas**, afirma que “*consegue-se ver na Maia e principalmente em Águas Santas (...) bastantes comunidades estrangeiras (brasileiros e ciganos)*”. **Palhares Delgado, Presidente do Maia MG Clube**, diz-nos que “*a Maia é como todos os outros Concelhos e o país, em si extremamente recetiva para as outras culturas, porque somos um povo tradicionalmente aberto por várias razões históricas, o que nos leva de facto a aceitar a cultura dos diferentes povos (...). Vemos coletividades envolvidas (...) e onde são aceites pessoas de todo o credo e de toda a nacionalidade sem qualquer limitação.*” **João Martins, Presidente do Grupo Desportivo de Águas Santas**, diz-nos que “*qualquer tipo de cidadão não português que venha cá parar é muito bem recebido (...). É gratificante para toda a gente (...). É ótimo ter cá pessoas de outros países, porque só nos enriquece (...). A Maia é um Concelho muito jovem, muito virado para as pessoas e de certeza como trata bem os que cá estão também os que cá chegam são muito bem recebidos (...). A Maia está para receber pessoas que vêm de fora. Não vejo aqui nenhum*

entrevista no acolhimento dessas pessoas.” **Joaquim Reis, Presidente do Clube Académico de Sangemil**, diz-nos que a “*Maia no meu ponto de vista, é um Concelho que privilegia o relacionamento entre as várias culturas (...). Temos muitos exemplos no nosso Concelho onde (...) há vários grupos de outros países, nomeadamente, brasileiros e chineses que têm uma integração completamente normal e completa (...). Fazem a vida completamente normal como faz um maiato ou um cidadão nacional. Vejo que no nosso Concelho não há qualquer ostracismo ou qualquer radicalismo de circunstância, de fechar portas a esse tipo de culturas.*” **Manuel Araújo, Presidente do Grupo Desportivo Avioso S. Pedro**, refere que “*na Maia temos duas ou três culturas diferentes com mais peso que são a ucraniana, a brasileira (...) acho que a diferença (...) era de conviverem e se integrarem na sociedade. Umas optaram mais pelo trabalho e pela ajuda das pessoas que estavam cá, outras nem tanto.*” No enquadramento do Concelho da Maia, **Rui Lopes, Presidente do Maia Basket Club** afirma que, “*não temos grandes problemas sociais a nível de grupos ou etnias, por isso não vejo que no Concelho da Maia tenhamos grande problema relativamente a esta situação.*” O mesmo afirma **Baltazar Ferreira, Presidente do Sport Clube Castelo da Maia**, ao referir que “*as diversas culturas estão perfeitamente enquadradas. A Maia é um Concelho novo. Digamos que grande parte da sua população residente também vem de outros Concelhos e daí aquilo que eu sinto (...) é que todas as culturas estão perfeitamente enquadradas.*” **Alcino Campos, Presidente da Associação os “Leais e Videirinhos de Pedrouços”** afirma que as “*diversas comunidades dentro do nosso Concelho, engrandecem mais o Concelho, a comunidade, porque nós também somos um país de imigrantes. Temos muitos portugueses espalhados pelo mundo.*” **Relativamente à segunda pergunta**, “*Numa Sociedade multicultural poderá o desporto ter um papel importante para a integração e agregação das diferentes comunidades?*”, todos os responsáveis das associações e coletividades desportivas responderam afirmativamente. Será de salientar que muitas das respostas em complemento conseguem construir uma linha de pensamento, como é o caso das respostas de **Joaquim Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural das Arregadas**, que

afirma que *“o desporto é uma coisa a que todos devem ter direito desde pequenino”* ou de **José Pedro Barbosa, Presidente do Ginásio Clube da Maia**, que refere que *“é importante, no sentido de formar e educar”* ou *“um fator de união”* como afirmou **Carlos Gomes Presidente do Grupo Motard da Maia**, ou um fator de agregação social como nos diz **Rui Borges, Presidente do Maia Atlético Clube**: *“o desporto (...) teve sempre o condão de (...) colocar em interação os mais diversos povos e sociedades respeitando as suas diferenças como é obvio sem olhar a ideologias religiosas políticas de raça e outra coisa desse género.”* Nesta mesma linha, **Pedro Maia, Presidente da Associação Desportiva Academia da Bola**, afirma que o futebol *“é o único mecanismo que faz reunir o Presidente da República, o Primeiro Ministro, o sapateiro, o trolha, quer dizer uma profissão das mais nobres e uma das mais humildes onde as pessoas nesse momento, nessa hora e meia são exatamente iguais. Não há estratificação social, não há nada, estão no desporto.”* **Marco Silva, Presidente Associação Desportiva e Cultural de Teibas**, diz-nos que *“o desporto (...) procura o bem estar das populações (...) não excluindo os altos, os baixos, os gordos, os pobres, os ricos, as pessoas com deficiências motoras e mentais, as crianças e os idosos.”* Para **Manuel Moreira, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins**, *“o desporto (...) não diferencia pobres de ricos.”* No culminar das referidas ideias, **Mário Rui Borges, Presidente do Inter de Milheiros Futebol Clube**, afirma que no desporto, *“não existe raça, não existe cor, só existe o homem, ponto final e as pessoas têm que se respeitar mutuamente.”* Segundo **Palhares Delgado, Presidente do Maia MG Clube**, *“é através do desporto que nos inserimos numa sociedade desconhecida (...), porque o desporto (...) é mundialmente aceite e é sempre igual em todos os lados. Portanto é uma forma de nos unirmos nos diferentes locais do mundo entre as diferentes culturas.”* No mesmo enquadramento, **Joaquim Azevedo, Presidente do Clube Académico de Pedrouços**, diz-nos que os *“vários desportos são comuns nos vários países e continentes. Logo deve ser utilizado como elo de ligação de várias culturas e costumes. A utilização de um uniforme ou equipamento é uma demonstração eficaz dos objetivos da igualdade e da*

união no desporto. Uma luta de vários atletas na mesma equipa, de vários países diferentes, pelo mesmo objetivo final.” Em complemento a estas respostas **Paulo Couto, Presidente da União Ciclista da Maia**, afirma que “os valores do desporto são essenciais a essa integração e portanto, pela via do desporto acho que é uma das melhores vias para que as pessoas se integrem e se sintam na sua plenitude cidadãos com os mesmos direitos dos nacionais.” Nesta mesma linha será de salientar a resposta do **Paulo Salvador, Presidente do Clube Airsoft da Maia**, quando refere que o desporto “é conhecido por ser uma festa (...) e tudo que é festividades tudo que é festa anima as pessoas com um espírito mais positivo (...), as pessoas andam mais animadas, esquecem muito mais os problemas e quando existem culturas diferentes, como é o caso dos Jogos Olímpicos ou no caso mais específico aqui na Maia, quando existem pessoas de várias faixas económicas, sociais e etárias mas que se juntam para um jogo de dominó, um jogo de ping-pong ou futebol, pais e filhos (...) esquecem-se das divergências, das diferenças que existem entre elas e obviamente que pelo menos enquanto aquele desporto dura as pessoas darão o melhor.” Apesar do quadro introdutório, muitas das respostas à referida questão tenderam para respostas muito generalistas como foi o caso de **Virgílio Pinto, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de Parada**, que afirma unicamente que é “*muito importante*” o desporto agregar as diversas comunidades culturais. Adelino Santos, Presidente do Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura, considera que seria “*bom*” o desporto ter um papel agregador. **Eduardo Soares, Presidente da Associação Desportiva Académica do ISMAI**, afirma estar “*completamente de acordo. Acho que o desporto é talvez o melhor veículo.*” **António Moreira, Presidente da Associação de Moradores do Meilão**, refere que o desporto “é importante (...) por exemplo, a zona onde vivo e onde está a coletividade.” **Jorge Bártolo, Presidente da Associação de Moradores da Granja**, pensa que “é uma das funções primeiras do desporto (...) consegue de facto agregar e integrar diferentes realidades.” **Celestino Fonseca, Presidente do Castelo da Maia Ginásio Clube**, afirma que “sim” e diz-nos que o desporto “tem um papel muito importante neste tipo de integração ao nível da várias culturas.”

Francisco Alves, Presidente da União Columbofilia da Areosa, resume a sua resposta afirmando que *“sim, acho que sim, é importantíssimo”* **Carlos Caseira, Presidente do Pedrouços Atlético Clube**, afirma que o desporto é fundamental para *“levar a alguns fins.”* **Presidente Alberto Silva, da Associação Recreativa e Cultural de Gueifães**, afirma que *“o desporto faz parte das pessoas (...) é muito bom que o desporto ajude todas essas pessoas que vêm de outras nacionalidades.”* **José Almeida, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim**, diz-nos que o desporto é fundamental *“em Portugal principalmente onde temos comunidades ciganas, africanos, dos países de leste (...) vão aproveitando o desporto para se incorporarem na sociedade que temos.”* **Mário Rui, Presidente da Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro”**, afirma que o desporto será *“o mecanismo mais importante e demais fácil integração.”* **José Neves, Presidente do Equipetrol Futsal Clube**, acha *“que é muito importante. Acho que é o veículo de comunicação que neste momento poderá fazer uma agregação das diferentes comunidades.”* **Carlos Azevedo, Presidente da Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia**, afirma que *“o desporto é muito importante para a integração das comunidades, na medida em que na vivência (...) essas comunidades interligam-se muito melhor e consequentemente diluem-se as eventuais diferenças”.* **Joaquim Teixeira, Presidente da Juventude de Pedrouços Futebol Clube**, diz-nos que *“o desporto é muito importante, para eles como para nós portugueses(...)”* **Arnaldo Alves, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães**, afirma que *“o desporto é uma mais valia”* **José Cardoso, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Vilar**, diz-nos que no desporto *“tem muita importância o convívio das pessoas em conjunto torna-se bonito e tornam-se amigáveis.”* **Pedro Praça, Presidente da Associação de Radiomodelismo da Maia**, afirma que *“toda a gente sabe o que é futebol e outros desportos (...) tudo ligado praticamente ao desporto.”* **Américo Silva, Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães**, diz-nos que *“é através do desporto que as pessoas se relacionam”* **Mário Freitas, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim**, diz-nos que *“o desporto (...) faz com que*

as pessoas se unam, convivam e haja uma solidariedade. O desporto passa a ser o pilar desta situação toda”.

Apesar deste aspeto generalista, diferentes temáticas foram levantadas e, nesse sentido, o desporto surge como uma ferramenta capaz de minimizar o desconforto social em que vivem as pessoas atualmente, conforme nos diz **Joaquim Carvalho, Presidente da Associação Atlética de Águas Santas.**

“Sobretudo hoje em dia, com as muitas dificuldades que as pessoas atravessam diariamente no seu dia a dia, o desporto (...) é cada vez mais (...) um meio para integrar as pessoas, para abstrair as pessoas dos seus problemas, fazê-las esquecer. Acho que as coletividades nesta altura, para além do seu trabalho diário, daquilo que estavam habituadas a fazer, têm também mais esta função, a de puxar as pessoas para o desporto, para minimizar as dificuldades do dia a dia, sobretudo (...) junto dos mais novos que também estão nesta altura a viver dramas familiares complicados.” Surge a ideia de que no desporto não existe necessidade de dominar uma língua para participar-se ativamente no mesmo. **Maurício Ramos, Presidente do Centro Social Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso,** refere que *“não preciso de falar em português ou em inglês para conseguir uma boa interação entre as várias comunidades. Para jogar à bola (...) qualquer linguagem torna-se perceptível, porque é a bola que importa”*, como nos diz **Ricardo Vilela, Presidente do Atlético Clube de Teibas.**

Os desportos coletivos surgem como uma base sólida para a integração dos diversos grupos culturais, como afirma **Pedro Araújo, Presidente Adjunto Arsenal Clube de Parada:** *“se o desporto for feito em grupo, existem várias pessoas, de várias culturas, de várias raças (...) e isso faz com que haja um papel importante nessa própria integração e na agregação das diferentes comunidades.”* **Albino Rodrigues, Presidente da Associação “Ases de Família”,** diz-nos que *“os desportos coletivos são a melhor coisa que pode haver, porque (...) se aprende a trabalhar em equipa e se há um elemento da equipa que num dado momento está menos bem, os outros que estejam bem são capazes de ir lá, deitam-lhe a mão e puxam-no para cima. São capazes de o elevar e são capazes de fazer com que ele atinja o plano mais elevado de*

todos aqueles que compõem a própria equipa.” Sousa e Silva, Presidente do Futebol Clube de Pedras Rubras, afirma, que “no caso das modalidades coletivas, são seres diferentes a trabalhar todos para um mesmo fim (...). O desporto ajuda muito esta integração exatamente por isso, pela integração das várias pessoas, todas distintas, mas com aquele espírito de atingir um objetivo comum (...). O desporto é das poucas valências onde há uma integração muito próxima do perfeito.” De acordo com o que foi dito, será importante salientar que os desportos coletivos, apresentam-se como um instrumento de intervenção, um alto potencial educativo (Marques, 2009, p. 306). Todavia tanto ao nível individual como coletivo, o desporto apresenta uma interligação de valores necessários à vida o que aprofunda a sua importância humanista e favorece as relações humanas no quotidiano (Moreira, 2012, p. 164). Surgem dificuldades logísticas no sentido de operacionalizar as potencialidades que o desporto tem para congregar as diversas comunidades. Neste sentido, António Moreira, Presidente do Clube de Karaté da Maia, afirma que “não é fácil fazer-se essa integração, (...) porque às vezes existem algumas condicionantes, do ponto de vista logístico, a estas integrações que são, cada vez mais, as dificuldades que as coletividades têm. Por exemplo, ainda sexta-feira, tivemos um contato com um romeno que está a estudar no ISMAI e que quer vir trabalhar connosco. Tem conhecimento do nosso trabalho (...). Temos um problema logístico o romeno está cá a estudar ERASMUS durante dois anos e é um bom atleta, mas não temos condições para o ir buscar para poder connosco aprender e nós aprendermos com ele portanto fazer esta interação de culturas (...). Temos outra experiência nesta área que foi um bielorusso que treinou connosco três anos, inclusive comeu em minha casa (...). Durante algum tempo, foi um atleta medalhado nos campeonatos do mundo, era um atleta (...) de grande nível. Hoje é seleccionador da Biolorussia e esteve aqui com grande dedicação ao clube (...), ao carácter nacional, defendeu o nosso clube de uma forma muito particular, mas isto tem sempre estas condicionantes (...) ele é muito importante, porque é uma forma de apoiar e nos desenvolvermos também, porque quem vem de outras comunidades (...) tem sempre qualquer coisa para nos ensinar, portanto quando há esta partilha de

conhecimentos é muito interessante é muito positivo (...).” Nesta mesma linha, **Carlos Tedim, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Santana**, afirma que o desporto é fundamental *“mais do que nunca, (...) e acho que os clubes são uma peça fundamental, apoiados, neste caso, pela Autarquia que tem sido incansável neste aspeto.”* **Alberto Brilhante, Presidente do Grupo Motard “Os Atrasados”**, afirma que sim, *“porque vai ajudar (...) bastante se tiver apoio das entidades principais (...) é muito importante para a cidade.”*

O desporto, pelo facto de envolver grandes quantidades de pessoas, permite um maior relacionamento entre elas, como afirma **Carlos Ribas, Presidente do Maiastars**, *“o desporto estando enraizado neste momento em toda a gente, em todas as comunidades, em todo o mundo deve ser um elemento base que permita essa integração, essa aproximação de toda a gente. Ou seja, não acho que faça muito sentido hoje em dia falarmos em comunidades diferentes. Acho que deveríamos ser uma única comunidade, com pessoas doutras raças, de outras religiões, com outros propósitos, com outros pareceres, com outra forma de estar.”* **Jorge Sampaio, Presidente da Associação “Os Vencedores de S. Gemil”**, no mesmo enquadramento do Presidente do Maiastars, Carlos Ribas, reforça a ideia que *“o desporto (...) abrange totalmente todas as comunidades e acho que é importante.”*

O desporto permite uma troca de conhecimentos e assim um enriquecimento das diversas culturas em contacto, como afirma **Filipe Cardinal, Presidente da Assembleia Geral do Clube Escalada da Maia**, ao referir que é *“fácil de aprender.”* **Avelino Cruz, Presidente do Paraclube da Maia**, diz-nos que as *“pessoas vindas de diferentes proveniências têm conhecimentos diferentes dentro das mesmas modalidades (...) e os conhecimentos de um e de outro naturalmente fazem enriquecer o desporto. É por isso que muitas vezes os nossos atletas vão treinar ao estrangeiro ou os estrangeiros vêm treinar aqui em Portugal, nas mais diversas modalidades.”* **António Henrique Teixeira, Presidente da Assembleia Geral da Associação Beneficente da Campa do Preto**, diz-nos que o desporto *“tem um papel muito importante (...), porque conseguimos ter através do desporto, em diferentes áreas (...) interação das pessoas, de diferentes (...) maneiras de estar e de ser e depois partilham os*

seus conhecimentos (...) aprendem ambas as partes e conseguem trazer mais riqueza para o futuro.” **Manuel Armando, Presidente do Centro Equestre da Maia e da Liga Portuguesa de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida**, afirma que o desporto *“é importantíssimo, porque há várias mentalidades e assim todos ficam a perceber um bocadinho de cada país digamos assim.”* **Manuel Araújo, Presidente do Grupo Desportivo Avioso S. Pedro**, afirma que *“se uma pessoa juntasse no desporto mais que uma cultura diferente, (...) a nossa cultura era capaz tirar benefícios sobre isso.”* **António Cunha, Presidente da Juventude Desportiva de Águas Santas**, afirma que é *“bom, porque (...) aprendemos muita coisa (...) especialmente com os brasileiros que têm habilidade para o desporto. Aprendemos muito com eles. Aliás, o nosso desporto tem evoluído favoravelmente derivado também à vinda desses imigrantes (...) para nós é bom.”* O desporto permite que as pessoas se sintam mais à vontade conforme afirma **Mário Duarte, Presidente da Associação “Dadores de Sangue da Maia”** que refere que o desporto *“é sempre importante, é onde eles se sentem sempre mais à vontade.”* O desporto afasta as pessoas *“dos maus caminhos”* conforme nos diz **Joaquim Silva, Presidente do Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube**, refere que *“é uma forma, muitas das vezes (...), daqueles que andam nos caminhos menos bons e que precisavam de um acompanhamento e acho que é muito bom haver alguém que dê uma mão a essas pessoas (...) podemos ajudá-los para que sejam melhores.”* **Alcino Campos, Presidente da Associação os “Leais e Videirinhos de Pedrouços”**, diz-nos que *“o desporto tem grande valia quando começa pelos escalões mais pequenos uma vez que os tira do tal flagelo que preocupa muito os país... Os miúdos para além das escolas, têm que estar ocupados e o desporto é uma coisa importante na sua juventude. Concordo que deve haver desporto e que o Concelho da Maia é eficaz.”* **Mário Vinhas, Presidente da Mocidade de Sangemil Atlético Clube**, afirma que *“o desporto procura apenas o bem estar da população. Desta forma possibilita uma integração das diferentes comunidades afastando alguns desses seus constituintes dos maus caminhos.”* **Henrique Nogueira,**

Presidente da Associação Desportiva Sol e Campo, afirma que o desporto é fundamental *“para tirar pessoas e jovens das ruas.”*

Os Jogos Olímpicos surgem como um exemplo de agregação e união, conforme afirma **Manuel Barros, Presidente do Acro Clube da Maia**: *“basta pensar que os Jogos Olímpicos são o espelho disso mesmo.”* **José Fortes de Moraes, Presidente do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados**, afirma que sim e alude-nos para os Jogos Olímpicos, *“que é a maior manifestação desportiva a nível mundial onde junta participantes de todos os países e onde vemos uma mistura de sociedades (...) a conviverem, a estabelecerem laços, a fortalecer os laços entre si mais até que a competirem, exatamente, a conviverem e a darem a conhecerem-se ao mundo, muitas das vezes até países e sociedades que nem sequer tínhamos conhecimento que existiam. Portanto o desporto é uma forte componente aglutinadora para esta sociedade multicultural.”* **Albino Rodrigues, Presidente da Associação “Ases de Família”**, dá-nos o exemplo dos Jogos Olímpicos que têm como principal objetivo *“aproximar as culturas para aproximar as pessoas (...) progredir o indivíduo enquanto homem, enquanto pessoa não só fisicamente mas culturalmente e intelectualmente (...) o desporto é uma coisa fundamental (...) da capacidade (...) de recriar fisicamente o atleta, transformá-lo num homem para a vida, transformá-lo culturalmente, transformá-lo a nível social e inseri-lo na comunidade.”*

As regras implícitas ao desporto surgem como um dos fatores fundamentais no entendimento entre os diversos grupos culturais conforme afirma **Jorge Lemos, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia”**: *“o respeito das suas regras levam a que haja uma maior compreensão.”* **Mestre Luís Delalande, Presidente da Academia de Kick Boxing da Maia**, afirma que *“no desporto para já tem que haver uma regra e a regra que existe em quase todos os desportos é internacional (...) independentemente da crença, da cor de pele, da religião (...). Acho que é o ideal e o sítio onde não se discute muito se o indivíduo é de cor, se o indivíduo é muçulmano ou é cristão. Acho que é o veículo principal para as pessoas se unirem um bocadinho e acho que é uma das alturas em que nós não sentimos*

quem é quem (...). Se reparar noutros sítios em que a maior parte da rapaziada teve desporto trata a pessoa por “Tu” ou mesmo pelo nome esquecendo qual é a posição social ou a crença ou a proveniência. Portanto tratamos por tu e pelo nome esquecendo tudo o resto.” Eunice Lebre, Presidente do Clube de Natação da Maia, diz-nos que o desporto “é a principal charneira da integração das diferentes culturas numa sociedade (...), porque é um tipo de manifestação que é transversal a todas as culturas e as modalidades praticam-se com as mesmas regras, não interessa nem o país, nem a cultura, nem a cor, nem a raça nem o credo (...) são sempre as mesmas, portanto só por isso, eu acho que é das poucas linguagens universais para toda a gente (...). É das poucas coisas não digo que é única (...) é das poucas coisas que é transversal a todo o mundo.” João Maio, Presidente do Clube de Ténis da Maia, afirma que “o desporto (...) é algo onde estas pessoas podem (...) conviver em conjunto. O desporto é uma coisa que tem regras próprias, não são regras nem de um povo, nem de uma religião, nem de uma região (...) é uma regra própria e as pessoas ao conviverem consoante as regras que estão definidas (...) que são universais (...) no outro lado do mundo joga-se da mesma forma, e as pessoas ao conviverem, uma equipa que tenha um argelino, um espanhol, um italiano, um belga, um asiático ou um indiano qualquer, sabe perfeitamente que tem que se cingir aquelas regras para conseguir jogar e ao conviverem em conjunto acabam por perceber que afinal as diferenças que existem de educação e de cultura não são assim tão diferentes. Afinal somos todos seres humanos.”

O desporto propicia a partilha de um objetivo comum, conforme afirma **Maliza Rodrigues, Presidente da Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA**: *“as diferentes comunidades passam a ter um fator em comum entre elas.”* O Vice Presidente, **Fausto Saavedra, do Grupo Desportivo “Os Maiatos”**, diz-nos que o desporto permite *“articular interesses comuns”*. **António Moura, Presidente da Associação Clube de Todo o Terreno da Maia**, afirma que *“no desporto não há raças (...). Os miúdos que integram os nossos clubes e os graúdos (...) são todos diferentes, mas são todos iguais, vestem todos a mesma camisola e quando todos têm a camisola vestida passam a ter um objetivo só.”* **Tiago Sobral, Presidente do Club Desportivo**

de Águas Santas, diz-nos que *“abre às pessoas a possibilidade de se conhecerem um pouco melhor dentro de um balneário, por exemplo é onde podem permanecer, falar, divulgar, trocar ideias e acho que é o mesmo dentro de campo. É uma união muito forte apesar das raças serem diferentes. É uma união muito forte, porque estão (...) a representar um clube (...) com um símbolo ao peito.”*

O desporto escolar surge como um fator fundamental na agregação das pessoas de diferentes comunidades, como afirma **José Peixoto, Presidente da Associação Lusitana de Pedrouços**. Relacionando esta resposta com a anterior, José Peixoto afirma que foi *“através do desporto escolar que se apercebeu da integração de filhos de gente, da Europa e da América.”* **Baltazar Ferreira, Presidente do Sport Clube Castelo da Maia**, afirma que “sim” e salienta que o desporto escolar *“devia ter muito mais intervenção”* e afirma que a *“componente do desporto devia começar muito mais cedo. Devia ter uma carga horária muito maior, porque o desporto é saudável de várias maneiras. Não só no aspeto físico, mas também no desenvolvimento da identidade do próprio cidadão e das próprias comunidades e (...) vários desportos coletivos promovem essa congregação das diferentes comunidades.”* **Daniel Branco, Vice Presidente do Clube Amigos do Corim**, considera que *“o desporto, não só ao nível competitivo e até ao nível escolar, (...) é importante para a integração das comunidades (...) e (...) agregação de novas técnicas.”* Várias das respostas denunciaram a experiência associativa dos entrevistados. Assim, **António Santos, Presidente do Clube Académico de Pedras Rubras**, responde-nos enfatizando os clubes e as associações que têm o papel de agregar *“diversos tipos de pessoas, diversas etnias línguas e conseguem juntá-las e uni-las até em prol dos objetivos traçados.”* **Joaquim Reis, Presidente do Clube Académico de Sangemil**, salienta que *“o desporto é (...) importante para a dinamização até cultural da própria sociedade (...). Vemos muitas associações e coletividades onde já fazem parte das suas famílias associativas, das suas famílias desportivas, vários elementos de outros países, nomeadamente brasileiros que é uma cultura que está profundamente instalada em todo o país. Verifica-se a coexistência pacífica e uma relação*

completamente normalizada entre essas culturas (...) há casos de muito sucesso, no desporto onde se demonstram sinais bastante positivos e de uma perfeita simbiose entre as diversas culturas. No desporto, noto e tenho conhecimento que essa relação tem uma coexistência natural, normal, e que tem dado frutos bastante positivos.” De acordo com a referida afirmação conseguimos perceber o enquadramento das coletividades com a diversidade cultural através da afirmação do **Rui Lopes, Presidente do Maia Basket Club**: *“será uma opinião unânime que a função do desporto e das coletividades não é pensar nisso ou virada para essa situação, vamo-nos adaptando.”* **João Martins, Presidente do Grupo Desportivo de Águas Santas**, reforça a importância do acolhimento no desporto dizendo-nos que *“o acolhimento é muito importante e sabemos que há pessoas que só vêm com as famílias. No fundo trazem o pai, a mãe talvez um ou outro irmão e quando chegam notam que há este choque de não terem amigos (...). O facto dos miúdos caírem aqui nas coletividades, acaba por criar um laço de amizade com outros colegas que vão encontrando (...). Esse amigo do futebol na escola, se calhar, também o encontram e esse acolhimento e essa aproximação é útil para eles. Penso que é muito importante o desporto nessa área. O desporto é universal. Todos os jovens gostam de o praticar. Penso que é um bom meio para acolher e integrar as pessoas que cá chegam.”* **José Augusto Queirós Mota, Presidente do S. Cosme Ténis de Mesa Clube**, diz-nos que o *“desporto é benéfico (...) para os miúdos na escola. Nos clubes (...) eles aprenderem a linguagem (...) os nossos costumes, a nossa alimentação (...). Se num clube, às vezes, vamos almoçar (...) a alimentação deles não é igual à nossa, portanto é uma maneira de os inserir nos costumes.”* **Jorge Monteiro, Presidente da Associação Portuguesa Okinawa Goju_ryu Karate_do APOGK**, afirma que *“realmente o desporto é uma coisa incrível (...). A experiência que tenho, por exemplo, é que eu faço estágios em todo o mundo e costumo dizer aos meus alunos que tenho amigos de todos os países. Conseguimos reunir pessoas de África, dos Estados Unidos, do Canadá, da Australia, da Nova Zelândia, do Japão, da Europa e realmente damo-nos todos bem. Creio que através (...) do Karaté as pessoas conseguem (...) remar para o mesmo sítio (...). É o que diz o meu*

mestre que o Karaté (...) contribui para a paz no mundo. O desporto é fundamental.” Manuel Barros, Presidente do Acro Clube da Maia, afirma que se “, verifica no último ano a entrada de algumas pessoas com outras origens geográficas, com outra cultura e outra religião.” Manuel Faria, Presidente do Núcleo Desportivo Santa Joana, refere que “tivemos também o caso de atletas ucranianas. Foi uma experiência muito importante com culturas totalmente diversas e à qual elas aprenderam e deram a aprender.” José Morais, Presidente do Grupo Desportivo “Mocidade 2010”, afirma que o desporto tem “dos maiores papéis que é o (...) de integrar (...) grupos culturais.” António João Tavares, Presidente da União Nogueirense Futebol Clube, diz-nos que “sim” e enquadra a sua resposta com a realidade do clube: “no desporto principalmente aqui no nosso clube, os pais, em primeiro lugar, e depois os filhos estão completamente integrados, são pessoas (...).” Manuel Teixeira, Presidente da Associação Cultural e Desportiva Ficocables, afirma que é necessário “tentar chamar as pessoas que muitas vezes têm vergonha se sentem deslocados (...) as pessoas às vezes nem têm jeito (...) eu vou trazendo outras pessoas (...) e vamos absorvendo (...) e essas pessoas acabam por se integrar” Algumas respostas tiveram um fundamento social, e neste sentido António Silva Presidente do F.C. da Maia e F.C. da Maia Lidador, diz-nos que no enquadramento do futebol “isto é mais ou menos óbvio. A integração de africanos, de muçulmanos, de pessoas oriundas dos países de leste, no caso europeu, da América Latina acho que é óbvio para toda a gente que o desporto consegue suprimir por completo as diferenças culturais existentes entre, por exemplo, os jogadores de futebol, os de basquetebol ou outro de qualquer modalidade. Portanto, creio que o desporto é fundamental na integração (...) e creio que o desporto tem feito isso de forma exemplar e até de forma única (...) no que concerne ao multiculturalismo. No caso francês (...) eu nunca ouvi, por exemplo, a Federação Francesa de Futebol a discutir se os muçulmanos que fazem parte da seleção devem ou não cumprir o ramadão e vejo o Presidente Francês a discutir a possibilidade do uso do véu islâmico, a possibilidade de ter ou não ementas diversas na cantina. Portanto (...) um dos muitos méritos do desporto será rigorosamente o

de ter a capacidade importante de agregar comunidades culturais muito diferentes sem nenhum problema de segregação.” **José Azevedo, Presidente do Folgosa da Maia Futebol Clube**, evidencia o desporto profissional, em que este é *“formado por jogadores estrangeiros e (...) o público não distingue o jogador que é português e um jogador que é americano, que é inglês ou que é preto. São todos jogadores de futebol (...). O desporto é um bom exemplo do que é uma inter-relação multirracial entre comunidades diferentes.”* **José Manuel Correia, Presidente da Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”**, diz-nos que *“o desporto (...), a começar pelos Jogos Olímpicos (...), devia ser muitas vezes uma festa (...) do convívio multicultural. Infelizmente nem sempre assim tem acontecido pois às vezes é politizada (...). O desporto é de facto uma atividade que evolui não só do ponto de vista pedagógico como do ponto de vista psicofisiológico (...). O desporto é (...) uma das atividades (...) em que as várias culturas podem viver e partilhar (...) conhecimentos (...), experiências de vida (...). Muitas vezes é instigado por agentes externos para que assim não seja (...). O desporto tem um papel muito importante a desempenhar assim como todos os agentes que estão no desporto (...). Saber e perceber bem que vivemos num mundo com muitas diferenças, mas somos todos muitos parecidos.”*

Relativamente à terceira questão “Poderão as Coletividades e Associações Desportivas ter um papel importante na agregação das diferentes comunidades existentes no Concelho da Maia?”, todos os entrevistados corroboraram que as coletividades têm um papel fundamental na agregação das diferentes comunidades.

As coletividades desportivas apresentam-se como um foco de atração e dinamização, pela sua proximidade às populações, como afirma **Paulo Salvador, Presidente do Clube Airsoft da Maia**: *“uma coletividade e uma associação desportiva reúne as pessoas onde elas estão. Pode ser uma coletividade do bairro, da freguesia, portanto as pessoas conseguem-se juntar num clube, numa associação, praticar a atividade que mais gostam sem ter que se deslocar a um grande centro ou uma cidade.”* Nesta mesma linha **Paulo Couto, Presidente da União ciclista da Maia**, afirma que *“as coletividades*

(...), desenvolvem cada uma as suas atividades desportivas e ao estarem em contacto com a população têm uma aproximação maior a essas populações, digamos, migrantes. Portanto terão que ter uma sensibilidade para acolher e para receber essas pessoas (...). Penso que têm que desenvolver mecanismos de socorrer as pessoas (...).” É indiscutível o papel das coletividades desportivas na sociedade e prova disso é o testemunho do **Presidente da Associação “Ases de Família”, Albino Rodrigues, que refere que** “se não houver coletividades que reúnem a comunidade, não há hipótese de fazer o que quer que seja. Estas coletividades são o sumo daquilo que há de bom na própria sociedade. Permitem o acesso à atividade desportiva (...). Estas associações, muitas vezes constituídas por pessoas que prejudicam as suas vidas (...), desempenham um papel de realce na sociedade, e que pena é que muitos poderes não se apercebem (...). Nós, no Tribunal de Família de Menores do Porto (...), optamos por inserir os menores em coletividades desportivas em detrimento de centros de recuperação de menores e, ao inserir-se os menores nessas coletividades, recuperaram para a vida, recuperaram os sentimentos, ficaram a conhecer outras valias e tiveram inclusivamente coisas interessantes que lhes aconteceram que provavelmente não esperariam (...). Alguns desses menores há três ou quatro anos que jogam nas selecções nacionais em modalidades amadoras. Como conheço mais o andebol, sei os que estão no andebol, mas também estão noutras modalidades (...) e eles hoje quase que se regozijam com isso e que vêm agradecer. Posso dizer que hoje são excelentes estudantes (...). Conheço três ou quatro (...). Um deles já fez uma licenciatura e está a fazer um mestrado. É um indivíduo que continua a praticar desporto e diz que jamais deixará de praticar (...). Estas coletividades são um fenómeno social tão relevante que à maior parte das pessoas passa-lhes ao lado.” Esta formação/educação possível nas coletividades advém muito das regras associadas ao desporto. Neste ponto, **Eunice Lebre, Presidente do Clube de Natação da Maia,** demonstra a sua preocupação afirmando que “nunca, em tempo algum, devem ser mudadas as regras de treino, as regras de funcionamento e as regras de disciplina para se ceder a caprichos de outros (...). Qualquer cultura, qualquer cor, raça, credo é bem vinda desde que se

integrem nas regras estabelecidas. Os clubes têm que funcionar com regras, as competições têm que funcionar com regras (...).” Relativamente a este ponto, **Palhares Delgado, Presidente do Maia MG Clube**, fala-nos da universalidade das regras *“o desporto une as pessoas nos mais diferentes cantos do mundo, porque (...) as regras são sempre as mesmas tanto jogamos aqui futebol como jogamos na África ou no Brasil. Isso leva-nos precisamente à integração e no Concelho da Maia também acontece o mesmo.”* As valências das coletividades são muitas, entre as quais a abertura a todos os quadrantes da sociedade, conforme nos diz **Manuel Moreira, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins**, ao referir que *“as coletividades e associações desportivas (...) são essas que de uma forma ou de outra podem reunir pessoas de todos os quadrantes”*. Ou seja, projetam o seu trabalho à generalidade da população, como nos diz **Joaquim Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural das Arregadas**: *“as coletividades são a segunda casa de toda a gente que pratica desporto (...). O desporto já faz parte de um trabalho diário (...) os jovens e as pessoas que trabalham e a população em geral mesmo as pessoas da terceira idade já se preocupam, já fazem ginástica. O desporto era só para a juventude e hoje já não é assim (...). Uma coletividade já é (...) o mais importante que existe (...) e estão abertas para poder recrutar essa gente para trabalhar com eles.”* O fenómeno geracional surge como um fator importante nas questões relativas à integração, conforme nos diz **Eduardo Soares, Presidente da Associação Desportiva Académica do ISMAI**: *“falando especificamente da cidade da Maia (...) o rejuvenescimento que a cidade tem tido em termos de jovens na prática desportiva acelera esse processo. À medida que a população (...) hoje em dia muito mais aberto muito mais disponíveis para a mudança e para a alteração de hábitos e para a integração social (...) é muito mais fácil numa camada etária jovem que alguém que nasceu em 1950 ou 1940.”* Na mesma linha de pensamento **Mário Rui, Presidente da Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro”**, diz-nos que todas *“as coletividades são um pouco eremitas, portanto vivem muitas delas, do seu passado. O passado das coletividades é de um bairrismo (...). Tem que haver*

(...) divulgação, forma de explicitar aos associados (...) que efetivamente pode haver um grupo de ciganos, de imigrantes ucranianos, romenos (...) que estão neste momento isolados (...) acho que as associações novas, se calhar, já têm no seu historial pouco tipo de vivência. As mais antigas que vivem com sócios de cinquenta, sessenta e setenta anos muitos deles (...) nem aceitam este tipo de integração (...) e depois pensam que a associação é deles, porque foram eles que as criaram e há ali um bloco, há ali, digamos, uma rutura entre aquilo que se deve fazer e aquilo que os sócios, mais antigos neste caso, pensam (...). As associações, como sempre, têm um papel decisivo e importante nesta integração (...) e uma vez que estamos a falar de desporto eu posso dizer que nas nossas camadas jovens temos indivíduos de vários grupos e eles estão perfeitamente integrados.” As pessoas mais velhas também podem trazer benefícios. **António João Tavares, Presidente da União Nogueirense Futebol Clube**, reforça as vantagens da presença dos escalões mais elevados (veteranos) na transmissão de valores aos mais novos. Assim, João Tavares afirma que “as associações desportivas têm e terão sempre um papel importante na agregação das diferentes comunidades existentes. No Concelho dedicámo-nos ao futebol e penso que estamos a cumprir com este objetivo (...) que é a formação do desporto em si, desde do jovem atleta dos seis anos até termos aqui já veteranos (...) e este leque de idades é salutar e sempre bem vindo. O desporto tem que ser o desporto pelo desporto e não o desporto por qualquer outra situação, mas aqui (...) agora temos veteranos juntamente com miúdos de cinco e seis anos e que se habituem a respeitar e a conhecer, mas mais os veteranos são um exemplo para eles.” No afloramento das questões constitucionais, **Manuel Teixeira, Presidente da Associação Cultural e Desportiva Ficocables**, diz-nos que a seguir “ao poder político (...) a fazer (...) esse trabalho, acho que somos nós que o fazemos. As coletividades são o primeiro motor para isso mesmo, portanto a Maia, por aquilo que eu conheço, faz mais ou menos bem o seu papel.” Relativo a este ponto **Baltazar Ferreira, Presidente do Sport Clube Castelo da Maia**, diz que vê “as coletividades e as diversas associações a substituírem-se ao estado.” O mesmo acontece com **Marco Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural de Teibas**,

afirmando que as *“associações desportivas são as principais entidades que garantem o direito constitucional à prática do desporto.”* Esta possibilidade, também ela, é possível, em grande parte, pelo o apoio das Autarquias, conforme nos diz **José Augusto Queirós Mota, Presidente do S. Cosme Ténis de Mesa Clube:** *“a Câmara da Maia é das (...) que melhores instalações tem (...) portanto se tem instalações, tem clubes a praticar esses desportos a nível nacional. Por isso mesmo podem inserir (...) essas pessoas (...) podem escolher onde podem exercer o desporto que faziam nas suas origens.”* As crianças surgem como um dos fatores fundamentais na reunião das diversos grupos culturais numa coletividade conforme afirma **António Silva, Presidente do FC Maia e FC da Maia Lidador:** *“o Concelho da Maia tem um número imenso de coletividades e de clubes desportivos. Pela experiência que tenho quando uma família, de um país diferente (...), chega à Maia, tem crianças em idade de praticar desporto. Um dos primeiros fatores de integração é precisamente a vontade que os filhos têm de praticar uma determinada modalidade. Como os mais jovens são, por tradição mais agregadores, têm maior capacidade de rapidamente fazerem novos amigos. Rapidamente conseguem integrar-se numa comunidade desportiva e obrigatoriamente transportam os pais para essa realidade.”* A promoção do multiculturalismo passará também pela promoção dos desportos coletivos, conforme afirma **Maliza Rodrigues, Presidente da Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA,** *“melhor maneira de integrar o multiculturalismo é através de desportos essencialmente coletivos.”*

O pagamento de quotas surge como fator limitativo, como refere **Carlos Ribas, Presidente do Clube de Desporto, Cultura Ambiente e Solidariedade Social - Maiastars:** *“o desporto é para todos, é para os magros, é para os gordos, é para os altos, é para os baixos, é para os negros, é para os brancos, é para as religiões católicas, é para as religiões não católicas. Atualmente é para toda a gente (...). Neste momento vejo apenas uma grande questão que, por acaso, no meu clube isso não acontece ainda: os clubes da Maia (não sei se será a maior parte) já cobram uma mensalidade, que considero até justa, para as pessoas fazerem desporto. No entanto, nós vivemos num período de*

*crise, portanto o fator económico pode ser uma fator limitativo (...). Felizmente no meu clube continuamos, desde do seu início, sem cobrar qualquer mensalidade à prática desportiva precisamente pelas questões sociais, pelas questões de integração, ou seja, temos várias nacionalidades de atletas filhas de imigrantes de leste (...), filhas de imigrantes do continente Americano. Cada um tem o seu credo, não são todos católicos (...). As regras, os hábitos, que criamos e que ajudamos a criar, são iguais para todos. Portanto, o desporto é um fator agregador (...). O desporto tem um papel fundamental dentro do nosso Concelho para este multiculturalismo, para esta integração, para esta agregação de todas as comunidades.” Apesar desta quotização ser um problema na integração, também há quem consiga resolver a situação, como é o caso do **João Martins, Presidente do Grupo Desportivo de Águas Santas**, que afirma que “daquelas pessoas que vão chegando de outros países (...) e quando têm algumas carências a nível económico (...) aceitamos, às vezes crianças que sabemos que não têm hipótese económica e serão bem vindas (...) torna-se mais fácil também viverem cá, porque se forem postas logo de parte, se houver essa marginalidade, depois é muito mais difícil para eles se integrarem na sociedade. Penso que as coletividades têm um papel importante nisso. Aliás era bom que as coletividades saíssem um bocadinho, fossem ver essas realidades e puxassem essas pessoas.” Outro fator que pode criar dificuldades na integração poderá ser a questão cultural, conforme nos diz **Pedro Maia, Presidente da Associação Desportiva Academia da Bola**, quando refere que as coletividades são “sempre um elo de ligação”, contudo “há comunidades e comunidades. Há umas que são fáceis de integrar e fáceis de se juntarem, de reger pelos nossos meios de pensar. Há outros que não, que estão fechados nelas próprios.” No enquadramento desta resposta, **Manuel Faria, Presidente do Núcleo Desportivo Santa Joana**, fala-nos da sua experiência ao nível do clube: “já tivemos duas atletas que eram de etnia cigana e que, efetivamente, custaram a integrar-se (...) outras nacionalidades, romenas (...) isto às vezes custa um bocadinho, mas penso que com um acompanhamento da parte das pessoas próximas das secções (...) as coisas conseguem-se (...). Poderei dizer que elas tiveram duas épocas connosco. Na*

primeira época foi mais difícil, mas na segunda época houve (...) uma aceitação muito boa dessas comunidades.” As dificuldades financeiras poderão ser um entrave à participação desportiva dos diversos grupos culturais, como nos diz **José Almeida, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim:** *“realmente as coletividades e as associações desportivas deviam ter apoios suficientes para poderem (...) ter um papel importante (...). As coletividades poderiam realmente fazer muito para que houvesse uma integração maior entre os diversos imigrantes. Se tivessem condições (...) financeiras para poderem fazer alguma coisa e ir trabalhando pouco a pouco, neste caso acho um bocado difícil, pelo menos da nossa parte. Não temos condições.”* **Adelino Santos, Presidente do Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura,** afirma que tudo depende do *“apoio que nos queiram dar, porque sem apoio não vamos a lado nenhum. Portanto podemos inseri-los em mais coletividades, mas temos que ter fundamento para isso. Temos que ter bases, porque se tivéssemos outros apoios (...) outros meios... estamos muito vetados. Também temos patrocínios (...) mas os que davam cem só dão vinte.”* **Henrique Nogueira, Presidente da Associação Desportiva Sol e Campo,** afirma que “sim”, mas *“com alguns apoios da Câmara (...), porque, às vezes a carolice só não chega. Perder dinheiro às vezes por um amigo, ajudar os amigos, aquele ombro amigo, a mão amiga, o afecto (...) como se dá a um filho, têm-se que tratar os filhos da mesma maneira. Aqui é um pouco igual. Se tratarmos-nos todos da mesma maneira, penso que conseguiremos.”* **Virgílio Pinto, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de Parada,** expressando a experiência pessoal na sua coletividade, diz-nos que *“para juntar as comunidades também é preciso criar as estruturas. Para criar estruturas também é preciso haver verbas e é muito difícil se não há verbas. Não se pode fazer nada.”* **José Cardoso Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Vilar,** afirma que é fundamental uma sede. Nesse sentido, a *“sede é parte número um para sócios, colegas e famílias (...). Se não houver sede, o pessoal não se junta e (...) acho muito bem ter uma sede aberta para toda a gente.”* Contrariando um pouco os aspetos restritivos relacionados com as questões económicas e de infraestruturas, surge a ideia lançada por **Alberto Brilhante,**

Presidente do Grupo Motard “Os Atrasados”, para quem as coletividades desportivas *“têm muita importância, porque há várias coletividades como no futebol, no atletismo, nas motos... em todas elas podem trazer-se visitantes que ajudam o Concelho a desenvolver o comércio.”* Introduzir novas estratégias será uma das resposta à agregação das diversas comunidades, conforme afirma **António Moreira, Presidente do Clube de Karaté da Maia**, que nos fala do salão de estudos criado pela coletividade. Este tem um papel importante na promoção das relações interculturais. Assim, e em resposta à questão, diz-nos que as coletividades *“devem caminhar nesse sentido (...). Devem ter esse papel ou devem procurar acompanhar e, dentro do possível, criar as condições (...) conseguirmos colocar um salão de estudos para os nossos atletas e alguns outros atletas que já temos de outros países (...) como chechenos, moldavos, esses atletas embora sejam crianças estão cá com os pais mas precisam de um apoio e às vezes diferente (...) temos algumas dificuldades em os perceber, mas o nosso objetivo é também permitir essa integração (...) colocando-os em parceria com os atletas portugueses, nesses salões de estudo, para poderem perceber ou para poderem melhorar os seus conhecimentos sócio culturais portugueses e também os portugueses poderem, com a partilha da sua cultura, sentirem ter uma mais-valia, ser motivo de um bom conhecimento de uma nova realidade, de uma nova cultura, de um país.”* **José Fortes de Moraes, Presidente do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados**, salienta que *“à escala do Concelho (...), por exemplo, lembro da Câmara Municipal da Maia ter uma das iniciativas (...) os Jogos Inter Freguesias que promove essa mesma multiculturalidade desportiva que existe entre as pessoas e não só. Tradicionalmente, há sempre um bairrismo muito próprio. Todos defendemos a nossa freguesia, a nossa rua, o nosso bairro. Enfim, as pessoas às quais temos uma maior afinidade, e através do desporto sabemos e deveremos saber viver com outras realidades, penso que o desporto será necessariamente um veículo prioritário dos mais importantes para esta agregação multicultural.”* **Manuel Araújo, Presidente do Grupo Desportivo Avioso S. Pedro**, diz-nos que *“nós como associação desportiva,*

se conseguíssemos chegar a um entendimento (...) sobre que tipo de desporto (...) abrimos um bocado as portas para o tipo de desporto onde eles se sentem mais à vontade, acho que nisso as associações são importantes (...) porque uma pessoa pode abrir um bocadinho as portas para eles sentirem-se mais junto com nós.”

De acordo com as respostas dadas à referida questão, podemos verificar, pelos testemunhos em seguida descritos, as inúmeras experiências com pessoas de outras comunidades, como é o caso do **Joaquim Reis, Presidente do Clube Académico de Sangemil**. Diz-nos “há uns anos aconteceu que tínhamos vários atletas de raça negra, alguns atletas de etnia cigana e que tínhamos a noção que o nosso clube, a nossa associação, servia também de um bom suporte social para essas pessoas. Com a sua participação e com a sua envolvimento no nosso meio, ajudaram de alguma forma a ultrapassar essas carências (...). Ajudávamos a garantir o ultrapassar de algumas dificuldades, portanto nesse aspeto tenho a noção de que só têm a ganhar por haver uma relação entre essa diversidade de culturas.” **Tiago Sobral, Presidente do Club Desportivo de Águas Santas**, afirma que as coletividades desportivas têm um “papel importante. Falo por experiência, porque no nosso clube já tínhamos pelo menos dois brasileiros e pessoas de raça cigana. Acho que foram oportunidades para eles poderem integrar o clube e darem-se com outras culturas” **Alberto Silva, Presidente da Associação Recreativa e Cultural de Gueifães**, diz-nos que ao “nível do Gueifães, temos um brasileiro e já tivemos um ucraniano. Todos que lá vão, nós aceitamos de bom grado.” **Américo Silva, Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães**, enquadrando a sua resposta com a experiência no clube, refere que “temos sempre atletas que vêm de outro tipo de comunidade (...). O intercâmbio das situações ou dos conhecimentos de uns e de outros vem engrandecer os próprios atletas conhecendo outros meios.” **Mestre Luís Delalande, Presidente da Academia de Kick Boxing da Maia**, expressando a sua experiência, diz-nos que é o “responsável pela Academia de Kick Boxing da Maia há vinte e quatro anos. Já dou aulas lá, sendo eu africano, sendo eu de Moçambique (...). No início eram mais africanos, mas para o final o que

acontece... Tenho lá muita gente de leste.” Carlos Tedim, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Santana, refere que no “clube (...) temos uma boa meia dúzia de imigrantes brasileiros e ucranianos que estão lá e nós damo-nos muito bem com a situação. Acho que têm um papel fundamental nesse aspeto. Isto agora é circulação livre. Há muitos imigrantes e as coletividades têm um papel fundamental sobre isso.” Joaquim Carvalho, Presidente da Associação Atlética de Águas Santas, acha que “agora não, mas na última década tivemos sempre atletas estrangeiros com outras culturas, com outras vivências. Acho que se conseguiu sempre uma integração (...) logicamente que os clubes, como uma parte integrante da sociedade, têm de promover essa integração e essa ajuda a pessoas que chegam, que nos vêm ajudar em termos desportivos, mas quanto mais fácil for a integração, quanto mais rápida for a integração, melhor é para eles e para nós.” Avelino Cruz, Presidente do Paraclube da Maia, afirma que na sua coletividade “sempre recebeu pessoas de diversas culturas e diversas nacionalidades. Ainda agora temos lá pessoas daqui da Europa, mas temos lá tido pessoas de diversas proveniências, de diversos países que participam e que entregam perfeitamente o clube nas atividades com os outros praticantes.” Pedro Praça, Presidente da Associação de Radiomodelismo da Maia, diz-nos que “este fim de semana que passou tivemos uma prova de radiomodelismo na nossa associação, ARMAIA, onde vieram pessoas do Algarve, de Lisboa, da Madeira.” Ricardo Vilela, Presidente do Atlético Clube de Teibas, afirma que “dentro da nossa coletividade tivemos brasileiros, tivemos cabo-verdianos e portanto fomos importantes nesse aspeto. Conseguimos integrar algumas pessoas e acho que também ajudamos na integração dessas pessoas na sociedade.” José Azevedo, Presidente do Folgosa da Maia Futebol Clube, diz-nos que “nunca vi comunidades que fossem excluídas (...). Temos lá um jogador ucraniano e um jogador equatoriano.”

O papel das coletividades ao nível da congregação das diversas comunidades está expressa nos vários testemunhos que passaremos a descrever. Assim, **Carlos Azevedo, Presidente da Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia**, refere que *“através das associações tem-se feito muito, para a*

integração dessas comunidades e isso vê-se no desporto e nas modalidades que as equipas, as associações, têm disponíveis nos seus clubes.” **José Peixoto, Presidente da Associação Lusitana de Pedrouços**, diz que “as associações culturais e desportivas têm um papel extremamente importante para toda esta junção.” **Daniel Branco, Vice-Presidente do Clube Amigos do Corim**, afirma que “as coletividades e as associações desportivas têm um papel muito importante não só ao nível do desporto em si, como a nível do acompanhamento dos jovens.” **João Maio, Presidente do Clube de Ténis da Maia**, alerta-nos para “os fenómenos que vão acontecendo. Sem a ajuda das coletividades e das comunidades será difícil e poderá, inclusivé, provocar choques culturais que venham a ter repercussões que não sejam agradáveis para a população maiata.” **Joaquim Azevedo, Presidente do Clube Académico de Pedrouços**, diz-nos que as “associações (...) neste processo de integração aceitam todos (...). Promovem várias atividades, na sua maioria gratuitas, não distinguindo raças, crenças, religiões nem nada. Aceitamos toda a gente.” **António Santos, Presidente do Clube Académico de Pedras Rubras**, diz-nos que as coletividades são “um polo comum para esses povos ou essas comunidades, têm no clube um ponto comum de conhecimento e trocas de valias.” **Mário Duarte, Presidente da Associação “Dadores de Sangue da Maia”**, afirma que “as coletividades estão cá e, falo por mim, um atleta ou um miúdo que seja ucraniano, ou seja do país que for (...) as portas estão abertas.” **José Neves, Presidente do Eiquipetrol Futsal Clube** afirma que “tem muita importância é fundamental” para a “agregação das diferentes comunidades.” **Mário Freitas, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim**, diz-nos que “as coletividades desportivas têm sempre um papel importante, porque há muitas comunidades que têm um certo preconceito de se integrarem na parte desportiva e social. Havendo clubes que abrem as portas é muito mais fácil.” **Sousa e Silva, Presidente do Futebol Clube de Pedras Rubras**, diz-nos que as coletividades “enquanto agregadoras de determinadas pessoas são importantes (...). A entrada para essas coletividades não é restringida a nenhuma raça, nem religião, nem cultura, por mais diferente que seja. Portanto estas coletividades são um polo

aglutinador (...) das várias culturas, das várias religiões (...). Acho que sim, acho que têm um papel importantíssimo.” **Carlos Caseira, Presidente do Pedrouços Atlético Clube**, sensibiliza-nos para o papel das coletividades na ocupação dos jovens dizendo-nos que *“em vez de estarem aí abandonados ou encostados no café, neste caso estando encostados a uma coletividade (...) estão próximos de alguém que os pode vigiar, que pode dar formação que até pode ser pedagógico. Também a família sabe onde eles estão e onde se encontram.”* **Joaquim Teixeira, Presidente da Juventude de Pedrouços Futebol Clube**, diz-nos que *“todas as coletividades do Concelho (...) são importantes para congregar.”* **Mário Rui Borges, Presidente do Inter de Milheiros Futebol Clube**, diz-nos que as coletividades desportivas podem ter um papel importante na agregação das diferentes comunidades, porque *“fazem como que a conheçam melhor (...) sua freguesia.”* **Arnaldo Alves, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães**, afirma que *“as coletividades são um polo de desenvolvimento junto das pessoas (...) e é salutar e (...) atendendo à situação do país acho que é muito mais importante agora outra vez.”* **Fausto Saavedra, Vice Presidente do Grupo Desportivo “Os Maiatos”**, diz-nos que *“os clubes e as associações desportivas (...) têm um papel importantíssimo no que diz respeito à agregação das diferentes comunidades que existem no nosso Concelho.”* **Jorge Lemos, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia”**, diz-nos que a Maia é muito eclética *“em termos de clubes (...). Toda a gente tem noção que existe sempre uma porta onde pode bater para praticar desporto, para estar com pessoas diferentes e acabam por ficar mais interligados e por haver uma maior aproximação entre as pessoas, o que leva, sem dúvida, a que consiga agregar pessoas diferentes.”* **Celestino Fonseca, Presidente do Castelo da Maia Ginásio Clube**, afirma-nos que *“as nossas coletividades podem ter um papel muito importante, sem dúvida alguma. Conseguem criar aqui algo em comum que será importante para aproximar estas diferentes culturas.”* **António Cunha, Presidente da Juventude Desportiva de Águas Santas**, afirma que *“as coletividades e as associações desportivas e recreativas são importantes (...) porque há um intercâmbio entre*

mentalidades, entre os povos.” **Jorge Bártolo, Presidente da Associação de Moradores da Granja**, diz-nos que *“de facto uma das funções das coletividades é agregar as diferentes pessoas, diferentes estilos, diferentes culturas, diferentes opiniões.”* **Rui Lopes, Presidente do Maia Basket Club**, diz-nos que *“a nossa função entre muitas será (...) precisamente isso (...) será uma obrigação dos clubes e das coletividades fazer com que as coisas funcionem.”* **Mário Vinhas, Presidente da Mocidade de Sangemil Atlético Clube**, afirma-nos que *“já existem algumas coletividades que partilham das mais variadas culturas e etnias trazendo consigo, digamos, esses valores que são uma mais valia para as nossas coletividades.”* **José Morais, Presidente do Grupo Desportivo “Mocidade 2010”**, diz-nos que é *“através do desporto (...) que se consegue unir todas as raças (brancos, pretos, amarelos, vermelhos)”*. **José Pedro Barbosa, Presidente do Ginásio Clube da Maia**, apela ao *“papel importante na comunidade”* que as coletividades neste enquadramento podem ter. **Jorge Monteiro, Presidente da Associação Portuguesa Okinawa Goju_ryu Karate_do - APOGK**, afirma claramente que *“sim”* e recorre à sua experiência pessoal dizendo-nos que *“por exemplo, na minha associação temos vários ginásios abertos, aquilo está aberto ao público, faz com que as pessoas em vez de irem de um lado para o outro venham para essas coletividades para praticar desporto e aí têm contacto com outras pessoas.”* **Manuel Armando, Presidente do Centro Equestre da Maia e Liga Portuguesa de Criadores e Proprietários de Cavalos de Corrida**, diz-nos que as *“coletividades e associações são importantíssimos, são um canal de transmissão das diferentes mentalidades e acho que é importante e têm um papel muito importante.”* **António Moreira, Presidente da Associação de Moradores do Meilão**, pensa *“que têm.”* **Francisco Alves, Presidente da União Columbofilia da Areosa**, é da opinião que *“sim.”* **Alcino Campos, Presidente da Associação os “Leais e Videirinhos de Pedrouços”**, afirma que *“somos um país que aceitamos as comunidades de braços abertos e, principalmente aqui no Concelho, não vejo inconveniente nenhum que se enquadre dentro do espírito da nossa comunidade, pessoas (...) de S. Tomé, de Cabo-verde, a comunidade cigana, dos países de leste*

Acho que até a Câmara está a fazer um papel importante em aceitar no nosso Concelho essas várias comunidades. Eu não vejo racismo nenhum nem deve haver racismo nenhum. Devemos enquadrar essas comunidades no nosso seio, na prática do desporto, seja no futebol, no voleibol ou no andebol (...).

António Moura, Presidente da Associação Clube de Todo-o-Terreno da Maia, diz-nos que as coletividades e associações desportivas *“unem as várias comunidades (...) nós portugueses somos homens de todo o mundo (...) por isso as nossas comunidades (...) integram-se muito bem nas nossas coletividades.”*

Filipe Cardinal, Presidente da Assembleia Geral do Clube Escalada da Maia, pensa que as coletividades têm um papel importante em proporcionar às diferentes comunidades um bem estar no enquadramento dos *“diferentes desportos que praticam.”*

Joaquim Silva, Presidente do Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube, afirma que *“as coletividades têm sempre um papel fundamental.”*

António Henrique Teixeira, Presidente da Assembleia Geral da Associação Beneficente da Campa do Preto, diz-nos que *“as coletividades têm um papel muito importante e são elas que dão, muitas das vezes, o nome de ser quer da cultura que praticam, quer no desporto que fazem e são elas que fazem o enaltecer e a riqueza para as pessoas que dela fazem parte (...) o desporto tem aqui um papel muito forte.”*

Maurício Ramos, Presidente do Centro Social Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso, diz-nos que *“as coletividades (...) têm um papel primordial nesta matéria. Além de ajudarem o Município, são elas que no fundo, vão fazer a congregação das várias raças e das várias culturas.”*

Manuel Barros, Presidente do Acro Clube da Maia, afirma que *“as diversas coletividades sejam elas competitivas ou não (...) ajudam o desenvolvimento da comunidade maiata nas suas diversas culturas e diversos estratos sociais.”*

Pedro Araújo, Presidente Adjunto do Arsenal Clube de Parada, diz-nos que a *“integração das várias pessoas, das várias culturas, faz com que seja um papel importante para as várias coletividades.”*

Jorge Sampaio, Presidente da Associação “Os Vencedores de S. Gemil”, diz-nos que “sim” e que *“pessoas de outras culturas (...) muitas vezes são absorvidas pelas coletividades e são integradas nas atividades.”*

Carlos Gomes, Presidente do Grupo Motard, refere que *“há*

uma coisa que os une muito. O desporto, é uma forma de passar o tempo com alguma coisa seja mototurismo, seja a jogar matrecos (...) seja a jogar Andebol.” **Carlos Alberto, Presidente da Associação Social e Cultural Monte das Pedras**, diz-nos que *“não há dúvida que as associações desportivas, culturais e recreativas podem representar um polo dinamizador e um polo aglutinador dessa gente (...). Aliás, tenho a certeza absoluta que onde existem pessoas dessas raças, credos, religiões, um dos locais privilegiados para se reunirem (...) são as associações desportivas ou culturais ou recreativas (...). Por aquilo que vamos observando por aí é que realmente as associações funcionam como veículo privilegiado da divulgação da cultura, do desporto, do recreio, das vontades de todas essas pessoas, quer sejam brancos, pretos, amarelos ou castanhos.”* **Rui Borges, Presidente do Maia Atlético Clube**, afirma que *“as coletividades maiatas são já até o principal acolhedor dos vários povos que habitam no Concelho. Deste modo, proporcionam meios humanos e estruturais para as pessoas poderem praticar atividade física e consequentemente ajudar a sua integração na nossa comunidade. Julgo que isso, todas as coletividades já o fazem.”* Contrariando o que aqui foi dito relativamente à sensibilidade e experiência dos responsáveis das associações e coletividades desportivas do Concelho da Maia, **José Manuel Correia, Presidente da Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”**, afirma que *“as coletividades da Maia (...) pararam no tempo. Muitas delas não perceberam que o mundo mudou muito rápido (...) e ficaram como que um pouco esclerosadas. Muitos dirigentes não perceberam que os tempos de hoje são diferentes. Os próprios jovens atletas que hoje recebemos têm um quadro de valores completamente diferentes daqueles que eram do passado e nós temos que perceber isso. As coletividades têm que perceber isso e temos que desenvolver novas metodologias, novas regras até de educação para com os atletas (...). As coletividades se perceberem bem o que estão a viver, a mudança social que houve no país e no mundo inclusive neste mundo globalizado (...) um dirigente de uma coletividade que não perceba esta realidade (...) devia dar lugar a quem estivesse disponível e com*

outra capacidade para levar isto para a frente, senão (...) o que vai acontecer é que essa coletividade vai definhar com toda a certeza ou manter-se.”

No que concerne à quarta e última questão *“No caso da sua coletividade em particular, consideraria alguma nova estratégia para o desenvolvimento de um desporto multicultural?”* os responsáveis das coletividades e associações desportivas responderam de forma diversificada de acordo com o seu ponto de vista e experiência enquadrada com a atual realidade desportiva da coletividade que representam. As coletividades e as associações desportivas apresentam-se como as instituições que mais têm contribuído para a promoção e desenvolvimento desportivo no enquadramento do direito constitucional (Constantino, 2001, pp. 10-11). De acordo com a nossa visão, as associações e coletividades desportivas devem ser instituições abertas à população em geral e, nesse sentido, têm uma profunda responsabilidade na promoção da pluralidade cultural, conforme nos diz **Mário Vinhas, Presidente da Mocidade de Sangemil Atlético Clube**: *“nós “associativistas” deveremos estar sempre disponíveis para a integração de novas pessoas independentemente do seu aspeto ou crença. Devemos considerar a inclusão de novos elementos nos mais variados projetos, elementos esses que possam, com os seus hábitos culturais, desportivos ou recreativos, enriquecer ainda mais o desenvolvimento da coletividade e deles próprios tirarem proveito disso.”* Na dinamização desportiva realizada pelas coletividades desportivas baseia-se em pressupostos básicos, em que alguns deles foram aqui expostos. É o caso do **Mestre Luís Delalande, Presidente da Academia de Kick Boxing da Maia**, através da sua resposta *“é só uma. É a estratégia que vou usando. É a estratégia da regra da educação do coração e da boa educação. Trabalhar um bocadinho com humildade.”* Estas palavras demonstram e caracterizam muito do que devemos esperar de uma qualquer coletividade, ou seja, uma dinamização desportiva assente em valores como as regras, a educação e a humildade. Nesta mesma linha, **Jorge Monteiro, Presidente da Associação Portuguesa Okinawa Goju_ryu Karate_do - APOGK**, diz-nos que *“há regras e, como costume dizer, há uma hierarquia nas artes marciais (...). Há uma hierarquia e temos as nossas regras. Costumo dizer que as pessoas entram,*

têm uma porta, são livres de ir embora e se não cumprirem as regras têm que sair. Creio que com as regras que temos, podemos fazer um trabalho válido para que todas as pessoas consigam caminhar no mesmo sentido.” **Fausto Saavedra, Vice-Presidente do Grupo Desportivo “Os Maiatos”**, diz-nos que pretende desenvolver um *“desporto multicultural assente em relações de solidariedade e convivencialidade, do encontro, do convívio e na manifestação de projetos coletivos.”* As referidas respostas reforçam o papel do movimento associativo ao nível da socialização, na transmissão de regras, do espírito de solidariedade e da reabilitação dos estratos sociais estigmatizados e abandonados (Marques, 2009, p. 303).

Como sabemos, o desporto tem um papel fundamental na integração das pessoas, onde as relações humanas têm um papel decisivo, facto espelhado nas palavras de **Filipe Cardinal, Presidente da Assembleia Geral do Clube de Escalada da Maia**: *“quando eu escalo com um miúdo seja ele de que orientação, ele está a aprender com um indivíduo mais velho ou um indivíduo mais sábio e essa integração torna-se bastante fácil.”* O desporto apresenta-se assim, como um lugar pedagógico porque permite aprender, através da comunicação com os semelhantes, da transmissão deliberada, escolhida e sistemática de normas, conhecimentos, técnicas, habilidades, símbolos e memórias (Bento & Bento, 2010, p. 24). O desporto, através dos seus valores intrínsecos, forma pessoas e fundamentalmente tem um papel decisivo na *“construção humana”*. Assim, **Albino Rodrigues, Presidente da Associação “Ases de Família”**, está ciente do referido, porque nos afirma que a *“coletividade a que preside: está vocacionada para as “ações de solidariedade social (...) continuando a apostar também, dentro daquilo que são as nossas possibilidades, naquelas pessoas que são a comunidade que muitas vezes vai ao tribunal de família e que (...) temos o dever social de ajudar e procurar encaminhar, porque são jovens que estão a nascer para a vida e se os derrotarem agora nunca mais vencem.”* Nesta afirmação está implícito o papel do desporto onde estão implícitos valores como os da cooperação, cordialidade e da sociabilidade (Moreira, 2012, p. 168). Segundo o **Presidente da Associação os “Leais e Videirinhos de Pedrouços, Alcino Campos**, *“há*

uma tarefa muito importante que já fizemos que foi o espírito da solidariedade para os nossos associados e principalmente na nossa freguesia (...) as coletividades sabem das necessidades tanto dos associados como próximo da freguesia.” De acordo com o referido fica patente o espírito de solidário e o conhecimento do meio onde as associações e coletividades desportivas estão inseridas. Nesta mesma linha, **José Peixoto, Presidente da Associação Lusitana de Pedrouços**, fala-nos de uma experiência pessoal que o levou a reflectir sobre a importância da multiculturalidade e a importância das coletividades. **José Peixoto**, a propósito de um jogo de futsal que organizou no ano passado, nos festejos da coletividade, no pavilhão Municipal da Maia, para pessoas com deficiência motora, afirma o seguinte: *“este multicultural eu quase que transportaria para este desporto de deficientes (...) se não tiver uma coletividade, uma associação na zona, na freguesia. No Concelho que consiga captar tudo isto (...), porque estão mais perto lidam com o pessoal da casa, lidam com todos os tipos, lidamos com o trolha, com o serralheiro, com o mecânico, com a empregada doméstica, com o pai de família, com o desempregado, lidamos com isso tudo.”* Mais uma vez fica patente a proximidade das coletividades à população local, reconhecendo de perto as suas vivências, necessidades e vontades.

No desporto também existem sonhos conforme nos diz **Joaquim Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural das Arregadas**, ao referir que *“um dia quando ela crescer um pouco (...) ter uma equipa de atletismo, quando digo uma equipa é de vários escalões desde dos infantis aos seniores (...) qualquer desporto na minha associação cabe”* ou **Rui Lopes, Presidente do Maia Basket Club**, quando afirmo que *“temos sonhos que gostaríamos de tornar realidade.”* De acordo com o referido e segundo Costa (1992), o desporto é um espelho da sociedade contemporânea, do seu funcionamento, das suas crises, das suas contradições, das suas esperanças sociais e dos referidos sonhos (Costa, 1992, pp. 101-108). Os sonhos ajudam a ir mais além, eles são na *“sua essência, modos e perspectivas de entender a vida, de despertar o melhor da nossa sensibilidade e humanidade”* (Bento, 1998, p. 158). Para além das convicções pessoais de quem lidera os sonhos, estes só

poderão ser possíveis graças à visão, à dimensão, ao apoio técnico, financeiro e logístico concedido pela Autarquia da Maia. Estes apoios são fundamentais para as dinâmicas e para a concretização dos sonhos das coletividades. Segundo **João Maio, Presidente do Clube de Ténis da Maia**, *“a Maia em termos de desporto, é uma região privilegiada. Acho que temos vindo a desenvolver aqui um grande esforço para que o desporto chegue a todas as pessoas e a todas as camadas, quer sejam miúdos de quatro ou cinco anos, pessoas de sessenta, setenta anos.”*

Alguns dirigentes estão disponíveis para ajudar e apoiar novos projetos, como é o caso de **João Martins, Presidente do Grupo Desportivo de Águas Santas**, ao afirmar que se *“formos procurar essas comunidades (...) de outros países e assim, acho que se organizarem (...) torneios (...) com mais facilidade se consegue captar. Acho que as coletividades têm um peso importante nisso porque a atividade no nosso caso o futebol, é universal. Todas as crianças gostam de o praticar (...). Penso que as coletividades têm esse papel de irem buscar as pessoas para não se sentirem prejudicadas, não se sentirem à parte e poderem usufruir das instalações que existem cá na Freguesia (...). Penso que as coletividades terão que trabalhar nesse sentido cada vez mais e agora, com ausência de fronteiras, cada vez mais vamos ter essas pessoas a chegarem cá (...). Temos que os saber receber e a coletividade tem que saber trabalhar essa parte (...) é muito importante.”* **Avelino Cruz, Presidente do Paraclube da Maia**, diz-nos que apesar das dificuldades que atravessa a coletividade neste momento *“continuaremos a dar um contributo para o desporto aqui na Maia como damos há dezassete anos.”* **Alberto Silva, Presidente da Associação Recreativa e Cultural de Gueifães**, diz-nos que *“tudo o que possa trazer benefício ao desporto, à nossa coletividade, ao Concelho, é bem vindo, não temos nada contra e achamos que ajuda muito às pessoas integrarem-se, é isso o que nós pensamos.”* **Mário Duarte, Presidente da Associação “Dadores de Sangue da Maia”**, diz-nos que pela diversidade de modalidades desenvolvidas seria necessário mais alguém para apoiar e dinamizar a coletividade, ou seja, Mário Duarte diz-nos que *“se aparecer outra pessoa, com outro modelo, outro desporto, que queira levar*

para a frente estamos cá para apoiar.” Alcino Campos, Presidente da Associação os “Leais e Videirinhos de Pedrouços”, afirma que “não vejo inconveniente em que essas comunidades se enquadrem connosco (...). Era importante o desenvolvimento da nossa coletividade ao nível da cultura, do recreio e do desporto.” Rui Borges, Presidente do Inter de Milheiros Futebol Clube, diz que “estaria aberto a uma qualquer situação (...) com pessoas mais carenciadas que venham de outros países... estarei à disposição para integrá-los no Clube e o importante é que eles joguem bem (risos).” Alberto Brilhante, Presidente do Grupo Motard “Os Atrasados”, afirma que a sua “coletividade (...) poderá ajudar outras coletividades a organizarem eventos, que possam trazer centenas de pessoas, se não milhares, para o nosso Concelho. Ajudar no atletismo, no ciclismo, em iniciativas de rancho também.” José Augusto Queirós Mota, Presidente do S. Cosme Ténis de Mesa Clube, afirma que o “ténis de mesa é um desporto (...) dos chineses (...) mas os (...) que vêm para cá de ténis de mesa vêm só com o intuito de ganhar dinheiro (...). A minha coletividade, em relação a inserir essas pessoas, não terá grande rentabilidade, mas estamos sempre abertos (...) se a Câmara da Maia com este projeto souber estamos sempre recetivos (...) ajudamos toda a gente (...) já fizemos reinserção com portugueses.” José Neves, Presidente do Equipetrol Futsal Clube, afirma que a “coletividade que não tem um peso muito grande para isto, mas penso que consideraria alguma nova estratégia.” António Santos, Presidente do Clube Académico de Pedras Rubras, afirma que “sempre fomos um clube aberto. Estamos abertos às diferentes propostas que nos possam aparecer, desde que haja capacidade financeira para as suportar: De resto, estaremos abertos a outro tipo de estratégias.” Tiago Sobral, Presidente do Club Desportivo de Águas Santas, pensa que “sim” e afirma que “em futuros projetos acho que também é uma boa oportunidade pensar nisso.” De acordo com o referido é necessário garantir as formas de apoio por parte da Autarquia, analisando as diferentes tendências ou expressões desportivas. (Constantino, 1999, pp. 25-26). Será de salientar a perfeita noção, por parte dos responsáveis das coletividades, relativamente à importância destas na resposta às novas dinâmicas sociais. A vontade aqui expressa

representa o verdadeiro espírito gregário do associativismo desportivo do Concelho da Maia. Conforme foi dito por alguns presidentes, não é necessário pensar uma estratégia visto que a dinâmica da própria coletividade já propicia o envolvimento e a relação intercultural. Assim, **Pedro Araújo, Presidente Adjunto do Arsenal Clube de Parada**, diz-nos que *“a própria estratégia que temos e que existe, não só no nosso clube, mas se calhar em todos, já faz com que esse respeito e essa diversidade cultural exista. Ao acolhermos os atletas, que já são de diferentes culturas, faz com que isso já esteja implementado.”*

Rui Borges, Presidente do Maia Atlético Clube, julga *“que as coletividades já desenvolvem essa multiculturalidade. No entanto, julgo que a estratégia pode passar pela divulgação das várias coletividades existentes no Concelho e as modalidades a que se dedicam (...). No nosso caso específico do Maia Atlético Clube, temos atletas na nossa formação oriundos de vários países, África, Angola, Cabo Verde, dos países de leste como a Rússia, a Ucrânia, e outros países (...). Tem sido engraçado ver entre eles a troca de experiências, a troca ao nível da linguagem, dos costumes, das suas tradições. Julgo que neste caso para o Maia Atlético Clube já é um bem proporcionar estas experiências da multiculturalidade”*. Neste ponto, será de salientar a necessidade de divulgar as coletividades. Esta premissa já abordada pelos Presidentes das Juntas de Freguesia António Monteiro e Joaquim Gonçalves.

Carlos Gomes, Presidente do Grupo Motard da Maia, diz-nos que na coletividade existe *“claramente uma multiculturalidade (...) o que une é o facto da pessoa estar ligada ao mototurismo (...). As pessoas têm formas de estar completamente diferentes umas das outras, embora inseridas no mesmo contexto, no mototurismo.”*

Jorge Sampaio, Presidente da Associação “Os Vencedores de S. Gemil”, diz-nos que continua a ter estratégias *“de integração de outras culturas na nossa coletividade, e exemplo disso é a cultura da raça cigana. Chegamos a uma tentativa de integração na coletividade que correu mal, porque não conseguiram ter o comportamento mais correto em relação ao que é uma coletividade (...). Tivemos e temos algumas parcerias com a raça negra que se integram perfeitamente, e que chegaram a fazer grandes eventos na nossa associação. Tudo dentro da normalidade.”*

Carlos Alberto, Presidente da

Associação Social e Cultural Monte das Pedras, diz-nos que têm “sempre as portas abertas para toda a gente e não é importante que sejam portugueses, ou brasileiros, ou italianos, ou franceses, ou seja de que nacionalidade for. Para nós a porta está sempre aberta a enveredar por um caminho de dinamização da própria coletividade e obviamente também da agregação de todas essas pessoas.” **Joaquim Carvalho, Presidente da Associação Atlética de Águas Santas**, diz-nos que “as pessoas que nos chegam aqui, os muitos miúdos que venham praticar seja de que raça forem, de que cor forem, nós integramos, nós ajudamos a que eles tenham um experiência desportiva, uma vida mais salutar e que se tiverem problemas junto das famílias deles, que possam pelo menos esquecê-los aqui um bocadinho.” **António Moura, Presidente da Associação Clube de Todo o Terreno da Maia**, afirma que “a minha coletividade já é uma coletividade multicultural (...). Vê-se muita gente (...) que têm trabalhos intensos/pesados e depois têm aquilo como escape (...) gente de cultura social muito alta que também têm aquilo como escape, (...) mas jogam bem uns com os outros e estão muito bem integrados.” **Marco Silva, Presidente da Associação Desportiva e Cultural de Teibas**, diz-nos que “temos diversas (...) culturas desportivas e desde dos sete aos oito anos até às pessoas com mais idade a partir dos (...) cinquenta e tais. Entre todos nós fazemos um conjunto de várias ações na nossa própria coletividade.” **Eduardo Soares, Presidente da Associação Desportiva Académica do ISMAI**, diz-nos que não têm uma estratégia definida para a multiculturalidade, ou seja, “há uma orientação que não é de carácter social nem pouco mais ou menos, tem a ver com as condições físicas, de saúde e de envergadura física, de peso e de altura, porque é uma modalidade onde a altura e o peso são fundamentais e (...) por exemplo a comunidade ucraniana da Maia, temos aqui atletas que são jovens jogadores com envergadura enorme e portanto fazem parte dos quadros do clube ao nível da formação (...) o que temos é porta aberta (...) para todos.” **Manuel Moreira, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins**, afirma que sim, que já realizou “atividades culturais como festas, teatro e torneios desportivos com o objetivo de aproximar cada vez mais as pessoas integrando-as na

sociedade.” **Jorge Bártolo, Presidente da Associação de Moradores da Granja**, afirma não pensar “que se combata o machismo com feminismo. Combate-se pela paridade, por dar igualdade de oportunidades, por promover aquela área ou conjunto de pessoas que se calhar ou são desprotegidas ou discriminadas. Penso que a postura da nossa associação já é a de abertura a qualquer pessoa independentemente da raça, crença, cultura, o que seja (...). No campo teórico não prevejo nenhuma iniciativa, porque julgo que já é intrínseco à própria forma de estar da nossa associação estar aberto a diferentes realidades. Claro que estamos sempre abertos a colaborar com a sociedade em que vivemos e se por aí passar o nosso esforço, numa ação conjunta, também integraremos.”

José Pedro Barbosa, Presidente do Ginásio Clube da Maia, diz-nos que a coletividade está “aberta a todos com o objetivo da formação de ginastas de alto rendimento como também de lazer.”

Celestino Fonseca, Presidente do Castelo da Maia Ginásio Clube, afirma que “de certa forma já praticamos esse multiculturalismo (...). Nós temos lá atletas brasileiros, (...) de etnia negra, argentinos, temos lá canadianos, temos lá americanos (...). Tem-se desenvolvido ali laços entre estas culturas que algumas delas, como deve perceber, são totalmente opostas, com mentalidades totalmente diferentes (...). Temos conseguido grandes amizades e grandes ligações que se criam aqui (...). Nós fazemos captações nas escolas e não vamos distinguir estas diferentes culturas.”

Manuel Faria, Presidente do Núcleo Desportivo Santa Joana, afirma que “a Autarquia e o desporto têm um bom trabalho e dá portanto oportunidade às coletividades para essa estratégia, para o desenvolvimento do desporto multicultural (...) não vejo que possa haver aqui alguma alteração neste aspeto muito concreto, porque já existem linhas que trabalham bem o desporto multicultural.”

António Cunha, Presidente da Juventude Desportiva de Águas Santas, diz-nos que tem “dois moços, que já estão aqui há muitos anos, são ucranianos que colaboram connosco. Não podem ser inscritos, porque são estrangeiros, mas vão aos treinos e ajudam noutras coisas. Penso que é fundamental e é muito bom.”

Baltazar Ferreira, Presidente do Sport Clube Castelo da Maia, afirma que “faz parte dos próprios estatutos do clube não haver qualquer distinção tanto

no aspeto cultural, como no aspeto político, religioso, digamos que (...) isso é o que faz a diferença no desporto. Portanto pretendemos mantermo-nos como nos temos mantido até aqui (...). O objetivo é praticar desporto e, digamos, para passar algum tempo, se distraírem e divertirem. Para a promoção do desporto, no aspeto cultural, o multiculturalismo já existe e não há qualquer tipo de diferenças que se queiram criar aqui, pelo contrário, acolher as pessoas e incentivar e esse espírito de bem comum que falta em Portugal.” **Mário Rui, Presidente da Associação Recreativa e Cultural “Os Restauradores do Brás Oleiro”**, afirma que “desde de que temos a parte de formação temos abraçado todo o tipo de jovens que se apresentam na nossa associação para praticar desporto neste caso particular (...) o futsal. Já nos ocorreram também a solicitação de cedência de espaços tanto a nível de pavilhão como a nível de ginásio por grupos de outros países e nós, muito naturalmente, não temos qualquer problema nessa situação.” **Américo Silva, Presidente do Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães** afirma que “nós temos as portas abertas a qualquer tipo de cultura (...). Temos gentes de muitos países, temos pessoas brancas, de cor, mas foram os pais que vieram para cá e depois eles começaram-se e integrar-se na associação e a pôr os filhos a participar (...). Já passaram muitas gerações por aqui.” **Paulo Couto, Presidente da União Ciclista da Maia**, diz-nos que para além dos corredores que já passaram pela coletividade “do vencedor da Volta a Portugal, o suíço Favian Jequet, (...) corredores espanhóis, russos, (...) que vêm de diferentes culturas (...)” existe neste momento “maior aproximação em termos de contacto e de solicitação de integrarmos atletas do Brasil, da Argentina e até de outras regiões como corredores Turcos. Como observamos este ano, na Volta a Portugal esteve presente uma equipa turca. Portanto é inevitável esse multiculturalismo e nós estamos abertos a receber quase diariamente também solicitação de corredores que querem vir conhecer o nosso ciclismo a nossa forma de competir, querem vir competir para a Europa. A coletividade tem que estar preparada e recetiva a essas solicitações.” **Eunice Lebre, Presidente do Clube de Natação da Maia**, afirma que “a nossa estratégia é de ter todo o tipo de pessoas. Obviamente pelo facto da nossa modalidade da natação (...) ser

paga (...), estamos conscientes que isso faz alguma seleção à entrada, porque não é uma atividade gratuita, embora esteja convencida que hoje em dia não haja muitas atividades gratuitas. De qualquer forma, estamos abertos.” **Mário Freitas, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva e Cultural de Gondim**, afirma que na sua *“coletividade não precisamos disso, porque temos lá várias comunidades (...). Temos lá vários, ciganos, brasileiros, cabo-verdianos, angolanos. Por isso já estamos habituados. Estamos ali numa rede social, e não há problema nenhum, (...) onde as pessoas sentem-se perfeitamente bem e felizes e sabem respeitar e sabem estar.”* **Paulo Salvador, Presidente do Clube Airsoft da Maia**, afirma que *“não fazemos distinção (...) é apenas uma vertente que quem gostar de guerra, pelo que ela simboliza a nível de armas, das estratégias, às táticas que tem, o esconder, o correr, o fazer emboscadas. É essa a parte que a nós nos alicia.”* **Joaquim Azevedo, Presidente do Clube Académico de Pedrouços**, afirma que *“a nossa coletividade de certa forma já promove o multiculturalismo. Temos desportos que incidem em diferentes faixas etárias, sexos e personalidades. Nunca negamos o acesso à nossa coletividade seja qual for a raça ou cultura do interessado. Claramente que este processo poderia crescer muito mais com o apoio das entidades oficiais com torneios das várias modalidades, intercidades e até com outros países, sabemos que é um projeto difícil, mas com intercâmbio de cidades e de países diferentes estaríamos a ganhar. Faço votos para que a minha coletividade esteja num projeto desses.”* **António Silva, Presidente do F.C. da Maia e F.C. da Maia Lidador**, afirma que *“não temos outro remédio até porque o desenvolvimento do desporto multicultural é, digamos, uma designação científica para uma realidade óbvia para os homens do desporto que é a de que nós precisamos, nomeadamente na área do futebol, de captar investimento estrangeiro. A melhor forma de o fazer é abrir o clube a outras comunidades (...). Um clube como o da Maia não pode nunca deixar de tentar encontrar parceiros noutra parte do globo que possam ser geradores de activos, portanto (...) um clube para sobreviver e ambicionar êxitos desportivos tem que ser um clube multicultural, tem que procurar essa multiculturalidade e tem que fazer dela um dos seus pilares. Se assim não for*

as formas de financiamento tradicionais estão esgotadas e, portanto, creio que a crise em que o país vive, vai obrigar os clubes os de pequena dimensão, ou de pequeníssima dimensão, como o Maia a incrementem fortemente esta vocação”. Contudo alerta-nos para o facto da “lei do atleta internacional (...) as quotas de inscrição são completamente surreais para a maioria das coletividades (...) quem sabe se essas leis (...) fossem alteradas, essa integração fosse mais efetiva e mais completa.” **Henrique Nogueira, Presidente da Associação Desportiva Sol e Campo**, diz-nos que o seu projeto é suficiente e no enquadramento da sua experiência, afirma que “tenho aí um moço cabo-verdiano (...) que se não tiver família, não tiver dinheiro, não tiver nada, e se não formos nós ele vai encaminhar para outras linhas (...). Vamos acarinhando, vamos apertando, até porque não têm princípios, não têm indicadores de vida para criar raízes, criar família. Às vezes custa-nos ver estas coisas más... Nós temos que estar por trás disto tudo (...) tentamos fazer um trabalho agradável para todos, queremos resultados no desporto e queremos mais e fazer mais e melhor e também vamos ajudando. É um pouco isso, é o nosso trabalho.” Apesar de algumas coletividades já terem um envolvimento multicultural, têm dificuldades em responder às novas estratégias por falta de meios físicos, tempos de treino, meios humanos, diversidade desportiva, ao nível da dinamização, divulgação, financeiros. Neste sentido, **António Moreira, Presidente do Clube de Karaté da Maia**, diz-nos que a coletividade “ainda não responde (...). Temos essa lacuna física, porque não temos meios humanos, meios físicos,” ou seja, de acordo com as relações de proximidade do Clube de Karaté da Maia com “atletas da Bélgica, atletas de Espanha, de Andorra e de França e (...) os marroquinos (...) há aqui um intercâmbio. Naturalmente se tivéssemos outras condições (...) o nosso sonho seria ter um espaço grande onde pudéssemos ter um mini centro de estágio um local onde pudéssemos recolher e albergar (...) e aumentar os nossos conhecimentos que eles têm excelentes competidores que navegam pelo mundo fora. Podermos com eles e com outras comunidades aumentar os nossos conhecimentos e a nossa performance desportiva.” **Adelino Santos, Presidente do Grupo Cultural e Desportivo de Silva Escura**, diz-nos que “não temos estrutura para

isso (...) estamos muito limitados na parte do nosso salão paroquial. Muitas das vezes o padre não nos deixa fazer aquilo que entendemos (...) se tivéssemos outro espaço, outro meio, claro que íamos elaborar a coisa de outra maneira.”

Carlos Caseira, Presidente do Pedrouços Atlético Clube, afirma que *“tinha que aumentar o número de atividades. Neste momento já temos as danças de salão que são desde os miúdos de quatro anos à terceira idade, mas se calhar tínhamos que ir para outro tipo de desporto. Neste momento temos Futsal, mas falta-nos lá o equipamento desportivo para a prática (...). Se tivéssemos condições para ter uma piscina (...) a prática da natação também podia dar para pessoas disponíveis dessa prática (...) e também é preciso meios humanos para trabalhar com pessoas com formação.”*

José Almeida, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Vermoim, diz-nos que *“não tenho hipótese alguma de considerar novas estratégias para desenvolver o desporto, porque não temos condições. Nós precisávamos, por exemplo, de pôr uma equipa de jovens de pequenitos a treinar e a jogar porque temos possibilidade para isso, mas não temos pavilhões para treinar (...). Já temos despesas que cheguem com as duas equipas que temos, portanto não temos condições realmente nenhuma (...). Não tenho hipótese de fazer nada neste aspeto por muita boa vontade que tenha.”*

Carlos Tedim, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Santana, diz-nos que *“temos poucas possibilidades, porque não temos espaços para isso. A nossa sede também não é muito grande, mas de qualquer maneira, gostaríamos de fazer isso, mas não temos hipótese porque não temos espaços nem tempos.”*

Carlos Ribas, Presidente do Maiastars, afirma que *“temos sempre uma série de projetos. Alguns conseguimos colocar em prática porque conseguimos reunir os meios, outros não conseguimos por uma outra dificuldade que são castradoras logo à partida (,,). Nós já trabalhamos com gente de algumas comunidades que estão cá instaladas. Seria efetivamente bom e salutar ter um papel ainda mais ativo neste tipo de ação (...). Obviamente que estamos sempre abertos a poder fazer sessões (...) de esclarecimento para as pessoas poderem perceber que têm oportunidades de prática efetiva e de uma forma gratuita na Maia, no nosso Concelho, e neste caso no Clube Maiastars.”*

Joaquim Silva, Presidente do

Grupo Desportivo Leões da Guarda Sport Clube, diz-nos que “temos boas instalações, mas precisávamos de mais. Temos modalidades como o futsal (...), o atletismo e temos um espaço para as pessoas mais velhas (...). Gostaríamos de ter uma equipa federada (...). Muitas das vezes precisamos de gente com outros conhecimentos, com outras bases para podermos expandir mais um bocado (...). Temos que evoluir e apresentar coisas que chamem as pessoas (...) eu até gostava de ter uma equipa de feminino (...) requer muita carolice (...) e hoje derivado às dificuldades que hoje estamos a atravessar (...) é mais difícil ainda.” **Manuel Barros, Presidente do Acro Clube da Maia**, diz-nos que no seu caso pessoal “é um pouco limitativa nesta vertente porque é apenas um “monodesporto” e só isso limita um pouco toda esta problemática. É a nossa convicção e estamos a trabalhar nisso, em avançar para outros vetores do desporto que nos permitam ser muito mais abrangentes e possibilitar a interação de muita mais gente da comunidade.” **Pedro Maia, Presidente da Associação Desportiva Academia da Bola**, diz-nos que “só tem um desporto, não é uma coletividade que tenha um grande conjunto de desportos. A única estratégia que eu desenvolvo é esta: por falta de dinheiro o miúdo não pode ser afastado do desporto nem pensar.” **Manuel Teixeira, Presidente da Associação Cultural e Desportiva Ficocables**, diz-nos que “na ficocables associação empresa, vivemos muito para os nossos trabalhadores, amigos e familiares. Acima de tudo estamos um bocado restritos a essa população, (...). O que é que acontece na Ficocables? Somos 940 trabalhadores e desses temos treze e meio por cento de estrangeiros. A maior parte será de leste. Dos 940, seremos 23 ucranianos, polacos, e depois temos quatro ou cinco de origem africana e os restantes seis ou sete serão da Colômbia. Portanto temos várias pessoas de vários continentes mas essas pessoas também têm uma certa movimentação (...) fazemos um jantar, um passeio, jogamos futebol (dentro da própria empresa temos um torneio interno).” **Sousa e Silva, Presidente do Futebol Clube de Pedras Rubras**, diz-nos que “há realmente essa intenção de tentar diversificar um bocado a oferta (...) há dificuldade em aparecer e as pessoas começam a fechar-se (...) a fecharem-se no seu casulo, olhar para o seu umbigo e portanto não terem

muita disponibilidade para dar alguma coisa aos outros. Não sei até que ponto vamos ter sucesso.” **Joaquim Teixeira, Presidente da Juventude de Pedrouços Futebol Clube**, afirma-nos que a *“estratégia que temos que é o futebol, a pesca e pouco mais, porque não temos condições para realizar mais nada.”* **António Henrique Teixeira, Presidente da Assembleia Geral da Associação Beneficente da Campa do Preto**, diz-nos que dinamizam o *“futebol de salão e temos feito esforços, todos os anos, também para promover o atletismo (...), o ténis de mesa, porque isto também passa um bocado pela divulgação. Muitas vezes as pessoas não participam, porque não conhecem (...) tentamos dar a conhecer o que existe (...) com as outras coletividades, promover o que existe na freguesia.”* A questão da divulgação reforça a importância deste ponto levantada anteriormente por Rui Borges (Presidente do MAC), António Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães) e Joaquim Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins), **António Moreira, Presidente da Associação de Moradores do Meilão**, diz-nos que gostaria, contudo *“como as coisas estão vai ser um bocado difícil.”* **Jorge Lemos, Presidente da Associação Recreativa e Desportiva “Os Amigos das Crianças da Maia”**, dando exemplo da legalização de jogadores, afirma que o *“desporto é mais complicado, envolve outros custos, nos quais a maioria das coletividades, no caso a minha é uma delas, não estará preparada economicamente para ter essa diversidade de atletas.”* **Manuel Araújo, Presidente do Grupo Desportivo Avioso S. Pedro**, considera que é muito difícil *“especialmente a nível financeiro (...). Era bom que a nossa coletividade conseguisse fazer uma área ou uma reserva para essas pessoas.”* **Virgílio Pinto, Presidente da Associação Desportiva e Recreativa de Parada**, afirma que *“sem verba fica tudo no saco (...) as pessoas cada vez se afastam mais. Basicamente é isso.”* **Carlos Azevedo, Presidente da Associação Cultural e Desportiva da Coopermaia**, diz-nos que *“neste momento estamos num processo de (...) alguma paragem ao nível desportivo por razões várias nomeadamente porque (...) o futsal que era uma das nossas vertentes fundamentais, envolve meios financeiros muito fortes. Portanto não tínhamos essas capacidades atualmente e tivemos de desacelerar. Contudo, afirma que*

“no pouco que ainda temos, nós temos secção de volei, e algumas atividades, digamos, que mais ou menos de bairro, aí há presença fundamental das várias comunidades.” No sentido das coletividades responderem ao objetivo lançado, alguns presidentes demonstram a sua vontade de inovar e crescer, como é o caso de **José Morais, Presidente do Grupo Desportivo “Mocidade 2010”**, que nos diz que gostava que a sua coletividade *“crescesse mais um bocado (...) e que consigamos evoluir mais um bocado.”* Mas para que haja esse crescimento também é necessário inovar e criar estratégias, mesmo que a multiculturalidade já exista, como é o caso do **Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados**, em que o seu presidente, **José Fortes de Moraes**, nos diz que o *“centro cultural e desportivo (...) só (...) diz respeito aos trabalhadores da Câmara Municipal da Maia e Serviços Municipalizados, mas estamos a alargar este âmbito àquilo que inicialmente era um centro cultural e desportivo virado apenas para o interior, isto é para o recreio dos próprios trabalhadores. Estamos neste momento a enfrentar uma nova estratégia e estamos a enfrentar um novo desafio de competirmos em diferentes ações externas, como é o caso da Liga de Futsal da Maia. Necessariamente que o CCD, por ser tal como todos os clubes, (...) constituídos por pessoas, (...) o CCD tem que saber conviver (...) com as diferenças dos demais (...). Todos eles trazem para o seio das equipas uma característica nova, as suas raízes as suas tradições, (...). Não temos brasileiros, nem argentinos (...). Temos os trabalhadores da Câmara da Maia e de entre os trabalhadores da Câmara da Maia temos pessoas de Trás-os-Montes, (...) do Alentejo, (...) do Algarve, (...) do Litoral Norte, portanto com tradições e com culturas totalmente diferentes. Cada qual necessariamente se integra dentro do próprio clube desportivo e trazem-nos essas mais valias (...) e colocam-nas ao serviço do Clube, integrando-se num todo, num uno, o centro cultural e desportivo. Gostaríamos de (...) alargar mais esta fronteira, de abranger outros tipos de desportos. Neste momento estamos apenas reduzidos a três iniciativas desportivas que é o Futsal, o Karaté e (...) a pesca. Ora esses elementos da pesca são aqueles que mais têm oportunidade de conviver com outras culturas, indo aos diferentes torneios que vão*

*acontecendo por este país.” No enquadramento desta diversidade cultural, **Francisco Alves, Presidente da União Columbofilia da Areosa**, afirma que têm “pessoas desde o trolha, ao médico, ao vereador. Temos professores, temos pedreiros, carpinteiros, padres, temos todas as classes sociais.”*

*Continuando na linha da inovação, **Rui Lopes, Presidente do Maia Basket Club**, afirma que “somos uma coletividade que está vocacionada para o Basket (...) nós (...) não queremos um clube fechado sobre o Basket. À partida seríamos só masculino, mas neste momento temos feminino (...). Não nos interessa entrar por outro tipo de desporto (...). Temos ideia de fazer algo diferente para a sociedade, ou seja, como criar um ATL, criar um centro de estudo (...) algo que nos possa aproximar mais da comunidade maiata (...). Nós queremos (...) criar um laço mais vincado e mais forte que o façam na nossa coletividade, não queremos ser só o depósito, (...) queremos que as famílias estejam ligadas com a nossa coletividade. Temos sonhos que gostaríamos de tornar realidade, mas na nossa estrutura voluntária (...) não estamos de todo fechados a qualquer tipo de projeto. Poderemos sugerir, mas precisamos do apoio das entidades que nos possam ajudar, neste caso, que é a Câmara. Patrocinadores nós conseguimos arranjar. Pais disponíveis também. Agora precisamos de espaços físicos. Não é só o fazer por fazer, mas criar com qualidade, se não, não faz sentido (...) estarmos a dar um passo em que a perna não conseguirá acompanhar e vamos nos magoar, com certeza.”*

António João Tavares, Presidente da União Nogueirense Futebol Clube**, apesar de ser uma coletividade alicerçada no futebol, promove a diversidade desportiva por forma a aproximar mais as pessoas. Nesse sentido, afirma que “haveria muito mais a fazer (...) porque não é só através do futebol. O desporto é muito abrangente. Aqui no nosso clube atualmente temos prática (...) da ginástica (...), do Karaté (...). Penso que poderíamos ter mais algumas modalidades (...). Precisamente em termos de espetáculos culturais (...) também temos tido algumas iniciativas. Nesse sentido, por exemplo, o teatro (...) temos o cuidado de promover noites de fado (...) estamos sempre atentos a essas situações e não deixar morrer as coletividades, alargar quanto mais possível o seu leque.” **Ricardo Vilela, Presidente do Atlético Clube de

Teibas, afirma que *“este ano estamos a pensar em ter ténis (...) vai proporcionar seja a que indivíduo for (...) uma integração maior. Lá está como tinha referido anteriormente, o desporto seja o futebol, o futsal, o ténis ou qualquer outro desporto facilmente pode ajudar a integrar as pessoas.”*

Palhares Delgado, Presidente do Maia MG Clube, diz-nos que a sua área de dinamização *“pelas suas características (...) é um desporto caro, porque nos obriga a ter um carro clássico e isso já representa alguns euros, mas a estratégia, neste caso muito concreto, é para tornar este (...) desporto universal.”*

José Manuel Correia, Presidente da Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”, diz-nos que é *“a nossa grande aposta até porque nós já temos há trinta e cinco anos várias formas de praticar desporto, desde o futsal masculino, feminino, xadrez, temos o karaté, temos a ginástica (...) percebemos a tempo isto, hoje põem-se várias realidades às instituições como esta. Primeiramente são as questões monetárias que envolvem jogadores, treinadores (...) e nesta coletividade (...) ninguém recebe um tostão (...). Percebemos também que estamos a fazer essa integração, porque nos aparecem aqui miúdos por nossa iniciativa ou por iniciativa de alguns bairros sociais (...) miúdos com uma série de carências que às vezes parecem de outro país e nós fazemos um esforço muito grande na educação desses miúdos, na forma como lhes transmitimos um quadro de valores (...). Nós, neste momento, (...) temos entre seis e os dez por cento de jogadores (...) estrangeiros (...) e portugueses de origem e educação africana.”*

Apesar de nos dizerem que não têm uma estratégia, o envolvimento com outras comunidades vai sendo inevitável. Assim, **Pedro Praça, Presidente da Associação de Radiomodelismo da Maia**, diz-nos que não porque *“o radiomodelismo em si é um desporto muito específico e não muito divulgado (...). Tem-se que ter alguns anos de prática, de treino para se poder fazer a prática deste desporto (...). Poderá ser divulgado, poderemos angariar pessoas novas, mas tem que ser sempre a longo prazo, porque a curto prazo é muito difícil.”* **José Cardoso, Presidente do Centro Desportivo e Cultural de Vilar**, diz-nos que *“de novo assim não tenho previsões.”* **Maurício Ramos, Presidente do Centro Social Recreativo e Cultural de S. Pedro de Avioso**,

diz-nos que “*não temos nenhuma estratégia (...) não temos nada que nos obrigue, que nos faça por essa parte do multiculturalismo, porque para já só temos, praticamente (...) portugueses.*” Contudo Maurício Ramos, diz-nos que “*temos lá agora dois brasileiros mas (...) a cultura é mais ou menos idêntica (...). Aqui atrasado estive a falar com dois moços que estão lá, um eslovaco, e outro esloveno, e as culturas deles são completamente diferentes das nossas. Em termos de alimentação em termos de tudo, tudo diferente. São pessoas extraordinárias muito afáveis, mas não têm nada a ver connosco, e se calhar numa coletividade, pois há confrontos (...) mas depois temos que ter o apoio de alguém da Câmara Municipal da Maia que nos dê apoio nessa parte.*” **José Azevedo, Presidente do Folgosa da Maia Futebol Clube**, afirma que “*não há necessidade, se houvesse casos, o único caso que pode aparecer, e isto não tem a ver com multirraciais ou comunidades diferentes é situação da crise (...) há cada vez mais pessoas a passar fome e a viver com dificuldades. O Folgosa tem uma política do seguinte: ninguém deixa de jogar porque não tem dinheiro.*” **Arnaldo Alves, Presidente do Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães**, diz-nos, que “*temos tantas atividades desde o futsal, ao ancho folclórico infantil, karaté, danças de salão, defesa pessoal, já temos tantas atividades que não sei se formos apresentar mais alguma se calhar o Pelouro do Desporto da Câmara (...) diz que já chega. Acho que para o lugar onde estamos inseridos é mais que suficiente as atividades que a coletividade tem.*” **Daniel Branco, Vice-Presidente do Clube Amigos do Corim**, afirma que a sua coletividade “*só tem duas modalidades, mas para já não se põe essa questão de um projeto assim (...) desenvolver um desporto multicultural.*” Contudo diz-nos “*que seria benéfico se surgir a oportunidade, acho que é sempre bom.*” **Maliza Rodrigues, Presidente da Associação Cultural Desportiva e Cívica - JUVEMAIA**, afirma que na sua coletividade “*não veria (...) uma nova estratégia, visto que o nosso desporto principal é o Basquetebol. É um desporto coletivo (...) que não foi fundado no nosso país. Vem de um país multicultural que é os Estados Unidos, (...) nesse aspeto (...) já tem bastantes vertentes multiculturais.*”

4.5. ENTREVISTAS AOS GRUPOS CULTURAIS

Relativamente às entrevistas “*Focus Group*” estas foram realizadas a oito pessoas de São Tomé e Príncipe, no Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN); a seis pessoas de Cabo Verde, pertencentes à equipa dos “Dadores de Sangue da Maia”, no Polidesportivo de S. Maria de Avioso (local onde treinam) e a oito pessoas ciganas de Vila Nova da Telha no seu local de residência.

De acordo com a primeira pergunta “*Quais são os maiores problemas que encontra na sua vida diariamente?*”, as respostas foram diversificadas. O grupo de São Tomé e Príncipe, alertou-nos para os problemas relacionados com as acessibilidades e a falta de convívio, elegendo o desporto como forma de o colmatar. Neste sentido, afirmaram que “*a distância é muito grande daqui ao Mini Preço... a distância do metro... a falta de transporte rodoviários e isso... é uma terra muito calma, não tem muito convívio entre as pessoas, as pessoas olham muito para baixo quando passam pelas pessoas... acho que podia ter mais coisas para jovens, tipo desporto.*” De igual modo o Grupo de Cabo Verde define a falta de convívio como um dos maiores problemas, assim como o frio, afirmando que “*o mais difícil é o frio (...) quando chegamos aqui não conhecemos ninguém e aqui as pessoas estão sempre dentro de casa. Em Cabo Verde estão sempre na rua a conversar e nós aqui temos que estar dentro de casa (...) e estamos com vontade de estar com pessoas, não podemos estar com a nossa família (...) sabemos que viemos para estudar para o nosso futuro, temos que pensar, se eu estou aqui temos que vencer, temos que estudar para vencer (...) já desisti e já voltei.*” Os ciganos condicionados a um novo espaço concedido pela Autarquia, transmitem um grande desagrado pela falta de dinheiro e do isolamento a que estão sujeitos. Neste sentido, afirmam que um dos maiores problemas é a “*falta de dinheiro, não há dinheiro, (...) isto aqui é muito fechado não há cafés, não há nada, não há hospitais aqui perto, não gostamos deste sítio (...) isto aqui é uma cadeia, cada um tem a sua cela.*” É de salientar que um dos pontos comuns aos três grupos é o isolamento, ou seja, a ausência de relações sociais.

Relativamente à segunda pergunta, *“Qual é a relação com as pessoas da Maia e as diferentes comunidades?”*, as respostas foram muito diferentes. O grupo de São Tomé e Príncipe, afirma que *“as pessoas da Maia, são pessoas muito isoladas, não se integram muito com as pessoas, ficam no seu canto (...) as outras comunidades são ainda mais fechadas que as dos portugueses.”* Este grupo portanto afirma uma ausência de relações sociais quer com as pessoas da Maia, quer com qualquer outra comunidade, contrariando a resposta dada pelo Grupo de Cabo Verde, *“não convivemos muito com brasileiros, nem ucranianos, convivemos mais com os portugueses e mais com os “ERASMUS” que estão no ISMAI (...) o problema é mesmo falar inglês com eles, mas a interação é muito fácil, somos todos amigos (...) há pessoas que passam por nós na rua e que nos cumprimentam e não nos conhecemos e falam conosco normalmente.”* Relativamente às pessoas de etnia cigana, estas dizem que não têm qualquer tipo de relações com outras comunidades, contudo gostavam. Assim eles dizem-nos que as outras pessoas *“são racistas, não temos relação nenhuma (...) porque nós não vemos ninguém (...) estamos sozinhos (...) contudo (...) gostamos de conviver com os da vossa raça.”*

Relativamente à terceira questão, *“Qual é a imagem / opinião que têm do desporto na Maia?”*, tanto o grupo de São Tomé e Príncipe como o de Cabo Verde demonstram um conhecimento das ofertas desportivas do Concelho. Neste sentido, o grupo de São Tomé e Príncipe, afirma que *“para se falar em desporto na Maia tem que se falar em voleibol (...) conheço as piscinas da Maia (Castêlo da Maia)... também tem o estádio ali da Maia, o de futebol... não promove muito o desporto... o futebol.”* O grupo de Cabo Verde, diz-nos que *“o que eu sei daqui da Maia é que é a “Capital do Desporto” (...) no meu ponto de vista podemos ver que aqui o desporto tem boas condições (...) eu pratico atletismo, também sou federado, (...) se preciso de pavilhão ou estádio nunca tive dificuldade, sempre facilitaram entradas e eu acho que cá na Maia a nível de desporto está muito bem, porque (...) a população não é muito sedentária. Aqui na Maia é muito fácil praticar desporto, qualquer pessoa, ao nível federado por exemplo futsal ou futebol de 11 (...) muito fácil (...) se isso fosse noutra cidades isto não era tão fácil como aqui, aqui na Maia quem quer*

praticar desporto, tem todas as condições.” O grupo de ciganos, expressa um certo interesse pelo desporto, contudo demonstra um desconhecimento das dinâmicas desportivas do Concelho. Nesse sentido afirmam que “gostava de jogar futebol, muito... nós nunca sabemos das novidades, estamos aqui fechados, nunca sabemos quando abre o desporto (...) é uma jaula (...) tanto nós como as crianças.”

Relativamente à quarta pergunta “*Considera importante o desporto para unir as pessoas?*”, os diferentes grupos responderam unanimemente que “sim”. O grupo de São Tomé e Príncipe, afirma que “*sim*” (o *sim* foi generalizado)... *é sempre uma forma de entreter as pessoas, interagir, integração... interação*” O grupo de Cabo Verde afirma que “*sim, sim sem dúvida é muito importante, se não fosse o desporto se calhar nós não estávamos no clube (...) há três anos que estamos com eles e ganhei amizade com eles, respeitam-nos muito, ajudam também muito, e se não fosse isso do desporto, se calhar não estaríamos cá (...). Foi a partir da equipa do “Tone” que eu convivi com eles e agora somos amigos (...) muito amigos (...) no primeiro ano estava a morar no Porto e como eu gosto de jogar futebol e como o meu colega já tinha dito, na Maia é mais fácil praticar isso é verdade, porque no Porto mesmo eu praticava só entre nós cabo-verdianos, não com os portugueses e por isso eu vim morar para aqui porque aqui já é mais fácil, logo porque ele é meu amigo e disse que ia arranjar uma equipa para eu jogar (...) o desporto é importante para unir as pessoas.*” Os ciganos dizem-nos que “*obviamente, tem a ver com todos, pretos, brancos*”.

No que concerne à quinta pergunta, “*O desporto ajudou-o a integrar-se no Concelho da Maia?*”, as pessoas do grupo de São Tomé e Príncipe disseram de forma generalizada que não. Contudo uma das pessoas disse que sim, afirmando que “*a mim ajudou, já joguei em duas equipas, já joguei no futsal dali ... já joguei futebol 11 ali no Gondim ... o futsal era o Vermoim, interagi e conheci muitas pessoas.*” De acordo com o grupo de Cabo Verde, um dos elementos afirmou que “*a mim muito, a mim ajudou muito em termos de desporto (...) já conheço muitas pessoas tanto na Maia como no Porto (...) aqui com o futebol temos muitos amigos (...) no futebol 11 tem mais jogadores é*

mais fácil fazer mais amigos.” Os ciganos afirmaram que não devido novamente à solidão a que estão sujeitos. Neste sentido, afirmaram que “Não, porque nunca jogamos, porque estamos presos a esta solidão.”

Relativamente à sexta e última pergunta, *“Considera o desporto importante para a preservação e o respeito pelas diferentes culturas?”*, todos responderam que sim.

De acordo com o grupo de São Tomé e Príncipe, a afirmação foi *“Sim, sim... para acabar com racismo (...) serve para unir uma nação, mesmo povo (...) modalidade qualquer que ela seja serve para unir internacionalmente qualquer povo.... (...) nota-se isso aqui no CICCOPN nos rapazes a jogar futebol... estamos sempre a conviver a interagir... (...) Europa é o continente que pratica qualquer modalidade, por exemplo em África... não desenvolvemos... não há apoio ...”* **O Grupo de Cabo Verde,** afirmou igualmente que sim, contudo denunciavam um certo racismo, afirmando que *“o desporto em si tem, tem uma parte sim tem uma parte não (...) falar do desporto em si tem, mas isso depende mais da atitude de quem está a praticar o desporto, porque é assim entre amigos ou mesmo na liga da Maia às vezes sentimos na pele por causa da cor da pele, (...) somos de cultura diferente, tentam jogar mais duro, jogam muito mais duro e para além disso eu acho que se falarmos de desporto em si tem diversidade para respeitar porque (...) desporto para mim e na minha opinião o desporto é um coisa que une a pessoa, coloca as pessoas a conviver para além do ato de praticar exercício físico, que também ajuda a nível de saúde, mas depende da atitude de cada um da maneira como cada uma encara o desporto, (...) desporto em si tem essa diversidade para respeitar a cultura dos outros mas isso depende mais da atitude de cada pessoa (...) meu colega tem razão uma vez eu sofri de racismo num jogo (...) um indivíduo me chamou de negro (...) na humanidade muitas pessoas praticam desporto mas nem todos aceitam raças diferentes (...) para unir, o desporto ajuda muito porque é assim numa equipa de futebol podemos estar um ucraniano, um são tomense, um cabo-verdiano, um português, não falar com ninguém, não falamos a mesma língua mas quando estamos dentro do campo temos a certeza que entendemos (...) a língua do desporto é*

*universal, qualquer país pode ter dez indivíduos de cada nacionalidade vão jogar juntos entendem-se, desporto ajuda muito nesse sentido.” De acordo com esta última pergunta o grupo dos ciganos apenas afirma que “Sim, eu acho que sim.” De acordo com as afirmações, e como já foi esclarecido o desporto é fundamental para unir as pessoas. Este respeita a diversidade cultural. Contudo será importante abordar o problema levantado pelo grupo **São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde relativamente às afirmações relacionadas com o “racismo” e “raça”**. Segundo Patrício *“por de trás da palavra “raça” espreita sempre o “racismo” (Patrício, 2009, p. 99)*. De acordo com Nicolás (2006), o racismo que se afirma pela superioridade biológica e moral de uma suposta “raça”, baseia-se em factos falsos isto porque a questão da raça está desacreditada mesmo antes dos especialistas em genética terem determinado o estreito parentesco de todos os grupos humanos. A falta de base científica não pode ser justificação para a afirmação de uma teoria social aberrante do racismo. *“A lição histórica e moral de que sucedeu com o nazismo que evocam palavras como “solução final” ou “holocausto” deveriam bastar para dissuadir os mais exaltados na crítica ao multiculturalismo contemporâneo” (Nicolás, 2006, p. 33).**

5. CONCLUSÕES

No atual mundo global, as diversas sociedades partilham, através das novas tecnologias de comunicação e/ou dos meios de transporte, cada vez mais rápidos e eficientes, formas de estar e de ser, conhecimentos e acontecimentos. Gradualmente, as pessoas alargam os seus horizontes para lá das suas utópicas fronteiras. O mundo retalhado pelos diferentes países deixa gradualmente de ter significado dando lugar a um espaço único, partilhado por grupos de pessoas de diversas origens culturais. Este fenómeno multicultural exige estratégias para a promoção de um bom entendimento entre os diversos grupos culturais. Acreditamos que o desporto possa ser uma resposta, uma vez que tem a capacidade de agregar na diversidade, fator fundamental nas sociedades multiculturais. De acordo com o nosso estudo, concluímos que no Município da Maia ao nível do seu executivo existe uma sensibilidade e uma vontade política para a melhoria das condições de vida das pessoas e para a integração dos diversos grupos culturais. As medidas passam por políticas de proximidade, tendo como objetivo informar, acolher e auxiliar. Neste sentido, a Maia dispõe de um Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante da Maia (CLAII - Maia) que tem como principal objetivo apoiar os imigrantes à sua integração social. Para além do descrito, as linhas de ação poderão passar por: eventos de informação e divulgação, como é o caso da “Mostra do Dia Municipal do Diálogo Intercultural”; divulgação do património histórico e cultural da comunidade autóctone em pontos de grande afluência de pessoas, como é o caso das ações desenvolvidas no Aeroporto “Sá Carneiro”; a promoção de iniciativas culturais e desportivas de âmbito internacional e a promoção do Concelho da Maia através de acordos de geminação de colaboração, de cooperação e memorandos de compromisso com outros países. Estes últimos pretendem divulgar as potencialidades do Concelho, das suas gentes, das instituições, dos agentes económicos e da promoção e cooperação da sociedade civil da Maia com as pessoas dos diversos países em contacto na área cultural e desportiva. No enquadramento das referidas linhas de ação, a Autarquia integra, conjuntamente com outras Autarquias, um projeto de

abrangência internacional, as “Redes para o Desenvolvimento: da geminação e uma cooperação mais eficiente”. Ao nível das Juntas de Freguesia, de acordo com os seus responsáveis, as estratégias de integração passam por ajudar as diversas comunidades culturais na procura de habitação e trabalho. No caso de haver impossibilidade de resposta por falta de recursos estruturais, humanos e/ou financeiros, as pessoas são encaminhadas para os serviços camarários. Na generalidade das situações, os responsáveis das Juntas de Freguesia não sentem grandes problemas na integração dos imigrantes afirmando que a Maia é um Concelho hospitaleiro e recetivo, apresentando bons exemplos de integração. Mais ainda, é um Concelho integrador pela forma como está organizado, ou seja, pelos equipamentos de proximidade que disponibiliza. Apesar do referido, será importante contrariar a morosidade e a burocracia dos serviços camarários; considerar os custos e a qualidade das habitações alugadas aos imigrantes; a criação de um gabinete de atendimento com a oferta de atendimento em várias línguas. Será ainda importante a criação de programas contínuos para o ensino da língua e da escrita portuguesa; a criação de mais estruturas físicas e humanas de apoio social e cultural, no sentido de evitar o isolamento geográfico e reforçar as ligações sociais será ainda fundamental melhorar a rede de transportes públicos. O Município da Maia tem impulsionado e dinamizado a prática desportiva numa contínua relação de proximidade com a sua população e instituições, como por exemplo: as associações e coletividades desportivas, recreativas e culturais, com a rede de escolas, associações de moradores dos bairros sociais, empresas, lares e centros de dia, centros de saúde, hospitais, tribunais, polícia, bombeiros etc. Esta relação pressupõe a promoção de uma prática desportiva abrangente, através da dinamização de atividades e eventos desportivos. Nesta estrutura de relações o associativismo desportivo surge como um parceiro privilegiado, pois a sua ação, promoção, dinamização e organização, tem-se revelado muito importante no desenvolvimento desportivo local e na projeção do Concelho a nível nacional e internacional. Para alcançar tal desiderato foi necessária a implementação de uma rede de instalações desportivas capazes de responder à diversidade de práticas desportivas de cariz formal e informal. Sabemos que

na base do desenvolvimento desportivo estão as instalações desportivas. Contudo, será de salientar que a originalidade e a capacidade criativa poderão debelar qualquer constrangimento à aplicação de uma rede estrutural de base para uma prática desportiva diversificada e para todos. Relativamente ao multiculturalismo, concluímos que este poderá ser promovido através do apetrechamento das escolas com condições físicas e materiais para a prática desportiva; da promoção de atividades desportivas voltadas para a população em geral como fator de coesão, amizade e convívio; da cooperação entre os diversos departamentos da Autarquia, entre os quais o da ação social e a construção de equipamentos de lazer e desporto junto das habitações sociais; da contínua dinamização de encontros desportivos de várias modalidades (Jogos Desportivos da Maia) onde já é possível observar a participação das diversas comunidades; mais apoios para a realização de eventos desportivos; a promoção de novas atividades desportivas, ou seja, modalidades desportivas enquadradas com os gostos dos diversos grupos culturais; a promoção e desenvolvimento de jogos coletivos; a promoção de manifestações desportivas que criem um intercâmbio com pessoas de diferentes países (através das coletividades e associações desportivas); um maior apoio às coletividades desportivas através de uma maior ação e disponibilidade dos técnicos especializados da Autarquia na área do desporto para atuar junto das coletividades na sua organização e promoção desportiva de forma a colmatar as dificuldades inerentes ao amadorismo das mesmas; a integração de pessoas com mais conhecimentos para apoiar e dinamizar as coletividades e associações desportivas no sentido de as tornar mais apelativas; a atribuição (às pessoas dos grupos culturais minoritários) de cargos de dirigentes nas associações e coletividades desportivas; a inclusão e manutenção das pessoas nas coletividades mesmo não havendo a possibilidade das mesmas pagarem as mensalidades; a promoção de ações de esclarecimento relativamente às modalidades desenvolvidas no Concelho e a criação de mais valias nas coletividades como, por exemplo, a promoção de atividades desportivas para a ocupação dos tempos livres das crianças e/ou a criação de espaços para leitura e/ou estudo; a criação de mais espaços desportivos como seja a

construção de um centro de estágio onde possam receber pessoas de outros países; o aumento da capacidade e das vivências desportivas e a criação de mais parques radicais e de minigolfe. Relativamente ao “desporto”, concluímos que este surge como um elo de união e integração das diversas culturas, pelas suas regras e pelo facto de ser aceite e praticado universalmente. Apresenta-se como um instrumento com a capacidade de integrar, projetar, agregar, socializar, proporcionar convívio, harmonizar, aglutinar, envolver, de criar hábitos e rotinas, permite a troca de conhecimentos, partilha, diálogo, tolerância, amizade, racionalidade e humanidade. Ele é festa e alegria e atenua as divergências culturais. Ele promove a solidariedade, a paz e o enriquecimento cultural e desportivo mútuo. No desporto as barreiras de comunicação não existem sendo este um direito de todos. É um espaço pedagógico, pois permite a progressão da pessoa no campo físico, intelectual e cultural. A sua “linguagem” é universal e permite a interação dos mais diversos povos e sociedades respeitando a diversidade, sem olhar a ideologias religiosas, políticas e de “raça”. O desporto permite o bem estar das populações reunindo pessoas de todas as idades, os quadrantes e classes sociais. Mais do que nunca o desporto pode minimizar as dificuldades e os “maus caminhos”, sobretudo dos mais jovens. Os valores humanos intrínsecos ao desporto (trabalho em equipa, lealdade, disciplina, respeito pelo adversário, e aceitação de regras vinculativas e de equidade) são essenciais para as pessoas sentirem-se integradas na sociedade. Concluímos também que os desportos coletivos apresentam-se como uma estrutura fundamental para a promoção das relações interculturais. Permitem o envolvimento de pessoas de diversas culturas em torno de um objetivo comum e estimulam os valores da interajuda, do companheirismo e do espírito solidário. O desporto permite a reunião das famílias e a exaltação da vida. Reforça a coesão social e é fundamental para a preservação e o respeito das diferentes culturas. O desporto tem a capacidade de unir um povo e/ou uma nação e acabar com o racismo. No que concerne às escolas ficou patente a importância de aproveitar os conhecimentos das diversas culturas e promovê-los através de jogos e atividades desportivas. As estratégias para uma melhor integração dos alunos

dos diversos grupos culturais incluem: a apresentação de currículos que tenham em consideração o respeito global do educando e a valorização e estimulação da criatividade individual; a promoção das aulas de português; a criação de um ambiente propício às boas relações entre toda a comunidade escolar e a promoção do convívio, da cooperação e da interação permanente dos alunos, através de programas desportivos diversificados que contemplem as atividades/modalidades características das diversas culturas. Concluímos também que o fenómeno desportivo nas escolas proporciona o diálogo, o respeito pelo outro, a partilha de interesses, as experiências e regras comuns e universais, o companheirismo, a cooperação, o convívio, a cultura do movimento e um ritual universal das relações sociais. O desporto apresenta-se como uma força integradora, porque facilita a socialização das crianças, contraria o isolamento e não diferencia as pessoas. Relativamente ao Movimento Associativo, concluímos que atualmente este, através das competições desportivas, envolve-se numa rede de contactos multiculturais. A dinamização e a promoção do desporto e outros serviços apresentam-se como um veículo privilegiado para a divulgação da cultura do Concelho da Maia. O movimento associativo permite que os jovens se possam formar em todas as suas dimensões devido à disciplina, às regras de treino e de funcionamento, à envolvência geracional a que estão sujeitos, ao relacionamento humano impar, ao papel fundamental na redução das barreiras sociais e culturais, ao espírito solidário e à capacidade de reabilitar os estratos sociais estigmatizados e abandonados. Para o movimento associativo a realidade multicultural é inevitável e incontornável pelo facto das fronteiras estarem abertas, exigindo um novo enquadramento e adaptação à nova realidade. Este, pretende aprender mais através do intercâmbio deliberado e aberto com as outras culturas. O contacto próximo com a comunidade local leva os associados a estarem sensibilizados para a realidade social, implementando ações de resposta no enquadramento das suas possibilidades.

De acordo com o que foi referido, muitas serão as estratégias desportivas para a promoção do diálogo Multicultural. Saliente-se que, apesar das pessoas dos três grupos culturais entrevistados referirem *“que é mais fácil praticar desporto*

na Maia” e que os *“portugueses são simpáticos”*, estas não deixaram de afirmar, de forma transversal, que tinham falta de convívio, ou seja de relações sociais. Acreditamos que o referido facto será facilmente contrariado através da inclusão destas e de todas as pessoas em projetos e ou ações desportivas anteriormente explanados. Através deste trabalho, esperamos ter contribuído para a construção de uma sociedade mais coesa na diversidade cultural. O desporto pode e deve ser um dos pilares para o entendimento, agregação e humanização das sociedades multiculturais. Fica patente que existe uma profunda necessidade de conhecermos de perto a população migrante nas escolas, nas associações desportivas e na sociedade em geral para perceber o seu enquadramento social, as suas necessidades e vontades. Só uma verdadeira proximidade permite uma leitura social assertiva mais rápida e mais eficiente dos factos.

6. BIBLIOGRAFIA

- Aballah-Pretceile, M. (1990). *Vers une Pédagogie Interculturelle*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Albarello, L. (1997). Recolha e tratamentos quantitativos dos dados de inquéritos. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy & P. d. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, R., Ferreira, L. É., & Viegas, T. (2000). *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: duas décadas de Associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J. F., Machado, F. L., Capucha, L., & Torres, A. C. (1994). *Introdução à Sociologia* Lisboa: Universidade Aberta.
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. (30/06/2011). Promover a igualdade na diferença. Consult. 12/12/2012, disponível em <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4e0c9405e4940/promover-a-igualdade-na-diferenca>
- Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural. (2/06/2011). Mini Olimpíadas 2009: Mais Diversidade Melhor Humanidade. disponível em <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf6785066c/mini-olimpiadas-2009---mais-diversidade-melhor-humanidade>
- Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural. (4/06/2011). ACIDI apoia o II Mundialinho da Integração. *Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural*, , disponível em <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4cdbf63e912f0/acidi--apoia-o-ii-mundialinho-da-integracao>
- Amaral, F. (2011). *História do pensamento político ocidental*. Coimbra: Edições Almedina.
- Antunes, M. (2011). *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Aristóteles. (Trad. 1998). *Política*. Lisboa: Coleção Vega Universidade/ Ciências Sociais e Políticas (edição bilingue).

- Assembleia da República. (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei nº 46/86 de 14 de Outubro. *Diário da República*(I Série,nº 237), 3067-3081.
- Assembleia da República. (1999). Lei n.º 169/99. *Diário da República*(219), 6436-6457.
- Assembleia da República. (2007). Lei de bases da actividade física e do desporto. *Diário da República*(11).
- Associação dos Imigrantes nos Açores. (2011). "Mundialito Futsal" de Ponta Delgada. Consult. 14 June 2011, disponível em <http://www.aipa-azores.com/agenda/ver.php?id=131>
- Australian Government. (2010). *The people of Australia: Australia's a Multicultural Policy*. disponível em http://www.immi.gov.au/media/publications/multicultural/pdf_doc/people-of-australia-multicultural-policy-booklet.pdf).
- Baganha, I. M. (2001). A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal In *Globalização Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento
- Bardin. (2004). *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (2003). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Batista, I. (2006). Hospitalidade como competência ética. In *Dicionário de Filosofia da Educação*. Porto: Porto Editora.
- BBC UK. (5/02/2011). News UK politics. *State multiculturalism has failed, says David Cameron* Consult. 29/09/2012, disponível em www.bbc.co.uk/news/uk-politics-12371994
- BBC UK. (17/10/2010). News Europe. *Merkel says german multicultural society has failed* Consult. 20/09/2012, disponível em www.bbc.co.uk/news/world-europe-11559451
- Bender, D. E., & Ewbank, D. (1994). The focus group as a tool for health research: issues in design and analysis. *Health Transition Review*, 4(1).
- Bento, J. (1998). *Desporto e Humanismo: o campo do possível*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Bento, J. (2009). Acerca da conjuntura corporal: Desporto versus «Actividade física». In J. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bento, J., & Bento, H. (2010). Desporto e Educação Física: acerca do ideal pedagógico. In T. G. Bento J., Prista A. (Ed.), *Desporto e Educação Física em Português: Multimédia*.
- Bento, J. O. (2012). Pelo Regresso do Desporto: ensaio epistemológico. In *Homo Sportivus - O Humano no Homem*. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física.
- Boff, L. (2011). *Saber cuidar. Ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis RJ Editora Vozes.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bordieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- Burdsey, D. (2008). Contested conceptions of identity, community and multiculturalism in the staging of alternative sport events: a case study of the Amsterdam World Cup football tournament. *Leisure Studies*, 7(3), 259-277.
- Burgess, R. G. (2001). *A Pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta editora.
- Câmara Municipal da Maia. (2008). *Plano Director Municipal* Maia: Câmara Municipal da Maia.
- Carneiro, R. (2003). *Fundamentos da educação e da aprendizagem: 21 ensaios para o século 21*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, C. M. R. C. S., & al. (2006). *Cooperação família-escola: um estudo de situação de famílias imigrantes na sua relação com a escola*. Lisboa: ACIME.
- Cerezuela, B., & Correa, R. (2006). *Los programas educativos de los Juegos Olímpicos*. Comunicação apresentada em Seminário Espanha - Brasil. A. Miragaya, OtavioTavares, C. Kennett and B. Cerezuela, Bellaterra.

- Cohen, R. (2005). Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano. In A. Barreto (Ed.), *Globalização e migração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Comité Olímpico Internacional. (2011). Carta Olímpica. Consult. 22 Out. 2011, disponível em <http://www.comiteolimpicoportugal.pt/olimpismo/carta-olimpica>
- Conselho da Europa. (2011). Carta Europeia do Desporto. Consult. 19 Nov 2011, disponível em <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc120.pdf>
- Constantino, J. (1990). *Políticas de desenvolvimento desportivo*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Constantino, J. (1998). Olímpismo e Educação. In J. Proença, J. M. Constantino & Colaboradores (Eds.), *Olimpismo, Desporto e Educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Constantino, J. (1999). *Desporto, Política e Autarquias. Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (2001). Sistema Desportivo Português: introdução. In *Sistema Desportivo Português: que modelo?* (pp. 10-11). Gaia.
- Constantino, J. M. (2006). *Desporto: geometria de equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, J. (2010). Políticas públicas e desenvolvimento desportivo. In *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, A. (1992). Desporto e análise social. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II*.
- Cubillas, L. V. S. (s/d). Antecedentes: misión y objectivo del deporte municipal. In *Deporte, Gestión y Municipio Aspectos Clave*: Grada Sports Books.
- Departamento de Desporto da CMM. (2009). *Instalações desportivas do concelho - maia 2009*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- Documentos Internos do Departamento de Desporto da CMM. (2012).
- Farmhouse, R. (2011). "O desporto tem o poder de modar o mundo". *Escolhas*, 01.

- Ferreira, M. C., & Nery, P. (1994). *Desporto e Autarquias: Planificação e Programação Desportiva para o Desenvolvimento*. Vila Nova de Gaia: Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Gaia.
- Fichter, H. J. (1973). *Sociologia*. São Paulo: E.P.U. - Editora Pedagógica e Universitária Ltda. .
- Garcia, R. (2000). *Documento de circulação interna*. Porto: FADE-UP.
- Garcia, R. (2010). De um desporto sem ideologias para um desporto com ideias. In *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Garcia, R. (s/d). *A nova Olímpia como um lugar transcultural: uma etnografia pela Beijing olímpica*.
- Garcia, R., & Boschi, C. (2010). A Educação Física nos horizontes olímpicos de 2016. *Jornal do CREF6/MG*.
- Garcia, R., & Lemos, K. (2005). *Temas (quase éticos) de Desporto*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2005). *O Inquérito teoria e pratica* (4ª ed.). Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gimeno Sacristan, J. (1990). Curriculum y diversidad cultural. In *Education y sociedade*. Madrid: Fuhén.
- Ginsberg, M. (2000). *Introdução à sociologia: sociedade, cultura, e civilização*. . Lisboa: Publicações Europa-América.
- Gizir, S. (2007). Focus Groups in Education Studies. *Mersin University Journal of Faculty of Education*, 3(1), 1-20.
- Glesne, C., & Peshkin, A. (1992). *Becoming qualitative researcher*. White Plains NY: Longman.
- Government of Canada. (19/10/2012). Citizenship and immigration canada. *Canadian multiculturalism: an inclusive citizenship* Consult. 12/12/2012, disponível em <http://www.cic.gc.ca/english/multiculturalism/citizenship.asp>

- Green, J. M. (1998). Educational Multiculturalism, critical pluralism, and deep democracy. In *Theorizing Multiculturalism: a guide to the current debate*. Massachusetts, USA: Blackwell Publishers.
- Guerrero, L., & Gómez, A. (2004). *La gestión de los servicios deportivos municipales: vías para la excelencia*. Barcelona: INDE Publicaciones.
- Gutmann, A. (1994). Introdução. In C. Taylor (Ed.), *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Habermas, J. (1999a). *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Habermas, J. (1999b). *La inclusión del otro: estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós.
- Haguet, T. M. F. (1995). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Heinemann, K. (2003). *Introducción a la metodología de la investigación empírica: en las ciencias del deporte*. Barcelona: Editorial Paidotribo.
- Instituto Nacional de Estatística. (07/05/2008). População. *População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência, Nacionalidade e Sexo; Anual* Consult. 4/12/2012, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3
- Instituto Nacional de Estatística. (21/12/2012). População. *Emigrantes (N.º) por Sexo; Anual* Consult. 22/01/2013, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006050&contexto=bd&selTab=tab2
- Instituto Nacional de Estatística. (28/11/2011). Território. *Superfície (km²) do território nacional por Localização geográfica; Anual & Densidade populacional (N.º/km²) por Local de residência; Anual* Consult. 5/12/2012, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

- Kennett, C. (2006). Barcelona'92 post-olímpica: deporte y multiculturalismo. In Ana Miragaya, Otavio Tavares, Chris Kennett & B. Cerezuela (Eds.). Bela Terra: Universitat Autònoma de Barcelona - Centre d'Estudios Olímpicos.
- Kennett, C. (2007). *Responsable de proyectos de investigación del CEO-UAB - Barcelona'92 post-olímpica: deporte y multiculturalismo*. Comunicação apresentada em Seminários Espanha-Brasil. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona., Barcelona.
- Kirk, J., & Miller, M. L. (1994). *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hill: Sage.
- Krouwel, A., Boonstra, N., Duyvendak, J., & Veldboer, L. (2006). A good sport? Research into the capacity of recreational sport to integrate Dutch minorities. *International Review for the Sociology of Sport*, 41(2), 165-180.
- Krueger, R. A. (1998). *Developing questions for focus groups*. California: Sage Pub.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2000). *Focus groups: A practical guide for applied research*. California: Sage Pub.
- Leite, C. (2002). *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*. Coimbra: Fundação Galouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Lello, J., & Lello, E. (1970). *Dicionário prático ilustrado: novo dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. Porto: Lello & Irmão.
- Leman, J. (2005). Europa do Norte: da emigração e semelhança à diferença e globalização mediada. In A. Barreto (Ed.), *Globalização e migrações*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Lessar-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Stória Editores.
- Lusa/SOL. (6/12/2012). Mil freguesias desaparecem até ao final do ano. SOL Consult. 6/12/2012, disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Politica/Interior.aspx?content_id=60106

- Marques, A. (2009). Desporto, responsabilidade e mudança. In *O desporto e o estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- MayTree Foundation. (May 2011). Cities of Migration. Consult. 22 Mayl 2011, disponível em <http://citiesofmigration.ca/>
- Medeiros, E. O. (2009). Diversidade Cultural: Um novo habitar axiológico. *Revista Argumentos de Razón Técnica*(2).
- Merton, R. K., Fiske, M., & Kendall, P. (1965). *The Focused Interview: a manual of problems and procedures*. London: Collier Macmillan Publishers.
- Mesquita, I. (2005). *A Pedagogia do Treino: A formação em jogos desportivos colectivos*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- Moreira, A. (2005). Nicolas Machiavel: a ciência política. In A. I. Santos & A. P. Jardim (Eds.), *10 Livros que Mudaram o Mundo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.
- Moreira, A. (2009a). *A circunstância do estado exíguo* Loures: Diário de Bordo.
- Moreira, A. (2009b). *Tempo de vésperas*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, W. W. (2012). Formação profissional em ciência do esporte: Homo sportivus e humanismo. In *Homo Sportivus: O Humano no Homem*. Belo Horizonte: Casa da Educação física
- Morgan, D. L. (1988). *Focus Groups as Qualitative Research*. Newbury Park: Sage Publications.
- Mota, A., Novo, A., Infante, B., & Andrade, R. (2008). Poder Local. *Guia Prático do Autarca e do Município*.
- Nicolás, M. (2006). Para una crítica de la multiculturalidad en la aldea planetária: argumentos de síntesis y recursos bibliográficos. In *Multiculturalismo e identidades permeáveis na literatura infantil e xuvenil*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Ortega y Gasset, J. (1987). *A origem desportiva do Estado*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- Patrício, M. F. (1996). *A escola cultural: Horizonte Decisivo da reforma educativa*. Lisboa: Texto Editora.
- Patrício, M. F. (2002). *Globalização e diversidade: a escola cultural, uma resposta*. Lisboa: Porto Editora.

- Patrício, M. F. (2009). A identidade nacional num mundo intercultural *Povos e culturas*(13), 93-128.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*. Thousands Oaks: Sage Publications.
- Perotti, A. (1996). *Migrations et société pluriculturelle en Europe*. Paris: L'Harmattan.
- Pires, G. (1990). *A Aventura Desportiva: O Desporto para o 3º Milénio*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Pires, G. (2005). *Gestão do Desporto: Desenvolvimento Organizacional*. Porto. Porto: APOGESD.
- PMP & Institute of Sport and Leisure Policy. (2004). European commission DG Education & Culture: sport and multiculturalism (pp. 1-20).
- Quivy, R., & Campenhoudt, V. L. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais* Lisboa: Gradiva.
- Rey, M. (1986). *Former les enseignants à l'éducation interculturelle*. Strasbourg: Conseil de l'Europe.
- Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos
- Rocha, A. S. E. (2000). Relativismo cultural versus universalismo ético. In M. d. C. P. Neves, G. Castro & J. Rivera (Eds.), *Arquipélago* (Vol. 7). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Romero, M. (2004). Cidadania, Multiculturalismo e Igualdade: Reflexións sobre a Unión Europea. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos.
- Rosas, J. (2012). Direitos humanos e multiculturalismo. In *Pensar radicalmente a humanidade: ensaios em homenagem ao Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha*: Húmus.
- Rugy, A. (2000). *Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*. Oeiras: Celta Editora Lda.

- Ruquoy. (1997). Situação da entrevista e estratégia do entrevistador. In A. L. (Ed.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sá, A. (2012). A ambivalência dos direitos humanos na era dos direitos e da despolitização In *Pensar radicalmente a humanidade*: Húmus.
- Saint-Georges, P. (1997). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In L. Albarello, R. Digneffe, C. Maroy, D. Ruquoy & P. d. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradavia.
- Santos, B. S. (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, S. B. (2005). Os processos da globalização. In *Globalização Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Saraiva, J. A. (2007). *Política à Portuguesa: ideias, pessoas e factos*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Savater, F. (2000). *O meu dicionário filosófico*. Lisboa: Dom Quixote.
- Savater, F. (2003). *A coragem de escolher: "o núcleo essencial de tudo o que escrevi"*. Lisboa: Dom Quixote.
- Schwanitz, D. (2010). *Cultura: Tudo que é preciso saber*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- SOCIALIS. (12/12/2012). CLAI - Centro local de apoio à integração do imigrante. *SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social* Consult. 12/12/2012, disponível em <http://socialis.no.sapo.pt/clai.html>
- SOCIALIS. (27/11/2012). Quem somos. *SOCIALIS - Associação de Solidariedade Social* Consult. 27/11/2012, disponível em <http://socialis.no.sapo.pt/QuemSomos.html>
- Sousa, D. (1978). *A ideologia, os ideólogos e a política : sociologia do conhecimento, ideologia e pensamento político* Lisboa: Livros Horizonte.
- State Government Victoria. (23/01/2012). Multicultural Education. *Department of Education and Early Childhood development* Consult. 8 MAR 2012, disponível em <http://www.education.vic.gov.au/studentlearning/programs/multicultural/about.htm>

- Stoer, S. R., & Cortesão, L. (2000). Multiculturalism and Educational Policy in a Global Context (European Perspectives). In N. B. e. C. Torres (Ed.), *Globalization and Education: Critical Perspectives* (pp. 253-274). Nova Iorque/Londres: Routledge.
- Tavares, M. (1998). *O Insucesso Escolar e as minorias étnicas em Portugal - Uma abordagem antropológica da Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- UNESCO. (24/01/2013). Social and Human Sciences. *Sport for Peace and Development* Consult. 24/12/2013, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/physical-education-and-sport/sport-for-peace-and-development/>
- United Nations. (6/12/2012). Sport for development and peace: the un system in action. *Why sport?* Consult. 6/12/2012, disponível em <http://www.un.org/wcm/content/site/sport/home/sport>
- Vala, J. (1999). A análise do conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (2003). Valores sociais, preconceito e solidariedade relativamente a grupos racializados e imigrantes. In *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA - EXECUTIVO POLÍTICO DA CMM

1 - Com vê os apoios e as orientações desenvolvidas pelo Estado Português e mais concretamente pela Autarquia da Maia aos imigrantes e ou diferentes grupos culturais?

Uma boa política de imigração não é só um contributo português para a humanidade. É também uma importante defesa dos nossos interesses. Autoridades e sociedade não estão preparadas para receber os estrangeiros com a dignidade e o conforto desejáveis, nem as políticas de integração adequadas. O Estado Português não tem sabido prever, antecipar e prevenir os problemas com a imigração, apesar de ser da competência dos estados de origem muitas das resoluções dos problemas gerados. Contudo, pela experiência como emigrantes, devemos um tratamento mais eficiente com os imigrantes (Barreto, 2003). Dentro do território Nacional existem fenómenos de aculturação, pondo em causa os traços reais e mitológicos da identidade nacional, onde pessoas e grupos perdem, renovam ou alteram as suas referências e valores em contacto com outras culturas. São processos de substituição, de confronto, de conflito, de desenraizamento e de miscigenação relativamente inéditos em Portugal (Barreto, 2003).

2 - O Multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre esta matéria?

Uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, formam uma sociedade e nessa sociedade expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas (Barreto, 2005). As cidades atuais são compostas por indivíduos de

pertença étnica, cultural e religiosa diversas (...) definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana (Rial, 2004).

3 - Considerando a heterogeneidade populacional do Concelho da Maia, poderá o desporto muticultural apresentar-se como fator de agregação dos diferentes grupos culturais?

O reconhecimento do desporto como um direito humano tem um entendimento universal, permitindo uma expressão da diversidade cultural e da preservação das identidades étnicas (Kennett, 2007). O desporto permite a integração das pessoas nos seus bairros e contribui para a construção de uma cidade socialmente coesa. O desporto tem um papel importante na construção de uma cidade solidária, introduzindo muitas pessoas nas organizações e associações que têm um impacto significativo na vida social nos bairros da cidade e constituem uma área para o exercício da cidadania. O desporto de lazer é percebido como um dos mais acessíveis e eficazes métodos através dos quais se integra a população cada vez mais heterogénea (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006). O desporto é uma atividade integradora com importância para a comunidade (diálogo ao nível comunitário) (Burdsey, 2008).

4 - No enquadramento das suas funções e responsabilidades atuais, quais poderão ser as estratégias técnicas e políticas para a promoção de um desporto multicultural?

Uma educação desportiva orientada para a comunidade, juventude e serviços sociais, poderá ser usada como uma ferramenta política para encorajar e assegurar uma educação com conteúdos promotores de um diálogo multicultural. Os currículos desportivos devem conter e relacionar critérios e métodos promotores da diversidade e da coesão social (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004). Para o desporto desencadear todo o seu potencial positivo, a ênfase deve ser colocada sobre o controlo eficaz e

orientador das atividades desportivas. O potencial positivo do desporto não se desenvolve automaticamente. É necessário uma intervenção profissional e socialmente responsável que é adaptada para o respetivo contexto social e cultural (United Nations, 6/12/2012).

Bibliografia

- Barreto, A. (2003). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Burdsey, D. (2008). Contested conceptions of identity, community and multiculturalism in the staging of alternative sport events: a case study of the Amsterdam World Cup football tournament. *Leisure Studies*, 7(3), 259-277.
- Kennett, C. (2007). *Responsable de proyectos de investigación del CEO-UAB - Barcelona'92 post-olímpica: deporte y multiculturalismo*. Comunicação apresentada em Seminários Espanha-Brasil. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona., Barcelona.
- Krouwel, A., Boonstra, N., Duyvendak, J., & Veldboer, L. (2006). A good sport? Research into the capacity of recreational sport to integrate Dutch minorities. *International Review for the Sociology of Sport*, 41(2), 165-180.
- PMP & Institute of Sport and Leisure Policy. (2004). European commission DG Education & Culture: sport and multiculturalism (pp. 1-20).
- Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos
- United Nations. (6/12/2012). Sport for development and peace: the un system in action. *Why sport?* Consult. 6/12/2012, disponível em <http://www.un.org/wcm/content/site/sport/home/sport>

GUIÃO DE ENTREVISTA - PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DA MAIA

1 - No seu entender, quais são os maiores problemas que os imigrantes se deparam quando chegam ao Concelho da Maia?

As emigrações estão na origem da aculturação e miscigenação nesta espécie de confronto permanente de culturas, resultando mestiçagem e progresso, mas também de racismo, xenofobia, vulnerabilidade, ostracismo, violência, exploração, segregação, e opressão, desenraizamento cultural e de identidade, “urbanismo racista” ou “segregado”, bairros degradados ou bairros espontâneos e precários (bairros de lata). Autoridades e sociedade não estão preparadas para receber os estrangeiros com a dignidade e o conforto desejáveis, nem as políticas de integração adequadas. O Estado Português não tem sabido prever antecipar e prevenir os problemas com a imigração (Barreto, 2003).

2 - O Multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual a sua opinião sobre esta matéria?

As cidades actuais são compostas por indivíduos de pertença étnica, cultural e religiosa diversas (...) definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana (Rial, 2004). Uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, em conjunto, formam uma sociedade e nessa sociedade expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas (Barreto, 2005).

3 - Considera importante o desporto para agregar as diferentes comunidades culturais?

O desporto aumenta o entendimento e apreciação das diferenças culturais e contribui para uma luta contra os preconceitos (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004). O desporto aprofunda a solidariedade entre os povos respeitando a sua história cultura e tradições (Carta Europeia do Desporto). O desporto é uma poderosa ferramenta para fortalecer os laços e redes sociais, tem a capacidade de unir as pessoas e é promotor de ideais de paz, de fraternidade, de solidariedade, da não-violência, tolerância e justiça. O jogo e o desporto, apresentam-se, como elementos-chave para a promoção de oportunidades interculturais, facilitando assim, o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006).

4 - Poderá o desporto ajudar as diferentes comunidades culturais a integrarem-se no Concelho da Maia

O Jogo e o desporto, apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais, facilitando assim, o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006). O desporto, é um fenómeno socialmente reconhecido, promovendo a integração social. O desporto aumenta o entendimento e uma apreciação das diferenças culturais e contribui para a luta contra preconceitos, e limita a exclusão social dos imigrantes e grupos de minoritários. (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004).

5 - Tendo em consideração a diversidade cultural existente no Concelho da Maia, consideraria algum plano estratégico através do desporto para a integração e melhoria de vida das diferentes comunidades culturais?

O Concelho da Maia é constituído por 19 comunidades de emigrantes (INE) e mais a comunidade minoritária de ciganos. É característico, nas sociedades modernas de diferentes formas, a sua multiculturalidade, reconhecendo a necessidade de um relacionamento intercultural entre grupos de diferentes proveniências, como forma de combater o conflito inter-étnico, a intolerância xenófoba, a criação de mecanismos capazes de promover a inserção social e económica das comunidades imigradas e o combate à sua exclusão (Albuquerque, Ferreira, & Viegas, 2000).

O desporto poderá ser uma resposta, isto porque é uma actividade integradora, com importância para a comunidade, (diálogo ao nível comunitário) (Burdsey, 2008). O desporto de lazer é percebido como um dos mais acessíveis e eficazes métodos através dos quais se integra a população cada vez mais heterogénea (Krouwel, Boonstra, Duyvendak, & Veldboer, 2006).

Bibliografia

- Barreto, A. (2003). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Burdsey, D. (2008). Contested conceptions of identity, community and multiculturalism in the staging of alternative sport events: a case study of the Amsterdam World Cup football tournament. *Leisure Studies*, 7(3), 259-277.
- Cerezuela, B., & Correa, R. (2006). *Los programas educativos de los Juegos Olímpicos*. Comunicação apresentada em Seminário Espanha - Brasil. A. Miragaya, OtavioTavares, C. Kennett and B. Cerezuela, Bellaterra.
- Krouwel, A., Boonstra, N., Duyvendak, J., & Veldboer, L. (2006). A good sport? Research into the capacity of recreational sport to integrate Dutch

minorities. *International Review for the Sociology of Sport*, 41(2), 165-180.

PMP & Institute of Sport and Leisure Policy. (2004). European commission DG Education & Culture: sport and multiculturalism (pp. 1-20).

Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanisticos

www.unesco.pt. disponível

GUIÃO DE ENTREVISTA - COORDENADORES DA ÁREA DISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS BÁSICAS COM 2º e 3º CICLO E SECUNDÁRIAS DA MAIA

1 - No seu entender, quais serão os maiores problemas com que se deparam os imigrantes quando chegam ao Concelho da Maia?

As emigrações estão na origem da aculturação e miscigenação nesta espécie de confronto permanente de culturas, resultando mestiçagem e progresso, mas também racismo, xenofobia, vulnerabilidade, ostracismo, violência, exploração, segregação e opressão, desenraizamento cultural e de identidade, “urbanismo racista” ou “segregado”, bairros degradados ou bairros espontâneos e precários (bairros de lata). Autoridades e sociedade não estão preparadas para receber os estrangeiros com a dignidade e o conforto desejáveis, nem as políticas de integração adequadas. O Estado Português não tem sabido prever, antecipar e prevenir os problemas com a imigração (Barreto, 2003).

2 - O Multiculturalismo representa uma apologia do respeito pela diversidade cultural. Neste sentido, qual é a sua opinião sobre esta matéria?

As cidades actuais são compostas por indivíduos de pertença étnica, cultural e religiosa diversas (...) definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana (Rial, 2004). Uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes com tradições culturais diferentes, formam uma sociedade e nessa sociedade expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas (Barreto, 2005).

3 - Considera que o desporto poderá ser um fator de agregação das diferentes comunidades culturais?

O desporto aumenta o entendimento e apreciação das diferenças culturais e contribui para uma luta contra os preconceitos (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004). O desporto aprofunda a solidariedade entre os povos respeitando a sua história cultura e tradições (Carta Europeia do Desporto). O desporto é uma poderosa ferramenta para fortalecer os laços e redes sociais, tem a capacidade de unir as pessoas e é promotor de ideais de paz, de fraternidade, de solidariedade, da não-violência, de tolerância e de justiça (UNESCO, 24/01/2013). O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais, facilitando assim, o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006).

4 - Poderá o desporto ajudar as diferentes comunidades culturais a integrarem-se no Concelho da Maia?

O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais facilitando o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006). O desporto é um fenómeno socialmente reconhecido, promovendo a integração social. O desporto aumenta o entendimento e uma apreciação das diferenças culturais, contribui para a luta contra preconceitos e limita a exclusão social dos imigrantes e grupos minoritários. (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004).

5 - No enquadramento da disciplina de Educação Física e Desporto quais são as estratégias, consideradas fundamentais, para a operacionalização de um desporto multicultural?

Os currículos desportivos devem conter e relacionar critérios e métodos promotores da diversidade e da coesão social (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004). As atividades desportivas e a participação em equipas desportivas são um dos meios mais importantes para a inclusão de crianças de famílias de imigrantes. A participação é identificada como um importante meio para que estas se sintam parte da nossa sociedade (Cubillas, s/d).

Bibliografia

- Barreto, A. (2003). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cerezuela, B., & Correa, R. (2006). *Los programas educativos de los Juegos Olímpicos*. Comunicação apresentada em Seminário Espanha - Brasil. A. Miragaya, OtavioTavares, C. Kennett and B. Cerezuela, Bellaterra.
- Cubillas, L. V. S. (s/d). Antecedentes: misión y objetivo del deporte municipal. In *Deporte, Gestión y Municipio Aspectos Clave*: Grada Sports Books.
- PMP & Institute of Sport and Leisure Policy. (2004). European commission DG Education & Culture: sport and multiculturalism (pp. 1-20).
- Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Ciudadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanisticos
- UNESCO. (24/01/2013). Social and human sciences. *Sport for peace and development* Consult. 24/12/2013, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/physical-education-and-sport/sport-for-peace-and-development/>

GUIÃO DE ENTREVISTA - PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES DESPORTIVAS DO CONCELHO DA MAIA

1 - O Multiculturalismo afirma-se pelo respeito e defesa da diversidade cultural. Qual é a sua opinião sobre esta matéria?

Uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, formam uma sociedade e, nessa sociedade, expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas (Barreto, 2005). As cidades atuais são compostas por indivíduos de pertença étnica, cultural e religiosa diversas (...) definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, de bens e de serviços vários que se impõe numa vida urbana (Rial, 2004).

2 - Numa sociedade multicultural poderá o desporto ter um papel importante para a integração e agregação das diferentes comunidades?

O desporto é uma atividade integradora com importância para a comunidade (diálogo ao nível comunitário) (Burdsey, 2008). Este, procura o bem das populações atuando em distintas direções, não excluindo ninguém da sua prática ou fruição. Ricos, pobres, altos, baixos, gordos, magros, dotado, deficiência motora, sensorial ou mental, criança ou idoso, entres outros são sujeitos ativos do desporto. (Garcia & Boschi, 2010). O desporto poderá ser um fator de agregação. Desempenha um papel importante como promotor da integração social e apresenta-se como uma poderosa ferramenta para fortalecer os laços e redes sociais assim como a capacidade de unir as pessoas (Bento, 2009).

3 - Poderão as Coletividades e Associações Desportivas ter um papel importante na agregação das diferentes comunidades existente no Concelho da Maia?

No concelho da Maia existem 85 Coletividades e Associações Desportivas. Da sua população, entre os quais os ciganos, fazem parte vinte e duas comunidades de emigrantes (Instituto Nacional de Estatística, 07/05/2008). Os clubes e as associações desportivas surgem como as principais entidades vocacionadas para garantir o exercício do direito constitucional à prática do desporto (Constantino, 1999).

4 - No caso da sua coletividade em particular, consideraria alguma nova estratégia para o desenvolvimento de um desporto multicultural?

O multiculturalismo no desporto existe onde pessoas de diversas culturas participam nos mesmos espaços, mas não necessariamente juntas (Kennett, 2005). O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais facilitando o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006).

Bibliografia

- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Bento, J. (2009). Acerca da conjuntura corporal: Desporto versus «Actividade física». In J. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Burdsey, D. (2008). Contested conceptions of identity, community and multiculturalism in the staging of alternative sport events: a case study of

the Amsterdam World Cup football tournament. *Leisure Studies*, 7(3), 259-277.

Cerezuela, B., & Correa, R. (2006). *Los programas educativos de los Juegos Olímpicos*. Comunicação apresentada em Seminário Espanha - Brasil. A. Miragaya, OtavioTavares, C. Kennett and B. Cerezuela, Bellaterra.

Constantino, J. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte.

Garcia, R., & Boschi, C. (2010). A Educação Física nos horizontes olímpicos de 2016. *Jornal do CREF6/MG*.

Instituto Nacional de Estatística. (07/05/2008). População. *População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência, Nacionalidade e Sexo; Anual* Consult. 4/12/2012, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

Kennett, C. (2005). Sport, immigration and multiculturalism [Versão electrónica]. *Centre d'Estudis Olímpics UAB*, http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp103_eng.pdf Consult. 6 Sept 2009, disponível.

Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos

GUIÃO DE ENTREVISTA - GRUPOS CULTURAIS

1 - Quais são os maiores problemas que encontra na sua vida diariamente?

As emigrações estão na origem da aculturação e miscigenação nesta espécie de confronto permanente de culturas, resultando mestiçagem e progresso, mas também racismo, xenofobia, vulnerabilidade, ostracismo, violência, exploração, segregação e opressão, desenraizamento cultural e de identidade, “urbanismo racista” ou “segregado”, bairros degradados ou bairros espontâneos e precários (bairros de lata). Autoridades e sociedade não estão preparadas para receber os estrangeiros com a dignidade e o conforto desejáveis, nem as políticas de integração adequadas. O Estado Português não tem sabido prever, antecipar e prevenir os problemas com a imigração (Barreto, 2003).

2 - Qual é a relação com as pessoas da Maia e as diferentes comunidades?

As cidades atuais são compostas por indivíduos de pertença étnica, cultural e religiosa diversas (...) definida por relações circunstanciais num fluxo e intercâmbio de interesses, bens e serviços vários que se impõe numa vida urbana (Rial, 2004). Uma sociedade multicultural é uma sociedade na qual grupos de habitantes, com tradições culturais diferentes, em conjunto, formam uma sociedade e nessa sociedade expressam, através de instituições, um ou mais elementos importantes da sua cultura (por exemplo, língua, religião). Esses elementos culturais são diferentes dos da outra cultura ou culturas com as quais convivem, de tal forma que esta sociedade está radicalmente ordenada como um mosaico de culturas separadas (Barreto, 2005).

3 - Qual é a imagem / opinião que têm do desporto na Maia?

O concelho da Maia, apresenta uma elevada rede de infraestruturas desportivas espalhadas por todo o Concelho. Existem 84 Associações e Coletividades Desportivas que desenvolvem a prática de cerca de 30 modalidades desportivas. A Câmara da Maia, através do seu Departamento de Desporto, desenvolve e promove uma série de atividades desportivas voltadas para toda a população maiata, como por exemplo, os “Jogos Desportivos da Maia” a “Liga de Futsal da Maia”. O Clube Maia Sénior apresenta-se como um projeto desportivo vocacionado para as pessoas com mais de 60 anos. Da responsabilidade da Autarquia, a população pode usufruir de três piscinas, um complexo de Ginástica e outro de Ténis.

4 - Considera importante o desporto para unir as pessoas?

O desporto aprofunda a solidariedade entre os povos respeitando a sua história cultura e tradições. O desporto é uma poderosa ferramenta para fortalecer os laços e redes sociais, tem a capacidade de unir as pessoas e é promotor de ideais de paz, de fraternidade, de solidariedade, da não-violência, de tolerância e de justiça (UNESCO, 24/01/2013). O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais facilitando, assim, o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006).

5 - O desporto ajudou-o a integrar-se no Concelho da Maia?

O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais facilitando o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006). O desporto é um fenómeno socialmente reconhecido, promovendo a integração social. O

desporto aumenta o entendimento e uma apreciação das diferenças culturais, contribui para a luta contra preconceitos e limita a exclusão social dos imigrantes e grupos de minoritários. (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004).

6 - Considera o desporto importante para a preservação e o respeito pelas diferentes culturas?

O desporto aumenta o entendimento e apreciação das diferenças culturais e contribui para uma luta contra os preconceitos (PMP & Institute of Sport and Leisure Policy, 2004). O jogo e o desporto apresentam-se como elementos chave para a promoção de oportunidades interculturais facilitando o conhecimento e o entendimento das diferenças culturais e da integração das pessoas provenientes de outras culturas pela sociedade acolhedora (Cerezuela & Correa, 2006). Os valores humanos intrínsecos como o trabalho em equipa, a lealdade, a disciplina, o respeito pelo adversário, a aceitação de regras vinculativas e da equidade, são compreendidas por todos e pode ser aproveitado para a promoção da solidariedade, da coesão e da integração social e da coexistência pacífica (United Nations, 6/12/2012).

Bibliografia

- Barreto, A. (2003). *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Barreto, A. (2005). *Globalização e Emigração*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cerezuela, B., & Correa, R. (2006). *Los programas educativos de los Juegos Olímpicos*. Comunicação apresentada em Seminário Espanha - Brasil. A. Miragaya, OtavioTavares, C. Kennett and B. Cerezuela, Bellaterra.
- PMP & Institute of Sport and Leisure Policy. (2004). European commission DG Education & Culture: sport and multiculturalism (pp. 1-20).

Rial, N. R. (2004). Os Retos do Multiculturalismo. In A. Rocha (Ed.), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanisticos

UNESCO. (24/01/2013). Social and human sciences. *Sport for peace and development* Consult. 24/12/2013, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/physical-education-and-sport/sport-for-peace-and-development/>

United Nations. (6/12/2012). Sport for development and peace: the un system in action. *Why sport?* Consult. 6/12/2012, disponível em <http://www.un.org/wcm/content/site/sport/home/sport>